



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ULISSES CRUZ MONTEIRO

**UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO
ESTADO DO CEARÁ: RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E
SEUS SIGNIFICADOS SOB O OLHAR DOS GESTORES (AS)**

FORTALEZA

2024

ULISSES CRUZ MONTEIRO

UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO
ESTADO DO CEARÁ: RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E SEUS
SIGNIFICADOS SOB O OLHAR DOS GESTORES (AS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M78a Monteiro, Ulisses Cruz.
Uma avaliação em profundidade do Programa Criança Feliz no estado do Ceará: reconstrução da trajetória institucional e seus significados sob o olhar dos gestores (as) / Ulisses Cruz Monteiro. – 2024.
311 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profª. Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra.
1. Programa Criança Feliz. 2. Avaliação de políticas públicas. 3. Avaliação em profundidade. 4. Intersetorialidade. 5. Parentalidade positiva. I. Título.
- CDD 320.6
-

ULISSES CRUZ MONTEIRO

UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO
ESTADO DO CEARÁ: RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E SEUS
SIGNIFICADOS SOB O OLHAR DOS GESTORES (AS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em 30/09/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Marta Alves da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Maria de Nazaré Moraes Soares
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Com imensa alegria, leveza no coração e profundo sentimento de dever cumprido, dedico e agradeço a todos que estiveram ao meu lado nessa jornada desafiadora. Primeiramente, rendo minha gratidão à Santíssima Trindade: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, a quem ofereço de toda minha alma e coração as conquistas desta trajetória, juntamente com a minha querida mãe, Nossa Senhora, mãe do Filho de Deus.

Expresso também meu reconhecimento aos santos de minha devoção: São Francisco de Assis, São João Paulo II, Santa Dulce dos Pobres, São Longuinho, São José de Copertino e São José, pai adotivo de Jesus. Agradeço ainda ao meu anjo da guarda e aos arcanjos Miguel, Gabriel e Rafael, cuja proteção sempre me acompanhou.

Meu agradecimento mais profundo vai aos meus pais, João Monteiro Ferreira e Francisca Neide Cruz Ferreira, pela educação, formação de caráter, amor e exemplo de vida que foram essenciais para o sucesso da minha caminhada. À minha esposa, Viviane Assunção Barrocas, sou imensamente grato pelo apoio constante, paciência, dedicação e compreensão, especialmente durante os muitos finais de semana em que estive focado nesta dissertação.

Meus filhos, João Victor Santos Monteiro e Davi Santos Monteiro, também merecem meu carinho e gratidão pela ajuda e incentivo ao longo de todo o percurso. De forma muito especial, agradeço à minha orientadora, Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra, por acreditar em mim e por me guiar até esta importante fase.

Sou igualmente grato às professoras doutoras Maria de Nazaré Moraes Soares e Danielle Cruz Maia, cujas observações durante minha qualificação foram fundamentais para o início da pesquisa de campo. Agradeço ainda às senhoras Maria Dagmar de Andrade Soares e Silvana de Matos Brito Simões pela valiosa colaboração prestada a esta pesquisa.

Por fim, registro meus sinceros agradecimentos aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Ceará: Francisco Wilton Ferreira da Silva, José Alexandre Fonseca da Silva, Luís Sávio Braga de Pires e Maria Cairamir Arruda Braga; bem como ao senhor Kelson Monteiro, pela assistência prestada na formatação deste trabalho.

Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos (Isaac Newton).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal realizar uma análise aprofundada da trajetória institucional do Programa Criança Feliz (PCF) no Estado do Ceará, explorando sua implementação, desafios enfrentados e os significados atribuídos pelos gestores responsáveis. O foco central da pesquisa está em avaliar o cumprimento dos objetivos do programa, que visa promover o desenvolvimento infantil integral e fortalecer a parentalidade em famílias em situação de extrema vulnerabilidade social. O Programa Criança Feliz é uma política pública federal de caráter intersetorial, voltada para atender crianças de até seis anos, gestantes e suas famílias, com atenção especial aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. A dissertação também discute o contexto de criação do PCF, além das dificuldades de implementação tanto no cenário nacional quanto no Estado do Ceará. O estudo visa traçar a trajetória do programa e realizar uma análise crítica de sua eficácia em alcançar os objetivos estabelecidos. A metodologia utilizada é predominantemente qualitativa, com base na abordagem de avaliação em profundidade proposta por Rodrigues (2008; 2011), que oferece uma análise detalhada e multidimensional das políticas públicas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores estaduais do PCF, responsáveis por coordenar o programa em diferentes municípios cearenses. A pesquisa também incluiu uma análise documental de dados secundários e contou com uma fundamentação teórica baseada em legislações e estudos acadêmicos sobre políticas públicas voltadas para a primeira infância. Os resultados indicam que, apesar dos desafios enfrentados durante a implementação do PCF, como a escassez de recursos e dificuldades de articulação intersetorial, o programa foi bem-sucedido no Ceará. Isso se deve, em grande parte, ao engajamento e à liderança dos gestores estaduais, que demonstraram forte compromisso com a execução do programa, mesmo diante de obstáculos significativos. O Ceará se consolidou como referência nacional no cumprimento das metas do PCF, promovendo o desenvolvimento infantil em áreas de extrema vulnerabilidade. Um dos principais fatores de sucesso do programa foi seu caráter intersetorial, envolvendo áreas como assistência social, saúde e educação. Esse modelo de integração, embora exigente em termos de coordenação, foi fundamental para garantir que as famílias atendidas tivessem acesso a serviços essenciais, fortalecendo o vínculo familiar e promovendo o desenvolvimento infantil em um momento crucial. Outro aspecto relevante foi a continuidade das visitas domiciliares, realizadas por agentes do programa, que se mostraram fundamentais para o sucesso das intervenções. Essas visitas possibilitaram o atendimento de milhões de crianças e gestantes no Ceará, garantindo o alcance das metas propostas. A dissertação conclui

que o Programa Criança Feliz foi eficaz no Estado do Ceará, tornando-se um exemplo de política pública voltada para a primeira infância. O sucesso do programa foi atribuído à liderança política e ao comprometimento dos gestores locais, além da recomendação de que a avaliação contínua do PCF é essencial para garantir sua eficácia a longo prazo. A pesquisa sugere que o modelo intersetorial do PCF pode servir como inspiração para outras regiões do Brasil, contribuindo para políticas públicas que atendam à primeira infância.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz; avaliação de políticas públicas; avaliação em profundidade; intersetorialidade; parentalidade positiva.

ABSTRACT

The main objective of this work is to conduct an in-depth analysis of the institutional trajectory of the Criança Feliz Program (PCF) in the State of Ceará, exploring its implementation, the challenges faced, and the meanings attributed by the responsible managers. The central focus of the research is to assess the fulfillment of the program's goals, which aim to promote comprehensive child development and strengthen parenting in families living in extreme social vulnerability. The Criança Feliz Program is a federal public policy with an intersectoral approach, designed to serve children up to six years old, pregnant women, and their families, with special attention to those benefiting from the Continuous Cash Benefit (BPC) and the Bolsa Família Program. The dissertation also discusses the context in which the PCF was created, as well as the difficulties encountered during its implementation both at the national level and in the State of Ceará. The study seeks to trace the program's trajectory and conduct a critical analysis of its effectiveness in achieving the established goals. The methodology employed is qualitative, based on the in-depth evaluation approach proposed by Rodrigues (2008; 2011), which offers a detailed and multidimensional analysis of public policies. Semi-structured interviews were conducted with state managers of the PCF, responsible for coordinating the program in different municipalities in Ceará. The research also included a documentary analysis of secondary data and was supported by a theoretical foundation based on legislation and academic studies on public policies focused on early childhood. The results indicate that, despite the challenges faced during the PCF's implementation, such as limited resources and difficulties in intersectoral coordination, the program was successful in Ceará. This success is attributed to the engagement and leadership of state managers, who demonstrated a strong commitment to the program's execution, even in the face of significant obstacles. Ceará has become a national reference in meeting the PCF's goals, promoting child development in areas of extreme vulnerability. One of the key factors for the program's success was its intersectoral nature, involving areas such as social assistance, health, and education. This integration model, while demanding in terms of coordination, was essential to ensuring that the families served had access to essential services, strengthening family bonds and promoting child development at a critical stage. Another important aspect was the continuity of home visits, conducted by program agents, which proved crucial for the success of the interventions. These visits made it possible to serve millions of children and pregnant women in Ceará, ensuring the achievement of the proposed goals. The dissertation concludes that the Criança Feliz Program was effective in the State of Ceará, becoming a model for public policies

aimed at early childhood. The program's success was attributed to political leadership and the commitment of local managers, along with the recommendation that continuous evaluation of the PCF is essential to ensure its long-term effectiveness. The research suggests that the PCF's intersectoral model could inspire similar policies in other regions of Brazil, contributing to public policies that serve early childhood.

Keywords: Happy Child Program. Evaluation of public policies. In-depth evaluation. Intersectoriality. Positive parenting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proporção de pessoas em pobreza e extrema pobreza Brasil – 2020/2021.....	57
Figura 2 – Distribuição da população segundo linhas de pobreza	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da avaliação e suas gerações	34
Quadro 2 - Busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES pelo termo: “Programa Criança Feliz”	79
Quadro 3 – Documentos que contribuem para a construção do Programa Criança Feliz	143
Quadro 4 – Principais Achados referentes ao Programa Criança Feliz.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPAS	Associação Brasileira de Psicologia na Assistência Social
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BCN	Biblioteca Del Congreso Nacional De Chile
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS	Cadastro de Profissionais do Sistema Único de Assistência Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC	Cuidados para o Desenvolvimento da Criança;
CFB/1988	Constituição Federal do Brasil de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal De Psicologia
CIPPPI	Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMIC	Cartão Mais Infância Ceará
CMN	Comitê Monetário Nacional
CNAS	Conselho Nacional da Assistência Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COMDICA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONPAS	Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social
COPOM	Comitê de Política Monetária
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
CPDI	Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social

CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DDC	Declaração dos Direitos da Criança
DOU	Diário Oficial da União
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAPI	Educação e Atenção à Primeira Infância
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECCE	Política Regional da Ásia e do Pacífico de Atenção Precoce à Infância e à Educação
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
e-PCF	Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
FMPIF	Fórum Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
GINI	O índice mede a concentração da renda domiciliar per capita em uma população dentro de um espaço geográfico.
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD-SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do SUASI
INPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada
IPRED	Instituto da Primeira Infância
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAPP	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social Agrário
MLPI	Marco Legal da Primeira Infância
MLPIF	Marco Legal da Primeira Infância de Fortaleza
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos s de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização da Nações Unidas
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF	Programa Bolsa Família
PCF	Programa Criança Feliz
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Programa Primeira Infância Melhor
PL	Projeto de Lei
PMPI	Plano Municipal pela Primeira Infância
PMPIF	Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPI	Plano Nacional pela Primeira Infância

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PPC	Paridade de Poder de Compra
PT	Partido dos Trabalhadores
PTR	Programa de Transferência de Renda
REPI-CE	Rede Estadual Primeira Infância do Estado do Ceará
RERCT	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária
RNPI	Rede Nacional Primeira Infância
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAGICAD	Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SENAPI	Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNAS	Secretaria Nacional da Assistência Social
SNIPi	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância de Portugal
SNPDH	Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano
SPS	Secretaria de Proteção Social do Governo do Estado do Ceará
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TCE/CE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VAB	Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA AVALIATIVA	27
2.1	Pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos das pesquisas bibliográfica, documental e de campo	27
2.2	Pressupostos epistemológicos da avaliação e suas gerações.....	31
2.3	Perspectiva da avaliação em profundidade em políticas públicas: Programa Criança Feliz	39
2.4	Um olhar avaliativo da trajetória institucional do Programa Criança Feliz: uma avaliação em profundidade	47
2.5	Sobre vulnerabilidade social extrema, miséria, pobreza e exclusão social...	49
2.6	Métodos empregados e avaliação dos dados presentes no estudo	58
2.7	Os sujeitos da investigação da pesquisa de campo	62
3	RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA E O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	64
3.1	Sobre a construção dos direitos da infância: um longo processo	64
3.2	Proteção da Primeira Infância e a emergência do Programa Criança Feliz: contextos e regulamentações em foco	68
3.3	Aproximações ao Programa Criança Feliz: entre documentos oficiais e produções acadêmicas	75
3.4	Críticas ao Programa Criança Feliz	87
3.5	Avanços e lacunas nas produções acadêmicas sobre o Programa Criança Feliz: Contribuições para o campo das políticas públicas para a primeira infância	97
4	ANÁLISE DE CONTEÚDO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	103
4.1	Legislações – Fontes de inspiração para o Programa Criança Feliz	104
4.2	Paradigmas orientadores do PCF: Objetivos, primeira infância e público-alvo	114
4.3	A intersectorialidade no Programa Criança Feliz	120
4.3.1	<i>Assistência social</i>	120

4.3.2	<i>Saúde</i>	121
4.3.3	<i>Educação</i>	122
4.3.4	<i>Cultura</i>	123
4.3.5	<i>Justiça</i>	123
4.4	Comitê gestor	125
4.5	Visitas domiciliares	130
4.6	Equipe, capacitação e educação permanente: conforme Portaria n.º 664	132
4.7	Elaboração de estudos e pesquisas	135
4.8	Elegibilidade e adesão ao programa	136
4.9	Financiamento, valores, bloqueio, suspensão, descredenciamento ou desistência	137
4.10	Metas a serem perseguidas	139
4.11	Governança do Estado ao PCF	139
4.12	Síntese documental	137
4.13	Verificação da coerência interna do Programa Criança Feliz com a política pública Mais Infância - Ceará	142
4.14	Verificação da coerência interna do Programa Criança Feliz com sua proposta teórica e sua base conceitual	146
4.15	Considerações acerca do Capítulo 4	147
5	ANÁLISE DE CONTEXTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	155
6	PERSPECTIVAS E DESAFIOS: PERCEPÇÕES DOS GESTORES E PROFISSIONAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO ESTADO DO CEARÁ	166
6.1	Análise da entrevista com o (a) coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará	167
6.1.1	<i>Análise crítica da entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	167
6.1.2	<i>Análise do discurso da entrevista realizada com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	171
6.1.3	<i>Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	176
6.2	Análise da entrevista com o (a) coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará	180

6.2.1	<i>Análise crítica da entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	181
6.2.2	<i>Análise do discurso da entrevista realizada com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	185
6.2.3	<i>Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	189
6.3	<i>Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) n.º 1 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	200
6.3.1	<i>Desafios operacionais e estruturais</i>	201
6.3.2	<i>Impactos positivos e transformadores</i>	201
6.3.3	<i>Resistência inicial e engajamento das famílias</i>	202
6.3.4	<i>Necessidade de formação e capacitação contínua</i>	202
6.3.5	<i>Contribuições e perspectivas futuras</i>	203
6.3.6	<i>Considerações acerca da análise do discurso do (a) multiplicador (a) 01</i>	204
6.4	<i>Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	205
6.4.1	<i>Classe 1: Aprendizado e Adaptação no Campo</i>	205
6.4.2	<i>Classe 2: Desafios Estruturais e Operacionais</i>	206
6.4.3	<i>Classe 3: Gestão e Operacionalização</i>	207
6.4.4	<i>Classe 4: Fortalecimento dos Vínculos Familiares</i>	207
6.4.5	<i>Classe 5: Prática das Visitas Domiciliares</i>	208
6.4.6	<i>Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	209
6.5	<i>Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	210
6.5.1	<i>Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	211
6.5.2	<i>Clareza e consistência argumentativa</i>	211
6.5.3	<i>Profundidade das respostas</i>	212
6.5.4	<i>Relevância e atualidade</i>	212
6.5.5	<i>Críticas à implementação e desafios</i>	213
6.5.6	<i>Impacto e futuro do programa</i>	213
6.5.7	<i>Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 02</i>	213

	Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do	
6.6	Programa Criança Feliz no Ceará	214
6.6.1	<i>Desafios na capacitação e monitoramento</i>	215
6.6.2	<i>Integração intersetorial e parcerias</i>	216
6.6.3	<i>Adaptações d durante a Pandemia da COVID-19</i>	217
6.6.4	<i>Resultados e reconhecimento nacional</i>	218
6.7	<i>Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	219
6.7.1	<i>Classe 1: Capacitação e Monitoramento</i>	219
6.7.2	<i>Classe 2: Adaptação durante a Pandemia</i>	220
6.7.3	<i>Classe 3: Desafios Financeiros e Operacionais</i>	220
6.7.4	<i>Classe 4: Percepção Ampliada de Família e Impacto Social</i>	220
6.7.5	<i>Análise dos Agrupamentos</i>	221
6.8	<i>Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	221
6.8.1	<i>Considerações acerca da análise do discurso da entrevista do (a) multiplicador (a) 02</i>	222
6.8.2	<i>Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	224
6.9	<i>Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	227
6.9.1	<i>Desafios e limitações operacionais</i>	227
6.9.2	<i>Integração intersetorial e parcerias</i>	228
6.9.3	<i>Adaptações durante a Pandemia de COVID-19</i>	228
6.9.4	<i>Considerações acerca da análise do discurso da entrevista do (a) multiplicador (a) 03</i>	229
6.10	<i>Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	230
6.10.1	<i>Classe 4: Prática das Visitas Domiciliares</i>	230
6.10.2	<i>Classes 2, 3 e 1: Análise Agrupada</i>	230
6.10.3	<i>Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	231
6.11	<i>Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	231

6.11.1	<i>Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	232
6.11.2	<i>Metodologia e abordagem do programa</i>	232
6.11.3	<i>Desafios e estratégias de implementação</i>	232
6.11.4	<i>Impactos observados e avaliação do programa</i>	233
6.11.5	<i>Colaboração intersetorial e sustentabilidade</i>	233
6.11.6	<i>Recomendações e perspectivas futuras</i>	234
6.11.7	<i>Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 04</i>	235
6.11.8	<i>Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	236
6.11.9	<i>Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	238
6.12	<i>Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	245
6.12.1	<i>Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq</i>	249
6.13	<i>Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 06 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	253
6.13.1	<i>Análise Crítica da Entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 06 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	254
6.13.2	<i>Análise Crítica da Entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 06 do Programa Criança Feliz no Ceará</i>	254
6.13.3	<i>Integração com outras políticas públicas</i>	255
6.13.4	<i>Impactos do programa e avaliação</i>	255
6.13.5	<i>Desafios operacionais e financeiros</i>	256
6.13.6	<i>Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 06</i>	256
6.14	<i>Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) 06</i>	258
6.14.1	<i>Compromisso com a capacitação e formação profissional</i>	258
6.14.2	<i>Integração intersetorial das políticas públicas</i>	259
6.14.3	<i>Avaliação dos impactos e resultados do programa</i>	259
6.14.4	<i>Enfrentamento de desafios operacionais e financeiros</i>	260
6.14.5	<i>Otimismo e resiliência como elementos centrais do discurso</i>	261
6.14.6	<i>Considerações da análise do discurso</i>	261

6.15	Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq	262
6.15.1	<i>Grupo 1: classes 4, 3 e 1 - Classe 4: Desafios e Estratégias de Implementação</i>	262
6.15.2	<i>Classe 3: Capacitação e Formação Profissional</i>	263
6.15.3	<i>Classe 1: Impactos e Resultados do Programa</i>	264
6.15.4	<i>Classe 2: classes 2 e 5 - Classe 2: Estrutura e Parcerias Institucionais</i>	265
6.15.5	<i>Classe 5: Metodologias e Intervenções Diretas</i>	266
6.15.6	<i>Conclusão da análise dos agrupamentos</i>	267
6.16	Consideração acerca das perspectivas e desafios do programa Criança Feliz no Ceará	268
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
	REFERÊNCIAS	280
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) A SER APLICADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA DO PCF	302
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DO PCF NO ESTADO DO CEARÁ	304

INTRODUÇÃO

O Programa Criança Feliz (PCF) é uma política pública federal que tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento infantil integral em crianças de até seis anos, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, gestantes e suas famílias. Instituído em 2016, o PCF faz parte de uma série de iniciativas que refletem o reconhecimento, por parte do governo brasileiro, da importância de se investir na primeira infância como estratégia para reduzir desigualdades sociais e garantir o bem-estar de longo prazo das crianças e suas famílias. A primeira infância é um período decisivo no ciclo de vida, sendo responsável por grande parte do desenvolvimento cognitivo, emocional e físico do ser humano, o que afeta diretamente seu desempenho e bem-estar ao longo da vida (Brasil, 2016a).

É uma das maiores iniciativas de política pública voltada à primeira infância no Brasil, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade. Criado por meio do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, o PCF foi estruturado com base nas diretrizes do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016), que reforça a importância de um olhar intersetorial e multidisciplinar para a promoção do bem-estar infantil. O programa integra ações nas áreas de assistência social, saúde, educação, justiça e cultura, visando garantir apoio não apenas às crianças, mas também às gestantes e às famílias. A estratégia de visitas domiciliares é o principal meio utilizado pelo programa para fortalecer os vínculos familiares, orientar sobre os cuidados essenciais à criança e assegurar o acesso aos direitos fundamentais.

O presente estudo visa uma avaliação em profundidade da trajetória institucional do PCF no Ceará, com foco nas percepções dos gestores estaduais sobre o alcance dos objetivos propostos pelo programa. No entanto, este estudo não se limita a uma simples verificação dos resultados numéricos ou quantitativos; seu objetivo é oferecer uma análise abrangente sobre como o PCF foi concebido, adaptado e implementado no Ceará, bem como os desafios e êxitos observados ao longo de sua execução.

Dessa forma, esta dissertação busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: Qual a trajetória institucional do Programa Criança Feliz no Estado do Ceará e quais os significados que o programa trouxe na percepção de seus gestores e dos profissionais que atuam diretamente no estado?

Para dar resposta a essa questão, o estudo desdobra-se em três principais objetivos específicos: a) analisar o contexto de criação e implementação do PCF no Brasil e no Ceará, considerando as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que contribuíram para sua

formulação; b) avaliar o conteúdo programático do PCF, com ênfase nos seus fundamentos intersetoriais e nas ações voltadas ao desenvolvimento infantil integral; e c) examinar as percepções dos gestores e profissionais atuantes no PCF no Ceará, identificando as particularidades da trajetória institucional do programa no estado.

Ao adotar uma metodologia de avaliação em profundidade, conforme os moldes propostos por Rodrigues (2008; 2011) e complementada pelos conceitos de coerência institucional abordados por Lejano (2012), este trabalho foca nas dinâmicas institucionais que impactam a efetividade das políticas públicas. A coerência institucional, segundo Lejano (2012), refere-se à capacidade de adaptação das políticas públicas aos diferentes contextos institucionais e sociais onde são implementadas, de modo que a execução não se distancie dos objetivos inicialmente propostos. Assim, ao avaliar a trajetória do PCF no Ceará, o estudo busca entender não apenas os resultados finais, mas também o processo contínuo de adaptação e implementação do programa, considerando suas especificidades regionais e desafios locais.

O Programa Criança Feliz surge num contexto de crescente preocupação com o desenvolvimento infantil no Brasil, especialmente em relação às crianças em situação de vulnerabilidade social extrema. O Marco Legal da Primeira Infância foi um divisor de águas para a criação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. A fase que vai do nascimento aos seis anos de idade é considerada crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico das crianças, sendo apontada por diversos estudos como um período de alta plasticidade cerebral e de formação das bases para o aprendizado futuro e a saúde ao longo da vida (Brasil, 2016a).

Diante dessa perspectiva, o PCF foi instituído com a premissa de que intervenções durante os primeiros anos de vida geram impactos duradouros, tanto na vida individual das crianças e suas famílias, quanto na sociedade como um todo. Segundo o Ministério da Cidadania, o programa visa promover um ambiente familiar e comunitário mais saudável, reforçando o papel da família e da comunidade no desenvolvimento infantil e oferecendo suporte por meio de visitas domiciliares realizadas por profissionais capacitados (Brasil, 2022b).

Em termos institucionais, o PCF é uma iniciativa de caráter intersetorial que envolve áreas como assistência social, saúde, educação, cultura e justiça. Sua implementação ocorre de maneira descentralizada, cabendo aos municípios a responsabilidade pela gestão direta das ações do programa, enquanto o governo federal atua como articulador, fornecendo os recursos financeiros e técnicos necessários para o funcionamento do programa. No Ceará, o

PCF é integrado ao programa Mais Infância Ceará, que tem como objetivo ampliar e fortalecer as ações voltadas para a primeira infância no estado.

A avaliação de políticas públicas, conforme descrita por Rodrigues (2008; 2011), vai além da simples análise de resultados numéricos ou indicadores pré-estabelecidos. Trata-se de um processo mais detalhado, que envolve a análise do contexto, conteúdo e trajetória institucional da política ou programa em questão. Neste estudo, a metodologia de avaliação em profundidade será utilizada para analisar o PCF, observando como o programa foi implementado no Ceará e quais os impactos percebidos pelos gestores e profissionais envolvidos.

A coerência institucional, abordada por Lejano (2012), é um conceito chave para a compreensão da adaptação das políticas públicas em diferentes contextos. Lejano argumenta que uma política só pode ser efetivamente implementada se for capaz de se adaptar às realidades institucionais e sociais locais, preservando, ao mesmo tempo, seus objetivos fundamentais. No caso do PCF, é essencial compreender como as diretrizes nacionais foram adaptadas no contexto cearense, considerando fatores como a estrutura de governança local, a disponibilidade de recursos e as particularidades culturais e sociais da região.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo utilizará uma combinação de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com gestores e profissionais atuantes no PCF no Ceará. A pesquisa bibliográfica será fundamentada em artigos científicos, teses, dissertações e publicações oficiais que tratam do PCF, da primeira infância e das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil. A pesquisa documental abrangerá decretos, portarias, relatórios e outros documentos oficiais que detalham a implementação e o funcionamento do programa, tanto em nível nacional quanto estadual.

As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com gestores estaduais e profissionais diretamente envolvidos na execução do PCF no Ceará. Essas entrevistas terão como foco explorar as percepções dos participantes sobre os desafios e sucessos na implementação do programa, bem como suas avaliações sobre o impacto do PCF nas crianças, gestantes e famílias atendidas. A escolha por entrevistas semiestruturadas permite uma maior flexibilidade na condução das conversas, possibilitando que os entrevistados expressem suas percepções de maneira mais livre e aprofundada, ao mesmo tempo em que garante que os tópicos centrais do estudo sejam abordados.

O método qualitativo adotado é fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e institucionais que moldam a implementação do PCF no Ceará. Ao analisar as narrativas dos gestores e profissionais, o estudo busca identificar padrões de sucesso e desafios

enfrentados na implementação do programa, bem como compreender como as adaptações locais podem ter influenciado os resultados observados (Minayo, 2012).

A promoção do desenvolvimento infantil integral em situações de vulnerabilidade social é uma questão complexa, que envolve múltiplas dimensões da vida familiar e comunitária. A desigualdade social no Brasil afeta profundamente as condições de vida das crianças, especialmente durante a primeira infância. Estudos indicam que crianças em situação de pobreza ou extrema pobreza estão mais expostas a riscos que comprometem seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional (Sousa *et al.*, 2014; Soares, 2023).

O Programa Criança Feliz foi criado justamente para mitigar esses efeitos, oferecendo apoio às famílias por meio de ações integradas e intersetoriais. As visitas domiciliares são a principal ferramenta do programa, pois permitem uma intervenção direta na vida das famílias, promovendo um ambiente mais saudável e propício ao desenvolvimento infantil. Os visitantes do PCF têm como missão fortalecer os vínculos familiares, orientar sobre cuidados essenciais, como nutrição e saúde, e assegurar que as famílias tenham acesso aos serviços públicos disponíveis (Brasil, 2018b).

No entanto, mesmo com os avanços observados, o programa ainda enfrenta grandes desafios. A expansão do atendimento para um maior número de famílias em situação de vulnerabilidade é uma das principais dificuldades. Além disso, é necessário garantir que as visitas domiciliares sejam realizadas com qualidade, pois é por meio dessas visitas que se estabelece a conexão direta com as famílias assistidas, permitindo uma intervenção eficaz.

No Ceará, o PCF tem se mostrado uma iniciativa importante para o desenvolvimento infantil. Até dezembro de 2022, foram realizadas mais de 7 milhões de visitas domiciliares a famílias com crianças e gestantes em situação de vulnerabilidade, alcançando 145.068 crianças e 43.538 gestantes nos 184 municípios do estado (Ceará, 2022). Esses números refletem o compromisso do governo estadual em fortalecer as políticas voltadas à primeira infância, mas também revelam a magnitude dos desafios ainda existentes.

A integração do PCF com outras políticas públicas é um fator crucial para garantir a sustentabilidade do programa e o alcance de seus objetivos a longo prazo. A articulação entre as áreas de assistência social, saúde, educação e justiça entre outra, permite uma abordagem mais completa e eficaz para a promoção do desenvolvimento infantil, evitando sobreposições e lacunas no atendimento às famílias.

Nesse sentido, a avaliação do PCF não pode se limitar a um exercício burocrático ou formal. É preciso adotar uma visão crítica e proativa, que identifique não apenas os resultados obtidos, mas também os pontos fracos e as oportunidades de melhoria. A avaliação

em profundidade proposta por Rodrigues (2008; 2011) oferece um modelo adequado para esse tipo de análise, pois leva em conta a complexidade das interações institucionais e sociais que influenciam a implementação das políticas públicas.

Além disso, é necessário considerar os indicadores de vulnerabilidade social e sua relação com o sucesso do programa. As desigualdades regionais no Brasil impõem desafios adicionais à implementação de políticas públicas, e o Ceará, com sua histórica desigualdade social, não é exceção. A avaliação do PCF no estado deve, portanto, levar em conta essas especificidades regionais, adaptando as intervenções às necessidades locais.

A presente dissertação se justifica pela relevância do tema e pela expertise do autor, auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), cuja atuação está voltada à garantia do uso eficiente dos recursos públicos. O estudo visa contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à primeira infância, oferecendo uma análise detalhada e crítica da implementação do PCF no Ceará.

A dissertação está organizada em sete capítulos, cuidadosamente desenvolvidos para proporcionar uma análise abrangente e detalhada do Programa Criança Feliz (PCF) no contexto do estado do Ceará. A estrutura segue uma lógica sequencial que busca, desde a introdução até as considerações finais, explorar os diversos aspectos teóricos, práticos e institucionais que envolvem a criação, implementação e avaliação do programa. A seguir, apresento uma visão ampliada e aprimorada da organização dos capítulos, com destaque para suas essências.

O primeiro capítulo, "Introdução", cumpre a função de contextualizar o leitor em relação ao tema central da dissertação, que é a análise da trajetória institucional do Programa Criança Feliz (PCF) no estado do Ceará. Ele apresenta o problema de pesquisa, que se concentra em compreender como o PCF foi implementado, adaptado e percebido pelos gestores estaduais, além de explorar o impacto do programa no desenvolvimento infantil de famílias em situação de vulnerabilidade.

Neste capítulo, são delineados o objetivo geral do estudo — avaliar em profundidade o PCF no Ceará — e os objetivos específicos, que envolvem a análise do contexto de criação e implementação do programa, a avaliação de seu conteúdo e a identificação das percepções dos gestores estaduais sobre o alcance dos objetivos do PCF. A metodologia empregada é explicada, destacando-se a abordagem qualitativa e a combinação de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas.

A escolha do tema é justificada pela relevância social e profissional do autor, que, como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), tem

vasta experiência na fiscalização de políticas públicas. Essa vivência prática é um dos diferenciais do estudo, pois permite uma análise crítica e técnica dos recursos aplicados ao PCF e seu impacto nas famílias atendidas.

O segundo capítulo, intitulado "Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Avaliativa", apresenta o arcabouço teórico que embasa a pesquisa. Nesse capítulo, discute-se a literatura especializada em políticas públicas, avaliações programáticas e metodologias qualitativas, o que fornece a base necessária para a compreensão da análise em profundidade proposta.

O capítulo explica a escolha pela avaliação em profundidade, que vai além da simples análise quantitativa de resultados, oferecendo uma avaliação crítica e multifacetada do PCF. São explorados os conceitos de coerência institucional, conforme discutido por Lejano (2012), e a importância de adaptar políticas públicas ao contexto institucional e social em que são aplicadas.

Além disso, o capítulo detalha os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, como a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores estaduais e profissionais atuantes no PCF, e a análise documental de fontes oficiais como decretos, leis e relatórios. Essa abordagem permite que o estudo ofereça uma visão robusta e contextualizada da implementação do programa.

O terceiro capítulo, intitulado "O Programa Criança Feliz que Visa Integrar, Ampliar e Fortalecer Ações Voltadas para Gestantes, Crianças na Primeira Infância e suas Famílias", mergulha nas origens e objetivos do PCF, explorando sua criação no Brasil e sua aplicação no Ceará. Aqui, são discutidos os principais marcos legais e sociais que influenciaram a formulação do programa, com destaque para o Marco Legal da Primeira Infância e outras legislações internacionais e nacionais que colocam a primeira infância como prioridade nas políticas públicas.

Este capítulo também realiza uma revisão da literatura sobre o PCF, apresentando estudos acadêmicos, dissertações e teses que analisam o programa sob diferentes perspectivas. Isso permite identificar as principais contribuições já feitas pela academia, assim como as lacunas que ainda precisam ser exploradas. Essa revisão é crucial para situar a dissertação dentro do contexto mais amplo das pesquisas sobre políticas de desenvolvimento infantil.

Além disso, são abordadas as críticas ao PCF, tanto no âmbito acadêmico quanto em debates sociais mais amplos. Essas críticas trazem à tona questões sobre a implementação do programa, seu alcance, os desafios intersetoriais e as dificuldades enfrentadas em sua operacionalização nas diversas regiões do país.

O quarto capítulo, intitulado "Análise de Conteúdo do Programa Criança Feliz", foca na avaliação crítica do conteúdo programático do PCF. Aqui, é realizada uma análise aprofundada dos conceitos, ideias e valores que sustentam o programa, avaliando sua coerência interna e consistência com os objetivos propostos.

Este capítulo examina como o PCF está estruturado em termos de suas diretrizes teóricas e operacionais, verificando se há congruência entre o que foi planejado e o que é executado. Também se investiga o alinhamento do PCF com outras iniciativas e políticas públicas, como o Programa Mais Infância Ceará, evidenciando as sinergias e eventuais contradições na sua implementação.

A análise de conteúdo inclui a revisão de documentos oficiais, como decretos, portarias e legislações, bem como de relatórios de avaliação do programa. Isso permite uma compreensão detalhada da lógica interna do PCF, sua operacionalização e os desafios enfrentados ao longo de sua execução.

No quinto capítulo, intitulado "Análise de Contexto do Programa Criança Feliz", a pesquisa se aprofunda na avaliação do contexto político, social e econômico que influenciou a criação e implementação do PCF. Nesse capítulo, são analisadas as circunstâncias em que o programa foi concebido, tanto em nível nacional quanto no estado do Ceará.

O estudo examina o cenário político brasileiro durante o governo Michel Temer (2016-2018), que lançou o PCF, em pleno período pós-golpe, com a retirada da presidente Dilma Rousseff da presidência do Brasil, por meio de um *impeachment*, discutindo como o programa se insere em um contexto de instabilidade política, econômica e social, e como esse cenário impactou sua execução. Também são considerados os fatores regionais que influenciam a implementação do PCF no Ceará, como as desigualdades socioeconômicas, as condições de vulnerabilidade social no estado e a resistência política por causa do *impeachment*, que ainda enfrentava resistência por parte dos municípios cearense em aderir ao PCF por causa do momento político.

Essa análise contextual é essencial para compreender as dificuldades encontradas na operacionalização do PCF e como o programa foi ajustado para se adequar às particularidades locais, sem perder de vista seus objetivos gerais.

O sexto capítulo, "Percepção dos Gestores e Profissionais que Atuam no PCF no Estado do Ceará", é dedicado à análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores e profissionais que atuam no programa. Este capítulo traz as percepções dos atores envolvidos diretamente na execução do PCF, revelando os desafios, obstáculos e conquistas que marcam a implementação do programa no Ceará.

A análise das entrevistas permite identificar boas práticas e pontos de melhoria no PCF, conforme apontado pelos próprios profissionais, que possuem um conhecimento prático e cotidiano das dificuldades encontradas na execução das políticas voltadas para a primeira infância. As percepções dos gestores são cruciais para entender como o programa se adapta às condições regionais, quais são as principais barreiras institucionais e como elas podem ser superadas.

Além de fornecer uma visão crítica dos gestores e profissionais, este capítulo também propõe indicadores e estratégias para aprimorar a implementação do PCF no estado, garantindo que o programa alcance seus objetivos de forma mais eficaz.

O sétimo e último capítulo, "Considerações Finais", oferece uma síntese dos principais resultados alcançados ao longo da pesquisa. Aqui, o estudo retorna aos objetivos propostos na introdução e avalia em que medida eles foram alcançados, trazendo uma reflexão sobre os achados mais importantes e suas implicações para as políticas públicas voltadas à primeira infância.

Este capítulo também apresenta recomendações para o aprimoramento do Programa Criança Feliz, tanto em nível estadual quanto nacional. Essas recomendações são baseadas nas análises de conteúdo e contexto realizadas ao longo da dissertação, assim como nas percepções dos gestores entrevistados.

Por fim, são feitas reflexões sobre a importância de uma avaliação contínua e criteriosa das políticas públicas, destacando o papel fundamental de órgãos de controle, como o TCE/CE, na garantia da transparência, eficiência e efetividade do uso dos recursos públicos em programas como o Mais Infância Ceará, já que o PCF a fiscalização cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O compromisso com a promoção do desenvolvimento humano e a melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis, conforme abordado neste estudo, exige uma análise abrangente e detalhada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que moldaram a implementação e os resultados do Programa Criança Feliz. Para compreender plenamente os impactos e desafios enfrentados pelo programa, é necessário levar em consideração as diversas interações entre essas dinâmicas e como elas afetam diretamente as populações em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, esta pesquisa busca oferecer uma contribuição significativa ao debate sobre as políticas públicas voltadas à primeira infância, especialmente em regiões que enfrentam desafios urbanos complexos, como é o caso do Ceará. Ao realizar uma avaliação em profundidade do programa, pretende-se gerar uma base sólida de conhecimento que permita

não apenas a compreensão dos fatores que influenciaram a sua implementação, mas também a formulação de estratégias de melhoria.

Além disso, o estudo visa fortalecer o diálogo entre gestores públicos, acadêmicos e a sociedade civil sobre a importância de intervenções eficazes que reduzam a vulnerabilidade social.

Ao focar a primeira infância como uma janela crucial para o desenvolvimento humano, a pesquisa espera fomentar ações mais direcionadas e integradas que resultem em impactos duradouros na vida das crianças e famílias beneficiadas, promovendo maior equidade social e sustentabilidade nas políticas públicas de assistência social e desenvolvimento infantil.

2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA AVALIATIVA

A pesquisa avaliativa ocupa um papel central no campo das ciências sociais e políticas, especialmente quando o objetivo é analisar e compreender a eficácia de políticas públicas. A estruturação teórico-metodológica é fundamental para garantir que a avaliação realizada seja rigorosa, relevante e capaz de fornecer insights significativos sobre a política ou programa em questão. Neste contexto, a escolha dos fundamentos epistemológicos e dos métodos aplicados se torna crucial, pois determina o caminho pelo qual a pesquisa se desenvolve, desde a formulação do problema até a interpretação dos resultados (Garcia, 2020).

Este capítulo busca delinear as bases teórico-metodológicas da pesquisa avaliativa, com o objetivo de integrar as discussões epistemológicas sobre a avaliação de políticas públicas com as abordagens metodológicas selecionadas para a realização deste estudo. A análise das políticas públicas exige uma articulação entre o conhecimento teórico e a prática metodológica, garantindo que as avaliações sejam conduzidas com um entendimento claro das implicações teóricas e práticas dos métodos empregados.

Diante da complexidade inerente à escolha metodológica, o capítulo está estruturado em dez seções, começando pelos pressupostos epistemológicos da pesquisa social bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Ao explorar essas dimensões se pretende ofertar uma base sólida para o entendimento das escolhas metodológicas realizadas, bem como das implicações que essas escolhas têm para a construção do conhecimento e para a prática da avaliação de políticas públicas.

2.1 Pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos das pesquisas bibliográfica, documental e de campo

A pesquisa é o processo contínuo e essencial da ciência, que visa compreender e construir a realidade. Ela surge de questões e problemas que despertam a curiosidade do pesquisador, conectando-se à prática e a interesses sociais específicos. A investigação científica parte de inquietações que motivam a busca por respostas, seja através do resgate de conhecimentos prévios ou da criação de novos referenciais. Pesquisar, portanto, é o meio pelo qual o ser humano explora o mundo e a si mesmo, utilizando técnicas e métodos adequados para satisfazer suas curiosidades e esclarecer suas dúvidas (Deslandes, 2007; Chizzotti, 2000).

O ser humano procura compreender o mundo ao seu redor, desenvolvendo sistemas para interpretar a natureza das coisas e o comportamento humano. A observação é uma importante fonte de conhecimento, assim como crenças religiosas, obras de ficção, autoridade e filosofia. Contudo, essas formas de conhecimento podem ser insuficientes para mentes mais críticas, o que levou ao desenvolvimento da ciência como uma forma mais segura e valorizada de conhecimento na sociedade contemporânea (Gil, 2008).

Minayo (2012, p. 622) descreve de forma brilhante o fazer científico em seu artigo "Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade", enfatizando que:

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora (Minayo, 2012, p.622).

A ciência, portanto, é apenas uma das formas de busca pelo conhecimento, não sendo exclusiva, conclusiva ou definitiva. Embora tenha se tornado a principal via de construção do conhecimento na sociedade ocidental, ela ainda não oferece respostas ou soluções para problemas essenciais, como pobreza, vulnerabilidade social, fome, desnutrição e desigualdades sociais (Deslandes, 2007).

As ciências sociais emergiram no século XIX, influenciadas pelo positivismo, que buscaram uma análise objetiva da sociedade semelhante às ciências naturais. Contudo, essa perspectiva revelou-se insuficiente, pois a sociedade é uma construção complexa de indivíduos com diversas perspectivas. Para abordar essa complexidade, é necessário ir além do positivismo, confirmando que as sociedades são moldadas por sua história e projeções futuras. A pesquisa social utiliza métodos científicos para entender as relações humanas em disciplinas como Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com o objetivo de resolver problemas sociais. Essa pesquisa pode ser teórica ou prática, sendo a última mais comum. Além disso, a relação entre pesquisador e objeto de estudo destaca a impossibilidade de uma neutralidade total, enquanto a abordagem qualitativa busca captar a riqueza e a dinâmica da vida social. Na última análise, as ciências sociais se esforçaram para refletir a complexidade da experiência humana, contribuindo para um entendimento mais profundo das interações sociais e das transformações históricas (Gil, 2008; Deslandes, 2007).

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental em diversos estudos, pois os livros são fontes essenciais de informação. Eles podem ser classificados como leitura atual, que abrangem obras literárias e científicas, ou de referência, específicos para o fornecimento rápido de informações. Os livros de referência são divididos em dois tipos: informativos, como dicionários e enciclopédias, e remissivos, como catálogos, que direcionam o leitor a outras fontes. Cada tipo de fonte bibliográfica exige métodos específicos para ser identificado, localizado e utilizado de maneira eficiente, contribuindo significativamente para a pesquisa (Gil, 2002; Lakatos; Marconi, 2003).

A Pesquisa documental está presente no uso de fontes físicas e eletrônicas, como revistas, jornais e normativas, permite o acesso a informações legais e à análise do conteúdo do PCF. Nesse contexto, as fontes documentais do Governo Federal e do Governo do Estado do Ceará foram as mais destacadas e utilizadas.

A pesquisa qualitativa começa com uma pergunta, inquietação do pesquisador. No presente estudo foi: Qual a trajetória institucional desse Programa Criança Feliz no Estado do Ceará e quais os significados que o Programa trouxe na percepção de seus gestores e dos profissionais que atuam diretamente no nele no Estado do Ceará? Indagação essa que deve contextualizar e fundamentar o objeto de estudo como um construto científico.

É importante conhecer as publicações e pesquisas concluídas ou em andamento sobre o objeto. O marco teórico deve detalhar conceitos relevantes, hipóteses e pressupostos. As estratégias de campo devem estar de acordo com o marco teórico. É recomendável fazer uma visita informal no cenário para aumentar a confiança na abordagem do objeto. Durante o trabalho de campo, o pesquisador deve estar atento e receptivo às informações inesperadas, sendo uma atividade ativa de observação, interlocução e interpretação. O trabalho de campo é a construção de uma representação crítica e ativa do objeto de estudo (Minayo, 2012).

A pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes, valorizando a subjetividade e os significados atribuídos às suas experiências explorando a complexidade dos contextos individuais e as interações humanas. Utilizando técnicas como entrevistas, grupos focais e observação participante, essa abordagem captura a diversidade e profundidade das experiências, oferecendo uma compreensão detalhada dos fenômenos sociais que não seriam evidentes em análises quantitativas.

Com os conceitos básicos introdutórios dos pressupostos epistemológicos da pesquisa social, bibliográfica documental de natureza qualitativa passa-se nas sessões seguintes, explanar-se temas que servirão de uma melhor compreensão na metodologia adotada nesta pesquisa.

A pesquisa em ciências sociais, como já mencionado, adota uma abordagem qualitativa quando visa compreender a realidade social em sua complexidade, levando em consideração os contextos e as subjetividades dos indivíduos envolvidos. A pesquisa qualitativa é caracterizada pela flexibilidade de suas etapas, permitindo que o pesquisador ajuste seu caminho à medida que novos dados e insights surgem ao longo do estudo (Minayo, 2012).

A pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa em diversos aspectos, incluindo os objetivos, a natureza dos dados coletados e as técnicas de análise. Enquanto a pesquisa quantitativa busca testar hipóteses e estabelecer relações causais por meio de técnicas estatísticas, a pesquisa qualitativa tem como foco a compreensão do fenômeno em estudo a partir das perspectivas dos participantes, utilizando técnicas como entrevistas, observações e análise de documentos (Gil, 2008).

A entrevista é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, permitindo que o pesquisador compreenda as experiências e percepções dos participantes. Para ser eficaz, deve permitir a livre expressão dos entrevistados, com o pesquisador participante como facilitador. Na análise dos dados, é necessário adotar uma abordagem interpretativa, buscando padrões e significados. Esse processo exige do pesquisador uma postura reflexiva para explorar as nuances e contradições presentes (Minayo, 2012).

Neste estudo, os pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos discutidos serão postos em movimento para a análise do Programa Criança Feliz (PCF), com o objetivo de avaliar se o programa está atingindo seus objetivos conforme estabelecido no Decreto nº 9.579/2018 (Brasil, 2018b).

A pesquisa qualitativa, apoiada em uma revisão bibliográfica e documental, permite uma análise aprofundada das trajetórias institucionais do PCF no estado do Ceará.

O uso de entrevistas qualitativas como principal técnica de coleta de dados possibilita a compreensão das percepções e experiências dos participantes em relação ao PCF, oferecendo insights valiosos para a avaliação do programa. Além disso, a análise dos dados qualitativos, baseada em uma abordagem interpretativa, permite identificar temas e padrões que emergem das experiências dos participantes, contribuindo para a construção de uma compreensão mais completa do impacto do PCF.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, permite ao pesquisador contextualizar os dados coletados no campo, situando o PCF no panorama mais amplo das políticas públicas voltadas para a primeira infância no Brasil. A análise documental, que inclui a revisão de documentos oficiais, relatórios de avaliação e outros materiais relevantes, complementa a pesquisa bibliográfica, oferecendo uma base sólida para a avaliação do PCF.

Por fim, a aplicação dos conceitos discutidos neste capítulo ao estudo do PCF evidencia a importância de uma abordagem qualitativa na pesquisa em ciências sociais, especialmente quando o objetivo é compreender fenômenos complexos. A combinação de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas qualitativas permite ao pesquisador construir uma compreensão aprofundada do PCF, contribuindo para o desenvolvimento de formulação de recomendações para a melhoria do programa.

Com essa abordagem, este estudo pretende não apenas avaliar a trajetória institucional do PCF, no estado do Ceará, mas também contribuir para o desenvolvimento do conhecimento na área de políticas públicas voltadas para a primeira infância, oferecendo insights valiosos para pesquisadores, gestores públicos e outros *stakeholders* interessados no tema.

2.2 Pressupostos epistemológicos da avaliação e suas gerações

Falar-se em avaliação nos leva a contemplar sua constante evolução, sendo que esta expressão vem sendo construída e reconstruída ao longo dos últimos séculos, seja nos campos sociais, econômicos, políticos e organizacionais. Consolidada no campo da educação, ela vem evoluindo de forma, que hoje aplica-se ao campo dos programas e das políticas públicas e tem peso importante para o acompanhamento, correção, mudanças de objetivos ou até mesmo indicar o fim de tal política ou programa, por ter cumprido o seu objetivo ou por não ter tido as expectativas esperadas para o qual foram criados e não poderão ser corrigidos ao longo do tempo de execução (Lima Filho; Trompieri Filho, 2013).

É necessário fazer-se alguns comentários e explanações sobre o processo de avaliação, com o objetivo de uma melhor compreensão dos impactos que a avaliação traz na atualidade para os governantes e a sociedade em geral.

A educação é um processo de ensinar e aprender presente em todas as sociedades, que visa transmitir modos culturais de ser e agir para as gerações seguintes. Em diferentes

espaços sociais ela encontra-se ligada à socialização e endoculturação. Logo, está em constante mutação e adaptação às formas consideradas padrões de cada sociedade, assim como as convicções e instituições tradicionais que a sustentam (Lima Filho; Trompieri Filho, 2013).

A avaliação educacional é uma ferramenta essencial para monitorar o ensino e aprendizagem, identificar dificuldades e ajustar o processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria da prática docente. Ela reflete tendências socioeconômicas e políticas, sendo influenciada pelos valores e ideologias do avaliador. O conceito de avaliação evoluiu ao longo do tempo, passando por diferentes gerações, desde a mensuração até a avaliação social. Trata-se de um processo contínuo e sistemático que coleta informações para orientar decisões e promover uma compreensão mais profunda dos fenômenos educacionais (Lima Filho; Trompieri Filho, 2013; Stoffebeam; Shinkfield, 2007).

A primeira geração da avaliação foi fortemente influenciada pelos estudos nas ciências sociais de John Stuart Mill e pela Teoria da Evolução de Charles Darwin. Caracterizou-se pela aplicação de métodos avaliativos voltados para crianças e jovens, com o objetivo de medir o conhecimento desses alunos em idade escolar. Durante esse período, os testes escolares tornaram-se ferramentas amplamente utilizadas para avaliar o aprendizado dos conteúdos curriculares. A psicologia também contribuiu significativamente, especialmente através do trabalho de Alfred Binet, que desenvolveu testes para determinar o quociente de inteligência. Nessa geração, a função do avaliador era predominantemente técnica, partindo do pressuposto de que ele possuía a competência necessária para desenvolver e aplicar instrumentos de avaliação adequados (Guba, 2011).

A segunda geração da avaliação representou uma mudança significativa, passando de uma perspectiva centrada na mensuração para uma abordagem descritiva dos objetivos educacionais. O foco era avaliar se os alunos estavam efetivamente alcançando as metas estabelecidas e se esses objetivos contribuíam para o sucesso no mercado de trabalho. Ralph W. Tyler, membro do Departamento de Pesquisa Educacional da Universidade Estadual de Ohio, nos Estados Unidos, foi uma figura central nessa geração (Guba, 2011).

Ele introduziu o programa *Eight-Year Study* nos EUA, cujo objetivo era desenvolver um novo currículo voltado para as demandas do mercado de trabalho. Tyler desenvolveu testes para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos e introduziu a avaliação de programas, além de enfatizar a importância da avaliação descritiva dos objetivos. Embora a mensuração continuasse a ser utilizada, ela deixou de ser o elemento definidor da avaliação, dando lugar a uma função mais analítica e descritiva do avaliador (Guba, 2011).

Após a segunda geração da avaliação, que se concentrava na descrição dos objetivos e na mensuração do desempenho dos alunos, emergiu a terceira geração, motivada pela necessidade de incorporar o juízo de valor ao processo avaliativo. Nessa nova fase, o avaliador assumiu também o papel de julgador, mantendo as funções de mensuração e descrição das gerações anteriores. Michael Scriven foi um dos principais expoentes dessa geração, enfatizando a importância de não apenas avaliar os objetivos e o desempenho dos programas, mas também de formular um juízo de valor fundamentado em critérios justos e rigorosos (Guba, 2011).

A quarta geração da avaliação, conhecida como responsiva ou construtivista responsiva, valoriza a integração e a negociação entre os atores envolvidos no processo avaliativo. Esse modelo é estruturado em quatro fases distintas: na primeira fase, os grupos de interesse apresentam suas reivindicações, preocupações e questões relacionadas ao objeto da avaliação; na segunda fase, essas demandas são compartilhadas com todos os envolvidos, permitindo que cada um possa se pronunciar sobre elas; na terceira fase, as questões que permanecem sem esclarecimento são submetidas ao avaliador, que realiza a coleta de informações adicionais; por fim, na quarta fase, ocorre uma negociação entre todas as partes, visando à harmonização das demandas. Caso persistam pontos de discordância, eles poderão ser reavaliados em um futuro processo de avaliação (Guba, 2011).

A quinta geração da avaliação educacional foca nas mudanças das ações sociais diante de uma nova realidade econômica, que inclui uma economia social voltada ao bem-estar coletivo. Essa economia social, composta por organizações como associações, cooperativas e mutualidades, visa promover a solidariedade e o desenvolvimento humano e comunitário. Ela pode complementar ou substituir o Estado na implementação de políticas sociais, dependendo de sua gestão democrática. A economia social atua de forma defensiva, atendendo a grupos marginalizados, e ofensiva, propondo um modelo alternativo ao mercado (Lima Filho; Trompieri Filho, 2013; Bouchard; Fontan, 2008).

Antes de apresentar o que se entende por avaliação social ou avaliação de quinta geração, é preciso alargar o conhecimento e a compreensão do conceito de economia social. Pois o termo está intimamente ligado à evolução da avaliação para uma fase mais voltada para a sociedade. Prevalecendo assim, o interesse social sobre o privado e contribuindo de sobremaneira no campo das políticas públicas em geral e não somente no campo educacional.

A quinta geração da avaliação, ou avaliação social, busca melhorar as metodologias avaliativas, priorizando interesses coletivos em vez de indivíduos. Essa abordagem demanda um engajamento político, o que pode promover avanços nas abordagens de avaliação. A

economia social, surgida no século XIX como uma alternativa ao capitalismo, equilibra as forças do estado intervencionista e do mercado, sendo impulsionada por movimentos sociais e comprometida com a transformação do sistema. Ela atua em duas frentes principais (Bouchard; Fontan, 2008).

A primeira é defensiva, focada na produção de bens e serviços para atender às necessidades de grupos sociais marginalizados, que se encontram em situação de pobreza ou vulnerabilidade, sem recursos econômicos suficientes para sustentar a si mesmos e suas famílias. A segunda é ofensiva, buscando estabelecer um novo modelo econômico que, com o apoio do Estado, substitua as diretrizes exclusivamente orientadas pelo mercado (Lima Filho; Trompieri Filho, 2013; Bouchard; Fontan, 2008).

A economia social surge como uma alternativa ao modelo capitalista, destacando-se por não se orientar exclusivamente pelo lucro, mas por contribuir para o bem-estar coletivo. Empresas que adotam princípios solidários e participativos fazem parte dessa economia, sendo no Brasil alternativas como pertencentes ao terceiro setor, que prestam serviços públicos sem fins lucrativos. A economia social complementa o Estado, ajudando na implementação de políticas sociais e no estreitamento dos laços sociais. A quinta geração da avaliação, chamada de avaliação social, foca no desenvolvimento de metodologias qualitativas que priorizem o interesse social e a prosperidade coletiva. Essa evolução culminou em avaliações que medem a eficácia de programas e políticas públicas, evoluindo o sucesso na promoção do bem-estar da sociedade (Lima Filho; Trompieri Filho, 2013; Bouchard; Fontan, 2008).

Quadro 1 – Síntese da avaliação e suas gerações

GERAÇÕES	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS
1ª Geração Medição	Criação da métrica; Função especializada do avaliador; Utilização de ferramentas de avaliação; Foco na quantificação do conhecimento.	Aferir; Desenvolvimento de abordagens psicométricas e a aplicação do método científico.
2ª Geração Descrição	Explicação minuciosa das metas alcançadas em comparação com as planejadas; Origem da avaliação qualitativa do conhecimento.	Detalhar; Inclusão também da medição; A evolução da avaliação de programas baseados em metas de aprendizado.
3ª Geração Julgamento	Avaliação baseada em valor como componente fundamental; Foco na análise qualitativa do conhecimento.	Avaliar o valor e mérito, abrangendo a medição e descrição; Surgimento de novos currículos.
4ª Geração Negociação	O cerne da negociação é o diálogo coletivo; Negociação entre aqueles que avaliam e os avaliados; Destaque para a avaliação tanto quantitativa quanto	Alcançar acordos nos discursos; Impacto do paradigma construtivista.

GERAÇÕES	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS
qualitativa do conhecimento.		
5ª Geração Avaliação Social	Avaliação com envolvimento ativo das partes interessadas; Avaliação como uma atividade com dimensões políticas; O bem comum como foco central; Avaliação como parte integral de uma estratégia mais ampla.	Aprimorar a avaliação como uma ferramenta investigativa das conexões causais entre ação e resposta no ambiente social.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024) a partir de (Guba, 2011; Bouchard; Fontan, 2008).

O que se pretende com as explicações acima, é tornar claro a metodologia em construção, onde é possível identificar as várias gerações descritas acima e na sequência, dos trabalhos vislumbra-se uma avaliação de um programa público, o PCF, que no decorrer será aplicada uma avaliação em profundidade, por esses motivos faz-se necessário um embasamento teórico para uma melhor compreensão da metodologia aplicada.

O próximo passo nos aduz informações a um entendimento sobre políticas públicas e suas avaliações. Isso reforça o entendimento teórico da metodologia em destaque ora apresentada.

2.3 Pressupostos epistemológicos da avaliação das políticas públicas

Antes de qualquer conceituação ou definição a respeito de Políticas Públicas é necessário e imperioso o entendimento da origem e da evolução desta área que é parte integrante da ciência política cuja finalidade é compreender seus desdobramentos, trajetórias e perspectivas (Souza, 2003).

As políticas públicas estão ligadas ao papel do Estado, embora nem todas as ações estatais sejam políticas públicas. No passado, o Estado focava em conquistas territoriais sem se preocupar com o bem-estar interno. No entanto, o Estado contemporâneo busca reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento social, sendo chamado de "Estado das Políticas Públicas". Ele deve implementar uma estrutura político-administrativa para atender as demandas da sociedade, sem abandonar suas funções primordiais de segurança. O conceito de políticas públicas, consolidado nos EUA após a Segunda Guerra Mundial, reflete o papel do Estado como agente de transformação social, atuando em diversas áreas (Costa, 2015).

Enquanto na Europa a área se desenvolveu a partir da análise teórica do Estado e de suas instituições, nos Estados Unidos a política pública surgiu como um campo de estudo

independente, voltado para a análise das ações governamentais em democracias estáveis. Esse enfoque abriu o terceiro caminho da ciência política norte-americana, juntando-se à tradição de Madison (estudo das instituições) e Paine e Tocqueville (virtude cívica para promover o "bom" governo). A política pública é, portanto, um ramo da ciência política que busca compreender como e por que os governos tomam determinadas ações e é vista como uma importante disciplina acadêmica para compreender o mundo público (Souza, 2003a).

É ineficaz um conceito de políticas públicas sem levar em consideração a formação histórica do Estado, a identidade, a cultura e os conflitos sociais nele existentes. Cada Estado tem suas peculiaridades sociais e são estas que devem ser levadas em conta pelas políticas públicas, pois caberá a ele o enfrentamento de sua realidade social na hora da formulação de uma política pública, seja ela geral ou específica (Costa, 2015).

Nas últimas décadas, o tema das políticas públicas tornou-se mais importante tanto em países industrializados como em desenvolvimento. Isso se deve à adoção de políticas restritivas de gastos, que tornaram mais visíveis o desenho, a execução e a análise de políticas públicas, e à substituição das políticas keynesianas pelo ajuste fiscal. Além disso, muitos países em desenvolvimento, em especial da América Latina, não conseguiram desenvolver políticas públicas eficazes para promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social. As políticas públicas não podem resolver todos os desafios sozinhas, mas sua estrutura, regras e gestão podem ajudar ou piorar os problemas que elas buscam resolver (Souza, 2003).

Política pública é definida como o conjunto de decisões e ações tomadas pelo governo para lidar com questões sociais, econômicas e políticas, sendo o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Essas escolhas podem ser complexas e influenciadas por interesses variados. O estudo das políticas públicas é essencial na ciência política, focando nas causas e consequências das ações governamentais, bem como nos fatores que influenciam sua formulação e implementação. Também se analisa os efeitos dessas políticas na sociedade, planejados ou não, tornando esse campo interdisciplinar crucial para entender como problemas coletivos são tratados (Dye, 2013).

Na visão do Governo Federal Brasileiro as políticas públicas englobam um conjunto complexo de iniciativas governamentais que são coordenadas e integradas para atender às necessidades da sociedade em termos de provisão de bens e serviços. Essas iniciativas são sustentadas por recursos financeiros provenientes de orçamentos públicos, bem como de benefícios fiscais e créditos financeiros. Em essência, as políticas públicas representam um conjunto integrado de esforços do governo para atender às necessidades da sociedade em termos de serviços e recursos (Brasil, 2018c).

A avaliação de políticas públicas costuma seguir os objetivos e estratégias definidos no planejamento inicial. No entanto, Arretche (2001) argumenta que essa abordagem é limitada, pois assume que a implementação seguirá fielmente o plano, o que raramente acontece. A diferença entre o desenho original e sua execução prática decorre das decisões dos implementadores, influenciadas por contextos específicos. Assim, é essencial reconhecer que o processo de implementação modifica as políticas públicas e que essas mudanças devem ser consideradas na avaliação (Arretche, 2001).

A Reforma do Estado de 1998, proposta por Bresser Pereira, que inseriu a avaliação de políticas públicas como parte central da gestão pública, com foco na eficiência administrativa, alinhada à agenda neoliberal. Organismos internacionais, como o Banco Mundial e o BID, passaram a exigir avaliações quantitativas de políticas e programas para a liberação de empréstimos, especialmente na área social. No entanto, com o aumento das políticas sociais no Brasil, a avaliação de políticas públicas começou a ser questionada quanto à sua forma, utilidade e motivações políticas. A sociedade civil passou a demandar maior controle social e participação, levantando questões sobre o propósito e os beneficiários da avaliação. Gussi (2016; 2019) sugere um novo enfoque para a avaliação, propondo uma abordagem etnográfica e antropológica, que analise as políticas em profundidade e interprete as perspectivas dos diversos envolvidos, inspirado nas diretrizes de Rodrigues (2008; 2011).

A avaliação de políticas públicas é um processo complexo que envolve atores estatais e sociais para analisar a eficácia de uma política em prática e projetar seu desempenho futuro. Ela examina tanto os métodos quanto os resultados, com o intuito de melhorar, reformar ou até revogar a política. Embora essencial para o aprimoramento das políticas, a avaliação também tem um caráter político, podendo ser manipulada para favorecer determinados interesses ou ocultar problemas. Além disso, grupos externos ao governo podem usar avaliações para criticar o governo ou promover suas próprias agendas ideológicas (Wu; Ramesh; Howlett; Fritzen, 2014).

A implementação de políticas envolve dois grupos: os formuladores, que definem os objetivos e o desenho do programa, e os implementadores, que executam essas ideias na prática. Embora ambos sejam essenciais, os implementadores têm um papel central, pois são eles que de fato aplicam as políticas, muitas vezes moldando-as segundo suas próprias visões, o que pode gerar divergências em relação aos formuladores. Dado o caráter complexo e multi-institucional da implementação, é importante criar incentivos adequados e considerar a autonomia e as condições de trabalho dos implementadores, já que suas decisões podem alterar o desenho original da política (Arretche, 2001).

Programas são um conjunto de atividades organizadas dentro de um cronograma e orçamento específicos, visando à implementação de políticas e ao alcance de metas destas políticas. Já a expressão "avaliação de programa" pode ser entendida, em linhas gerais, como sendo a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos. Além disso, a avaliação de programa pode ocorrer em diferentes estágios do ciclo de vida do programa, incluindo avaliação ex ante, avaliação intermediária e avaliação ex post. Por sua vez, a análise de políticas explora as opções disponíveis e seus possíveis efeitos, enquanto a avaliação busca um juízo de valor das políticas em si. Embora distintos, esses conceitos estão inter-relacionados e os processos de avaliação são interativos (Ala-Harja; Helgason, 2000).

Para analisar um programa, é importante desagregar suas duas dimensões: objetivos e estratégia. A definição da estratégia é uma escolha entre várias possibilidades, e a autoridade para criar programas é limitada a certas instâncias da máquina estatal que possuem algum nível de centralização da autoridade. Os objetivos e a estratégia de um programa refletem as decisões e preferências de uma autoridade central. Mesmo programas simples requerem agentes que tomem decisões e implementadores para executá-las, e programas complexos são implementados por agentes que não participaram do processo de formulação. A implementação é uma fase diferente da "vida" do programa, na qual as atividades são desenvolvidas para alcançar os objetivos desejados. Embora formuladores e implementadores possam coincidir, na prática, os agentes encarregados da implementação são quem realmente executam as políticas públicas (Arretche, 2001).

O Governo Federal Brasileiro publicou, em 2018, duas obras de extrema relevância no campo da avaliação de políticas públicas com a finalidade de aprimorar suas avaliações. Os dois manuais trazem à baila um guia prático para análise ex ante (Brasil, 2018c) e ex post (Brasil, 2028d) de avaliação de políticas públicas.

A avaliação ex ante de políticas públicas deve começar desde o início, assegurando que o tratamento de problemas seja bem definido e relevante, com objetivos claros e um desenho alcançado que considere os incentivos dos agentes envolvidos. Estimar custos e benefícios antes da implementação é essencial para informar os tomadores de decisão e a sociedade. A qualidade das informações e decisões nessa fase afeta o desenvolvimento da política, sendo crucial planejar o monitoramento, a avaliação e o controle, com indicadores e responsáveis definidos. A falta de planejamento e coleta de dados torna a avaliação de muitas políticas difíceis e caras. A análise ex ante, por sua vez, contribui para a priorização de políticas, decisões orçamentárias e a melhoria da formulação no governo federal (Brasil, 2018c).

A avaliação ex post é uma ferramenta crucial para apoiar a tomada de decisões

durante a execução de políticas públicas, fornecendo insights para os gestores aprimorarem suas ações. O guia do governo federal busca padronizar e unificar as práticas de monitoramento e avaliação, promovendo uma cultura de avaliação sistemática entre gestores para melhorar o uso dos recursos públicos. Ele diferencia a análise ex ante, focada no planejamento das políticas, da ex post, que avalia a implementação e sugere ajustes. Juntas, essas etapas formam um ciclo integrado que melhora a eficácia das políticas. A avaliação ex post também contribui para a alocação eficiente de recursos entre diferentes áreas, cobrindo aspectos como insumos, processos, produtos, resultados e impactos das políticas públicas (Brasil, 2018d).

2.4 Perspectiva da Avaliação em Profundidade em Políticas Públicas: Programa Criança Feliz

A fim de se analisar a trajetória institucional do Programa Criança Feliz no estado do Ceará dando uma abordagem de Avaliação em Profundidade, inspirada em Rodrigues, apreciando-se o contexto político, econômico e social de sua criação, implantação e implementação, influências internacionais e nacionais, com as motivações e inspirações destes contextos que influenciaram a criação do marco legal da primeira infância no Brasil (MLPI). Sempre baseada em Rodrigues (2008; 2011), apreciar-se-á também o contexto do programa, para em um passo seguinte entendermos como foi a trajetória do PCF no estado do Ceará (Rodrigues, 2008; Rodrigues, 2011).

A Avaliação em profundidade de políticas públicas, que requer uma abordagem multidimensional e interdisciplinar, abrangendo tanto a extensão temporal (longitudinal) quanto a amplitude das políticas (latitudinal). Rodrigues, baseada em Geertz (2008), adverte contra o uso de modelos fixos e verdades absolutas, argumentando que a avaliação deve levar em conta as especificidades de cada situação. As ciências sociais, em especial a antropologia, oferecem métodos, como a etnografia, que são valiosos para analisar políticas públicas em profundidade. A abordagem proposta integra diversas técnicas de coleta de dados, como entrevistas e grupos focais, e distingue entre avaliação como "medida" ou "compreensão", destacando que a pesquisa deve ser extensa, detalhada e considerar múltiplos aspectos e perspectivas (Rodrigues, 2008).

Uma abordagem extensa e ampla nos impulsionam ao reconhecimento que uma avaliação em profundidade não se limita a uma simples análise restrita do cumprimento das metas que foram desenhadas, estabelecidas e implantadas pela política ou pelo programa

público, ou até mesmos dos seus resultados, bem como aos elementos que foram escolhidos como os mais urgentes ou os priorizados, tampouco à conformidade com suas diretrizes. Já quando a abordagem é de maneira ampla, detalhada e densa, o foco estará direcionado pela busca real dos significados da política ou do programa público para aqueles que a concebem, executam ou experimentam, sendo uma ênfase ao princípio fundamental das abordagens interpretativas, seguindo as concepções de Geertz (2008). Isto nos remete a interpretar esta trilogia em que a avaliação em profundidade não deve se ater à mera análise de dados estatísticos obtidos por meio de questionários, mesmo que estes tenham em seu corpo perguntas abertas que permitam aos entrevistados expressar de forma independente suas ideias (Rodrigues, 2011).

Desta forma implica de maneira inequívoca a uma valorização da pesquisa qualitativa. No campo da compreensão dos significados a realização de entrevistas aprofundadas e abertas, não conduzem e nem induzem o entrevistado a uma resposta imediata e previsível, bem como não se limita o seu campo de reflexão por meio de perguntas que presumem razões para o sucesso ou fracasso da política ou programa em estudo, ou para a ocorrência de situações observadas no campo. Além disso, tais entrevistas também servem para esclarecer dados coletados por meio de questionários ou de estatísticas oficiais. Quanto a abordagem multidimensionalidade da política ou do programa requer dos pesquisadores uma atenção máxima em relação às abordagens multi, inter ou transdisciplinares, pois podem envolver diferentes especialidades como a que serão utilizados no estudo em tela como: direitos humanos, sociologia, economia, história, antropologia, saúde, educação, justiça, cultura, assistência social, entre outras, haja vista a intersectorialidade do PCF com suas várias facetas de atuação (Rodrigues, 2011).

No entanto, é desafiador definir quais especialidades abordar e estabelecer limites no diálogo, considerando as necessidades da situação em estudo. Caso contrário, o pesquisador pode se perder em uma vasta quantidade de dados interconectados, dificultando a delimitação da revisão bibliográfica, a seleção do recorte empírico e a condução de um diálogo intelectual consistente. É necessário encontrar o ponto ideal em que os dados provenientes de diferentes especialidades contribuem efetivamente para a compreensão da política ou do programa, sua avaliação e o aprimoramento dos dados empíricos coletados por meio de questionários, entrevistas e observações no local (Rodrigues, 2011).

A avaliação em profundidade descreve a avaliação de políticas públicas como um processo intrinsecamente sociopolítico e cultural. Entrelaçando várias dimensões (sociais, culturais, políticas, econômicas e territoriais) e engloba uma ampla gama de atores sociais. Sua

abordagem é multidimensional e interdisciplinar, integrando interfaces analíticas e metodológicas provenientes de várias disciplinas. Inspirada na perspectiva de Lejano (2012), a avaliação em profundidade baseia-se na interpretação da experiência da política pública no cotidiano, considerando as práticas dos atores sociais em contextos específicos. Isso implica uma abordagem hermenêutica e interpretativa, moldando sua base epistemológica (Gussi, 2019).

E prossegue o autor citando Rodrigues (2008) que apresenta de forma destacada e realçada que a avaliação em profundidade prioriza a abordagem interpretativa, utilizando diferentes tipos de dados coletados no contexto da implementação da política em avaliação. Métodos como entrevistas em profundidade, observação, análise de conteúdo de material institucional e compreensão dos sentidos e significados atribuídos são empregados. Essa abordagem analítica, segundo Rodrigues (2008), se concentra em quatro eixos essenciais para a pesquisa avaliativa em políticas públicas: análise de conteúdo, contexto da formulação, extensão temporal e territorial, e construção de trajetórias institucionais (Rodrigues, 2008; Gussi, 2019).

Apresentam-se agora quatro tópicos que a autora considera vital para uma proposta de avaliação em profundidade em políticas públicas no campo das ciências sociais, sendo que o presente estudo basear-se-á em três das dimensões propostas pela autora: análise de conteúdo da política e/ou do programa, na análise de contexto da formulação da política e/ou do programa e na trajetória institucional do programa no estado do Ceará.

1. Análise de conteúdo da política e/ou do programa: neste tópico compreendem-se três elementos sendo o primeiro o de formulação ou definição inicial da política ou do programa público onde se verificam os propósitos, englobando a delimitação de objetivos, os padrões, estabelecendo os critérios, a estruturação da metodologia de implantação, sua dinâmica de implantação, o acompanhamento, monitoração e por fim, a apreciação, avaliação da política ou do programa público. O segundo, a verificação das bases ou dos alicerces conceituais onde são vistos os paradigmas orientadores, as visões, valores, conceitos e princípios centrais que sustentam e dão legitimidade às políticas e aos programas. Já no terceiro e último elemento que é o da coerência ou da congruência interna, refere-se à inexistência de contradição entre os princípios conceituais que fundamentam a política e/ou o programa, a estruturação de sua implementação e as áreas prioritárias para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação. Esses três elementos estão relacionados à análise minuciosa do material institucional em diversos formatos, como leis, decretos, portarias, instruções normativas, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reuniões, fichas de acompanhamento, dados estatísticos, reportagens entre muitos outros registros relevantes que possam contribuir na hora da análise do programa ou da política em estudo. Essa dimensão fará parte da metodologia em que se assenta a presente dissertação (Rodrigues, 2008).

Rodrigues (2011) complementa seu trabalho na área da avaliação em profundidade agregando que neste tópico a verificação da coerência interna de uma política e/ou de um programa consiste em avaliar se todos os mecanismos propostos para sua efetivação estão disponíveis, de acordo com sua base conceitual e teórica. Quando proposto em Rodrigues (2008), essa coerência interna observava inicialmente o exame de material institucional. No entanto, pesquisas posteriores, como as de Chaves (2010) e Pinto Júnior (2010), enriqueceram a compreensão das bases conceituais quando se incluem entrevistas com as pessoas envolvidas no processo de formulação da política em diferentes momentos, combinando a análise de conteúdo com a noção de trajetória (Rodrigues, 2011).

2. Análise de contexto da formulação da política e/ou do programa: a análise do contexto de formulação da política é um processo complexo e abrangente, que envolve diversos aspectos inter-relacionados entre si. Os principais pontos a serem considerados são o levantamento de dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que a política foi formulada. Isso inclui uma análise minuciosa da interação entre as esferas local, regional, nacional, internacional e transnacional, buscando compreender a influência desses diferentes níveis de atuação no desenvolvimento da política em estudo (Rodrigues, 2008).

O próximo ponto a ser observado é o da compreensão do modelo político, econômico e social que serviu de base para a política na época de sua formulação. Isso implica em investigar os princípios, ideologias e abordagens adotadas na construção da política, bem como as principais forças políticas, econômicas e sociais que a sustentam (Rodrigues, 2008).

Prosseguindo tem-se a identificação de outras políticas e programas relacionados à política em análise. Isso envolve investigar a existência de iniciativas semelhantes ou complementares, tanto em âmbito nacional quanto internacional, e compreender suas interações e influências mútuas (Rodrigues, 2008).

E por fim a análise do marco legal que embasa a política, estabelecendo conexões entre o arcabouço jurídico e o contexto previamente mencionado. Isso implica em examinar as leis, regulamentos e normas que regem a política em questão e compreender como elas se relacionam com as circunstâncias históricas e contextuais (Rodrigues, 2008).

Além disso, Rodrigues (2011) nos descreve que é fundamental levar em consideração, além do momento político, das condições socioeconômicas e das relações entre as esferas local, regional, nacional, internacional e transnacional, quando aplicável, a dimensão cultural para compreender a dinâmica de políticas implementadas em diferentes momentos históricos, levando em conta elementos simbólicos, como questões étnicas e identitárias,

valores morais, cívicos e éticos, ideias e símbolos relacionados a ideologias de progresso e modernização, entre outros.

3. Trajetória institucional da política e/ou do programa: a presente análise pretende revelar o nível de coerência ou dispersão do programa ao longo de seu percurso pelas instâncias institucionais. Nessa perspectiva, para avaliar um programa concebido em nível federal, é necessário reconstruir sua trajetória, com o pesquisador percebendo as mudanças nos objetivos do programa e em sua dinâmica à medida que ele adentra espaços diferenciados e desce nas hierarquias institucionais até alcançar a base, onde ocorre o contato direto entre agentes institucionais e os destinatários da política. Para compreender a trajetória institucional, é fundamental realizar pesquisas de campo e entrevistar diferentes agentes e representantes das instituições envolvidas na formulação e implementação dessa mesma política. Ao reconstruir essa trajetória, é importante considerar os aspectos culturais inerentes a esses espaços institucionais e organizacionais (Rodrigues, 2008).

Inspirado na noção de trajetória descrita por Bourdieu, que a descreve como: “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço ele próprio um devir submetido a incessantes transformações” (Bourdieu, 1996, p. 189), Gussi (2008) expande o eixo analítico de trajetória institucional na Avaliação de Políticas Públicas a define como:

Similarmente ao que propõe Bourdieu para pensar a trajetória de uma vida, a proposta metodológica que ora apresento transpõe essa noção para considerar um programa [...]. Deste modo, parto da ideia de que o programa ou política pública não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição (Gussi, 2008, p. 34).

Gussi (2008) expande as relações entre políticas públicas e instituições ao introduzir o conceito de trajetória. Ele reconhece que as políticas públicas não seguem uma linha reta, mas passam por deslocamentos não lineares entre diferentes posições ocupadas por atores e grupos sociais. Essa abordagem permite uma análise mais abrangente e analítica na avaliação de políticas públicas, considerando os múltiplos itinerários percorridos por elas.

4. Espectro temporal e territorial da política e/ou do programa: por meio desta abordagem analítica, busca-se compreender tanto a dimensão temporal quanto territorial do percurso da política estudada. O objetivo é confrontar as propostas e objetivos gerais da política com as características específicas de cada localidade e sua história. Ao compreender essa configuração, surgem algumas questões fundamentais como articular, na avaliação, as perspectivas e objetivos das propostas abrangentes com as particularidades locais, como implementar políticas de maneira localizada, levando em consideração a dimensão temporal e territorial. É nesse último tópico, que ocorre a organização dos dados coletados, utilizando-se neste momento de uma variedade e de uma ampla gama de instrumentos metodológicos e analíticos, cujo objetivo é abranger um nível mais elevado de abstração, síntese e criatividade. Para tanto, nesse tópico podem ser empregados: esquemas, gráficos, tabelas e diversos

modelos estatísticos, combinados com técnicas qualitativas de análise (Rodrigues, 2008).

É importante analisar esses momentos para compreender melhor a natureza dos fatores que podem obstruir o processo, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais, burocráticos e legais; dos pontos de inflexão, que são mudanças de direção em relação aos objetivos originais da política; dos fatores de interferência, muitas vezes relacionados a aspectos imprevistos ou que demonstram falta de coerência entre a formulação e a implementação da proposta; ou dos pontos de fusão, que se referem à sobreposição de programas e à dificuldade de avaliar especificamente os resultados de uma política específica. Além disso, é crucial considerar, ao tratar de uma política pública ou programa relacionado, a abordagem proposta aqui, que vai além da política em si, do seu enquadramento legal e do seu conteúdo, e também ultrapassa o recorte empírico. Isso permite realizar inferências mais amplas a partir de resultados localizados. Para isso, são priorizadas noções como contexto, processo, trajetória, pluralidade, interação e multidimensionalidade (Rodrigues, 2008).

Em síntese a proposta de avaliação em políticas em profundidade de Rodrigues (2008) busca a identificação de pontos com impactos relevantes que interferem no desempenho ou continuidade de uma política ou de um programa, verifica-se todo o fluxo desta política ou deste programa que provocam quebras de continuidade, interrupções ou redirecionamento do plano originalmente traçado e planejado (Rodrigues, 2008).

Assim como todas as ações políticas, econômicas, sociais, culturais, burocráticas, legais ou quaisquer outras que retardaram ou dificultaram o que foi previsto inicialmente. Bem como se houve mudanças nos objetivos, quais foram e os porquês destas mudanças, se houve sobreposição de programas, dificuldade em avaliar os resultados de uma política específica e as discrepâncias entre os sentidos atribuídos pelos agentes institucionais e os percebidos pelos beneficiários, ou seja, discrepâncias semânticas (Rodrigues, 2008).

Logo, a avaliação em profundidade de políticas ou programas públicos deve ir além da política em si, seu marco legal e conteúdo, e também ultrapassar o recorte empírico. É necessário priorizar as noções de contexto, processo, trajetória, pluralidade, interação e multidimensionalidade, a fim de realizar inferências mais abrangentes a partir de resultados localizados (Rodrigues, 2008).

Reforçando os ensinamentos iniciais de Rodrigues (2008), Torres Junior, Gussi, Silva e Nogueira (2020) nos esclarecem que os estudos acerca da avaliação de políticas públicas vêm passando por constantes aperfeiçoamentos nas últimas décadas, apesar de ter sido ao longo de sua trajetória influenciado por abordagens tecnicistas, focadas na eficiência, eficácia e

efetividade das políticas. Contudo, o surgimento da avaliação em profundidade, proposta por Rodrigues (2008), como perspectivas alternativas a esse paradigma hegemônico que imperava e ainda tem fortes influências nas pesquisas científicas. Sendo que a avaliação em profundidade busca a compreensão dos significados construídos pelos sujeitos envolvidos nas políticas públicas, indo além dos indicadores quantitativos e estatísticos tradicionais (Rodrigues, 2008).

A avaliação em profundidade defendida por Rodrigues (2008) afasta-se epistemologicamente, do paradigma positivista e vai ao encontro do pós-construtivista de Lejano (2012), que argumenta que é necessário compreender analiticamente a natureza múltipla e complexa da experiência política, o que exige a fusão entre a teoria política e a prática. Para superar essa limitação, ele propõe um modelo de análise política baseado no conhecimento derivado da experiência das pessoas ou grupos envolvidos na política. Nesse modelo, o analista não é um observador distante, mas um participante ativo, imerso na realidade política (Rodrigues, 2008; Lejano, 2012; Torres Junior; Gussi; Silva; Nogueira, 2020).

Nessa nova visão de aperfeiçoamento a avaliação de políticas públicas em profundidade, inicialmente proposto por Rodrigues (2008), Gonçalves (2008) também traz sua contribuição onde aborda as tensões subjacentes às políticas públicas e seus valores implícitos, com sugestão de se adotar uma abordagem etnográfica com dois pressupostos epistemológicos: ressignificação e totalidade (Rodrigues, 2008; Gonçalves, 2008).

Gonçalves (2008) destaca os conflitos entre os valores universais (hegemônicos) e as tradições culturais específicas, argumentando que as políticas, programas e avaliações devem considerar aspectos econômicos, relações de poder local, cultura, geografia, rede de proteção social, concepções e projetos de desenvolvimento local, além do sistema educacional. Com base nesses argumentos, propõe-se uma avaliação que permita a construção de novos indicadores socioculturais, emergindo da pesquisa de campo e articulando-se com as intenções gerais das políticas implementadas, levando em conta tempos e territórios específicos.

Torres Júnior *et al.* (2020) observam-se que os fundamentos da avaliação em profundidade estão em conformidade com os pensamentos e ensinamentos propostos pelos eixos analíticos de Rodrigues (2008), a noção de trajetória de Gussi (2008) e a construção de indicadores socioculturais de Gonçalves (2008) e que marcam o início da trajetória intelectual dessa perspectiva (Gussi, 2008; Gonçalves, 2008; Torres Junior; Gussi; Silva; Nogueira, 2020).

Gussi (2019) nos relata que a experiência do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), da Universidade Federal do Ceará (UFC), na construção do campo teórico-metodológico da avaliação é marcada pela busca em adotar os pressupostos teórico-metodológicos da avaliação em profundidade, conforme proposto por Rodrigues (2008; 2011).

Essa perspectiva de avaliação representa uma contraposição às abordagens técnicas-formais e positivistas, predominantes na produção de indicadores econômicos e quantitativos. Dessa forma, o MAPP estabelece um diálogo e uma oposição a essas abordagens ao afirmar avaliações multidisciplinares e multidimensionais, de caráter hermenêutico-interpretativo, contextualizadas no Ceará. Além disso, destaca-se por empregar metodologias qualitativas, embora ainda não tenha gerado impactos político-institucionais substanciais na gestão das políticas avaliadas (Gussi, 2019; Rodrigues, 2008; Rodrigues, 2011).

As características teórico-metodológicas das avaliações conduzidas pelo MAPP incluem:

- a) Uma base na experiência empírica dos programas/políticas, atentando para sua execução no cotidiano institucional e fora dele;
- b) Orientação para a construção das trajetórias dos programas/políticas em foco;
- c) Foco no ponto de vista de distintos sujeitos institucionais e/ou beneficiários, resultando em uma compreensão hermenêutica e relativizada da política;
- d) Articulação do texto do programa (marcos legais, conceitos, objetivos e ações) com seus contextos histórico, econômico, político e social;
- e) Base na formulação de novos indicadores, construídos na/com a pesquisa de campo, destacando uma multim dimensionalidade de dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais;
- f) Finalmente, a posição política do MAPP, em seu diálogo com o campo da avaliação em geral, identifica a avaliação em profundidade como uma proposta hegemônica nas pesquisas em políticas públicas na Universidade Federal do Ceará (UFC). Ao mesmo tempo, busca posicionar-se como uma abordagem contra hegemônica no debate mais amplo, visando contribuir para a construção de outras epistemologias e metodologias no cenário da avaliação que promovam um potencial democrático, controle social efetivo, e afirmem a cidadania e equidade (Gussi, 2019).

Diante das considerações sobre a avaliação em profundidade, técnica metodológica que será aplicada ao estudo em tela, o presente estudo concentrar-se-á em três dimensões a primeira será a apresentação dos aspectos que concorreram para a formulação do conteúdo do PCF, desde seus primórdios iniciais inspiradores ao longo da história recente da humanidade, passando pelos acontecimentos e fatos a nível de Brasil, a nível regional e local, com iniciativas e de implementações que inspiraram e que contribuíram para presente estudo.

A segunda dimensão a ser trabalhada será uma abordagem ao conteúdo do PCF, com a análise de documentos oficiais e de bibliografias existentes sobre o programa em destaque e por fim, a trajetória institucional do programa passando por sua implementação no Estado do Ceará na visão de seus gestores.

2.5 Um olhar avaliativo da trajetória institucional do Programa Criança Feliz: uma avaliação em profundidade

Esta pesquisa visa a avaliação da trajetória institucional do Programa Criança Feliz com uma análise do grau de coerência ou de dispersão percorrido pela implantação e no seu desenvolvimento do programa com o objetivo de alcançar os objetivos iniciais proposto pelo Governo Federal no Governo do Estado do Ceará, na visão dos gestores e dos profissionais envolvidos na assistência às crianças, gestantes e respectivamente às famílias, sujeitos do PCF.

O que se busca é explorar as transformações nos propósitos e na operacionalização do programa à medida que ele vai sendo desenvolvido no estado do Ceará, pois o PCF é incorporado na estrutura estadual e fica dentro do Mais Infância Ceará, programa guarda-chuva das ações voltadas à primeira infância no nosso estado. Portanto, buscar-se-á compreender as evoluções nos significados atribuídos aos objetivos do programa e à sua dinâmica, na percepção dos gestores e profissionais envolvidos. E, para conseguir-se o alcance desta proposta avaliativa no presente estudo, é que se adota uma avaliação em profundidade nos moldes de Rodrigues (2008). Sendo que o foco será na trajetória institucional, mas apresentar-se-á também a análise de conteúdo, com os objetivos, bases conceituais que dão sustentação ao programa, assim como, a análise de contexto, com o momento político, social, econômico e cultural que contribuíram para a adoção do PCF, à época de sua formulação e implementação (Garcia, 2020).

Devido ao tempo para a apresentação dos resultados desta pesquisa à academia, não será possível o desenvolvimento da avaliação em profundidade para o eixo do espectro temporal e territorial, do eixo do PCF, não fazendo parte dessa avaliação em profundidade o eixo do espectro temporal e territorial, conforme já discutido anteriormente nesse estudo (Rodrigues, 2008).

A adoção da avaliação em profundidade é justificada pelo afastamento do modelo gerencialista e pela abordagem multidimensional, contemplando diversas dimensões das políticas públicas, como as sociais, culturais, políticas, econômicas e territoriais, conforme delineado por Rodrigues (2008).

Logo, a crítica ao modelo técnico-gerencial, fundamentado no positivismo, é apresentada por Gussi (2019), que argumenta que esse modelo negligencia os indivíduos envolvidos nas políticas, assim como os contextos sociopolíticos e culturais, tornando-se inadequado diante da diversidade de valores, contextos e complexidades presentes em uma instituição. A perspectiva hermenêutica de Lejano (2012) enfatiza a inseparabilidade entre análise de texto e contexto. Nesse sentido, avaliar o Programa Criança Feliz requer considerar suas intenções políticas, as contingências contextuais, os participantes da implementação e as peculiaridades locais (Garcia, 2020).

Portanto, a avaliação em profundidade é primordialmente importante e crucial para compreender as percepções de todos os sujeitos na trajetória institucional do Programa Criança Feliz no Estado do Ceará. Lejano (2012) introduz o conceito de "coerência institucional", indicando que uma política precisa se adaptar a cada instituição, sendo modificada ao ser implementada em diferentes contextos. A coerência descreve o grau de incorporação de uma política em um local, resultando em diversas interpretações ao avaliá-la em contextos variados. Gussi (2008) utiliza a perspectiva de Bourdieu (1996) para explicar a coerência, relacionando-a à trajetória institucional, onde uma política, assim como a vida, se desloca no espaço social, vinculada a diferentes agentes sociais. As políticas públicas, ao entrarem em espaços institucionais, passam por transformações e se adaptam conforme a ação dos agentes sociais, gerando o "poliformismo institucional" conforme descrito por Lejano (Garcia, 2020).

Em outras palavras, se uma instituição foi capaz de se adequar-se a um determinado contexto, ela deve apresentar diferenças (talvez sutis) de outras instituições que desenvolveram em um contexto diferente. Ao estudarmos contextos diferentes devemos encontrar alguma diversidade no desenho destas instituições. (Lejano, 2012, p. 229).

Portanto, Rosa (2019, p.7), citando Ball (2008) nos descreve que:

Políticas são contestadas, interpretadas ou encenadas em uma variedade de arenas da prática e a retórica, os textos e os significados dos formuladores de políticas nem sempre se traduzem diretamente e de forma óbvia em práticas institucionais (Rosa, 2019, p.7).

Compreender a coerência institucional, conforme proposta por Lejano (2012), é essencial para mapear a trajetória do Programa Criança Feliz. Desde sua implantação, o programa permaneceu ativo e atravessou diferentes gestões presidenciais: foi implementado durante o governo de Michel Temer (2016-2018), continuou em vigor no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e permanece até o presente momento sob a gestão do Presidente Lula.

O mesmo padrão de continuidade também pode ser observado nas gestões do Governo do Estado do Ceará, onde o programa se mantém em execução.

A implementação e condução do Programa Criança Feliz (PCF) variam conforme os diferentes perfis políticos, sociais, econômicos, culturais e territoriais das administrações em cada nível — federal, estadual ou municipal. Embora o conteúdo formal do programa seja o mesmo em sua origem, as adaptações são inevitáveis devido à participação de diversos sujeitos institucionais envolvidos em sua execução. Assim, particularidades e variações na aplicação do PCF sempre serão perceptíveis em cada ente federativo.

Para compreender a implementação do PCF, faz-se necessário conhecer o contexto social, político, econômico, cultural e territorial em que foi gestado e implementado a nível federal, estadual, entender também, o que influenciou a adoção do PCF no modelo em que se encontra atualmente, conhecer o conteúdo do programa, identificar os diversos sujeitos atuantes e qual foi a relevância PCF, em relação à Lei de nº 13.257/2016 - que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Brasil, 2016a) e altera a Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990a), o Decreto-Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal (Brasil, 1941).

Logo a Lei nº 13.257/2016 é considerada o marco legal das políticas públicas para a primeira infância no Brasil e hoje é regulamentada pelo Decreto nº 9.579/2018 (Brasil, 2018b). Portanto, a avaliação em profundidade é melhor técnica metodológica para se chegar aos questionamentos a serem esclarecidos na presente pesquisa.

2.6 Sobre Vulnerabilidade Social Extrema, Miséria, Pobreza e Exclusão social

Importante no entendimento desse estudo é compreender o significado de vulnerabilidade social extrema, miséria, pobreza, exclusão social, pois serão expressões que farão parte deste estudo. Para Prati, Couto e Koller (2009 *apud* Walsh, 1996) vulnerabilidade social, surgiu como uma visão individualista no campo da Terapia Familiar. Com o passar dos tempos essa expressão evoluiu deixando o plano individual para o coletivo e contemplando a família, e até mesmo uma comunidade (Prati; Couto; Koller, 2009).

Portanto, para as autoras, famílias em vulnerabilidade social podem ser entendidas por aquelas em que os seus membros ou até mesmo um deles sejam desprovidos de condições para sua subsistência, ou apresentem problemas com envolvimento com drogas ilícitas ou até

mesmo problemas sociais graves devido a nefasta cultura machista que deságua na violência doméstica entre outros fatores sociais degradantes e de miserabilidade (Prati; Couto; Koller, 2009).

A situação de vulnerabilidade social enfrentada pelas populações mais pobres fragiliza a integração social. Em se tratando do termo vulnerabilidade, as crianças são o grupo mais destacado devido à sua condição peculiar de desenvolvimento.

A vulnerabilidade socioeconômica é definida por Kowarick (2009 *apud* Bezerra, 2015, p. 294) como a "situação de desproteção a que vastas camadas pobres se encontram submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania" (Bezerra, 2015).

É necessário também o entendimento da expressão miséria, como tal tem-se uma interpretação dada na obra “A Miséria do Mundo”, dirigindo Bourdieu (2008, p.37) em que em umas das entrevistas realizadas extraiu-se que, pode-se entender por miséria, pessoas totalmente desprovidas de condições elementares de sobrevivência, sem bens, sem emprego, sem moradias entre outras na visão do entrevistado. Assim descreve Bourdieu em sua obra “A Miséria do Mundo” (Bourdieu, 2008, p.37).

[...] numerosas necessidades de toda a espécie que encontrava toda família imigrante ao chegar à França em total miséria, desprovida de bens, mesmo os mais elementares, indispensáveis para a vida quotidiana; todas essas coisas que tornavam extremamente custosa a instalação da família (Bourdieu, 2008, p.37).

Para Yazbek (2005), em seu artigo intitulado “A Pobreza e as Formas Históricas de seu Enfrentamento” aborda a pobreza no contexto das relações sociais e do desenvolvimento desigual no Brasil, destacando sua complexidade multidimensional. Ao longo do século XX, a visão sobre a pobreza evoluiu de uma perspectiva individual para uma preocupação social, especialmente com o surgimento da classe operária. E, durante o governo Vargas, a "questão social" foi gerida com medidas paternalistas, resultando na dualização da previdência entre trabalhadores formais e informais. A filantropia desempenhou papel significativo na assistência aos pobres, com uma abordagem inicialmente psicologizante.

Ressalta a autora que a década de 1980 marcou uma transição para uma abordagem baseada em direitos, culminando na criação do sistema de Seguridade Social em 1988. No entanto, desafios persistem, como a influência neoliberal nas políticas sociais, que tendem a ser compensatórias e seletivas, priorizando os mais pobres. Destacando assim, a necessidade de romper com a herança da subordinação do social ao econômico, lidar com a crescente influência

do Terceiro Setor e combater a naturalização da pobreza em uma sociedade desigual. Apesar dos avanços, persiste a dificuldade de construir uma cidadania ampliada e promover um debate público sobre justiça e igualdade diante das persistentes iniquidades sociais (Yazbek, 2005).

Já na visão de Silva e Silva (2010), a autora descreve que partindo da incompatibilidade entre pleno emprego e acumulação nas formações sociais capitalistas, destaca-se a estrutural exclusão na produção de acumulação capitalista, conforme apontado por Marx. A reflexão sobre a pertinência do conceito de exclusão social no contexto brasileiro remete ao debate europeu, especialmente francês, com críticas de Paugan e Castel, propondo termos como "desfiliação social" e "desqualificação social" para melhor compreensão (Silva e Silva, 2010).

O debate centra-se na amplitude do conceito de exclusão social, aplicado a diversas situações e grupos, obscurecendo sua natureza dinâmica. Paugan, ao abordar a exclusão, destaca seu papel central na Europa, propondo "desqualificação social" como complemento. Castel, criticando a imposição do conceito, sugere "desfiliação social" para descrever o processo de transição da integração para a vulnerabilidade, destacando sua dinamicidade (Silva e Silva, 2010).

A discussão conceitual sobre a pobreza revela diferentes perspectivas conforme o contexto socioeconômico dos países. No debate francês, por exemplo, a exclusão social é amplamente reconhecida como uma realidade dos países desenvolvidos, caracterizada principalmente pelo desemprego e pela precarização do trabalho. Nesse cenário, a exclusão social é vista como uma condição resultante da perda de inserção no mercado formal de trabalho e da desconexão com os sistemas de proteção social.

Entretanto, no Brasil, o conceito de exclusão social não captura completamente a realidade local. Isso ocorre porque, historicamente, sempre houve um grande contingente de pessoas vivendo à margem da sociedade, sem acesso adequado a direitos básicos e fora dos sistemas formais de proteção social. Nesse sentido, a exclusão social no Brasil não surge apenas como consequência de um processo recente de perda de emprego ou precarização, mas como uma condição estrutural, enraizada em fatores históricos e econômicos que moldaram o desenvolvimento do país.

Diante dessa realidade, Silva e Silva (2010) propõem o uso da categoria "pobreza" como uma forma mais abrangente de analisar as políticas públicas no Brasil. Eles defendem que, para compreender a pobreza no contexto brasileiro, é necessário considerar o seu aprofundamento ao longo do tempo, devido a fatores históricos como a concentração de renda, a desigualdade social, e a falta de acesso a oportunidades básicas.

Portanto, o conceito de pobreza permite uma análise mais completa e ajustada à realidade brasileira, servindo como uma lente mais eficaz para entender as limitações e os desafios das políticas públicas voltadas para a inclusão social e o combate à desigualdade no país.

Na tese de Bezerra (2015, p. 285-288), as autoras oferecem uma análise detalhada da pobreza urbana, proporcionando uma reflexão profunda já no início do capítulo 4. Nesse ponto, recorrem à transcrição de parte da letra da música *É*, de Gonzaguinha (1990), como recurso para ilustrar os anseios da população por qualidade de vida e direitos fundamentais. A escolha dessa composição reforça a mensagem de luta por dignidade e justiça social em meio às adversidades da pobreza, criando um elo entre a realidade descrita na pesquisa e as expressões culturais que ecoam esses mesmos desafios (Bezerra, 2015).

É ...
 A gente quer valer o nosso amor, A gente quer valer nosso suor,
 A gente quer valer o nosso humor, A gente quer do bom e do melhor (...)
 A gente quer é ter muita saúde, A gente quer viver a liberdade,
 A gente quer viver felicidade (...)
 É...
 A gente quer viver pleno direito, A gente quer viver todo respeito,
 A gente quer viver uma nação, A gente quer é ser um cidadão,
 A gente quer viver uma nação!
 (Gonzaguinha, 1990)

Bezerra (2015) analisa a pobreza urbana contemporânea, destacando a necessidade de questionar concepções estabelecidas. Elas veem a pobreza como uma expressão da questão social no capitalismo, ligada à exploração e opressão. A análise marxiana aponta a superpopulação relativa como um resultado das contradições do capitalismo, criando trabalhadores empobrecidos. Com o tempo, o pauperismo é percebido como uma categoria negativada, associada a populações consideradas desnecessárias para a acumulação capitalista.

Bezerra (2015) destacam que, nos relatórios do Banco Mundial de 1990 e 2000-2001, a pobreza é definida como a incapacidade de atingir um padrão mínimo de consumo necessário para nutrição, necessidades básicas e participação social. Essa definição, centrada na renda, considera pobres aqueles cuja renda ou consumo não alcançam o mínimo necessário para sobrevivência. A abordagem monetária limita-se a classificar como pobres os que estão abaixo desse nível, sem considerar outras dimensões da pobreza.

Foucault (1982) analisa a pobreza relativa como uma manifestação da desigualdade social, apontando que é um fenômeno complexo presente em todas as sociedades. Em sua visão, os indivíduos considerados pobres eram vistos como elementos funcionais na vida urbana do

século XVIII, alternando entre serem marginalizados e assistidos. Já no século XIX, com o desenvolvimento das infraestruturas urbanas, esses indivíduos passaram a ser considerados dispensáveis, embora continuassem associados a riscos de doenças.

A Lei dos Pobres trouxe uma dinâmica autoritária, reforçando a divisão entre ricos e pobres: enquanto os menos favorecidos buscavam tratamento gratuito, os ricos procuravam evitar as epidemias associadas à pobreza. Sousa, Pereira, Araújo e Araújo (2014) complementam essa análise ao discutir como essas políticas intensificaram a segregação social e acentuaram os riscos sanitários percebidos pela elite (Sousa; Pereira; Araújo; Araújo, 2014).

Em 2021, em pleno período pandêmico da COVID-19 o Brasil teve um considerável aumento no nível da pobreza, segundo os relatórios do Banco Mundial, cerca de 29,4% da população brasileira, aproximadamente 62,5 milhões de pessoas, viviam abaixo da linha de pobreza, enquanto 8,4%, correspondendo a 17,9 milhões, estavam em situação de extrema pobreza. Esses números representaram os maiores percentuais desde 2012. Notavelmente, houve um aumento recorde entre 2020 e 2021, com o contingente abaixo da linha de pobreza crescendo 22,7%, e o de pessoas em extrema pobreza aumentando 48,2%, ou seja, totalizando mais de 5,8 (cinco virgula oito) milhões (Agência IBGE Notícias, 2022).

O critério adotado pelo Banco Mundial para definir a pobreza é baseado em rendimentos per capita, com US\$ 5,50 PPC (R\$ 486 mensais per capita), que significa Paridade de Poder de Compra, como linha de pobreza e US\$ 1,90 PPC (R\$ 168 mensais per capita) como linha de extrema pobreza. Neste ano de 2021, a proporção de crianças menores de 14 anos abaixo da linha de pobreza alcançou 46,2%, o maior percentual da série histórica, indicando um aumento significativo em relação ao ano anterior (Agência IBGE Notícias, 2022).

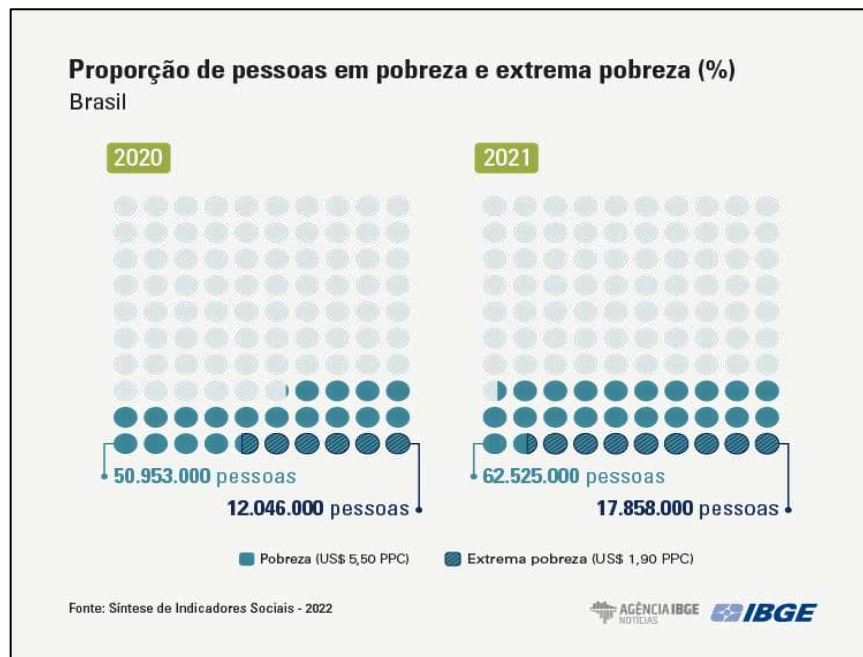
E as disparidades sociais também são evidentes, com 37,7% de pretos e pardos vivendo abaixo da linha de pobreza, quase o dobro da proporção de brancos (18,6%). Além disso, 62,8% das pessoas em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza. Regionalmente, o Nordeste (48,7%) e o Norte (44,9%) registraram as maiores proporções de pessoas pobres, enquanto o Sul apresentou o menor percentual, com 14,2% (Agência IBGE Notícias, 2022).

A participação da renda do trabalho no total de rendimentos dos mais pobres diminuiu, representando 53,8% para aqueles que recebem até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo per capita. Os benefícios de programas sociais respondem por 34,7% nesse grupo mais vulnerável. Em 2021, o rendimento médio domiciliar per capita atingiu o menor nível desde 2012, chegando a R\$1.353, explicado pela insuficiente recuperação do mercado de trabalho e redução dos valores

do Auxílio-Emergencial. A queda de renda é mais acentuada entre mulheres, pessoas pretas e pardas, e nas regiões Norte e Nordeste (Agência IBGE Notícias, 2022).

Os homens recebem 5,9% a mais que as mulheres, e o rendimento per capita recua mais para as mulheres (7,5%) do que para os homens (6,4%). Pretos e pardos continuam ganhando metade dos brancos, com uma perda de renda mais significativa (8,6% contra 6%) em 2021 (Agência IBGE Notícias, 2022).

Figura 1 – Proporção de pessoas em pobreza e extrema pobreza Brasil – 2020/2021



Fonte: (Agência IBGE Notícias, 2022).

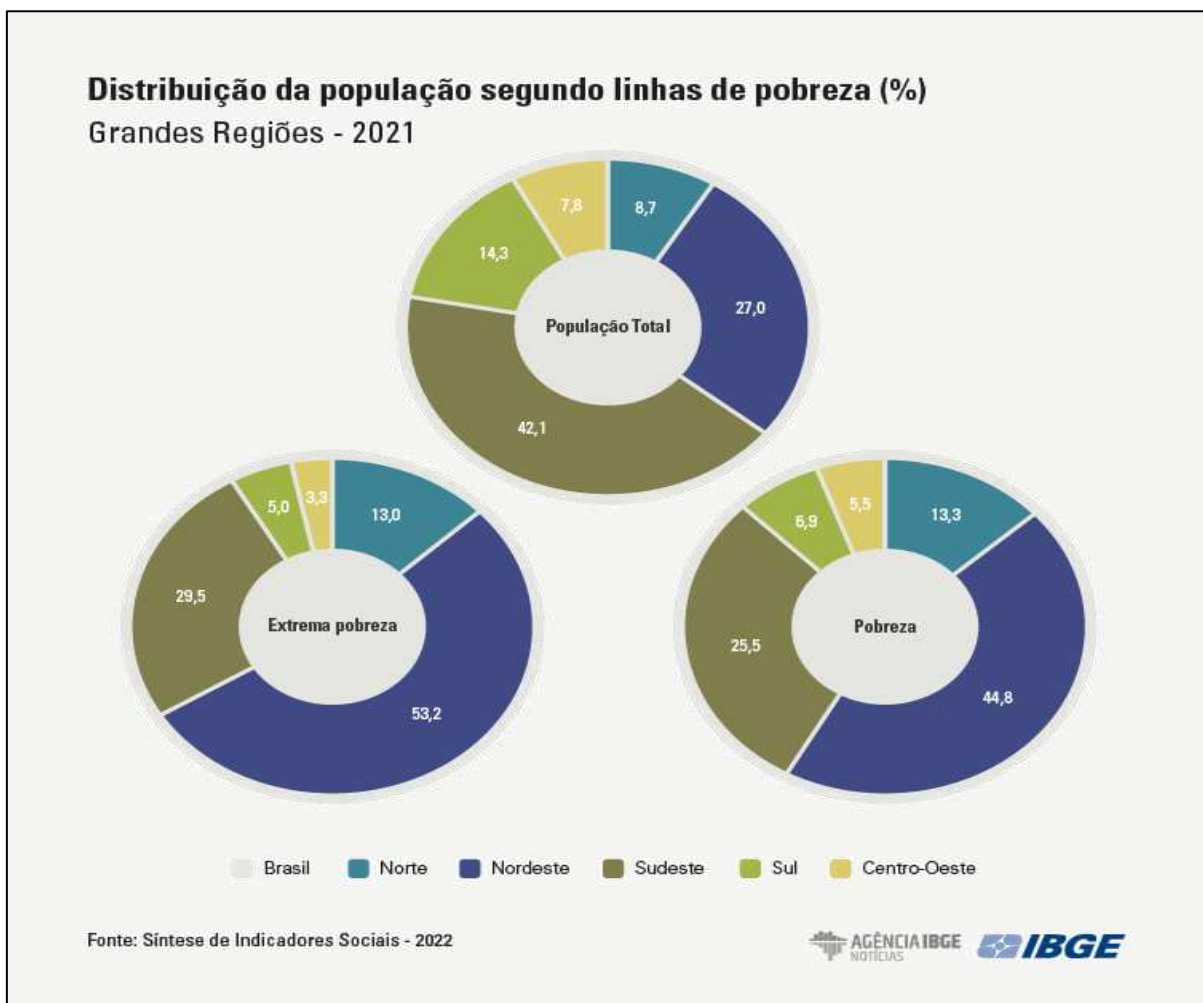
Em 2021, o rendimento per capita caiu em todas as regiões do Brasil, com as quedas mais acentuadas no Nordeste (-12,5%) e no Norte (-9,8%). Todas as faixas de renda foram impactadas, especialmente as mais baixas, que sofreram reduções de até um terço de seus rendimentos. A desigualdade social aumentou, com o Índice de GINI (índice que mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita de uma determinada população e em um determinado espaço geográfico) alcançando 0,544, o segundo maior valor da série histórica, refletindo os efeitos desiguais da distribuição dos auxílios emergenciais durante a pandemia. O Nordeste registrou o maior índice de desigualdade (0,556) e o Sul, o menor (0,462). A pobreza atingiu um recorde de 62,5 milhões de pessoas, o maior número desde 2012 (Agência IBGE Notícias, 2022).

A pobreza infantil compromete não apenas as necessidades básicas presentes, mas também compromete o futuro das crianças. A falta de acesso a políticas públicas, como

alimentação adequada e serviços essenciais, podem causar danos irreversíveis ao desenvolvimento das crianças, afetando suas capacidades cerebrais e gerando atrasos e dificuldades em seu desenvolvimento geral.

Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU em 2022, após ter saído em 2014 devido a estratégias de segurança alimentar. O relatório global sobre Segurança Alimentar e Nutrição revelou que 9,9% da população brasileira enfrentou insegurança alimentar severa entre 2020 e 2022, enquanto 32,8% vivenciaram insegurança alimentar severa ou moderada. Esse cenário representa um agravamento em comparação com os dados de 2014-2016, quando a taxa era de 18,3%. Os centros urbanos concentram a maior parte dos casos, com 27 milhões de pessoas em grave insegurança alimentar, especialmente em domicílios chefiados por mulheres negras, população em situação de rua e trabalhadores informais.

Figura 2 – Distribuição da população segundo linhas de pobreza



Fonte: IBGE (2021)

Para enfrentar essa crise, o governo federal lançou o Plano Brasil Sem Fome, composto por 80 ações públicas e 100 metas organizadas em três eixos principais: acesso à renda e promoção da cidadania, produção e consumo de alimentos saudáveis, e a mobilização de poderes, entes federativos e sociedade civil. O plano foi aprovado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e busca remover o país do Mapa da Fome. O Programa de Aquisição de Alimentos e a retomada de estoques públicos são algumas das políticas-chave mencionadas. O plano foi oficialmente lançado em Teresina, Piauí, com a assinatura do Decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Vilela, 2023).

Dentre as iniciativas já em andamento, Valéria Burity destaca o reajuste per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o novo Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Plano Safra da Agricultura Familiar, entre outras ações. A mobilização do Plano Brasil Sem Fome começou com a assinatura de Protocolos de Intenção com estados, entidades e municípios prioritários, abrangendo o terceiro eixo, que se concentra em ações Inter federativas.

O programa planeja realizar caravanas em locais com maior incidência de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, com o suporte de informações estatísticas regularmente produzidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (Vilela, 2023). A título de ilustrar a preocupação com o fato da volta do Brasil ao Mapa da Fome em 2022, transcreve-se o artigo 1º do Decreto nº 11.679/2023 (Brasil, 2023b), que instituiu o Plano Brasil Sem Fome, sendo que esse programa foi estabelecido com o objetivo principal de promover a segurança alimentar e nutricional, enfrentando a fome em todo o território nacional (Brasil, 2023b).

Seus objetivos específicos incluem a redução do contingente de pessoas afetadas pela insegurança alimentar e nutricional, a diminuição da pobreza, a implementação de estratégias intersetoriais para erradicar a fome e promover o acesso sustentável à alimentação adequada e saudável, o aumento da participação social e o fortalecimento das iniciativas da sociedade civil para erradicação da fome, além do fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essas medidas visam criar uma abordagem abrangente e colaborativa para combater eficazmente os desafios relacionados à fome e à insegurança alimentar no país (Brasil, 2023b).

Art. 1º Fica instituído o Plano Brasil Sem Fome, com a finalidade de promover a

segurança alimentar e nutricional e enfrentar a fome no território nacional.

§ 1º O Plano Brasil Sem Fome tem os seguintes objetivos:

I - reduzir o contingente de pessoas afetadas pela insegurança alimentar e nutricional;

II - reduzir a pobreza;

III - implementar estratégias intersetoriais de articulação, integração e monitoramento das políticas, dos programas e das ações para erradicar a fome e ampliar a produção e o acesso da população à alimentação adequada e saudável, de maneira sustentável;

IV - ampliar a participação social e fortalecer a organização e as iniciativas da sociedade civil para a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional; e

V - fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Brasil, 2023b).

O Programa Criança Feliz está diretamente ligado à atenção básica das nossas crianças e suas famílias, onde o estudo mostra a interação muito forte e alinhada com o Programa Mais Infância Ceará, programa do governo do estado do Ceará onde o Criança Feliz está inserido na estrutura atual no nosso estado, pois ambos se entrelaçam e se complementam.

O foco do programa estadual é no desenvolvimento das crianças, cuja sua visão é que, ao promover o desenvolvimento infantil, se promove o desenvolvimento da sociedade, já a missão desta política pública cearense é criar oportunidades para o desenvolvimento integral das crianças, sendo seu público-alvo inclui crianças, seus pais e familiares, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, ONGs, gestores públicos, especialmente municipais, e formadores de opinião na mídia.

As crianças atendidas pelo Mais Infância Ceará são aquelas que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social, privadas de direitos essenciais para um desenvolvimento saudável. A promoção da primeira infância é reconhecida como um impulsionador para o desenvolvimento das nossas crianças, abrangendo temas que buscam a redução da pobreza, o acesso à educação de qualidade, à saúde, à diminuição da violência ao brincar entre outros. Nesse contexto, o Programa Criança Feliz desempenha um papel importante, especialmente por meio de visitas domiciliares e ações intersetoriais, que visam fortalecer as famílias e promover o cuidado parental.

Diante das explanações acima veem-se o quanto a Assistência Social evoluiu no Brasil como política pública, pós Constituição de 1988, para tanto, tem-se a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993 (Brasil, 1993), passando pela aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução de Nº 145, de 15 de outubro de 2004, (Brasil, 2004c)) editada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ministério existente à época no Governo Luís Inácio Lula da Silva, e pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), em 15 de outubro de 2004. Estas

normativas levaram à criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), por meio da Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011 (Brasil, 2011); (Brasil, 1993); (Brasil, 2004c).

O Programa Criança Feliz, parte integrante da Política de Assistência Social, amparada pela Lei 13.257 (Brasil, 2016a), também está integrado ao SUAS, na Portaria de nº 664 (Brasil, 2021b). Portanto, os marcos históricos legislativos originários do Programa Criança Feliz estão apresentados.

A partir de 2010, houve uma mudança na destinação dos recursos da Assistência Social. Anteriormente investidos em creches e pré-escolas, esses recursos passaram a ser direcionados aos serviços socioassistenciais voltados para crianças de até seis anos, idosos e suas famílias. Essa transição foi uma reivindicação histórica e está prevista no Plano Decenal SUAS Plano 10 (Brasil, 2009).

Para concretizar essa mudança, foram realizadas pesquisas, estudos, levantamentos de dados, orientação aos gestores e debates, além da pactuação com os entes federados. Atualmente, novos parâmetros estão sendo discutidos para o desenvolvimento de ações de proteção básica para crianças, idosos e suas famílias, alinhados aos pilares do SUAS. Esses parâmetros incluem a territorialização, a matricialidade sociofamiliar, a articulação entre serviços e benefícios, a estruturação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF).

Diante de todas as informações coletadas podemos descrever vulnerabilidade social extrema como sendo uma situação em que indivíduos, grupos ou famílias enfrentam desafios significativos, indo além das dificuldades econômicas como a falta de acesso a recursos fundamentais: alimentação, moradia, saúde e educação, sujeitando as pessoas a impactos negativos abrangentes em suas vidas. Aqueles que se encontram em vulnerabilidade extrema muitas vezes lidam com discriminação, exclusão social e têm limitada capacidade de enfrentar crises. A complexidade e gravidade dessas condições exigem intervenções sociais e políticas específicas para melhorar as circunstâncias de vida dessas populações.

2.7 Métodos Empregados e Avaliação dos Dados Presentes no Estudo

A concepção para se realizar avaliação da Trajetória Institucional do Programa Criança Feliz no Estado do Ceará foi a da perspectiva da avaliação em profundidade desenvolvida por Rodrigues (2008) e fundamentada no modelo de avaliação experiencial de

Lejano (2012). A pesquisa visa a compreensão da visão dessa trajetória na visão dos gestores e profissionais atuantes no PCF, analisando os valores, sentidos, contexto e particularidades em que foi implementado.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, buscando maior compreensão dos fenômenos sociais envolvidos. O percurso metodológico seguido visa interpretar de forma coerente as questões propostas, alinhado à perspectiva da avaliação em profundidade. O estudo adotou se apoiou em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e sua coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada com os gestores do PCF atuantes no estado do Ceará.

A pesquisa bibliográfica buscou estabelecer uma fundamentação teórica e compreender o contexto político, econômico, social e cultural que influenciou a formulação do PCF. Sendo analisados vários textos como: a constituição federal brasileira de 1988, leis, decretos, portarias e resoluções, os quais destacando-se:

- a) Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988);
- b) A lei federal de nº 13.257, em 8 de março de 2016, considerada o marco legal das políticas públicas para a primeira infância no Brasil (Brasil, 2016a);
- c) A lei do estado do Ceará a de nº 16.360, de 17 de outubro de 2017, que representou um olhar de mais atenção para as crianças de maior vulnerabilidade social do nosso estado (Ceará, 217a);
- d) Lei nº 17.380, 05 de janeiro de 2021 que consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará, para a superação da extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento infantil (Ceará, 2021a);
- e) O decreto federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018a), que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências (Brasil, 2018b);
- f) A portarias MC nº 664, de 2 de setembro de 2021, que consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2021b);

- g) Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro de 2016, correspondendo, desta forma, à participação da política de assistência social no Programa Criança Feliz (Brasil, 2016a).

A pesquisa documental foi realizada em livros, publicações de revistas, de jornais, sítios eletrônicos do Governo federal, estadual, municipal e em sítios oficiais de organismos internacionais, os quais destacando-se:

- a) Sítios oficiais eletrônicos de organismos internacionais como ONU, UNESCO, UNICEF;
- b) Sítios oficiais eletrônicos do governo federal: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cidadania entre outros;
- c) Sítio oficial eletrônico do governo do estado do Ceará;
- d) Sítios oficiais eletrônicos do Senado, Câmara dos Deputados, IBGE, EBC;
- e) Revistas eletrônicas: Agência Brasil, Agência CMN de Notícias, Agência Senado, revista online Pequenas Empresas Grandes Negócios;
- f) Entre outros.

A partir da leitura proposta por Cellard (2012, p.295), observa-se que a memória humana é limitada e falível, tornando o documento escrito essencial para pesquisadores em ciências sociais. Ele é insubstituível para reconstituir o passado, sendo muitas vezes o único registro de atividades antigas. Documentos permitem observar a evolução social ao longo do tempo e reduzem a influência do pesquisador. No entanto, o uso de documentos traz desafios, como avaliar sua credibilidade e interpretar fragmentos difíceis. Por isso, o pesquisador deve adotar precauções para garantir a validade e a solidez de suas análises. Logo, a análise documental possibilita adicionar a dimensão temporal à compreensão social. Essa abordagem foi essencial para a análise do contexto e da trajetória institucional do Programa Criança Feliz no Ceará.

Complementando as fontes utilizadas para os resultados desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores do PCF em nível estadual, no período de 03 de junho a 10 de julho de 2024.

As entrevistas foram divididas em 07 (sete) blocos: 1- Atuação do (a) gestor (a) junto ao Programa Criança Feliz; 2 - Concepção, Implementação, Estrutura e Operacionalização do Programa; 3 -Recepção e engajamento do público-alvo/ Atuação dos profissionais; 4 - Experiência e Formação dos profissionais envolvidos no programa; 5 - Parcerias e Articulações; 6 - Avaliação do Programa e Perspectivas futuras e 7 - Considerações

Finais. Onde todos os entrevistados, gestores estaduais diretamente ligados ao Programa Criança Feliz no estado do Ceará, tiveram a liberdade para falar, expor os fatos e experiências vivenciados, suas sugestões e críticas ao programa, de forma livre e independente, garantido o sigilo da fonte.

Segundo Rodrigues (2011), as entrevistas são a ferramenta mais eficaz para captar os significados da política, pois fornecem ao pesquisador elementos essenciais para a análise, permitindo a comparação e a interpretação de ideias, informações e reflexões.

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a técnica de Minayo (2002, p.83), que emprega a hermenêutica-dialética como método de análise qualitativa, ou seja, como ferramenta de estudo nas ciências humanas e sociais (Minayo, 2002, p.83).

Minayo (2002) incorpora a hermenêutica, tradicionalmente associada à interpretação de textos, como uma abordagem para alcançar uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos analisados. Isso significa captar o sentido das experiências humanas, ultrapassando uma leitura superficial. Assim, a hermenêutica se move entre diversos conceitos, com a compreensão como elemento metodológico central na investigação. Baseia-se em princípios filosóficos como liberdade, necessidade, força, consciência histórica, totalidade e partes, e utiliza categorias de pensamento como significado, símbolo, intencionalidade e empatia, conforme a perspectiva da autora (Minayo, 2002).

A dialética, por sua natureza filosófica, enfoca a interconexão e as contradições existentes entre os componentes de um sistema. Dessa forma, a dialética se desenvolve ao combinar conceitos como crítica, negação, oposição, mudança, processo, contradição, movimento e transformação tanto da natureza quanto da realidade social Minayo (2002).

Em resumo, a utilização da técnica hermenêutica-dialética proposta por Minayo (2002) contribuiu para reduzir erros interpretativos, permitindo uma aproximação maior com a realidade. Porque como nos ensina Lejano (2012, p.229), “[...] instituições podem ser vistas como ideias que os grupos no poder ou partes interessadas sustentam, mantêm e promovem”.

Realizadas as entrevistas, por meio de gravação em áudio, utilizando-se o aplicativo *Voice Recorder* da *Samsung Electronics Co., Ltd.* Posteriormente, em um segundo passo, foi realizado o processo de transcrição dos áudios de todas as entrevistas, com as respectivas correções das transcrições, necessitando-se a escuta dos áudios novamente para garantir a integralidade do que foi dito corresponde ao que foi transcrito. Sendo que, as respectivas transcrições, funcionou como uma forma de pré-análise dos dados.

Em seguida, para uma melhor organização dos dados, os relatos foram organizados e agrupados de acordo com os tópicos guias elaborados no roteiro (Bauer; Gaskell, 2002). Esse

processo permitiu a identificação de fatos relevantes relacionados às categorias analíticas deste trabalho. Finalmente, na análise final, os dados foram articulados com o referencial teórico, o que nos permitiu encontrar os fundamentos às questões e objetivos formulados nesta pesquisa

Na análise dos dados desta pesquisa, que seguiu uma avaliação em profundidade, essa abordagem facilitou a compreensão ao integrar a análise do contexto, do conteúdo e da trajetória institucional. Isso possibilitou revelar os significados históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciaram o desenvolvimento do Programa Criança Feliz e a sua implementação atual, alinhada às ações dos programas do governo do Ceará na aplicação de recursos para alcançar os objetivos do programa. Esse processo foi enriquecido pelas perspectivas e experiências dos participantes desta pesquisa.

Em se tratando do cenário em que a coleta de dados foi realizada, através de uma pesquisa semiestruturada, pode-se afirmar que foi em um contexto totalmente diferente de quando o Programa Criança Feliz foi lançado, em plena discussão sobre o momento político e social em 2016, que culminou no impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff e ascensão do ex-presidente Michel Temer.

O momento então, desta coleta, foi bem tranquilo, pois os acontecimentos políticos e sociais enfrentados pela população brasileira na atualidade, em nada interferiu na coleta dos dados da presente pesquisa.

Ressalta-se que diferentemente de outros estados da federação brasileira, o Ceará teve um contexto diferenciado na implantação e na implementação do PCF, como será demonstrado ao longo desta pesquisa. Sendo a coleta feita dentro do estado do Ceará com os gestores do PCF envolvidos no programa em tela e que se deu no período de 03 de junho a 10 de julho de 2024.

2.8 Os Sujeitos da Investigação da Pesquisa de Campo

Com base nas ideias de Lejano (2012) e nas pesquisas de Gussi (2008), observa-se que a análise de uma política pública em diferentes contextos institucionais revela uma pluralidade de interpretações e adaptações. Essas políticas são continuamente reinterpretadas conforme se inserem em novos ambientes institucionais, o que impacta diretamente sua implementação e resultados, como demonstrado por Garcia (2020).

No caso da avaliação da trajetória institucional do Programa Criança Feliz (PCF) no estado do Ceará, foi imprescindível realizar uma análise detalhada do contexto histórico, político, social e cultural da época de sua implantação. Essa análise levou em consideração o conteúdo do programa federal, estruturado no Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257, de 8 de março de 2016), que fornece o arcabouço normativo para as ações voltadas à primeira infância no Brasil. Além disso, é importante destacar como o PCF foi integrado ao Programa Mais Infância Ceará, uma iniciativa já existente e também voltada ao desenvolvimento infantil, consolidando a sinergia entre programas nacionais e estaduais.

Para aprofundar a compreensão da trajetória institucional do PCF, foram realizadas oito entrevistas com gestores cearenses diretamente envolvidos no programa. Entre os entrevistados, estava a coordenadora do Mais Infância Ceará, responsável pela política estadual voltada para a primeira infância, na qual o PCF está inserido no pilar Tempo de Crescer. Também foi entrevistada a coordenadora do Programa Criança Feliz no SUAS, que coordena o PCF no estado do Ceará.

As entrevistas se estenderam ainda aos seis multiplicadores do PCF, que são responsáveis pela capacitação, formação, avaliação e monitoramento do programa em aproximadamente 30 municípios cada um. Esses profissionais desempenham um papel central na execução do PCF, sendo responsáveis por garantir que as diretrizes nacionais sejam adaptadas às realidades locais, assegurando a qualidade e a eficácia do programa no Ceará.

Assim, as entrevistas com esses gestores e multiplicadores revelaram não apenas os desafios e conquistas do PCF no estado, mas também as particularidades que emergem da sua adaptação ao contexto cearense, destacando a importância da articulação entre as diferentes esferas de governo para o sucesso das políticas públicas voltadas à primeira infância. Com isso, foi possível traçar uma visão clara da trajetória institucional do Programa Criança Feliz no Ceará, enriquecendo a análise com as percepções de quem está na linha de frente da sua implementação e contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à redução da vulnerabilidade social e promoção do desenvolvimento infantil.

3 RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA E O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Diante do objeto central e de seus específicos que se aborda neste presente estudo, considerou-se necessário reconstruir a história dos direitos das crianças ao longo dos séculos XX e XXI, a nível mundial e nacional, para, em seguida, situar o contexto brasileiro de emergência, regulamentação e configuração do Programa Criança Feliz, objeto avaliativo desta dissertação.

A finalidade desta contextualização histórica se dá para que se possa compreender melhor a origem embrionária de políticas e programas públicos voltados para o desenvolvimento, proteção e atenção às crianças, no nosso estudo, as da primeira infância, de zero a seis anos, que legitimou o PCF no ordenamento jurídico brasileiro, tendo a Constituição Federal de 1988 como referência fundante.

Na sequência, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o que se tem sido pesquisado e escrito sobre o PCF, a registrar, ainda, as principais críticas feitas a este programa, de maneira a permite a subsidiar a análise ora proposta. Nesta perspectiva, este capítulo encontra-se dividido nas quatro seções que se seguem.

3.1 Sobre a construção dos direitos da infância: um longo processo

A construção dos direitos da infância é um processo histórico marcado por avanços jurídicos e políticos, que buscam assegurar proteção, desenvolvimento e dignidade para as crianças. Esse processo, no entanto, não pode ser visto de forma isolada, desconsiderando as interações entre as políticas públicas e os contextos sociais, culturais e econômicos em que essas políticas são implementadas. As transformações legais e institucionais na proteção da infância, observadas tanto em âmbito internacional quanto nacional, oferecem oportunidades para uma reflexão teórica sobre como o desenvolvimento humano, a justiça social e a redistribuição de recursos podem ser alcançados de forma equitativa para todos.

Para enriquecer a análise, é essencial dialogar com as contribuições de teóricos como Amartya Sen, Pierre Bourdieu e Nancy Fraser, cujas obras fornecem uma base teórica para compreender as limitações e os potenciais das políticas públicas voltadas à infância. Ao associar os marcos legais históricos com essas teorias, torna-se possível analisar criticamente o

impacto dessas políticas em diferentes contextos e sua capacidade de enfrentar desigualdades estruturais.

A obra de Amartya Sen (2010) sobre "desenvolvimento como liberdade" oferece uma perspectiva crucial para a análise das políticas públicas voltadas à infância. Segundo Sen (2010), o desenvolvimento humano não pode ser medido apenas pelo crescimento econômico, mas pela capacidade dos indivíduos de viverem a vida que valorizam. Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento está intrinsecamente ligado à ampliação das "capacidades" das pessoas, isto é, suas oportunidades reais de alcançar bem-estar, autonomia e liberdade.

Ao aplicar essa visão à questão da proteção da infância, as políticas públicas, como o Plano Nacional pela Primeira Infância (2010) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), são instrumentos fundamentais para garantir que as crianças tenham acesso às condições necessárias para seu pleno desenvolvimento. A partir da teoria de Sen, a proteção à infância deve ser vista como uma medida essencial para expandir as capacidades das crianças, proporcionando-lhes o acesso à educação, saúde, alimentação adequada e cuidados essenciais que permitirão seu desenvolvimento integral.

O Marco Legal da Primeira Infância (2016), por exemplo, ao garantir a prioridade absoluta das crianças nas políticas públicas, pode ser entendido como uma estratégia que visa aumentar as capacidades dessas crianças, oferecendo-lhes um ambiente de cuidado e proteção que favoreça seu desenvolvimento humano. Sen destaca que a privação de capacidades, como a falta de acesso à educação ou à saúde, limita as oportunidades de uma pessoa ao longo da vida, perpetuando o ciclo de pobreza e desigualdade. Nesse sentido, a ampliação do acesso a esses direitos fundamentais, especialmente para as crianças em situação de vulnerabilidade, é crucial para romper essas barreiras e garantir um desenvolvimento mais equitativo.

No entanto, Sen também aponta que o simples estabelecimento de políticas públicas não garante, por si só, a expansão das capacidades, especialmente quando não há um esforço efetivo para garantir que os mais vulneráveis tenham acesso a esses direitos. A eficácia das políticas depende de sua implementação em contextos que levem em consideração as especificidades locais e as barreiras estruturais que impedem o acesso a direitos básicos. No Brasil, a desigualdade social é um fator que dificulta a materialização dos direitos garantidos legalmente, como é o caso das crianças que vivem em extrema pobreza ou em áreas rurais isoladas, onde o acesso a serviços públicos essenciais ainda é limitado.

Enquanto Sen enfatiza o papel das capacidades para o desenvolvimento humano, Pierre Bourdieu (1996) fornece uma análise crítica das desigualdades estruturais que afetam o acesso aos direitos e oportunidades. Em sua teoria do capital social, econômico e cultural,

Bourdieu argumenta que as oportunidades dos indivíduos são determinadas pela posse desses diferentes tipos de capital. Indivíduos e grupos com maior acesso a capital econômico (recursos financeiros), capital social (redes de relacionamento) e capital cultural (educação e conhecimento) têm mais oportunidades de sucesso e bem-estar.

Ao aplicar essa teoria à infância, é possível perceber como as crianças de famílias com menos acesso a esses capitais enfrentam desvantagens desde os primeiros anos de vida. Por exemplo, crianças de famílias em situação de pobreza têm menos acesso a uma nutrição adequada, a cuidados de saúde de qualidade e a uma educação precoce que as prepare para o sucesso futuro. Essa falta de capital cultural e econômico afeta diretamente suas oportunidades de desenvolvimento, mesmo que as políticas públicas busquem garantir direitos iguais a todas as crianças.

No contexto brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Plano Nacional pela Primeira Infância (2010) são marcos legais importantes que visam proteger os direitos das crianças e garantir seu desenvolvimento. No entanto, a eficácia dessas políticas é limitada pelas desigualdades estruturais que ainda permeiam a sociedade. As crianças mais vulneráveis, especialmente aquelas que vivem em áreas de exclusão social e pobreza extrema, continuam a enfrentar barreiras significativas para acessar os serviços a que têm direito. Bourdieu nos ajuda a entender que, sem uma redistribuição efetiva de recursos e capital, as políticas públicas correm o risco de perpetuar as desigualdades em vez de reduzi-las.

Além disso, a teoria de Bourdieu também destaca a importância das redes sociais e das relações de poder na implementação de políticas públicas. As políticas que visam proteger a infância precisam levar em consideração as dinâmicas locais de poder e as redes sociais que podem facilitar ou dificultar o acesso das crianças aos serviços de que necessitam. No caso do Programa Criança Feliz, por exemplo, a implementação local do programa depende de uma coordenação eficaz entre os agentes comunitários, as famílias e os órgãos governamentais. A falta de uma rede de apoio social forte pode limitar a eficácia do programa, especialmente em áreas mais remotas ou socialmente excluídas.

A teoria de Nancy Fraser (1998) sobre justiça social e reconhecimento também contribui para uma compreensão mais profunda das políticas públicas voltadas à infância. Fraser argumenta que a justiça social não se resume à redistribuição de recursos econômicos, mas envolve também o reconhecimento de grupos marginalizados e a valorização de sua identidade e necessidades. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas à infância devem não apenas garantir o acesso a recursos materiais, como educação e saúde, mas também reconhecer

as crianças como sujeitos de direitos, com voz e participação nas decisões que afetam suas vidas.

Essa perspectiva é especialmente relevante para o Plano Nacional pela Primeira Infância (2010), que reconhece a importância de garantir às crianças o direito de participar de decisões que afetam seu bem-estar e desenvolvimento. Ao reconhecer as crianças como cidadãos plenos, o plano busca promover não apenas a redistribuição de recursos, mas também o reconhecimento de sua dignidade e valor social. Além disso, a implementação de programas como o Criança Feliz também visa garantir que as crianças em situação de vulnerabilidade tenham suas necessidades reconhecidas e atendidas de forma integral.

Fraser também argumenta que as políticas públicas devem enfrentar as barreiras culturais e sociais que perpetuam a exclusão de grupos vulneráveis. No caso das crianças em situação de pobreza no Brasil, a pobreza não é apenas uma questão de falta de recursos materiais, mas também de falta de reconhecimento social. Essas crianças muitas vezes são vistas como "problemáticas" ou "invisíveis" pela sociedade, o que dificulta a implementação eficaz de políticas públicas que realmente atendam às suas necessidades.

Embora os avanços jurídicos e institucionais na proteção da infância no Brasil representem um progresso significativo, os desafios para a implementação eficaz dessas políticas ainda são grandes. A análise teórica de Sen, Bourdieu e Fraser nos permite entender que a simples existência de políticas públicas não garante sua eficácia. A desigualdade estrutural, a falta de redistribuição de recursos e a ausência de reconhecimento cultural continuam a ser barreiras para a plena realização dos direitos das crianças.

No entanto, essas teorias também oferecem caminhos para superar esses desafios. Para que o Plano Nacional pela Primeira Infância (2010) e outras políticas voltadas à infância sejam verdadeiramente eficazes, é necessário adotar uma abordagem integrada que considere tanto a redistribuição de recursos quanto o reconhecimento das necessidades e da dignidade das crianças. Isso significa não apenas garantir que todas as crianças tenham acesso à educação, saúde e alimentação, mas também criar um ambiente social em que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades específicas sejam atendidas.

Além disso, a implementação eficaz dessas políticas depende de uma rede de apoio social e comunitário forte, que permita que as crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos serviços de que necessitam. Nesse sentido, o fortalecimento das redes de capital social e a construção de parcerias entre os diferentes agentes governamentais, comunitários e familiares são essenciais para garantir o sucesso das políticas públicas voltadas à infância.

Ao analisar a trajetória das políticas públicas voltadas à infância no Brasil à luz das teorias de Amartya Sen, Pierre Bourdieu e Nancy Fraser, fica claro que os desafios para a proteção da infância vão além da simples implementação de leis e programas. A desigualdade estrutural, a falta de redistribuição de recursos e o não reconhecimento social das crianças mais vulneráveis são barreiras que precisam ser superadas para garantir o pleno desenvolvimento dessas crianças.

O Plano Nacional pela Primeira Infância (2010), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Programa Criança Feliz representam marcos importantes na proteção dos direitos das crianças no Brasil. No entanto, para que esses marcos sejam verdadeiramente eficazes, é necessário adotar uma abordagem que leve em consideração as desigualdades de capital e as necessidades de reconhecimento social e cultural, conforme destacado por Sen, Bourdieu e Fraser. Somente assim será possível garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem ou contexto social, tenham a oportunidade de viver uma vida plena, digna e livre.

3.2 Proteção da Primeira Infância e a emergência do Programa Criança Feliz: contextos e regulamentações em foco

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) é um documento que orienta políticas e ações para garantir os direitos das crianças, de até seis anos, no Brasil, destacando a importância desse período para o desenvolvimento humano. Elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), entre 2009 e 2010, o plano reflete um esforço coletivo de diversas instituições – governamentais e não governamentais – e visa promover equidade no acesso à saúde, educação e proteção social (PNPI, 2020). Dentre as várias ações finalísticas do PNPI, voltadas às crianças na fase da primeira infância, com idade de 0 (zero) a 6 (seis) anos, merecem destaque o enfoque nas distintas áreas e garantia de direitos a este público, a saber: ações direcionadas à saúde; à educação infantil; à assistência social às famílias; à convivência familiar e comunitária, destes pequenos seres humanos vítimas de violação de direitos – acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo, família acolhedora, adoção; garantia dos direito de brincar, à cultura, à justiça: proteção contra a violência e seu enfrentamento à violência, dentre outros (PNPI, 2020).

Alinhado ao Marco Legal da Primeira Infância, o PNPI busca combater desigualdades e assegurar um ambiente saudável para todas as crianças, especialmente as mais vulneráveis, como “crianças com deficiência, das crianças negras, indígenas, quilombolas, do campo e das comunidades e povos tradicionais” (PNPI, 2020, p.10). Abaixo transcreve-se um trecho retirado do PNPI (2020) para melhor situar sua construção participativa:

O PNPI foi elaborado num processo de ampla participação social, à luz da diretriz expressa no art. 227, § 7º, da Constituição Federal, que preconiza a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Participaram de sua elaboração as instituições que compõem a Rede Nacional Primeira Infância, outros institutos, fundações e centros de pesquisa, professores universitários, especialistas, técnicos e trabalhadores “de campo” nos diversos direitos da criança. Em 2010, a RNPI contava com 70 membros, integrantes de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes com capilaridade em todo o território nacional, além de organizações multilaterais das Nações Unidas (UNICEF, UNESCO e OPAS), que atuam na promoção da primeira infância. Atualmente, é integrada por mais de 250.

Observa-se, abaixo, que o PNPI está em sintonia com a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), conforme explicitado nos artigos abaixo enunciados:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204. (Brasil, 1988)

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (Brasil, 1988)

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais (Brasil, 1988).

Em 2011, foi criada a Frente Parlamentar da Primeira Infância, com a participação de mais de 200 parlamentares, dentre os quais vários passaram a fazer parte da *Red Hemisférica de Parlamentarios y Ex Parlamentarios por La Primera Infancia*. Nesse mesmo ano foi adotado o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo ao Procedimento de Comunicações pela ONU, sendo que é permitido ao Comitê dos Direitos da Criança o recebimento e a investigação das violações de direitos que envolvam as crianças que se encontra em vigor desde 14 de abril de 2014 (UNICEF BRASIL, 2011). Este Protocolo foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, por meio do Decreto Legislativo nº 85, de 2017, em 08 de junho de 2017 (Brasil, 2017b).

Em novembro de 2013, ocorreu, na cidade de Fortaleza, o Fórum Municipal pela Primeira Infância, a contar com a participação de 1.200 pessoas nos dias 4 e 5 de novembro de 2013, nas dependências da Assembleia Legislativa do Ceará. Evento a representar os desdobramentos anteriores, a nível mundial, repercutindo no Brasil e, mais precisamente, na cidade de Fortaleza.

Este fórum representa um avanço na cidade de Fortaleza para com a garantia de direitos de crianças na primeira infância. O objetivo deste encontro foi consolidar o Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPIF). Documento construído com base nos resultados dos seis Fóruns Regionais anteriormente realizados, nos meses de setembro e outubro deste mesmo ano, que buscaram discutir propostas viáveis de serem implementadas para a Primeira Infância no município de Fortaleza-CE.

Participaram, além de representantes da Prefeitura de Fortaleza e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), os conselhos tutelares, a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) com a Rede da Primeira Infância do Estado do Ceará (REPI-CE), Instituições de Ensino Superior, o Ministério Público, o Poder Judiciário e Defensoria Pública entre outros. O objetivo, segundo Moreira (2013), fora discutir propostas viáveis de serem implementadas para a Primeira Infância nesta metrópole.

O processo de mobilização para a elaboração do PMPIF teve início com a decisão da Primeira Dama de Fortaleza, Carol Bezerra, de priorizar programas voltados para a criança pequena. Em parceria com várias instituições e órgãos governamentais, foi criado um instrumento legal para garantir os direitos da primeira infância. Durante o evento, também foi lançado o Programa "Cresça com Seu Filho", que tem como objetivo “assistir” famílias em situação de vulnerabilidade social e promover o desenvolvimento integral das crianças desde a gestação até os três anos de idade (Moreira, 2013).

Em 2014 é promulgada pelo então prefeito Roberto Cláudio em Fortaleza a Lei nº 10.221, de 13 de junho, que dispõe sobre a instituição do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPIF) na cidade de Fortaleza (Fortaleza, 2014).

O Governo do Estado do Ceará, sensibilizado em relação à situação das suas crianças, instituiu o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará (CPDI), por meio do Decreto nº 31.264 de 31 de julho de 2013. Manteve-se em conformidade com a Constituição Estadual, em seus artigos os artigos 279 e 280, que estabelecem que é dever prioritário do Estado amparar e proteger crianças e adolescentes em situação de risco e destacam a prioridade das políticas governamentais em reduzir as taxas de

mortalidade infantil para níveis aceitáveis pela OMS (Ceará, 2013), conforme abaixo transcritos:

Art. 279. O Estado deverá assumir, prioritariamente, o amparo e a proteção às crianças e adolescentes em situação de risco, zelando para que os programas atendam às características culturais e socioeconômicas locais. Parágrafo único. São consideradas em situação de risco crianças e adolescentes:

I – privados das condições essenciais de sobrevivência no que concerne à alimentação, higiene, saúde, moradia e educação obrigatória;

II – explorados profissionalmente no mundo do trabalho;

III – envolvidos em atividades ilícitas como: roubo, tráfico de drogas, mendicância e prostituição;

IV – forçados a fazerem da rua o seu espaço de trabalho e habitação;

V – envolvidos com o uso de drogas;

VI – confinados em instituições (Ceará, 1989).

Art. 280. A redução das taxas de mortalidade infantil até índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde será considerada prioritária dentre todas as políticas governamentais de Saúde será considerada prioritária dentre todas as políticas governamentais (Ceará, 1989).

O supracitado decreto também estava em conformidade com a Lei estadual nº14.026, de 17 de dezembro de 2007, que criou o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências (Ceará, 2007). Programa posteriormente modificado pelo Decreto nº 31.739 em 03 de junho de 2015, que propõe medidas para integrar políticas públicas relacionadas à infância no Programa "Mais Infância Ceará" (Ceará, 2015a). Essas medidas visam fortalecer a gestão integrada nos 36 municípios considerados mais socialmente vulneráveis do estado, promover o desenvolvimento infantil por meio de espaços públicos adequados para brincadeiras, priorizar a educação infantil de qualidade, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenir acidentes e violências contra crianças e alinhar as ações das diferentes áreas ao Programa. Essas propostas buscam promover a integração, a inovação e a qualidade dos serviços oferecidos às crianças e suas famílias (Ceará, 2007; 2015a).

A Resolução nº 02, de 23 de dezembro de 2015, do Governo do Estado do Ceará, propõe medidas para fortalecer o Plano de Ação do Programa Mais Infância Ceará, visando promover o desenvolvimento integral da infância. O CPDI sugere a inclusão de diversas ações no Plano, como estratégias de gestão integrada para a primeira infância em municípios carentes, a construção de espaços públicos para o desenvolvimento infantil, a formação de educadores com base em conhecimentos da neurociência, a criação de uma rede de apoio familiar e comunitário, a prevenção de acidentes e violências contra crianças, e a integração das ações das diferentes áreas governamentais com o Programa (Ceará, 2015b).

Chega-se ao ano de 2016, com a promulgação da Lei de nº 13.257 (Brasil, 2016a), em 8 de março, considerada o *marco legal das políticas públicas para a primeira infância no Brasil*. Esse importante regramento introduzido pelo Legislativo Brasileiro e sancionado pela presidente Dilma Rousseff traz ao nosso ordenamento jurídico princípios fundamentais que foram norteadores para o desenvolvimento e para a concepção de políticas públicas que atendessem as necessidades e os cuidados necessários das crianças em fase inicial de vida, preocupando-se com o seu crescimento, seja como ser humano, seja como criança. Define-se primeira infância nesta lei, o período que vai da idade completa de seis anos ou de setenta e dois meses de vida da criança (Brasil, 2016a).

Ainda em 2016, em 05 de outubro, foi *instituído o Programa Criança Feliz*, por meio do Decreto nº 8.869 (Brasil, 2016a), de caráter intersetorial, objetivando a promoção do desenvolvimento integral de todas as crianças em território brasileiro na primeira infância, levando-se em conta também as famílias destas crianças e o seu contexto de vida, porém sempre em sintonia com a Lei de nº 13.257, em 8 de março de 2016 (Brasil, 2016a).

Em consonância, neste mesmo ano, foi instituído o *Programa Primeira Infância* no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro (Brasil, 2016a). Implicou, desta forma, a participação da política de assistência social no Programa Criança Feliz, a garantir o amparo do Sistema Único da Assistência Social às “famílias com gestantes e crianças na primeira infância, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social [...]” (SUAS, 2005; 2011).

Em 8 de março de 2017, consta, no Diário Oficial da União, a publicação do Decreto nº 7 (Brasil, 2017a), que criou o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância (CIPPPPI), com fins de proteção e promoção dos direitos relativos às crianças na primeira infância. Foi revogado pelo Decreto nº 12.083, de 27 de junho de 2024, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIIPI) e institui o seu Comitê Intersetorial.

Neste ano foi lançada a segunda edição, pela Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), do Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, na esteira do desenvolvimento dos direitos e proteção das crianças na primeira infância. Observou-se, entre os vários capítulos deste guia, os porquês da atenção à primeira infância e o que ganha o município aderindo a esse plano, as orientações sobre modelos sugestivos para a elaboração do PMPI, as explicações sobre os recursos financeiros para a execução do plano, o monitoramento, a avaliação e a socialização de informações dos resultados à sociedade.

Em 2018, a promulgação do Decreto de nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), que revogou o Decreto nº 8.869 de 05 de outubro de 2016 (Brasil, 2016a), consolidou vários atos normativos que foram editados pelo Governo Federal brasileiro, a envolver os seguintes assuntos: lactente, criança, adolescente, aprendiz, sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Fundo Nacional para a Criança e Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente. Dentre estes programas federais, está disciplinado o Programa Criança Feliz em seu Título V, dos artigos 96 a 108, em sintonia com a Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016 (Brasil, 2016a; 2018b).

Para finalizar a presente contextualização histórica, a demarcar a preocupação público-estatal com a proteção social da primeira infância, as regulamentações construídas nesta direção e a criação do Programa Criança Feliz, faz-se necessário salientar a importância e relações entre os objetivos deste programa e as metas ou objetivos do Fundo Conjunto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹. Participam, desta iniciativa do Fundo ODS, as agências das Nações Unidas (PNUD), UNESCO, UNFPA, ONU Mulheres e UNICEF – sendo esta última considerada como agência líder e impulsionadora central. Os ODS foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.

No Brasil, este Fundo ODS apoia, especificamente, o desenvolvimento da primeira infância, a fortalecer o Programa Criança Feliz implementado pelos entes federativos brasileiros. Essas agências unem esforços para impulsionar o progresso dos ODS, com vistas a garantir que as metas de desenvolvimento sustentável sejam alcançadas, especialmente no que diz respeito ao bem-estar e ao desenvolvimento saudável das crianças na primeira infância. A ONU está contribuindo para alcançar a Agenda 2030 no Brasil, que se baseia nos ODS e visa

¹ São estes os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares; erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos; garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos; promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos; construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países; tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis; adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos; conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade; promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis e reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Como se observa nas descrições das metas do ODS, elas, na sua grande maioria, convergem para o nosso programa em estudo (Nações Unidas Brasil, 2024).

transformar o país em direção a um futuro mais sustentável. O PCF vem contribuindo para que estas metas sejam atingidas, a apontar que o contexto de emergência deste programa está em sintonia com as premissas de vários organismos internacionais com relação à proteção à primeira infância².

Destarte, com base nas Metas do Milênio da ONU e no compromisso do Brasil em cumpri-las, *a infância tornou-se um dos principais focos das políticas públicas*. O Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), que fortalece e reestrutura aspectos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destaca-se no aspecto legal. Emergiram, neste cenário, diversas políticas públicas municipais e estaduais voltadas para a primeira infância, a exemplo do Programa Primeira Infância Melhor, do Rio Grande do Sul, e o Mãe Coruja Pernambucana, de Pernambuco, ainda anteriores ao MLPI (Brasil 2016a) e que até influenciaram em sua criação. Experiências que coadunaram para a emergência do Programa Criança Feliz (Câmara dos Deputados, 2016) em âmbito nacional.

A criação do PCF proporcionou a oportunidade de atender à primeira infância, com vistas a estimular o desenvolvimento integral de crianças até seis anos de idade, fortalecer os vínculos familiares, promover a parentalidade responsável e prevenir a exclusão e os riscos sociais. Enfrentar os desafios de desenvolver políticas e programas sociais para a primeira infância é complexo em um território marcado por diversidades culturais, sociais e econômicas, com altos índices de violência, de vulnerabilidade social e exploração que atravessam as vidas de crianças, especialmente aquelas em condição de pobreza. Nesse sentido, a Política de Assistência Social foi chamada a participar, em conjunto com a Educação, Saúde, Cultura, Direitos Humanos e outros setores, da construção e implementação estratégias para enfrentar, de modo intersetorial, esses desafios. O PCF insere-se dentre estas estratégias voltadas para a proteção da primeira infância, a merecer um olhar avaliativo aprofundado em relação ao alcance de seus objetivos. Nesta direção, buscou-se uma aproximação sistemática deste programa por meio das pesquisas documental e bibliográfica, cujos resultados centrais encontram-se sistematizados no item abaixo.

² Vale destacar reportagens no sítio eletrônico do *Joint SDG Fund* - Fundo Conjunto dos ODS que parecem reforçar a simetria entre as metas do ODS e o PCF, conforme explicitado na seguinte reportagem: “Construyendo mejores vidas a través de intervenciones integradas en la primera infancia: invertir en el programa Niño Feliz para acelerar el logro de los ODS en Brasil”. Observa-se, também no mesmo sítio eletrônico, outra reportagem com o título: “Locutores de rádio reciben capacitación sobre protección de la primera infancia en Brasil”. E a seguinte: *El Programa Niño Feliz fortalece el desarrollo de niños brasileños en situación de pobreza*. Disponível em <https://jointsdgfund.org/programme/building-better-lives-through-integrated-early-childhood-interventions-investing-happy>.

3.3 Aproximações ao Programa Criança Feliz: entre documentos oficiais e produções acadêmicas

O Criança Feliz, programa destinado à promoção do desenvolvimento integral das crianças durante a primeira infância, destaca-se pela atenção dedicada não apenas às crianças, mas também às suas famílias e ao ambiente em que vivem. Sua ênfase nos primeiros anos de vida representa uma estratégia diferenciada e eficaz para promover o desenvolvimento global das crianças, a consolidar-se como uma iniciativa pioneira e crucial para a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa (Brasil, 2016a). Segundo seus documentos oficiais, o PCF realizou cerca 60 milhões de visitas domiciliares até 31/10/2022, às 14h39, de acordo com dados extraídos do sítio eletrônico do Governo Federal nesta data (Brasil, 2022b).

Em total conformidade com os dispositivos legais da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Brasil, 2016a), reconhecida como o Marco Legal da Primeira Infância no Brasil, esse programa tem merecido reconhecimento por sua abordagem inovadora no contexto das políticas públicas brasileiras. Assim, algumas avaliações sobre o PCF já despontam no mundo acadêmico, sendo objeto de dissertações, teses, trabalhos de conclusões de cursos de nível superior e por meio de projetos de pesquisas, ao passo que tem passado por processos de avaliação por parte do Estado brasileiro, com fins de seu aperfeiçoamento sistemático.

Recentemente, no ano de 2023, a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), que desempenha um papel crucial na produção de pesquisas e estudos técnicos sobre programas e políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, divulgou, em Brasília, um documento intitulado “*Avaliação Qualitativa da Percepção de Resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância*”. Essas análises permitem diagnósticos detalhados dos públicos-alvo, a fornecer insights para o desenvolvimento e redesenho deste programa, contribuindo para o entendimento geral das ações governamentais. Por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, tais iniciativas buscam orientar o amadurecimento institucional das políticas sociais no país (Brasil, 2023a).

Em setembro de 2019, a antiga Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), ligada ao Ministério da Cidadania, hoje denominada de SAGICAD, por meio de seu Departamento de Avaliação, firmou uma parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), resultando na Chamada Pública CNPq/Ministério da Cidadania nº 30/2019. Essa chamada abordou 26 temas de pesquisa

relacionados a várias políticas ou programas do Ministério, destacando-se a avaliação qualitativa da percepção de resultados do PCF entre beneficiários e agentes do programa. Essa pesquisa para avaliar a percepção dos resultados do PCF foi realizada em cinco municípios do Rio Grande do Sul, coletando dados por meio de 101 entrevistas em profundidade com beneficiárias e visitadoras (Brasil, 2023a).

O Relatório Final inclui revisão teórica sobre Políticas de Atenção à Primeira Infância, proposta metodológica de avaliação qualitativa do PCF, avaliação das percepções das famílias beneficiárias e dos visitadores, além de apresentar indicadores qualitativos e quantitativos para monitoramento. (Brasil, 2023a). Esse estudo abrangente avaliou diversas dimensões do programa, com destaque à visita domiciliar, incluindo também qualidade de materiais, satisfação, relação com o visitador, condições de trabalho e desafios operacionais. Os resultados apontaram que a metodologia reflete características específicas dos municípios e do estado estudado, sendo necessária uma análise mais aprofundada em outras regiões e com maior contingente amostral para generalização. Conforme os documentos oficiais (Brasil, 2023a), resultados da citada pesquisa nacional contribuem para o conhecimento da percepção de diferentes atores na Política de Atenção à Primeira Infância, promovendo o constante aperfeiçoamento da política pública pelo Estado brasileiro. A divulgação desta pesquisa pela SAGICAD representa uma oportunidade de compartilhar essas descobertas. (Brasil, 2023a).

E, com a finalidade de explorar o que já foi apresentado por colegas pesquisadores, identificando trabalhos substancialmente relevantes que possam contribuir neste estudo é que foram consultadas fontes bibliográficas disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com os seguintes termos de busca: “Programa Criança Feliz”, quadro 2 e “Avaliação do Programa Criança Feliz”, quadro 3. O mesmo procedimento se deu para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará, quadro 4. Considerou-se, para fins desta coleta, as produções do período de 2018 a 2023.

Quadro 2 - Busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES pelo termo: “Programa Criança Feliz”

ANO	MESTRADO DISSERTAÇÃO	MESTRADO PROFISSIONAL	DOCTORADO	TOTAIS POR ANO
2018	2	3	0	5
2019	3	0	1	4
2020	0	3	2	5
2021	0	1	0	1
2022	4	2	0	6

ANO	MESTRADO DISSERTAÇÃO	MESTRADO PROFISSIONAL	DOCTORADO	TOTAIS POR ANO
2023	0	1	0	1
TOTAIS	9	10	3	22

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2023), para os anos de 2018 a 2023.

Quadro 3 - Busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES pelo termo: “Avaliação do Programa Criança Feliz”

ANO	MESTRADO DISSERTAÇÃO	MESTRADO PROFISSIONAL	DOCTORADO	TOTAIS POR ANO
2018	00	00	00	00
2019	01	00	01	02
2020	01	01	00	02
2021	00	00	00	00
2022	01	00	00	01
2023	00	00	00	00
TOTAIS	03	01	01	05

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2023), para os anos de 2018 a 2023.

Além da pesquisa realizada pelo Governo Federal sobre a avaliação do PCF, publicada no ano de 2023, encontram-se também alguns estudos avaliativos presentes no meio acadêmico, que têm colaborado para a compreensão da implementação desse programa como suporte base para a política voltada para primeira infância (Brasil, 2023a).

Quadro 4 - Busca no Repositório Institucional da UFC pelo termo: “Programa Criança Feliz”

ANO	TCC	ARTIGO PERIÓDICO	TOTAIS POR ANO
2018	0	0	0
2019	0	0	0
2020	0	1	1
2021	0	0	0
2022	2	0	2
2023	0	0	0
TOTAIS	2	1	3

Fonte: Repositório Institucional da UFC (2023), em 24/01/2024, para os anos de 2018 a 2023.

Portanto, diante dos trabalhos que puderam ser consultados nessa fase de revisão bibliográfica, já que alguns não estava autorizada a sua visualização, foi identificado um total de 30

contribuições acadêmicas entre teses e dissertações na base de dados da CAPES e na base institucional da UFC, segundo explicitados nos quadros acima. Reforça-se que este quantitativo se refere a pesquisas de abordagem qualitativa, bem como algumas de caráter quantitativo empreendidas sobre o Programa Criança Feliz.

A presente revisão literária realizada nesse estudo tem por finalidade aprofundar a análise das fontes bibliográficas, disponíveis na academia, buscando examinar as abordagens, as contribuições e as possíveis lacunas identificadas até o momento para o Programa Criança Feliz. Bem como, busca conhecer se existiam estudos sobre a trajetória institucional do PCF para o estado do Ceará. Dentre as 30 (trinta) produções acadêmicas identificadas, treze (13) – entre teses, dissertações e dissertações de mestrados profissionais, TCC e artigos científicos – chamaram a atenção deste pesquisador, que considerou pertinente explicitar seus autores, título, objetivos, o tipo de avaliação realizada e as principais conclusões. Trata-se de um esforço de composição de um “estado do conhecimento” acerca do PCF, objeto avaliativo desta dissertação.

Jales (2020) teve a defesa de sua tese cujo título foi Projetos Político-Ideológicos na Política de Assistência Social Brasileira: Os Sentidos e as Direções da Participação em Disputa. Seu objetivo geral foi analisar a participação na Política de Assistência Social brasileira e as influências dos projetos político-ideológicos em disputa. A pesquisa aborda determinantes históricos, discute significados de democracia e participação, destaca contradições na construção da Política Nacional de Assistência Social, e analisa a participação em documentos oficiais e literatura científica. A tese defendida é que as disputas entre projetos político-ideológicos resultam em formas diversificadas e até antagônicas de participação, vinculadas a esses projetos. A análise documental e bibliográfica inclui legislações, manuscritos, decretos, deliberações de conferências e documentos de eventos internacionais. O método histórico-dialético orientou a pesquisa, concluindo que diferentes projetos político-ideológicos influenciam a participação na Assistência Social, gerando ambiguidades e impedimentos à concretização de uma participação cidadã. A produção científica apresenta-se contra hegemônica ao neoliberalismo, apesar de contradições discursivas em alguns trabalhos (Jales, 2020).

A presente tese traz à baila que o Programa Criança Feliz implantado pós-golpe de 2016 e explica que o porquê de sua incorporação ao seu estudo. A autora explica que o PCF veio à análise devido à sua natureza intersetorial, embora fosse coordenado pelo Ministério da Cidadania, em 2019, hoje pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no governo Lula (2024). Sua implementação se deu nos dispositivos das

políticas municipais de Assistência Social (Jales, 2020). E, “Segundo Raichelis *et al.* (2019 *apud* Jales, 2020), o orçamento do Programa Criança Feliz foi de um milhão de reais em 2018, ultrapassando o valor de R\$ 800 mil destinado aos CRAS” (Raichelis *et al.*, 2019 *apud* Jales; Teixeira, 2020).

O estudo revela que as disputas entre projetos político-ideológicos moldam a participação na Política de Assistência Social, destacando a "confluência perversa" entre os projetos democráticos participativos e neoliberais, onde termos semelhantes têm significados opostos, enfraquecendo o projeto democrático. Isso é exemplificado pelo Programa Criança Feliz, que utiliza linguagem semelhante para projetos com objetivos divergentes. Além disso, o estudo evidencia uma "tensão constitutiva" nos projetos contra-hegemônicos, expondo práticas clientelistas no modelo participativo. Embora o neoliberalismo tenha se tornado hegemônico, promovendo a ideia de que o capitalismo é a única opção, há resistências a essa ideologia, com o projeto democrático participativo persistindo em conferências e na produção acadêmica, apesar de sua desqualificação (Jales, 2020).

Soares e Carvalho (2023), em sua tese intitulada: “As vozes do Programa Criança Feliz: potencialidades e entraves”, teve seu foco principal voltado para explorar a visão de cuidadores, familiares, visitantes sociais, supervisores e coordenadores sobre o Programa Criança Feliz em Orlândia, Sertãozinho e Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Bem como, foram elencados os seguintes objetivos específicos: conhecer e contextualizar o momento social, político e econômico de 2016, período em que se deu a implantação do Programa Criança Feliz, visando compreender os elementos que influenciaram sua criação; identificar as características sociodemográficas dos cuidadores, familiares, visitantes sociais, supervisores e coordenadores do PCF nos municípios de Orlândia, Sertãozinho e Ribeirão Preto; mapear as ações desempenhadas durante as visitas domiciliares, envolvendo cuidadores, crianças e visitantes nos três locais de pesquisa; investigar na visão dos participantes do PCF sobre o porquê da interrupção do programa em Orlândia e quais fatores sustentaram sua continuidade em Sertãozinho e Ribeirão Preto; e por fim, analisar a forma como cuidadores e familiares percebem a relação entre cuidador e criança, examinando os vínculos estabelecidos antes do início das visitas domiciliares e observando como esses evoluíram após as intervenções do PCF nos três municípios (Soares, 2023).

O estudo de Soares (2023) revela que, apesar de o Programa Criança Feliz (PCF) ter sido implantado em um momento de grande tensão política e social em 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff, ele trouxe foco para a Primeira Infância por meio de visitas domiciliares. Apesar das críticas, o programa atendeu famílias negligenciadas por outras

políticas, promovendo o empoderamento e a garantia de direitos. O estudo também discute a corresponsabilidade entre governo e famílias nos cuidados infantis, além de identificar desafios, como a precariedade dos vínculos empregatícios dos visitantes sociais e influências político-partidárias. As visitas domiciliares foram fundamentais para fortalecer os laços familiares, garantir o acesso aos direitos e atender às necessidades maternas, com as famílias valorizando a presença dos visitantes. A abordagem psicanalítica destacou a importância de cuidados adequados para o desenvolvimento infantil. Apesar dos desafios operacionais, as equipes se esforçaram para superar barreiras e apoiar o desenvolvimento integral das famílias. O estudo conclui que o PCF tem grande potencial para promover o desenvolvimento infantil e a parentalidade responsável, destacando a necessidade de mais investimentos e estudos sobre a Primeira Infância.

Capilheira (2018) em sua dissertação propõe uma análise das estratégias de governo adotadas pelo Programa Criança Feliz do Governo Federal e seu impacto nas concepções contemporâneas sobre a infância. Inspirada em abordagens pós-estruturalistas, especialmente nos estudos de Michel Foucault, a pesquisa utiliza ferramentas metodológicas como governo e biopolítica, exploradas por meio da governamentalidade, leis, decretos, documentos institucionais e materiais midiáticos relacionados ao Programa Criança Feliz compõem o material empírico de análise, categorizado em eixos analíticos. Esses eixos revelam como a infância é percebida no programa, destacando o investimento intensivo desde a gestação, alinhado à lógica neoliberal. A família é explorada como instrumento para o governo da infância, enquanto a intersectorialidade é abordada para compreender o alcance das estratégias governamentais. O último eixo desse estudo discute a autoridade dos profissionais no programa, ressaltando a utilização de discursos científicos como produtores de verdades para embasar políticas públicas. A análise sugere que as ações do Programa Criança Feliz refletem a racionalidade neoliberal, convocando os sujeitos a investirem em si mesmos desde a gestação para se tornarem competitivos no cenário econômico e evitarem serem considerados como despesas pelo Estado (Capilheira, 2018).

Medeiros (2018) tem seu estudo de pesquisa divulgado com o título de O Discurso Sobre a Criança Feliz: O Governo da População Infantil Brasileira cujo objeto é explorar os discursos legais relacionados à primeira infância, investigando as dinâmicas de poder-saber que impactam a vida das crianças brasileiras. Analisa os significados estabelecidos e legitimados em torno da infância, assim como as formas de governo na educação e cuidado infantil. Examina como esses discursos influenciam a condução das condutas das crianças e dos adultos nesse contexto (Medeiros, 2018).

Em síntese o trabalho em questão aborda práticas discursivas na área da primeira infância, utilizando a Análise do Discurso com base nos conceitos foucaultianos de discurso, poder-saber, biopoder e governamentalidade. Ao examinar as legislações sobre a primeira infância, como a Lei nº 13.257 (Brasil, 2016a) e o Decreto Presidencial nº 8.869 (Brasil, 2016a), o estudo busca compreender como esses discursos moldam a vida e o corpo das crianças brasileiras, influenciando suas identidades e comportamentos. A pesquisa parte da hipótese de que tais legislações contribuem para a formação de crianças como capital humano na sociedade neoliberal, conforme a perspectiva do *homo oeconomicus* de Foucault. O objetivo não é encontrar verdades absolutas, mas promover reflexões sobre os processos de governo infantil na contemporaneidade e a fabricação de sujeitos capazes de se inserirem na lógica econômico-social vigente no futuro (Medeiros, 2018).

Medeiros (2018) analisa os discursos legais do Marco Legal da Primeira Infância e do Programa Criança Feliz, investigando como as relações de poder e saber impactam a vida das crianças no Brasil. A pesquisa parte da premissa de que essas legislações promovem identidades infantis em consonância com a sociedade neoliberal, conforme a noção de *homo oeconomicus* de Foucault. O estudo mostra que o cuidado e o desenvolvimento infantil são benéficos para a formação do capital humano, começando desde a gestação. As práticas discursivas enfatizam a felicidade infantil relacionada aos cuidados corporais, alimentação saudável, ambientes propícios ao desenvolvimento e fortalecimento da família (Medeiros, 2018).

Pereira (2019) trazem à baila de sua dissertação o título Modelo de Implementação Federal do Programa Criança Feliz: Uma Análise Crítica dos Seus Instrumentos Normativos, que tem como objetivo geral desta pesquisa, analisar os instrumentos normativos do Programa Criança Feliz, elaborados pela gestão federal, com o propósito de operacionalizar a implementação do programa nos estados e municípios. O objetivo geral busca identificar as tensões e disputas de poder entre os órgãos envolvidos na regulamentação, visando compreender o modelo de implementação adotado pelo Governo Federal. Os objetivos específicos incluem a apresentação do escopo da pesquisa, com definições metodológicas e analíticas; a contextualização dos estudos de políticas públicas no contexto brasileiro, com enfoque na primeira infância e no PCF ao longo do ciclo de políticas públicas; a caracterização do campo das políticas públicas para a primeira infância, abordando elementos normativos e legais do PCF; e a interpretação das normativas de regulamentação, visando identificar o modelo de implementação adotado pelo Governo Federal, analisando as tensões presentes na operacionalização do programa no âmbito federal.

Esta dissertação investiga as políticas públicas para a primeira infância no Brasil, focando nos instrumentos normativos do Programa Criança Feliz, que foram criados pelo governo federal para orientar sua implementação nos estados e municípios. A pesquisa visa identificar o modelo de implementação adotado, analisando as tensões e disputas de poder entre os órgãos responsáveis. Com uma abordagem de análise documental qualitativa, foram examinadas 27 normativas publicadas entre 2016 e 2018. Os resultados revelam um modelo top-down, evidenciado pela transferência de responsabilidades da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) para a Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH), com forte apoio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Foram observadas mudanças nos critérios de adesão, financiamento e metas, reforçando a abordagem do governo federal, especialmente durante a gestão de Temer. O estudo destaca a influência neoliberal no programa, a complexidade do arranjo institucional e os desafios da implementação local, apontando uma abordagem bottom-up e abordando a resistência à vinculação do programa com a assistência social, além da fragilização do controle social. Conclui-se que essas dinâmicas trazem incertezas sobre a eficácia da gestão democrática participativa e sobre o futuro do Estado Democrático de Direito, evidenciando a necessidade de uma reflexão crítica sobre as diretrizes do programa (Pereira, 2019).

Bezerra (2019) em sua dissertação intitulada “Contradições e Tendências na Política de Assistência Social Implementada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Picos/Piauí”, Pós 2016, tem como escopo investigar as contradições e tendências presentes na implementação da Política de Assistência Social nos CRAS e nos CREAS em Picos, Piauí. O foco é analisar criticamente esses elementos, considerando as mudanças ocorridas na política após 2016, marcado por um golpe de Estado e um ciclo de ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Para a realização deste estudo a autora opta por uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório por meio de pesquisa bibliográfica e documentária (Bezerra, 2019).

A dissertação analisada revela um cenário desafiador para a política de assistência social em Picos, Piauí, após 2016. As mudanças políticas e econômicas, marcadas por cortes orçamentários e desresponsabilização estatal, intensificaram as desigualdades sociais e aumentaram a demanda por serviços. Nesse contexto, a assistência social assumiu um papel central, com destaque para a implementação de programas como o Criança Feliz. No entanto, a centralidade da assistência social ocorre em um contexto de precarização do trabalho, terceirização de serviços e fragilização da rede de proteção social, o que compromete a universalidade e a qualidade dos serviços ofertados, incluindo aqueles direcionados às

primeiras infâncias. A pesquisa destaca a importância dos CRAS e CREAS nesse cenário, mas alerta para os desafios de atender à crescente demanda com recursos limitados e um modelo de gestão cada vez mais fragmentado, especialmente considerando a complexidade de programas como o Criança Feliz (Bezerra, 2019).

Braz (2020) tem sua dissertação cujo título se denomina de Avaliação da Satisfação de Famílias Vinculadas ao Programa Criança Feliz, tendo por objetivo geral: Identificar a satisfação de famílias de crianças de zero a seis anos com risco para desenvolvimento infantil com a intervenção recebida pelo Programa Criança Feliz em um município de pequeno porte e por objetivos específicos: compreender como a família classifica o grau de proximidade com a rede de intersectorialidade das ações propostas pelo PCF e identificar a rede pessoal social de apoio aos participantes PCF. A abordagem desta pesquisa é um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa (Braz, 2020).

A pesquisa avaliou a satisfação das famílias participantes do Programa Criança Feliz em um município de São Carlos-SP, revelando uma percepção de baixa satisfação geral. A análise das redes sociais das famílias indicou uma forte centralidade na família nuclear, mas com lacunas na articulação com outros serviços. Apesar da importância da intersectorialidade proposta pelo programa, as famílias demonstraram pouco conhecimento sobre essa dimensão. O uso do Mapa de Redes mostrou-se uma ferramenta valiosa para identificar as necessidades específicas de cada família. Os resultados apontam para a necessidade de fortalecer a comunicação e a articulação entre os diferentes setores envolvidos no programa, além de investir na capacitação dos profissionais. A pesquisa contribui para o debate sobre a implementação do Programa Criança Feliz no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes para a primeira infância (Braz, 2020).

Lima (2021) nos apresenta em sua dissertação seguinte título: “Programa Criança Feliz: Felicidade para quem?” Cujo objetivo desse estudo foi de investigar o Programa Criança Feliz do Governo Federal, implementado no ano de 2016, observando qual o papel da família, difundido nesse programa. Sendo que, esta pesquisa se concentrou na análise crítica do Programa Criança Feliz do Governo Federal, implementado em 2016 (Lima, 2021).

A pesquisa de Lima (2021) apresenta uma análise crítica do Programa Criança Feliz, revelando como esta política, ao invés de promover a igualdade e o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade, reproduz e reforça desigualdades sociais. Utilizando a análise do discurso, o estudo demonstra que o programa impõe uma visão idealizada da família e da infância, pressionando as famílias pobres a se adaptarem a padrões normativos e a assumirem a responsabilidade individual pela pobreza. Ao enfatizar o papel da mulher como cuidadora

principal e ao naturalizar a família nuclear como modelo ideal, o programa perpetua a divisão sexual do trabalho e ignora as causas estruturais da pobreza. A pesquisa destaca ainda a influência de organismos internacionais na formulação do programa e a falta de participação democrática na sua criação. Em suma, a investigação conclui que o Criança Feliz, ao invés de promover a inclusão social, reforça as desigualdades existentes e contribui para a manutenção do status quo (Lima, 2021).

Silva (2021) em sua dissertação, tem por título “Os Programas Primeira Infância Melhor, Criança Feliz e o Sistema Nacional de Intervenção Precoce Português: Aproximações e Distanciamentos ser o objetivo geral”. Este estudo teve como objetivo principal analisar os programas brasileiros Primeira Infância Melhor (PIM) e Criança Feliz (CF), juntamente com o Sistema Nacional de Intervenção Precoce português (SNIPI), abordando aspectos teóricos e metodológicos. Os objetivos específicos incluíram a investigação dos referenciais teóricos e metodológicos desses programas para uma compreensão abrangente, a identificação de pontos de convergência e divergência entre os programas em estudo, e a discussão das semelhanças e diferenças com base nos resultados teóricos e metodológicos obtidos (Silva, 2021).

A pesquisa de Silva (2021) realiza uma comparação aprofundada entre os programas Primeira Infância Melhor (PIM), Criança Feliz (PCF) e Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), buscando identificar convergências e divergências entre essas iniciativas voltadas para a primeira infância. Através de uma análise documental qualitativa, a pesquisa revela que os três programas, embora apresentem especificidades, compartilham o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, com foco na família e no contexto de vida. A autora destaca a importância da intervenção precoce e da articulação intersetorial como elementos comuns a esses programas. A pesquisa conclui que os programas analisados representam um avanço significativo para as políticas públicas de primeira infância, mas ressalta a necessidade de investimentos contínuos e adaptações para garantir sua eficácia ao longo do tempo (Silva, 2021).

Sincero (2022) teve seu estudo intitulado Políticas Públicas para a Infância na Atualidade: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e suas implicações para a Educação Infantil, cujos objetivo é analisar as políticas públicas para a infância na atualidade e a implantação do PCF, a fim de inquirir sobre a sua relação com a educação infantil (Sincero, 2022).

A pesquisa de Sincero (2022) realiza uma análise crítica do Programa Criança Feliz (PCF), revelando como essa política, sob a influência do neoliberalismo e de organismos internacionais, reconfigura o papel do Estado e impacta a educação infantil no Brasil. A autora

demonstra que o PCF, ao se sobrepor a outras políticas e ao intensificar elementos neoliberais como a focalização e a parceria com o setor privado, contribui para a precarização da educação pública. A pesquisa evidencia que o programa, ao invés de fortalecer a educação infantil, a fragiliza, resultando em redução de recursos, ampliação da atuação do setor privado e desvalorização dos profissionais da educação. A pesquisa conclui que o PCF, ao se alinhar com a agenda neoliberal, representa um retrocesso para as políticas públicas de educação infantil no Brasil, destacando a importância de um acompanhamento crítico e contínuo dessas políticas para garantir que elas atendam às necessidades da população e promovam a igualdade social (Sincero, 2022).

Ventura (2022) nos descreve em seu título Políticas Públicas de Atenção À Primeira Infância: Estudo Comparado Entre o Programa Criança Feliz e o Programa Primeira Infância Melhor. O propósito central é realizar um estudo comparativo entre as políticas dos programas Criança Feliz e Primeira Infância Melhor no Estado do Rio Grande do Sul (Ventura, 2022).

Os objetivos específicos abrangem a análise do histórico, contexto, recursos e valores dos programas PCF e PIM, além de examinar as diferentes facetas das avaliações, como processo, resultado, custo-benefício, generalização e importância geral. A pesquisa visa também elaborar um diagnóstico comparativo, explorando a perspectiva dos coordenadores envolvidos nos programas PCF e PIM. Quanto ao método, o estudo se caracterizou como uma pesquisa de campo descritiva, aplicada, com abordagem qualitativa, realizada com os coordenadores dos programas PCF e PIM (Ventura, 2022).

A pesquisa de Ventura (2022) realiza uma comparação aprofundada entre os programas Criança Feliz (PCF) e Primeira Infância Melhor (PIM) no Rio Grande do Sul, utilizando o modelo de avaliação Key Evaluation Checklist (KEC) de Scriven (2007). O estudo revela que, apesar de ambos os programas compartilharem o objetivo de promover o desenvolvimento integral da primeira infância, existem diferenças significativas em relação à origem dos recursos, critérios de adesão e foco das ações. O PCF, de origem federal, concentra-se na assistência, enquanto o PIM, estadual, abrange saúde, educação e assistência. A pesquisa destaca a importância da família como um elemento central em ambos os programas e a complementaridade entre eles. No entanto, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios para a implementação e avaliação desses programas. A pesquisa conclui que tanto o PCF quanto o PIM contribuem para o desenvolvimento integral da primeira infância, mas que é necessário um acompanhamento contínuo e uma avaliação mais aprofundada dos impactos desses programas, especialmente no contexto pós-pandemia (Ventura, 2022)

Alves (2023) tem seu estudo A Implementação do Programa Criança Feliz: Estudo de Caso de 30 Municípios de Pequeno Porte em Situação de Pobreza Extrema nos descreve que seu estudo visa analisar a implementação do PCF em 30 municípios de pequeno porte com população em situação de pobreza extrema, utilizando os registros do sistema e-PCF. Seus objetivos específicos incluem:

- a) Descrever as diretrizes e o modelo metodológico do PCF estabelecido pelo Governo Federal;
- b) Caracterizar e explicar as propriedades do e-PCF disponibilizado aos municípios;
- c) Comparar os módulos de implementação previstos pelo PCF com os níveis de execução nos municípios, evidenciando avanços e desafios e
- d) Analisar a relação da implementação do PCF de acordo com o porte e características específicas dos municípios. Realizou-se uma pesquisa exploratória com enfoque quantitativo, utilizando dados fornecidos pelo gestor federal do PCF no Ministério da Cidadania, na atualidade é o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Alves, 2023).

Suas conclusões são que a dissertação aborda a implementação do Programa Criança Feliz no Brasil desde 2016, destacando seu papel como indutor de políticas públicas para a primeira infância. A pesquisa, sem questionar a validade do programa, visa verificar se a execução segue as diretrizes, especialmente em municípios de pequeno porte e alta vulnerabilidade. O estudo menciona a adaptação do PCF a partir do modelo internacional *Care for Child Development* (CCD) da Unicef, enfocando a replicação em territórios brasileiros (Alves, 2023).

A pesquisa de Alves (2023) avaliou a implementação do Programa Criança Feliz (PCF) em municípios brasileiros com alta taxa de pobreza, com foco na efetividade da metodologia proposta e na equidade de acesso. Os resultados indicam que o programa tem alcançado um número significativo de crianças, mas apontam desafios na qualidade do registro dos dados e na garantia da universalidade do acesso. A pesquisa destaca a importância do PCF para o desenvolvimento infantil, especialmente em áreas vulneráveis, e ressalta a necessidade de fortalecer o monitoramento e a capacitação dos profissionais envolvidos para otimizar os resultados do programa. A intersetorialidade do PCF é um ponto positivo, pois permite uma

abordagem mais completa das necessidades das famílias, contribuindo para a redução da mortalidade infantil e o fortalecimento da parentalidade positiva (Alves, 2023).

Lima (2022), em seu trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará (UFC) tem seu título Políticas Públicas como Instrumento de Superação da Pobreza: Uma Análise do Programa Criança Feliz no Município de Beberibe, no Estado do Ceará, cujo objetivo geral deste projeto foi examinar as potenciais contribuições do Programa Criança Feliz, focalizando os beneficiários que incluem gestantes e crianças na primeira infância em Beberibe. Os objetivos específicos envolveram a investigação das dificuldades enfrentadas pelos técnicos na implementação do programa, a compreensão da percepção dos usuários em relação à execução do programa, e a coleta de dados sobre o público-alvo por meio de questionários e entrevistas no município de Beberibe. E, para um cumprimento fiel dos objetivos traçados foi adotada a realização de pesquisa qualitativa (Lima, 2022).

Na análise de resultados, a pesquisa envolveu 36 participantes, sendo 33 (trinta e três) usuários beneficiários do PCF e 3 (três) técnicos, sendo dois visitantes e um supervisor. A coleta de dados incluiu questionários e entrevistas em Beberibe. Variáveis como composição familiar, renda e tempo no programa foram consideradas e sua análise envolveu o programa MAXQDA 2022, gerando perfis, gráficos e tabelas sobre os participantes, que na maioria tem famílias carentes, com renda próxima a um salário mínimo. A pesquisa indicou a relevância do programa, mas sugeriu melhorias, como a retomada das atividades presenciais e recursos adicionais. Relatos destacaram impactos positivos no desenvolvimento infantil e fortalecimento dos vínculos familiares. A análise das respostas foi sintetizada em uma nuvem de palavras, revelando aspectos significativos. Os técnicos enfatizaram a adesão positiva, embora novos usuários enfrentem desafios tecnológicos. As dificuldades incluem limitações financeiras e falta de intersetorialidade. Apesar dos benefícios, a pesquisa aponta áreas de aprimoramento, especialmente no acesso aos serviços e aumento de visitas técnicas (Lima, 2022).

3.4 Críticas ao Programa Criança Feliz

Para Jales (2020), diversas críticas são traçadas no decorrer de sua pesquisa, incluindo a redução do orçamento na Assistência Social, a absorção significativa de recursos do Fundo Nacional da Assistência Social pelo Programa Criança Feliz e sua relação ao primeiro-

damismo, assim como, o cancelamento, pelo governo federal, da XII Conferência Nacional de Assistência Social. E prossegue nos descrevendo que após o impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu a Presidência em agosto de 2016, marcando o início de um desmonte das políticas sociais, especialmente da Assistência Social. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) transformou-se em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), abrangendo questões históricas como desigualdade social e reforma agrária. A saída de especialistas que haviam avançado na sistematização da Política de Assistência Social gerou instabilidade. A Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016c), comprometeu os orçamentos fiscais e da Seguridade Social, inviabilizando a universalização das políticas sociais. Antes da aprovação, o IPEA alertava sobre a regressão dos gastos na Política de Assistência Social. Em setembro de 2017, o governo anunciou um corte de 98% no orçamento de 2018, prejudicando a implementação efetiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Jales, 2020); (Brasil, 2016c).

Jales (2020) apresenta uma crítica contundente ao Programa Criança Feliz, argumentando que sua implementação, marcada pela centralização de recursos e pela vinculação à figura da primeira-dama, fragiliza a participação popular na gestão da política de assistência social. A autora destaca que o programa, ao priorizar um público específico e condicionar o acesso a benefícios a critérios de renda, desvia o foco da universalidade dos direitos sociais, característica fundamental da assistência social. Essa abordagem, segundo a autora, reitera práticas assistencialistas e fragmenta a política, em detrimento de uma perspectiva que garanta o acesso a serviços socioassistenciais de qualidade para todos (Jales, 2020).

Em uma análise do Conselho Federal de Assistência Social (CFESS), no ano de 2017, destaca uma contradição significativa no aumento de orçamento do Programa Criança Feliz, onde é possível associá-lo à cultura do primeiro-damismo, pois referido programa recebeu um aumento planejado de R\$ 600 milhões, apesar de desrespeitar a lógica do comando único do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Apesar de protestos, o corte persistiu, como aponta a análise do CFESS, no ano de 2017, transcrita abaixo:

Depois de sofrer diversas pressões políticas por parte da sociedade organizada contra o corte de 98% anunciado em setembro, para o orçamento da assistência social em 2018, o governo federal fez a proposta orçamentária, mas continua mantendo severos cortes no financiamento federal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na análise preliminar feita pela atual gestão do CFESS - **É de batalhas que se vive a vida** (2017-2020), o corte nos recursos destinados ao SUAS são inaceitáveis, e requerem ampla denúncia e reivindicação de profissionais,

usuários/as e da população em geral, para a manutenção de serviços e benefícios do direito à assistência social no Brasil. (CFESS, 2017, p. 1, grifo nosso).

Para exemplificar essa situação, essa mesma análise do CFESS indica que o corte, na Proteção Social Básica em 2018, foi de 55,76%, o que inviabiliza a oferta mínima de atenção à população nos serviços oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade, o corte de 44,24% significa uma redução de R\$ 299 milhões, em relação ao valor de R\$ 536.260.440, que foi o aprovado pelo CNAS. **Em contrapartida, o Programa Criança Feliz – que é extremamente focalizado, que retoma a cultura do primeiro-damismo e desrespeita a lógica do comando único do SUAS – recebeu aumento em seu orçamento, planejado para R\$ 600 milhões.** (CFESS, 2017, p. 1, grifo nosso).

A análise de Buccini, Venancio e Perez-Escamilla (2021) sobre a implementação do PCF evidencia que a execução do programa enfrenta desafios significativos. Entre eles, a resistência intra e intersetorial e a falta de coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governança afetam a execução ideal das políticas. A expansão apressada e a ausência de articulação intersetorial adequada dificultam a entrega de um serviço uniforme em todos os municípios. O cruzamento de dados e a verificação rigorosa pelo Ministério da Cidadania introduziram ainda uma lógica de "controle", que contribui para uma abordagem restritiva dos beneficiários do programa, particularmente em relação aos Programas de Transferência de Renda (PTR) (Buccini *et al.*, 2021).

Apesar dessas dificuldades, o Programa Criança Feliz representa um dos maiores esforços de visitação domiciliar para o desenvolvimento infantil no mundo, atendendo a milhões de crianças em situação de vulnerabilidade. Em 2021, o programa superou a marca de 57 milhões de visitas domiciliares em mais de 3.028 municípios, o que reflete seu amplo alcance (Brasil, 2021). Contudo, para melhorar sua eficácia, será necessário enfrentar as barreiras operacionais e garantir uma maior coordenação entre as diferentes esferas governamentais (Brasil, 2022).

Essas dinâmicas mostram a tensão entre a política de inclusão social e a abordagem restritiva centrada em mecanismos de verificação e controle, que muitas vezes limitam o acesso aos benefícios para uma parcela significativa da população. Essa reflexão é crucial para debates sobre direitos sociais e o papel das políticas públicas no combate à pobreza e promoção da justiça social.

Outra crítica feita por Jales (2020) a respeito do descrito no documento Programa Criança Feliz: a Intersetorialidade na Visita Domiciliar (Brasil, 2017c) está no fato de haver menção à participação das crianças com deficiência na tomada de decisões. Embora se destaque a importância de percebê-las como agentes de mudança, a abordagem tende a limitar sua participação apenas à formalidade dos direitos legais, como indicado no trecho a seguir:

Crianças com deficiência não devem ser consideradas simplesmente como objeto de caridade. Elas têm os mesmos direitos que outras crianças – por exemplo, o direito à vida e a oportunidades que implicam bons cuidados de saúde, nutrição e educação, direito de manifestar suas opiniões e de participar de tomadas de decisão e de ter igual proteção nos termos da lei. As crianças com deficiência devem estar no centro dos esforços no sentido de construir sociedades inclusivas e equitativas – não só como beneficiários, mas como agentes de mudanças. (BRASIL, 2017c, p. 12).

As divergências entre o Programa Criança Feliz (PCF) e o PAIF no SUAS dificultam a integração coerente de ambos no contexto da Política de Assistência Social, já que esses programas possuem públicos-alvo, objetivos e formas de intervenção distintos. Embora a legislação e documentos como o Programa Criança Feliz: a Intersetorialidade na Visita Domiciliar (Brasil, 2017) enfatizem a responsabilidade de coordenação local pelos entes federados, a administração centralizada pelo Ministério da Cidadania gera tensões. Muitos municípios integram o PCF ao PAIF para obter financiamento, o que fortalece práticas disciplinadoras e higienistas. Além disso, o foco em programas de transferência de renda como o BPC e o Bolsa Família concentra-se na pobreza absoluta, desafiando a premissa de universalização dos direitos sociais, conforme discutido na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social (Jales, 2020).

Na visão de Soares (2023), o Programa Criança Feliz, implementado em 2016 em meio a um contexto político conturbado, foi alvo de críticas devido às mudanças nas políticas públicas sociais em favor do crescimento econômico, em detrimento dos direitos da população. Embora tenha trazido foco para a Primeira Infância e estabelecido a visita domiciliar como método de trabalho, o PCF foi contestado por sobrepor programas existentes na Assistência Social e por responsabilizar excessivamente as famílias pelos cuidados infantis, em detrimento do papel do Estado (Soares, 2023).

A pesquisa apresentada pela autora revelou fragilidades na operacionalização do programa, como a falta de clareza sobre seu encerramento, dificuldades financeiras municipais e resistência política. Apesar disso, o PCF foi reconhecido por fortalecer vínculos familiares, promover o desenvolvimento infantil e estimular práticas parentais saudáveis. No entanto, ressalta-se a necessidade de ajustes para sua execução efetiva, destacando a importância das políticas públicas de apoio às famílias e do fortalecimento das práticas parentais responsáveis (Soares, 2023).

A pesquisa de Soares (2023) evidencia uma série de desafios na implementação do Programa Criança Feliz, comprometendo sua efetividade. A autora aponta a falta de capacitação adequada dos visitantes, a escassez de recursos materiais e a baixa intersetorialidade entre os

serviços como principais obstáculos. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de maior clareza sobre os objetivos do programa e de como as atividades propostas contribuem para o desenvolvimento infantil. A autora conclui que, para alcançar seus objetivos, o PCF necessita de ajustes significativos em sua implementação, com maior investimento em capacitação, recursos e acompanhamento (Soares, 2023).

Para Capilheira (2018) o Programa Criança Feliz, originado a partir do Marco Legal da Primeira Infância, tem ganhado destaque e gerado debates intensos no cenário das políticas públicas voltadas para a infância. Este programa visa oferecer estímulos e acompanhamento às famílias durante a primeira infância das crianças, reconhecendo a importância desse período crucial para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

E, embora haja apoio e reconhecimento da necessidade de investimento na primeira infância, especialmente por parte de órgãos como a UNICEF, há também resistência e críticas, principalmente de especialistas em educação infantil. Alguns argumentam que o programa pode representar um retrocesso ao enfatizar a assistência em detrimento de abordagens mais abrangentes e educacionais nas creches (Capilheira, 2018).

Essa polarização de opiniões reflete um debate mais amplo sobre o papel das políticas públicas na garantia dos direitos e no desenvolvimento integral das crianças. Enquanto alguns defendem a necessidade de mais investimentos e aprimoramentos nas leis existentes, outros questionam a eficácia e o direcionamento do Programa Criança Feliz, destacando a importância de uma abordagem mais holística e educacional na primeira infância. Por esse motivo e diante desse contexto, torna-se evidente a importância de um debate mais aprofundado e da análise crítica das políticas públicas voltadas para a infância, visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento pleno das crianças (Capilheira, 2018).

O Programa Criança Feliz, embora tenha a intenção de promover o desenvolvimento infantil, tem sido alvo de diversas críticas que o situam em um contexto mais amplo de governança neoliberal. A principal crítica é que o programa, ao focar no desenvolvimento infantil desde a gestação, busca moldar indivíduos capazes de se adaptar às demandas do mercado de trabalho, transformando-os em "empreendedores de si mesmos". Essa perspectiva sobrecarrega as famílias, especialmente as mães, com a responsabilidade pelo desenvolvimento dos filhos e pode levar à medicalização da infância. Além disso, a ênfase na assistência individualizada e a responsabilização das famílias minimizam a importância de políticas públicas mais amplas, como o acesso à educação infantil de qualidade. A intersetorialidade presente no programa, embora positiva, é vista como uma forma de governar os indivíduos por meio de políticas públicas que os tornam mais controláveis. Em suma, o

Programa Criança Feliz, sob a lente crítica, é visto como uma ferramenta de governo que, ao mesmo tempo em que busca o bem-estar das crianças, pode reforçar desigualdades sociais e limitar a autonomia das famílias (Capilheira, 2018).

Já na visão de Medeiros (2018) o Programa Criança Feliz é alvo de críticas por sua abordagem de priorização de gestantes, crianças até seis anos e suas famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade e risco. Essas críticas apontam para uma estratégia de governamentalidade que busca controlar e regular as condutas das famílias, deslocando responsabilidades do Estado para a sociedade e as próprias famílias. A participação solidária da sociedade, conforme proposta pelo programa, é vista como uma forma de individualizar as responsabilidades e fortalecer o papel do mercado na gestão da infância. Além disso, há preocupações sobre a ênfase excessiva no desenvolvimento infantil integral, que pode levar a uma padronização das condutas familiares e a uma pressão para a conformidade com uma normatividade neoliberal (Medeiros, 2018).

A pesquisa de Medeiros (2018) apresenta uma análise crítica do Programa Criança Feliz, evidenciando sua inserção em um contexto de governamentalidade neoliberal. O programa, ao focar no desenvolvimento infantil desde a gestação, é visto como uma estratégia para moldar indivíduos capazes de se adaptar às demandas do mercado de trabalho, transformando-os em "empreendedores de si mesmos". Essa abordagem, segundo a autora, instrumentaliza a infância, sobrecarrega as famílias, especialmente as mães, e limita a autonomia das crianças. As visitas domiciliares e outras intervenções são vistas como formas de controlar e moldar o comportamento das famílias, em prol de um desenvolvimento infantil alinhado aos interesses do mercado. Em suma, o programa, ao priorizar aspectos econômicos e de produtividade, pode submeter a infância a uma lógica utilitarista que desconsidera suas necessidades mais amplas, como a brincadeira, a expressão criativa e o desenvolvimento emocional. A pesquisa conclui que o Programa Criança Feliz, ao invés de promover o bem-estar infantil, reforça desigualdades sociais e limita a autonomia das famílias, inserindo-as em uma lógica neoliberal de mercado (Medeiros, 2018).

Para Pereira (2019) o PCF tem sido alvo de intensas críticas desde seu lançamento, especialmente destacando a falta de diálogo com as políticas sociais estabelecidas e a ausência de coordenação efetiva. O contexto político neoliberal, marcado pelo golpe/impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer, gerou insegurança quanto ao futuro das políticas sociais, fragilizando os direitos sociais e promovendo práticas assistencialistas.

A implementação do PCF dentro dessa visão neoliberal é criticada por instrumentalizar a infância em prol dos interesses do mercado, em detrimento de políticas

sociais universais. Medidas de ajuste fiscal e políticas neoliberais promovidas pelo governo Temer enfraqueceram ainda mais a rede de proteção social, comprometendo a garantia de direitos sociais (Pereira, 2019).

A pesquisa de Pereira (2019) aponta diversas críticas ao Programa Criança Feliz (PCF). O estudo evidencia a falta de clareza e coerência nas normas do programa, refletindo uma ausência de uma política social sólida e consistente. A centralização das decisões no governo federal e a fragilidade dos espaços de participação popular comprometem a eficácia e a equidade do PCF. Além disso, a pesquisa destaca a desconsideração das particularidades das famílias e a abordagem assistencialista e higienista do programa, que culpabiliza as famílias pela situação de suas crianças. A falta de articulação intersetorial e as mudanças frequentes nos critérios de adesão dos municípios também são apontadas como problemas. Em suma, as críticas ao PCF apontam para a necessidade de uma revisão profunda do programa, com o objetivo de garantir sua efetividade, equidade e coerência com as políticas sociais brasileiras.

Para Bezerra (2019), uma das críticas principais ao PCF é a sua inserção em uma estratégia capitalista que visa desresponsabilizar o Estado, aumentar a expropriação da força de trabalho em favor do capital e deteriorar as políticas sociais já existentes. Essa visão sugere que o programa, ao invés de fortalecer direitos sociais, promove uma nova forma de capitalismo que utiliza os recursos dos trabalhadores para financiar o capital, intensificando as contradições entre as classes sociais. Observa-se também uma distribuição desigual de recursos, evidenciada pela alocação significativa de verbas para o PCF, mesmo diante de cortes em outras áreas da política de assistência social. Isso levanta questionamentos sobre a suficiência dos subsídios oferecidos para operacionalizar o programa, o que poderia sobrecarregar os cofres municipais. Além disso, a necessidade de cofinanciamento estadual e apoio de parceiros para sua execução ressalta uma fragilidade no modelo de financiamento e implementação do PCF (Bezerra, 2019).

A pesquisa de Bezerra (2019) aponta diversas fragilidades no Programa Criança Feliz (PCF). O programa enfrenta desafios como subfinanciamento, dependência de recursos externos e a priorização do terceiro setor na execução das ações, em detrimento da gestão direta pelo Estado. Além disso, a pesquisa destaca a possibilidade de nepotismo e falta de transparência associada ao "primeiro-damismo" no PCF. Essa dependência excessiva de figuras não eleitas para liderar iniciativas governamentais pode comprometer a integridade e a imparcialidade do processo decisório. Essas críticas levantam preocupações sobre a viabilidade financeira, a estrutura de execução e a transparência do PCF, questionando a capacidade do programa de atender de forma eficaz e equitativa às necessidades das famílias e crianças beneficiárias. Em suma, a pesquisa evidencia a necessidade de uma análise mais aprofundada

do PCF, com o objetivo de garantir sua sustentabilidade, eficácia e transparência (Bezerra, 2019).

O CFESS (2016) emitiu uma nota em 07 de outubro de 2016, em seu sítio eletrônico, em que destaca que o anúncio da primeira-dama como embaixadora voluntária do Programa Criança Feliz levanta críticas significativas. Primeiro, ao transformar o direito social em ações de filantropia e solidariedade, o programa desloca a assistência social para uma esfera de não direito. Segundo, ao desvalorizar a qualificação profissional nas políticas sociais, o programa ignora a complexidade das desigualdades e o papel dos trabalhadores sociais e terceiro, ao reforçar papéis tradicionais de gênero, o programa sobrecarrega as mulheres e perpetua desigualdades (CFESS, 2016).

No contexto de crescente precarização da vida das famílias trabalhadoras, a ideia de "criança feliz" parece distante da realidade. O programa reflete uma lógica conservadora, reforçando interesses do grande capital em detrimento dos direitos sociais e políticos. Diante disso, reafirma-se a importância da Assistência Social como direito fundamental e a necessidade de uma Seguridade Social pública, estatal, universal e gratuita (CFESS, 2016).

A Associação Brasileira de Psicologia na Assistência Social (ABRAPAS) em sua página no Facebook, também, expressou seu repúdio ao uso da imagem da primeira-dama como "embaixadora" do Programa Criança Feliz, considerando-o um retrocesso na política de assistência social. A implementação antidemocrática do programa, sem consulta às instâncias pertinentes, ressuscita o primeiro-damismo como principal estratégia, reforçando estereótipos machistas e voluntarismo em detrimento dos direitos sociais (ABRAPAS, 2016).

A associação critica a tentativa do Ministério do Desenvolvimento Social em vincular a figura da primeira-dama a causas sociais, considerando isso um equívoco grave. Ressalta-se que a assistência social é um direito do cidadão e não deve ser confundida com ações assistencialistas. A ABRAPAS reitera o compromisso com o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como parte fundamental da Seguridade Social, repudiando qualquer movimento que ameace a qualidade e a integridade dos serviços socioassistenciais oferecidos pelo Estado (ABRAPAS, 2016).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2016), por meio por meio da sua Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS), também apresentou em seu sítio eletrônico críticas ao PCF, onde expressou sua discordância em relação às Resolução nº 04 (CIT, 2016a), que pactua as ações do Programa Criança Feliz no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a ser instituído nos termos do § 1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 (Brasil, 1993), bem como, a Resolução nº 05 (CIT, 2016a), que na época

de sua publicação pactuava a partilha para o financiamento federal das ações do PCF no SUAS para os exercícios de 2016 e 2017. Sendo que atualmente pactua critérios de partilha para o financiamento federal das ações do PCF no SUAS, sem especificar períodos (Brasil, 2022a). O CFP/CONPAS argumenta que essas resoluções apresentam incongruências com a legislação vigente e representam um retrocesso nos direitos das crianças pequenas (CFP, 2016).

Primeiramente, destaca-se que o PCF (Brasil, 2018b), criado pelo governo federal, busca regulamentar ações em consonância com a Lei 13.257 de 2016 (Brasil, 2016a), que trata das políticas para a primeira infância. Entretanto, as resoluções 04 e 05 apresentam falhas quanto à articulação intersetorial, atribuindo ao órgão gestor municipal da Assistência Social a responsabilidade de coordenar ações com outras políticas públicas, o que deveria ser competência do gestor municipal. Além disso, a possibilidade de contratação de profissionais por meio de parcerias infringe normativas vigentes e representa um retrocesso na valorização dos trabalhadores do SUAS.

O CFP/CONPAS defende a conformidade das ações do Programa Criança Feliz com os Planos Nacional, Estadual e Municipal, bem como a articulação intersetorial conduzida pelo gestor municipal e a não focalização seletiva do público-alvo. Por fim, reafirma a importância de garantir os direitos estabelecidos pela Lei 13.257/2016 (Brasil, 2016a) e se posiciona contrariamente às Resoluções de nº 04 (CIT, 2016a) e a de nº 05 (CIT, 2016a), por representarem uma redução nos direitos das crianças pequenas. A ABRAPAS (2016) endossa esse posicionamento (CFP, 2016).

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) expressou seu descontentamento com o PCF em uma publicação em seu sítio eletrônico intitulado: Governo reduz orçamento da Assistência Social para criar Programa Criança Feliz, onde revelou uma defasagem alarmante nos recursos destinados à política pública da Assistência Social entre 2016 e 2017, totalizando uma perda de mais de R\$ 471 milhões para os municípios brasileiros. Essa redução, de 19%, contrasta com o lançamento do programa Criança Feliz pelo governo federal, que recebeu uma previsão orçamentária de R\$ 328 milhões para o mesmo período. Os cortes afetaram diversas áreas da Assistência Social, como Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, prejudicando a oferta de serviços nos CRAS e CREAS, incluindo abrigos e lar de idosos (CNM, 2017).

A CNM também identificou uma defasagem nas transferências de recursos para equipar os CRAS e CREAS, com uma queda de 35% nos repasses para o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-SUAS). Diante desses cortes, a

entidade suspeita que recursos tenham sido realocados para financiar o novo programa federal, o Criança Feliz (CNM, 2017).

Essa discrepância entre os cortes na Assistência Social e os investimentos no Criança Feliz levanta preocupações sobre o comprometimento do governo federal com os serviços e ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A CNM destaca a necessidade de apoio da União e dos Estados para garantir a gestão e a oferta de serviços e programas essenciais para os municípios (CNM, 2017).

Lima (2021) apresenta em sua dissertação críticas ao PCF por sua abordagem conservadora, que enfatiza fortemente a família patriarcal e a religião, enquanto negligencia a diversidade de arranjos familiares e identidades de gênero, perpetuando desigualdades estruturais e limitando o escopo das políticas públicas voltadas para a primeira infância (Lima, 2021).

A pesquisa de Lima (2021) apresenta um olhar crítico sobre o Programa Criança Feliz (PCF), evidenciando sua natureza conservadora e paternalista. O programa, inspirado no PIM gaúcho, é centrado na ideia de que o estímulo desde a gestação é suficiente para romper o ciclo da pobreza, desconsiderando as raízes estruturais desse problema. A imposição do PCF, ignorando as propostas de entidades da assistência social e a participação popular, revela uma concepção autoritária e centralizadora do Estado. A pesquisa destaca a falta de diálogo com os municípios e a imposição de uma abordagem única, o que demonstra uma visão verticalizada e pouco flexível das políticas públicas. Em resumo, o PCF é criticado por sua abordagem simplista, que ignora as complexidades da pobreza e as especificidades locais, além de fortalecer uma visão paternalista do Estado, que desconsidera a participação social e a construção coletiva das políticas públicas (Lima, 2021).

Busca-se com a apresentação das críticas ao PCF utilizá-las para examinar como a implementação do PCF reflete nas práticas e resultados e se o programa realmente promove o desenvolvimento infantil e fortalece vínculos familiares, ou se as críticas apontadas comprometem esses objetivos (Alves, 2023).

Para tanto será necessário um estudo minucioso do conteúdo do programa para realizar de que forma esse conteúdo é aplicado no estado do Ceará e se as críticas interferem na sua trajetória institucional no estado cearense.

3.5 Avanços e Lacunas nas Produções Acadêmicas sobre o Programa Criança Feliz: Contribuições para o Campo das Políticas Públicas para a Primeira Infância

As produções acadêmicas sobre o Programa Criança Feliz (PCF) refletem uma evolução significativa no campo das políticas públicas para a primeira infância, especialmente no que se refere à articulação intersetorial e ao desenvolvimento integral de crianças em situação de vulnerabilidade. No entanto, esses estudos também revelam lacunas importantes que ainda limitam a eficácia do programa. Esta síntese geral analisa os principais avanços e desafios encontrados nas produções existentes.

Um dos principais avanços do PCF, conforme apontado por diversas produções acadêmicas, é a promoção de uma abordagem intersetorial focada no desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. O estudo de Soares (2023), por exemplo, evidencia que o PCF, mesmo implantado em um cenário de crise política e econômica, conseguiu direcionar suas ações para as famílias mais vulneráveis, utilizando as visitas domiciliares como ferramenta central de intervenção. Através dessas visitas, o programa oferece suporte não apenas às crianças, mas também aos seus cuidadores, promovendo uma melhoria nas condições de vida e no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social. Esta abordagem psicossocial é ressaltada como uma inovação importante, já que envolve uma atenção contínua e personalizada às necessidades das famílias, conforme também destacado por Capilheira (2018).

Além disso, a pesquisa de Alves (2023) enfatiza o impacto positivo do PCF na redução da mortalidade infantil e no fortalecimento da parentalidade positiva. Esses autores demonstram que, ao adotar uma abordagem de cuidado centrada na família e no desenvolvimento infantil, o programa tem resultados diretos na melhoria da saúde das crianças, particularmente em áreas de extrema pobreza. O sucesso dessas intervenções pode ser visto em diversos indicadores de saúde pública, o que reforça a relevância do PCF na promoção do desenvolvimento infantil em um contexto de vulnerabilidade social.

Outro ponto que merece destaque é a complementaridade entre o PCF e outros programas de atenção à primeira infância, como o Primeira Infância Melhor (PIM), conforme discutido por Ventura (2022). Estes autores realizam um estudo comparativo entre os dois programas, evidenciando que, apesar das diferenças em termos de origem e financiamento, ambos compartilham objetivos comuns de promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Essa complementaridade entre os programas fortalece a rede de proteção social destinada à primeira infância, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência.

Estudos como o de Capilheira (2018) utilizam abordagens pós-estruturalistas para analisar as estratégias de governo do PCF, contribuindo para uma compreensão mais profunda das concepções contemporâneas sobre a infância.

A pesquisa de Lima (2022) destaca a influência do PCF na educação infantil, refletindo sobre sua intersetorialidade e a relação com políticas de assistência social. Bem como aborda que o PCF tem demonstrado impactos significativos no desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos vínculos familiares, conforme relatos de participantes do programa.

Por fim, cabe ressaltar que o PCF tem promovido uma transformação no papel do Estado em relação ao cuidado infantil, conforme apontado por Sincero (2022). O autor discute como o programa insere o Brasil em uma agenda global de combate à pobreza, alicerçada na cooperação entre Estado, setor privado e sociedade civil. A adoção de um modelo que prioriza a articulação intersetorial e a focalização no desenvolvimento biopsicossocial das crianças reflete uma modernização das políticas públicas brasileiras voltadas para a infância.

Apesar dos avanços significativos, as produções acadêmicas também identificam lacunas importantes no PCF. Uma das críticas mais recorrentes está relacionada à fragilidade empregatícia dos visitantes sociais. A instabilidade nos vínculos de trabalho desses profissionais pode comprometer a qualidade e a continuidade do atendimento às famílias. Essa vulnerabilidade torna difícil a implementação de políticas de longo prazo, além de impactar a confiança das famílias no programa (Soares, 2023).

Outro ponto de crítica é a dificuldade de articulação intersetorial. Embora o PCF tenha sido concebido como um programa intersetorial, que articula diferentes políticas públicas voltadas para a infância, estudos revelam que essa articulação não é plenamente compreendida ou implementada em muitos municípios. Há uma baixa satisfação das famílias quanto à efetividade do programa em integrar os diversos serviços oferecidos, o que sugere que a intersetorialidade proposta pelo PCF muitas vezes se perde na prática, resultando em atendimentos fragmentados e desconexos. Bem como apesar das contribuições, há uma necessidade de mais estudos sobre a relação do PCF com a política de assistência social, a responsabilização dos pais em situação de vulnerabilidade, e a formação dos profissionais envolvidos (Braz, 2020).

Além disso, o programa tem sido criticado por sua focalização excessiva na família, em especial no papel da mulher como principal cuidadora, focando em arranjos familiares tradicionais e negligenciando a diversidade de estruturas familiares e identidades de gênero.

Isso limita o escopo das políticas públicas voltadas para a primeira infância. Essa abordagem reforça uma visão tradicional da família, que responsabiliza as mães pela criação dos filhos e desvia a atenção de políticas mais amplas, como o acesso a creches e outras formas de apoio institucional. Este ponto é particularmente sensível em um contexto em que muitas mães atendidas pelo programa são também chefes de família, enfrentando dificuldades financeiras e de acesso ao mercado de trabalho. Bem como essa abordagem é vista como uma forma de desresponsabilização estatal, transferindo para as famílias a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso no desenvolvimento infantil (Medeiros, 2018; Capilheira, 2018; Lima, 2021).

Outra crítica importante é a estrutura centralizada de implementação do programa. Pereira (2019) apontam que o PCF é implementado de forma predominantemente top-down, o que significa que as diretrizes e metas do programa são definidas pelo governo federal, sem um diálogo eficaz com os municípios sobre as especificidades locais. Essa falta de flexibilidade pode dificultar a adaptação do programa às diferentes realidades locais, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso (Pereira, 2019).

Apesar dos benefícios, o PCF enfrenta limitações financeiras e uma falta de intersetorialidade efetiva, o que impacta o acesso aos serviços e a frequência das visitas técnicas (Lima, 2022).

Há dificuldades no preenchimento e registro dos formulários de caracterização, observação e avaliação, indicando a necessidade de um monitoramento mais eficaz dos dados coletados (Alves, 2023). O Programa Criança Feliz é criticado por sobrepor-se a outras políticas sociais, sem uma coordenação efetiva, o que gera redundâncias e ineficiências. A centralização e a falta de articulação intersetorial são vistas como pontos fracos na implementação do PCF (Lima, 2021; CNM, 2017).

Disputas de poder entre órgãos reguladores e a falta de clareza nas normativas são apontadas como barreiras significativas para a implementação eficaz do PCF. Essas tensões afetam a capacidade do programa de atingir seus objetivos de forma coesa e integrada (Lima, 2021). O PCF reflete uma racionalidade neoliberal, convocando os sujeitos a investirem em si mesmos desde a gestação, o que pode limitar a universalidade e a equidade das políticas públicas (Silva, 2021).

A presente pesquisa pode contribuir significativamente para o campo das políticas públicas voltadas para a primeira infância, abordando algumas das lacunas identificadas nas produções acadêmicas existentes. Primeiramente, ao investigar de forma mais detalhada a efetividade da articulação intersetorial, essa dissertação poderá esclarecer como os diferentes setores — saúde, educação, assistência social — de fato interagem na prática. Isso pode incluir

uma análise sobre os desafios operacionais e as soluções implementadas para promover a cooperação entre esses setores, bem como a identificação de áreas onde essa articulação ainda é falha.

Além disso, ao abordar a questão da trajetória institucional do PCF no Ceará com foco nos objetivos do desenvolvimento infantil e fortalecimento dos vínculos familiares no PCF, esta pesquisa contribuirá com outros pesquisadores que se dediquem a estudar mais detalhadamente o PCF no estado do Ceará. Também, esta pesquisa visa Ampliar o Conhecimento: Contribuir para o avanço do conhecimento sobre políticas públicas para a primeira infância, oferecendo novas perspectivas e soluções para os desafios identificados.

Outro aspecto fundamental que esta pesquisa pode abordar é a governança do PCF. Ao examinar criticamente o modelo de implementação top-down do programa, esta poderá propor ajustes que promovam uma gestão mais participativa e adaptada às realidades locais. Isso pode incluir a introdução de mecanismos de governança descentralizada, que permitam maior autonomia para os municípios na adaptação do programa às suas necessidades específicas, promovendo uma maior eficácia e eficiência na implementação das políticas públicas.

Por fim, ao avaliar os resultados empíricos do PCF a partir da perspectiva das famílias atendidas, esta pesquisa poderá oferecer insights valiosos sobre a satisfação das famílias e o impacto real do programa em suas vidas. Isso inclui a análise de indicadores de saúde, desenvolvimento infantil e fortalecimento dos laços familiares, bem como a identificação de possíveis áreas de aprimoramento operacional, como o uso de novas tecnologias para monitoramento e avaliação das visitas domiciliares.

Em suma, as produções acadêmicas sobre o Programa Criança Feliz revelam um cenário de avanços importantes no campo das políticas públicas para a primeira infância, mas também expõem desafios significativos que ainda precisam ser superados. Enquanto o programa tem sido bem-sucedido em promover o desenvolvimento integral das crianças e fortalecer o papel da família no cuidado infantil, ele enfrenta obstáculos relacionados à intersetorialidade, à governança centralizada. A presente pesquisa poderá contribuir para superar essas limitações, oferecendo uma análise crítica e aprofundada das práticas atuais e propondo melhorias que ampliem o alcance e a eficácia do PCF no contexto das políticas públicas voltadas para a primeira infância no Brasil com a proposta de indicadores que evidenciem as mudanças positivas na vida dos beneficiários do PCF e até mesmo indicadores que possa aprimora os pontos de lacunas e falhas.

Para concluir este capítulo de maneira mais robusta, é importante enfatizar que o Programa Criança Feliz se insere em um contexto marcado por transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil, refletindo tanto o reconhecimento da importância da primeira infância para o desenvolvimento humano quanto as complexas interações entre diferentes esferas de poder e modelos de gestão pública. A análise desse programa revela tanto os avanços quanto os desafios persistentes na implementação de políticas públicas voltadas à infância em um cenário de desigualdades estruturais.

As contribuições teóricas de Amartya Sen, Pierre Bourdieu e Nancy Fraser são fundamentais para entender as limitações e potencialidades dessas políticas. O conceito de desenvolvimento como liberdade proposto por Sen (2010) oferece uma lente crítica sobre o modo como as políticas públicas, por si só, podem ser insuficientes se não forem acompanhadas de esforços que ampliem as capacidades reais das famílias e das crianças atendidas pelo programa. Nesse sentido, o Criança Feliz só será verdadeiramente eficaz se conseguir não apenas proporcionar serviços, mas também criar condições para que as crianças desenvolvam suas capacidades e vivam vidas que valorizam.

A análise de Bourdieu sobre as dinâmicas de capital social e cultural reforça essa reflexão ao mostrar que as políticas públicas frequentemente beneficiam de maneira desigual aqueles que já possuem maior acesso a recursos. No caso do Programa Criança Feliz, isso significa que as famílias com menos capital econômico e cultural enfrentam obstáculos adicionais para acessar plenamente os benefícios oferecidos, o que perpetua as desigualdades que o programa busca combater.

Por sua vez, a teoria de Nancy Fraser sobre justiça social e reconhecimento destaca a importância de as políticas públicas não apenas redistribuírem recursos, mas também reconhecerem as necessidades e demandas específicas dos grupos marginalizados. No contexto do Criança Feliz, isso significa que, além de garantir o acesso a serviços essenciais, é crucial que o programa ofereça um espaço de participação ativa para as famílias atendidas, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas realidades sejam levadas em conta na formulação e execução das ações.

Portanto, o diálogo entre teoria e prática evidenciado neste capítulo reforça que o sucesso de programas como o Criança Feliz depende de uma abordagem integrada que combine a redistribuição de recursos com o reconhecimento e a inclusão social. Políticas intersetoriais bem coordenadas, sensíveis às realidades locais e comprometidas com a superação das barreiras estruturais, são essenciais para que o programa atinja seu potencial transformador. Assim, o Programa Criança Feliz pode se consolidar não apenas como uma política de assistência, mas

como uma estratégia de desenvolvimento humano sustentável e de promoção da equidade social, impactando significativamente a vida das crianças e famílias mais vulneráveis do país.

Essa reflexão finaliza o capítulo reafirmando que as políticas públicas voltadas à infância, como o Programa Criança Feliz, desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento integral, mas somente alcançam seu pleno potencial quando abordam de maneira abrangente as desigualdades sociais e culturais que ainda marcam a realidade brasileira.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Neste capítulo, inicia-se uma nova fase de nosso estudo, voltada para a análise detalhada do Programa Criança Feliz (PCF), complementado pelo programa estadual Mais Infância Ceará. A abordagem a ser seguida permitirá um aprofundamento em diversos aspectos, como a formulação dos programas, seus fundamentos conceituais, as ideias e os valores que legitimam suas existências e as influências que moldaram suas diretrizes, tanto a partir de legislações nacionais quanto internacionais. Além disso, será examinada a coerência interna dos programas, confrontando suas propostas teóricas com as bases conceituais que as sustentam.

O Programa Criança Feliz, uma das principais políticas públicas voltadas para a primeira infância no Brasil, teve sua estrutura inspirada em diversos marcos legais que priorizam o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida. Entre essas fontes de inspiração, destacam-se legislações como a Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei nº 8.069/1990, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), e o Decreto nº 9.579/2018, entre outros dispositivos normativos. Todas essas legislações refletem uma preocupação contínua em assegurar direitos e garantir uma atenção especial às crianças, reafirmando seu status como cidadãs plenas e portadoras de direitos fundamentais.

Nesta análise, será fundamental entender como essas legislações e influências conceituais embasaram a criação do PCF, que busca não só o desenvolvimento infantil pleno, mas também o fortalecimento das relações familiares e a integração das políticas públicas em prol da primeira infância. Paralelamente, será discutido como o programa estadual Mais Infância Ceará, criado para atender demandas locais, complementa as ações do PCF, principalmente em um estado que já possuía políticas voltadas para o desenvolvimento infantil, mas que precisava expandir seu alcance para atender de forma mais abrangente as crianças em situação de vulnerabilidade.

Além de discutir a formulação dos programas, este capítulo também examinará as influências que legislações internacionais, como a Convenção dos Direitos da Criança e programas exitosos em outros países, exerceram sobre o desenho das políticas para a primeira infância no Brasil. Exemplos como o Chile Cresce Contigo e o Early Head Start, dos Estados Unidos, serão analisados como modelos que inspiraram abordagens integradas e intersetoriais de proteção social às crianças e suas famílias.

Por fim, a análise se concentrará na verificação da coerência interna dos programas, considerando sua proposta teórica e sua implementação prática, avaliando em que medida as ações propostas são compatíveis com os princípios e diretrizes traçados pelos documentos fundadores. Essa etapa será essencial para identificar os desafios e as oportunidades que surgem na implementação de programas dessa magnitude, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social.

4.1 Legislações - Fontes de Inspiração para o Programa Criança Feliz

O Programa Criança Feliz é respaldado por legislações como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990a), o Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016 (Brasil, 2016a), Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), dentre outras legislações nacionais e internacionais, que ao longo dos séculos vêm dando uma atenção especial e devidamente merecida às crianças.

A obra *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância* (Câmara dos Deputados, 2016), traz um texto de autoria da Pós-Doutora e consultora sênior do Centro de Desenvolvimento da Criança da Universidade de Harvard, Mary Young, intitulado *Por Que Investir na Primeira Infância?* Esse texto faz parte de um dos documentos que promoveram o embasamento teórico influenciando nossos legisladores no processo de análise, discussão e votação que desembocou na promulgação do Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016a) no ordenamento jurídico brasileiro. Base legal para o Programa Criança Feliz (Câmara dos Deputados, 2016).

Para Young, crianças que nascem em situação de pobreza e de vulnerabilidade social enfrentam condições adversas nos primeiros anos de vida, consequentemente têm maior probabilidade de apresentar defasagem corporal e mental em comparação com crianças mais privilegiadas. O efeito desse descuido dos governos pode levar a um desempenho acadêmico inferior, repetição de séries escolares e dificuldades no desenvolvimento. Além disso, essas crianças tendem a ter empregos com menor demanda por habilidades e enfrentam níveis mais baixos, perpetuando o ciclo de pobreza para as próximas gerações (Câmara dos Deputados, 2016).

E Young prossegue nos relatando que as evidências científicas de várias disciplinas, como neurociências, ciências sociais, psicologia, economia e educação, mostram a importância

dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil. E nos reportam três ideias-chave para entender o desenvolvimento infantil inicial são: o papel crucial da vida familiar e dos primeiros anos na formação das capacidades dos adultos, a importância das habilidades não cognitivas para o sucesso em diversas áreas da vida e a sinergia entre diferentes capacidades, em que o desenvolvimento de habilidades em uma área beneficia outras (Câmara dos Deputados, 2016).

Os investimentos na primeira infância têm um impacto significativo a longo prazo, mas promovem a equidade social e produtividade na economia. É fundamental reconhecer que o pleno desenvolvimento das crianças depende de instituições fortes e políticas adequadas. Devemos nos comprometer a fazer melhor por elas e por nós mesmos, adotando uma abordagem abrangente e priorizando o desenvolvimento saudável nos primeiros anos de vida. (Câmara dos Deputados, 2016).

Outro texto influente para os nossos legisladores no tocante ao processo de debates, discussões que levaram a votação do MLPI (Brasil, 2016) foi o de Gabi Fujimoto, doutora em Educação, Especialista em Primeira Infância, que nos descreve que nas últimas décadas houve avanços significativos em nível global no âmbito legislativo para proteção, cuidado e educação das crianças na primeira infância, que também se encontra na obra *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância* (Câmara dos Deputados, 2016).

Fujimoto nos relata que esses progressos refletem o alinhamento com as evidências científicas sobre o desenvolvimento humano, reconhecendo a importância de garantir atenção e educação de qualidade nessa fase crucial. A aplicação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança tem sido um impulso para a adoção e atualização de normas e regulamentações que beneficiam a primeira infância.

Embora tenham sido alcançados importantes avanços, ainda persistem desafios, especialmente no período que compreende a gestação até os dois primeiros anos de vida, conhecidos como os 1000 primeiros dias. Pesquisas demonstram que esse é o período mais determinante para o desenvolvimento humano, onde as experiências vividas estabelecem a base para a aprendizagem socioemocional, cognitiva e física, garantindo o sucesso futuro na sociedade e na escolarização (Câmara dos Deputados, 2016).

E prossegue Fujimoto nos ensinando que a primeira infância, que vai desde o nascimento até os 8 (oito) anos, é uma fase crucial para o desenvolvimento humano em termos físicos, psicológicos, sociais e emocionais, porém, nossa legislação pátria limita até os 6 (seis) anos as crianças a serem classificadas como na primeira infância. Durante esse período, as experiências e oportunidades de aprendizado têm um impacto significativo no desenvolvimento da criança. Pesquisas em neurobiologia, pedagogia, sociologia e economia mostram que os

estímulos recebidos pela criança desde a gestação são fundamentais para o seu desempenho na vida adulta. A proteção à mãe, juntamente com atenção à saúde e alimentação adequada, cria bases sólidas para o desenvolvimento em várias dimensões (Câmara dos Deputados, 2016).

Continua a autora que a relação entre pais e filhos, nessa fase de vida dos nossos pequenos, é de suma importância para o desenvolvimento emocional, psicológico e cognitivo, e conflitos nessa relação podem levar a problemas de desenvolvimento e conduta, pois influenciam o desenvolvimento cerebral e a capacidade de aprendizado dos filhos. Instrumentos normativos legais como a licença-maternidade e a licença-paternidade são fundamentais para permitir que os pais se envolvam desde a gestação e obtenham resultados de qualidade. Estudos mostram que o estresse da pobreza pode afetar negativamente o cérebro das crianças, enquanto interações familiares e estímulos adequados têm efeitos duradouros no desempenho escolar e na vida futura das crianças (Câmara dos Deputados, 2016).

O desenvolvimento cerebral ocorre de forma precoce, com estímulos e interações sendo cruciais para o desenvolvimento adequado das habilidades cognitivas e emocionais. A nutrição adequada, especialmente durante a gravidez e os primeiros anos de vida, é fundamental para o desenvolvimento cerebral normal. A inteligência emocional desempenha um papel crucial no futuro das crianças, e é necessário repensar as bases da educação para promover habilidades emocionais bem desenvolvidas. É importante reconhecer que os primeiros oito anos de vida, seis no Brasil, são fundamentais para o progresso ao longo da vida, e é necessário preparar profissionais e educadores para fornecer apoio adequado durante essa fase. Portanto, todos os fatos explanados por ele acima caracterizam evidências científicas que dão fundamentação às políticas de primeira infância (Câmara dos Deputados, 2016).

Feitas as considerações sobre a primeira infância, passa-se a descrever de forma sintética algumas políticas públicas ou programas no campo nacional e no internacional que influenciaram o nosso marco temporal da primeira infância, a Lei de nº 13.257, em 8 de março de 2016 (Brasil, 2016a). Apesar de ter sido ainda no governo Dilma Rousseff, sua regulamentação se deu apenas em 05 de outubro do mesmo ano, por meio do Decreto nº 8.869 (Brasil, 2016a), que instituiu o Programa Criança Feliz. Portanto, já no governo do presidente Michel Temer (2016-2018). Porém, diante de tantas tribulações econômicas, sociais e políticas enfrentadas pelo Brasil até chegar à promulgação da Lei 13.257 (Brasil, 2016a), muitas influências ocorreram para sensibilizar nossos legisladores a aprovarem tal impulso normativo beneficiando nossas crianças.

No que já foi descrito no tópico 3.1. Sobre a construção dos direitos da infância: um longo processo, nos quais vários acontecimentos e normativos que objetivavam a proteção

e o cuidados com nossas crianças a nível mundial e no caso brasileiro não poderia ser diferente. Mas mesmo diante de tudo que já foi exposto apresenta-se mais alguns argumentos normativos que também serviram de embasamento legislativo para o aperfeiçoamento e para a promulgação do nosso Marco Legal da Primeira Infância que será a base para o Programa Criança Feliz.

As crianças representam um ser que dispõe de direitos próprios e é dever de todos enquanto sociedade, família e governos proteger e cuidar de seus interesses. Como forma de disseminar e estabelecer o consenso de que a criança é uma cidadã plena, muitas batalhas foram travadas com muitos debates a favor e contra os direitos dispensados às nossas crianças.

A evolução do regime capitalista perverso que se estabeleceu nos últimos anos foi dando lugar a uma intermediação entre o lucro selvagem e a degradação das pessoas, inclusive das crianças. Um novo estado mais socialmente voltado para o bem-estar das pessoas foram surgindo, principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial.

O Brasil não foi diferente do resto do mundo quando a preocupação eram as crianças, pouco se tinha de concreto para proteger de fato e de direito o futuro das nossas crianças. Nesse ínterim, mesmo diante de uma sociedade construída desde sua colonização visando o saqueamento das nossas riquezas e com uma classe política muito diferente de países que tiveram seus legisladores a desempenhar o seu papel legislativo voltado para os interesses do desenvolvimento econômico e social de seu país, os quais foram colonizados para serem habitados e desenvolvidos economicamente.

Mesmo com essas observações e diante de um processo de globalização crescente, devido ao aperfeiçoamento da tecnologia, que liga e conecta as nações muitos mais rapidamente do que no passado, o Brasil teve avanços significativos quando o assunto foi as nossas crianças, conseguindo ser um ator importante para o mundo e estamos muito bem assistido por legislações que amparam, protegem e cuidam das nossas crianças.

Cabe a nós cidadãos fazer cumprir o que diz a nossa Carta Magna e todas as legislações infraconstitucionais para que possamos garantir um futuro melhor para todas as crianças brasileiras, conforme transcrito da Constituição Federal de 1988, tem o artigo 3º; o 7º, XXV; o 208, I, IV; o 227, que deságuam nas crianças e suas famílias; transcritos abaixo:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988).

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes

desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Brasil, 1988).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Brasil, 1988).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Até chegar-se a esse regramento muitas discussões foram travadas no âmbito da Constituinte de 1985. O consenso se deu em que não era mais possível a discriminação de “o menor”, proveniente das famílias mais desvalidas socialmente, e “a criança”, que cresce no seio das famílias de classe média, ao tratar de questões relacionadas à infância. Também ganhou espaço a ideia de que a ação pública deve se basear não na assistência ou na benevolência, mas sim nos direitos da criança como cidadã. Esse novo paradigma orientou o legislador e as políticas públicas que surgiram após 1988.

No campo da legislação infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, destaca em um trecho de seu artigo 6º, a “condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (Brasil, 1990a).

Nesse sentido, a condição peculiar de desenvolvimento implica prioridade na garantia de direitos e proteção integral. Mais recentemente, o Poder Legislativo tem buscado avançar nas condições normativas para garantir a efetividade dessa proteção integral à criança, especialmente na primeira infância, pois a ciência tem demonstrado que os cuidados nos primeiros anos de vida são cruciais para a formação humana. Conforme seu artigo 3º, transcrito abaixo:

Art. 3º A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990a).

Ao longo dos tempos surgiram iniciativas de programas e de políticas públicas municipais e estaduais para a Primeira Infância, no território brasileiro como o Programa Primeira Infância Melhor, do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, com a Lei nº 12.544, de 03 de julho de 2006 (Rio Grande do Sul, 2006) e o Mãe Coruja, do Governo Estadual de Pernambuco, Lei nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009 (Pernambuco, 2009).

Em 3 de outubro de 2012, a nível de lei federal, foi sancionada a Lei nº 12.722, que instituiu o Programa Brasil Carinhoso, com modificações no Programa Bolsa Família e incentivos para a ampliação da educação infantil (Brasil, 2012a).

O Programa Brasil Carinhoso é uma iniciativa que transfere automaticamente recursos financeiros para apoiar a educação infantil, garantindo o acesso e permanência de crianças de até 48 meses em creches públicas ou conveniadas. Destinado a crianças cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, os recursos são repassados aos municípios e ao Distrito Federal com base nas matrículas informadas no censo escolar. A execução do programa envolve o Ministério do Desenvolvimento Social, o INEP/MEC, e o FNDE/MEC, que gerenciam a política, consolidam os dados e realizam as transferências financeiras sem a necessidade de convênios (Brasil, 2012b).

Essa iniciativa também trouxe à tona a discussão sobre os desafios da intersetorialidade na ação governamental, característica que deve ser fortalecida na formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância. Com o Marco Legal da Primeira Infância, mais um passo foi dado nessa jornada (Câmara dos Deputados, 2016).

Norma inspiradora de nossos legisladores federais, a Lei Nº 12.544, (Rio Grande do Sul, 2006) do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, de 03 de julho de 2006, atualizada pela Lei nº 14.594, de 28 de agosto de 2014, instituiu o Programa Primeira Infância Melhor (PIM). Abaixo os artigos 1º e 2º desta lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Primeira Infância Melhor - PIM -, como parte integrante da Política Estadual de Promoção e Desenvolvimento da Primeira Infância, a ser implementado pelo Estado em parceria com os Municípios ou organizações não-governamentais. § 1.º O PIM tem por finalidade a promoção do desenvolvimento integral da criança, da gestação aos 5 (cinco) anos de idade, com ênfase no período gestacional e na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 14.594/14). § 2º - O desenvolvimento integral da criança de que trata este artigo deverá abranger os aspectos físico, psicológico, intelectual e social. § 3.º O PIM será implementado em todos os municípios do Estado com a colaboração dos setores responsáveis pelas áreas da educação, saúde e assistência social e de organizações não-governamentais, de programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos. (Rio Grande do Sul, 2006). Art. 2º - O PIM será organizado em consonância com a doutrina da proteção integral da criança, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e em conformidade com o disposto nas Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Rio Grande do Sul, 2006).

Outro programa pilar, o “Mãe Coruja”, do Governo Estadual de Pernambuco, foi inclusive premiado pela ONU e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), como modelo de Gestão de Política Pública. Implantado pela Lei Estadual nº 13.959 (Pernambuco,

2009), de 15 de dezembro de 2009, esse programa tem os seguintes objetivos disposto em seu art. 2º, transcritos abaixo:

Art. 2º O Programa Mãe Coruja Pernambucana tem os seguintes objetivos: I - articular, formular, executar e monitorar ações que promovam a redução da morbi-mortalidade materna e infantil no Estado de Pernambuco; II - qualificar a atenção integral e humanizada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal; III - qualificar a atenção integral e humanizada às crianças até o primeiro ano de vida; IV - articular, fortalecer e supervisionar as políticas públicas de atenção à primeira infância desenvolvidas pelos Municípios; V - fortalecer os Comitês de Investigação do Óbito Infantil e Materno e os Comitês de Prevenção e Redução da Mortalidade Infantil em todo o Estado; VI - consolidar os direitos de cidadania mediante acesso à documentação; VII - fortalecer vínculos familiares através da proteção social básica; VIII - fortalecer a segurança alimentar e nutricional de gestantes cadastradas no programa e de suas crianças por meio de ações de educação alimentar e da articulação de programas governamentais e não-governamentais nas áreas de saúde, assistência social e agricultura; IX - propiciar espaços de informação e qualificação profissional das famílias beneficiárias, promovendo a sua inclusão produtiva de modo sustentável; X - consolidar a alfabetização e a melhoria do nível de escolaridade das famílias acompanhadas; XI - promover ações articuladas, constituindo uma rede de solidariedade entre programas e ações desenvolvidos pelo Estado, pelos Municípios, por entidades não-governamentais e pela sociedade (Pernambuco, 2009).

O conteúdo do Programa Criança Feliz também teve inspiração em legislações internacionais e buscou experiências notadamente exitosas com sucesso de implementação comprovadas como o *Educa a Tu Hijo*, de Cuba, surgido em 1982, somente para as áreas rurais e montanhosas e depois foi expandido para todo o território cubano, em 18 de janeiro de 1992.

O Programa *Educa a Tu Hijo* - “Eduque Seu Filho”, de Cuba, é uma iniciativa não institucional de atendimento educacional para crianças na Primeira Infância, entre 0 e 5 anos de idade. Seu objetivo principal é garantir o desenvolvimento integral das crianças, fortalecer as habilidades das famílias como educadoras domiciliares e assegurar o direito à educação inicial. O programa oferece atendimento médico para crianças e gestantes, treinamento para famílias e profissionais envolvidos, oficinas educativas, atividades recreativas, culturais e esportivas para famílias e crianças, além da distribuição de cartilhas educativas com orientações específicas para cada faixa etária. Essas experiências práticas e envolvimento em iniciativas relacionadas à primeira infância foram fundamentais para a concepção e implementação do Marco Legal, que busca reunir conhecimentos científicos e práticas bem-sucedidas para políticas públicas fortes experimentadas ao desenvolvimento das crianças nos primeiros anos de vida (Cuba, 1992).

Outra legislação internacional inspiradora foi o programa Chile Cresce Contigo, no Chile, que foi oficializado através da Lei chilena de nº 20.379, promulgada em 12 de setembro

de 2009, que criou o sistema de proteção social e intersetorial e institucionaliza o subsistema de proteção abrangente à criança no referido programa, direcionado às crianças de vulnerabilidade social para o acesso a melhores condições de vida (Chile, 2009).

O programa "Chile Cresce Contigo" visa acompanhar o desenvolvimento das crianças no sistema público de saúde, desde a gestação até o ingresso no sistema escolar. Ele visa garantir o acesso a serviços e incentivos em todas as etapas do crescimento, além de apoiar as famílias e comunidades na criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento infantil. Coordenado pelo Ministério do Planejamento chileno, sem prejuízo do engajamento de outros ministérios ou entidades públicas (Chile, 2009).

Também se têm os programas *Early Head Start* lançado em 1995, nos Estados Unidos como fonte inspiradora ao MLPI no Brasil, que foram instituídos pelo governo norte americano, com a finalidade de proporcionar serviços às famílias de baixa renda que tivessem em seu seio familiar crianças pequenas, até os 3 (três) anos de idade focado no crescimento e desenvolvimento infantil, bem como oferecendo suporte aos pais. Além disso, o *Early Head Start* mobiliza a comunidade local para oferecer recursos e um ambiente integrado de apoio, garantindo uma rede abrangente de serviços para crianças e suas famílias (EUA, 1995).

Adaptados às necessidades específicas dos bebês e crianças, buscam promover seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, visando à preparação para a vida escolar e futura. Similar ao modelo *Head Start*, lançado no ano de 1965, que apoia crianças de 3 (três) a 5 (cinco) anos, tanto o *Early Head Start*, como o *Head Start* auxiliam os pais como principais cuidadores e educadores, promovendo também a independência em áreas como moradia, educação e finanças. Além disso, envolvem a comunidade para oferecer recursos e um ambiente propício, proporcionando amplo apoio às crianças e suas famílias (EUA, 1995).

Assim como o modelo *Head Start*, os programas *Early Head Start* oferecem suporte aos pais como cuidadores primários e educadores de seus filhos, ajudando-os a alcançar suas metas pessoais e atingir a autossuficiência em diversas áreas, como moradia estável, educação contínua e segurança financeira. Esses programas também envolvem a comunidade local, mobilizando recursos e criando um ambiente propício para garantir uma ampla gama de serviços e apoio integrado para crianças e famílias (Hustedt ; Barnett, 2017).

A União Europeia tem implementado medidas significativas no campo da Educação e Atenção à Primeira Infância (EAPI), incluindo a oferta de serviços de cuidado e educação infantil pelos países membros. No campo da legislação trabalhista relacionada à família também foi abordada, com a garantia de licença-maternidade remunerada de pelo menos 18 semanas. A União Europeia propôs medidas para alcançar os objetivos da estratégia Europa 2020, como o

acesso equitativo e de qualidade à primeira infância, envolvendo financiamento estatal-privado, abordagens integradas aos serviços, profissionalização do pessoal e apoio aos pais.

A *Eurochild*, uma rede de organizações da sociedade civil, tem trabalhado para promover os direitos e o bem-estar das crianças na Europa, com ênfase na primeira infância e na busca por serviços de qualidade. No entanto, ainda existem desafios, como a diversidade nas políticas e práticas dos países, cobertura limitada para crianças menores de três anos e a necessidade de uma abordagem holística para promover o desenvolvimento infantil integral. A União Europeia reconhece a importância dessas questões e busca melhorar o acesso e a qualidade dos serviços, destacando a colaboração entre os setores e o apoio aos pais como elementos fundamentais (Câmara dos Deputados, 2016).

O governo da Escócia está comprometido em promover uma sociedade mais justa, focando na justiça social e na redução das desigualdades em relação aos direitos das crianças. A Lei Escocesa de Infância – *Children Scotland Act*, 1995, estabelece a necessidade de trabalhar em colaboração com os pais, especialmente quando há financiamento público envolvido. Em 2013, uma coalizão formada por representantes da sociedade civil, pesquisadores e especialistas examinou a realidade social, econômica e educacional dos compromissos governamentais, constatando que 40% dos gastos públicos foram direcionados para a resolução de problemas sociais. Eles argumentaram que a promoção da justiça social começa desde a gestação até os primeiros 1001 dias de vida, afirmando que a família é fundamental para estabelecer uma base sólida no desenvolvimento cerebral das crianças, preparando-as para se tornarem bons cidadãos e estudantes.

Essa coalizão defende, recomenda e supervisiona a implementação dos direitos da criança, fornecendo legislação, divulgação e ações preventivas relevantes. Eles enfatizam que evidências científicas amplamente respaldam a importância das relações positivas como estratégia bem-sucedida para o desenvolvimento humano nos primeiros 1001 dias de vida, estabelecendo uma trajetória para o bem-estar sustentável e a igualdade dentro da família e da sociedade. Em 2014, eles publicaram o relatório "A justiça social começa com os bebês", divulgando resultados, recomendações e avanços reconhecidos pelo Parlamento Escocês.

A Lei para Crianças e Adolescentes foi promulgada com quatro principais resultados: a) proteção de 100% das crianças e obrigatoriedade de considerar a prevenção desde os primeiros 1001 dias de vida; b) priorização de crianças em situação de risco, com atividades de prevenção desde a gestação, enfatizando a importância da interação entre bebês, pais e cuidadores; c) incremento de 500 visitantes de saúde para apoio pré-natal e nos primeiros anos de vida da criança; d) consulta pública antes da aprovação da normativa da Lei, permitindo a

flexibilização do processo de aprovação pelos funcionários do governo (Câmara dos Deputados, 2016).

No Fórum de Política Regional da Ásia e do Pacífico de Atenção Precoce à Infância e à Educação (ECCE) realizado em 2013, em Seul, na República da Coreia, participaram 31 países asiáticos que aprovaram diversas medidas. Ficou acordado que investir na educação nos primeiros anos de vida das crianças traz retornos significativos, a preparação escolar deve começar desde o nascimento, experiências adequadas são essenciais para a aprendizagem, comportamento e saúde, a construção de habilidades cognitivas, sociais e emocionais é fundamental, e a educação contribui para a produtividade, redução de desigualdades sociais e igualdade de gênero.

Além disso, houve acordo para maior eficiência dos recursos por meio do intercâmbio entre governos centrais e locais, participação essencial das famílias e comunidade, melhorias na qualidade dos educadores, priorização dos mais desfavorecidos, fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, comunicação e cooperação mais robustas, promoção do uso da língua materna e estímulo à realização de pesquisas (Câmara dos Deputados, 2016).

Diante destes cenários internos e internacionais surgiu o Projeto de Lei da Primeira Infância, PL 6.998 de 2013 (Brasil, 2013), apresentado pelo deputado Osmar Terra que prioriza a primeira infância nas políticas públicas, especialmente as crianças mais vulneráveis, e propõe medidas como maior harmonização entre a legislação e o desenvolvimento humano desde a gestação até os 6 anos de idade, investimento na formação profissional dos cuidadores, coordenação intersetorial, recursos financeiros adequados e transparentes, monitoramento e avaliação dos serviços, apoio à formação de redes de proteção e educação infantil, criação de espaços de brincadeira, garantia de direitos das crianças e ajustes em leis relacionadas à proteção e cuidado infantil.

A aprovação do projeto implicou ajustes no Estatuto da Criança e do Adolescente e em outras leis para fortalecer a proteção e os direitos das crianças. Sendo então transformado na Lei 13.257, 08 de março de 2018 (Brasil, 2018b), Marco Legal da Primeira Infância. O Marco Legal da Primeira Infância foi regulamentado inicialmente pelo Decreto nº 8.869/2016, de 05 de outubro de 2016 (Brasil, 2016a), depois revogado e novamente regulamentado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b).

4.2 Paradigmas Orientadores do PCF: Objetivos, Primeira Infância e Público Alvo

O Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), em seu Título V, artigo 96, institui o objetivo geral do Programa Criança Feliz, especificando que este será de caráter intersetorial, ou seja, a sua efetivação dar-se-á com o envolvimento de mais de um setor, com finalidade de promoção do desenvolvimento pleno das crianças que se encontrarem na primeira infância, levando em conta sua família e o ambiente de vida desses atores, em conformidade o que aduz a Lei nº 13.257/2016 (Brasil, 2016a).

Art. 96. Fica instituído o Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com o disposto na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Brasil, 2018b).

Logo os Estados, Municípios, e o Distrito Federal, juntamente com a União são atores institucionais nesse processo de intersetorialidade, pois são fundamentais para ampliar o acesso aos direitos sociais, integrar serviços e orientar os usuários para a rede de assistência social, visando o fortalecimento das famílias e o desenvolvimento infantil (Aquino *et al.*, 2022).

Observa-se a importância destacada pelo legislador brasileiro em relação à intersetorialidade desse programa federal, como destacado no artigo 96, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018: “Fica instituído o Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, ...”. Portanto, é discutir sobre seu significado

Segundo Dardot e Laval, (2016), estudiosos da Universidade *Paris-Ouest-Nanterre-La Défense*, estamos vivendo uma nova racionalidade dominada pela lógica neoliberal. Essa racionalidade neoliberal, presente no capitalismo contemporâneo, traz consigo uma noção de liberdade baseada na concorrência mercantil, que permeia todas as esferas da sociedade. Nessa perspectiva, o Estado passa a ser visto como mais um agente econômico em competição com os demais, deixando de oferecer políticas públicas verdadeiramente universais. Os cidadãos, antes considerados detentores de direitos garantidos pela Constituição, passam a ser vistos como "clientes" sujeitos a uma lógica predominantemente financeira (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020).

Essa nova racionalidade do capitalismo gera crises de governabilidade, fragmentando as ações intersetoriais no campo das políticas públicas. No contexto brasileiro, a estrutura do Estado é marcada pela setorialização e fragmentação das políticas públicas, que são concebidas e implementadas de forma isolada, sem planejamento conjunto e ações articuladas.

Isso resulta na desarticulação e sobreposição das ações, além de expor os indivíduos atendidos pelas políticas a intervenções paralelas e burocracias excessivas. E, a intersetorialidade surge como uma estratégia de gestão pública democrática para superar a setorização e a fragmentação, buscando uma visão abrangente das questões sociais e das demandas dos cidadãos. A articulação e complementaridade entre os serviços das políticas sociais contribuem para melhorar a qualidade de vida da população e otimizar o uso dos recursos. No entanto, a intersetorialidade requer decisões políticas e institucionais que rompam com a cultura da setorização e promovam a comunicação e articulação entre os diferentes órgãos e agentes públicos (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020).

Os problemas sociais, embora se manifestem de forma setorial, requerem a ação conjunta de múltiplas políticas para sua solução. A intersetorialidade, que envolve a integração de conhecimentos e experiências, é fundamental para lidar com situações complexas, buscando o desenvolvimento social e superando a exclusão, assim como, demanda mudanças nas práticas e cultura organizacional, enfrentando resistências, mas visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A formação de cidadãos conscientes de seus direitos e capazes de lidar com o direito dos outros, bem como o treinamento dos servidores públicos, são essenciais para garantir os direitos sociais da população. (Junqueira, 2005).

Além do planejamento articulado das ações e serviços, é necessário um novo fazer que envolva mudanças de valores e cultura, buscando a integração dos problemas e a construção conjunta de soluções. A noção de rede surge como a interação de pessoas, instituições e outros atores sociais, mobilizados em torno de um objetivo comum, possibilitando o intercâmbio e preservando as diferenças e especificidades. A mudança social requer a reconstrução da sociedade civil, em que os participantes assumem papéis ativos na construção do bem-estar social. A visão sistêmica e a gestão mais ativa e complexa são necessárias para lidar com a imprevisibilidade e incerteza decorrentes da complexidade social. A construção coletiva, por meio de parcerias e objetivos compartilhados, busca superar as determinações sociais e construir uma nova realidade social (Junqueira, 2005).

O Programa define a idade que corresponderá ao atendimento das crianças e conseqüentemente a assistência de suas famílias. Logo, em conformidade com o Marco da Primeira Infância, Lei 13.257, de 08 de março de 2016 (Brasil 2016a), o artigo 97 do aludido Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), nos descreve que o programa atenderá as crianças na primeira infância no período que abrange os primeiros seis anos completos ou os setenta e dois meses de vida da criança (Brasil, 2018b; Brasil, 2016a).

Art. 97. Considera-se primeira infância, para os fins do disposto neste Título, o período que abrange os primeiros seis anos completos ou os setenta e dois meses de vida da criança (Brasil, 2018b).

Os beneficiários são definidos e descritos no artigo 98 (Brasil, 2018b), do aludido Decreto em destaque. É mister que as demandas são enormes em relação aos recursos e a pesar da lei determinar que as crianças de até seis anos sejam acompanhadas e integradas ao programa, o próprio decreto estipulou prioridades a serem exercidas como as gestantes, crianças de até três anos - primeiríssima infância - e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), cuja criança seja diagnosticada com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas; e por último grupo tem-se das crianças de até seis anos que se encontram afastadas do convívio familiar devido a aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas famílias (Brasil 1990a; Brasil, 2018b).

Art. 98. O Programa Criança Feliz atenderá gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias, e priorizará:

- I - gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004;
- II - crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
- III - crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas famílias (Brasil, 2018b).

O Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), Lei nº 13.257/2016, de 08 de março de 2016, estabelece princípios e diretrizes norteadoras para a formulação de políticas públicas voltadas à atenção das crianças nos primeiros seis anos de vida. Reconhecendo a importância de priorizar programas, projetos, serviços e benefícios que estimulem o desenvolvimento infantil, a lei destaca que essa fase é a primeira oportunidade para explorar habilidades e potenciais do ser humano (Brasil, 2016a).

Logo, as políticas públicas direcionadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância são concebidas e executadas pautadas em uma série de preceitos fundamentais.

São princípios do MLPI, dispostos em seu artigo 4º: a primazia do interesse superior da criança, reconhecendo-a como sujeito de direitos e de cidadania; a inclusão da participação

da criança na definição das ações que a envolvem, considerando suas particularidades etárias e estágios de desenvolvimento; o respeito à individualidade e aos ritmos evolutivos das crianças, valorizando a diversidade que permeia a infância brasileira, bem como as diferenças presentes em seus contextos socioculturais (Brasil, 2016a);

Prosseguindo-se tem-se a redução das disparidades no acesso aos bens e serviços essenciais para o pleno exercício dos direitos da criança na primeira infância, mediante a priorização de investimentos públicos pautados pela promoção da justiça social, da equidade e da inclusão, sem qualquer forma de discriminação; a integração das dimensões ética, humanista e política do ser cidadão infantil, aliadas ao respaldo científico e à prática profissional no âmbito do atendimento à primeira infância; a adoção de uma abordagem participativa, que envolve a sociedade, suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as próprias crianças, visando ao aprimoramento da qualidade das ações desenvolvidas e à garantia da oferta de serviços adequados (Brasil, 2016a).

Faz-se ainda deste rol de princípios do MLPI a articulação sinérgica das ações setoriais, visando ao atendimento integral e integrado das demandas infantis; a descentralização das atribuições entre os diferentes entes federativos, a fim de promover uma gestão mais próxima e eficiente; e, por fim, a promoção de uma cultura que valorize a proteção e promoção dos direitos da criança, contando com o apoio dos meios de comunicação social como agentes coadjuvantes desse processo (Brasil, 2016a)

Por meio desses princípios orientadores, busca-se assegurar a efetiva e qualificada participação das crianças na formulação das políticas e ações que lhes dizem respeito, com vistas a promover sua inclusão social como cidadãos, respeitando-se as especificidades de suas idades e proporcionando-lhes espaços de escuta e expressão adequados às suas formas singulares de manifestação. MLPI, Lei nº 13.257/2016, art.4º, transcrito abaixo:

Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

- I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;
- II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;
- III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;
- IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;
- V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;

VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;

VII - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;

VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;

IX - promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social.

X - promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e dos bebês que nasceram em condição de risco, no que se refere aos aspectos físico, cognitivo, psicoafetivo, social e cultural, de forma a priorizar o processo de interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas; (Incluído pela Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024).

XI - garantir o conjunto de serviços, apoios e recursos necessários para atender às necessidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e às necessidades de suas famílias, com vistas à promoção do desenvolvimento infantil pleno e inclusivo, em colaboração interfederativa. (Incluído pela Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024)

Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil (Brasil, 2016a).

Logo, estão descritos no artigo 99, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), os principais objetivos específicos do Programa Criança Feliz o de promover um desenvolvimento humano pleno através do apoio e acompanhamento integral das crianças na primeira infância. Para alcançar esse objetivo, o programa visa apoiar gestantes e famílias, fornecendo orientação durante a gravidez e nos cuidados perinatais. E, uma das metas é fortalecer os laços familiares e capacitar os pais para desempenhar sua função de cuidadores, protetores e educadores (Brasil, 2018b).

Além disso, o programa busca facilitar o acesso das gestantes, crianças e suas famílias aos serviços públicos e políticas necessárias para garantir seu bem-estar e desenvolvimento saudável (Brasil, 2018b).

O PCF também busca promover a integração e expansão das ações de políticas públicas voltadas para gestantes, crianças pequenas e suas famílias. Através dessa abordagem abrangente, busca-se criar um ambiente propício para o crescimento e desenvolvimento das crianças, oferecendo-lhes uma base sólida para um futuro promissor (Brasil, 2018b).

Art. 99. O Programa Criança Feliz tem os seguintes objetivos:

I - promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;

II - apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

III - colaborar no exercício da parentalidade, de modo a fortalecer os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

- IV - mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias políticas e serviços públicos de que necessitem; e
- V - integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas destinadas às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias (Brasil, 2018b).

Em suma, o programa tem como objetivo primordial cuidar e estimular o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, oferecendo suporte às famílias e facilitando o acesso a serviços essenciais. Ao fortalecer os vínculos familiares e ampliar as políticas públicas, o Programa Criança Feliz busca construir uma base sólida para o crescimento saudável e o pleno potencial das crianças, contribuindo para um futuro mais próspero e promissor.

Portanto, os objetivos do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), estão em sintonia com os princípios norteadores do MLPI e com o artigo 3º da Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021, que consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2021b).

E, para dar o fiel cumprimento aos objetivos em destaque no artigo 99, do decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Brasil, 2018b), o Programa Criança Feliz, em seu art.100, se estrutura em componentes fundamentais que se sobressai pela sua relevância. Primeiramente, destaca-se a implementação de visitas domiciliares regulares, realizadas por profissionais devidamente qualificados, que visam não somente fornecer apoio às gestantes e às famílias, mas também fomentar o desenvolvimento integral da criança na primeira infância. Em consonância, é necessário ressaltar as ações complementares que são empreendidas em conjunto com tais visitas, as quais contribuem para fortalecer o suporte oferecido e ampliar os benefícios advindos desse processo (Brasil, 2018b).

Art. 100. Para cumprimento dos objetivos estabelecidos no art. 99, o Programa Criança Feliz tem como principais componentes:

- I - a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância;
- II - a capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância, com vistas à qualificação do atendimento e ao fortalecimento da intersetorialidade;
- III - o desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento intersetorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias;
- IV - o apoio aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com vistas à mobilização, à articulação intersetorial e à implementação do Programa; e
- V - a promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integra (Brasil, 2018b).

4.3 A Intersetorialidade no Programa Criança Feliz

A intersectorialidade no Programa Criança Feliz (PCF) reflete uma proposta ambiciosa de integrar diferentes áreas de políticas públicas voltadas para a primeira infância. No entanto, a articulação entre setores como saúde, educação e assistência social exige uma mudança substancial na forma como os gestores públicos operam.

Muitos órgãos ainda trabalham de maneira isolada, sem compartilhar dados ou articular ações conjuntas. A integração real entre esses setores depende não apenas de vontade política, mas também de uma infraestrutura institucional que favoreça a comunicação entre as diferentes esferas de governo.

Outro desafio central da intersectorialidade no PCF é a superação das desigualdades regionais no Brasil. A capacidade de implementar ações intersectoriais varia significativamente entre municípios de maior e menor porte. Enquanto grandes cidades têm mais recursos e estrutura para coordenar políticas intersectoriais, pequenos municípios enfrentam limitações tanto financeiras quanto técnicas.

Isso coloca em risco a equidade na oferta dos serviços públicos, já que crianças em situação de vulnerabilidade em regiões menos desenvolvidas podem não receber a atenção necessária.

A implementação da intersectorialidade também requer a construção de um sistema de monitoramento e avaliação capaz de acompanhar o impacto das políticas de forma contínua. No entanto, os mecanismos de controle são muitas vezes insuficientes para garantir a eficácia das ações intersectoriais. Sem um sistema robusto de avaliação, torna-se difícil medir o real impacto do PCF na melhoria da qualidade de vida das crianças e suas famílias. Assim, é necessário fortalecer as ferramentas de monitoramento para que o programa possa ajustar suas estratégias conforme as demandas e realidades locais.

4.3.1 Assistência Social

A assistência social no âmbito do PCF tem como foco primordial o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que vivem em condições de extrema pobreza. No entanto, a identificação e o acompanhamento dessas famílias permanecem um grande desafio, principalmente em municípios com baixa capacidade administrativa.

Muitas famílias ainda não estão incluídas no Cadastro Único, o que limita o alcance

das ações do programa. Além disso, a infraestrutura das políticas de assistência social em muitas localidades é precária, o que dificulta o mapeamento contínuo dessas populações.

Outro ponto crítico é a dependência de redes de apoio comunitário, que são essenciais para a eficácia das ações intersetoriais no PCF. Em áreas mais vulneráveis, essas redes são frequentemente frágeis ou inexistentes, o que aumenta a dificuldade de implementação de ações de suporte às famílias.

A criação dessas redes exige um esforço de mobilização comunitária e o fortalecimento de laços sociais, algo que nem sempre é fácil de alcançar em contextos de vulnerabilidade social e desconfiança em relação ao poder público.

Por fim, a intersectorialidade na assistência social depende de uma integração mais robusta com as áreas de saúde e educação. No entanto, a falta de alinhamento entre esses setores muitas vezes resulta em uma desconexão nas políticas voltadas para a primeira infância. A criação de fluxos de referência e contrarreferência entre as áreas é fundamental para garantir que as necessidades das famílias sejam atendidas de forma abrangente. No entanto, sem uma comunicação eficiente e sem mecanismos de compartilhamento de informações, a intersectorialidade corre o risco de se tornar apenas um ideal, sem impactos práticos no cotidiano das famílias atendidas.

4.3.2 Saúde

A área da saúde no Programa Criança Feliz tem como um dos seus principais desafios a garantia de acesso universal e equitativo aos serviços de saúde para todas as crianças. No entanto, as desigualdades regionais no Brasil dificultam a implementação de políticas públicas de saúde de maneira uniforme. Em áreas urbanas, o acesso aos serviços é mais fácil, mas em regiões rurais ou de difícil acesso, como as comunidades ribeirinhas ou indígenas, as barreiras geográficas e a escassez de profissionais de saúde tornam-se um entrave significativo. Além disso, a infraestrutura física e tecnológica muitas vezes é insuficiente para atender à demanda dessas áreas.

Outro obstáculo significativo está relacionado à saúde materno-infantil. Embora o programa preveja a realização de sete consultas pré-natais, a realidade é que muitas gestantes em regiões periféricas ou rurais não conseguem acessar os serviços de saúde com a frequência necessária.

A falta de transporte adequado, longas distâncias até as unidades de saúde e a sobrecarga dos profissionais são alguns dos fatores que impedem o cumprimento das metas

estabelecidas. O fortalecimento das equipes de saúde da família, com a ampliação de profissionais e recursos, é fundamental para garantir um acompanhamento adequado dessas gestantes.

A saúde mental das gestantes e puérperas é outra questão que merece mais atenção. A avaliação psicológica e o acompanhamento contínuo das mães são essenciais para prevenir problemas como depressão pós-parto e garantir o bem-estar das crianças.

No entanto, o acesso a serviços de saúde mental é extremamente limitado, especialmente para populações de baixa renda. O PCF precisa integrar mais fortemente os serviços de saúde mental à sua proposta, capacitando profissionais para identificar e tratar precocemente esses problemas, assegurando um suporte mais abrangente às mães e suas famílias.

4.3.3 Educação

A educação infantil é um dos pilares centrais para o desenvolvimento integral das crianças, e o PCF busca garantir o acesso a creches e escolas de qualidade para todas as crianças em situação de vulnerabilidade. No entanto, a expansão das creches no Brasil ainda é insuficiente para atender à demanda crescente.

Muitas crianças ainda ficam de fora das vagas disponíveis, principalmente em áreas urbanas densamente povoadas, onde a oferta de creches não acompanha o aumento populacional. A construção de novas unidades e a ampliação das já existentes são medidas urgentes, mas esbarram em limitações orçamentárias.

A formação dos profissionais da educação infantil também precisa ser fortalecida. Embora existam diretrizes claras para a capacitação dos educadores, na prática, muitos professores ainda não recebem o treinamento necessário para lidar com as particularidades da primeira infância, especialmente no que tange à inclusão de crianças com deficiências.

A falta de materiais pedagógicos adequados e a ausência de suporte especializado nas escolas tornam o ambiente escolar muitas vezes inadequado para crianças com necessidades especiais. É necessário que o PCF invista mais na formação continuada dos profissionais, garantindo que eles estejam aptos a lidar com as diversas demandas das crianças.

Outro aspecto fundamental é a integração entre educação e saúde. O acompanhamento educacional deve estar alinhado com as políticas de saúde, principalmente no que se refere ao desenvolvimento psicomotor e cognitivo das crianças.

As crianças que apresentam dificuldades de aprendizado ou deficiências precisam

de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais da saúde, da educação e da assistência social. No entanto, essa integração ainda é incipiente na maioria dos municípios, o que dificulta a implementação de uma política de educação infantil verdadeiramente inclusiva e eficaz.

4.3.4 Cultura

O direito à cultura é essencial para o desenvolvimento integral das crianças, e o PCF busca garantir que todas as crianças atendidas pelo programa tenham acesso a atividades culturais. No entanto, a oferta de atividades culturais é muitas vezes limitada em regiões de baixa renda, onde o acesso a teatros, cinemas, museus e bibliotecas é escasso.

Para que a cultura chegue efetivamente às crianças, é necessário que os governos locais invistam na criação de espaços públicos de convivência, onde as crianças possam ter contato com diferentes formas de expressão artística.

Além disso, a cultura é um importante veículo de promoção da identidade e do pertencimento social. Para crianças que vivem em contextos de vulnerabilidade, a participação em atividades culturais pode ser uma forma de construir autoestima e laços comunitários. No entanto, as políticas culturais muitas vezes negligenciam essa dimensão social, focando apenas em eventos ou atividades pontuais.

O PCF precisa incorporar uma visão mais ampla sobre o papel da cultura na formação da cidadania, promovendo ações contínuas que fortaleçam a identidade cultural das crianças e de suas famílias.

Por fim, é necessário ampliar a inclusão cultural para crianças com deficiências. O acesso à cultura deve ser garantido de maneira equitativa para todas as crianças, independentemente de suas condições físicas ou mentais. No entanto, a maioria das atividades culturais não está adaptada para pessoas com deficiência, o que limita sua participação. A promoção de espetáculos e atividades culturais inclusivas deve ser uma prioridade no âmbito do PCF, com a criação de espaços acessíveis e a capacitação de profissionais para lidar com a diversidade de públicos.

4.3.5 Justiça

O acesso à justiça para crianças em situação de vulnerabilidade é um dos pontos

centrais do PCF, mas sua implementação enfrenta desafios consideráveis. Crianças que são vítimas de violência doméstica, abuso ou negligência frequentemente enfrentam dificuldades em acessar o sistema de justiça, seja pela falta de profissionais capacitados para lidar com essas situações ou pela burocracia do sistema jurídico. A criação de fluxos mais ágeis de atendimento e encaminhamento dessas crianças para as redes de proteção social é essencial, mas ainda insuficiente em muitos municípios.

Outro aspecto importante é a garantia de que as crianças sejam ouvidas nos processos judiciais que envolvem seus direitos. No entanto, a escuta qualificada ainda é um desafio, pois muitos profissionais do sistema de justiça não estão preparados para lidar com as especificidades da infância. A capacitação desses profissionais, prevista no PCF, é fundamental para garantir que as crianças tenham seus direitos respeitados. Além disso, a criação de espaços seguros para a escuta dessas crianças é crucial para que elas possam relatar suas experiências sem medo ou constrangimento.

Finalmente, é preciso destacar a importância de ações preventivas no campo da justiça. Em vez de apenas reagir a situações de violência ou abuso, o sistema de justiça deve atuar de forma preventiva, identificando e intervindo em situações de risco antes que as crianças sejam prejudicadas. O fortalecimento das redes de proteção social, com a participação ativa do sistema de justiça, é uma estratégia eficaz para prevenir situações de violação de direitos. No entanto, essa integração entre justiça e proteção social ainda é frágil, e precisa ser aprimorada para garantir que as crianças em situação de vulnerabilidade recebam o apoio necessário.

Esses parágrafos proporcionam uma análise crítica e aprofundada sobre cada subtópico, discutindo os desafios práticos, as limitações estruturais e as possibilidades de melhoria na implementação do Programa Criança Feliz.

A intersetorialidade no Programa Criança Feliz (PCF) representa um esforço ambicioso para promover um desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, articulando ações em áreas fundamentais como saúde, educação, assistência social, cultura e justiça.

No entanto, a implementação eficaz desse modelo enfrenta uma série de desafios práticos, que vão desde a falta de infraestrutura adequada e capacitação técnica até a ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação robustos. Além disso, as desigualdades regionais no Brasil agravam ainda mais as dificuldades de coordenação entre os diferentes níveis de governo, especialmente em municípios de menor capacidade administrativa.

Apesar dessas limitações, a intersetorialidade continua sendo uma estratégia crucial para garantir que as crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso a uma rede de

proteção social abrangente e integrada.

Para que o PCF atinja seu potencial, será necessário um compromisso maior com a governança colaborativa, o fortalecimento das redes de apoio comunitário e o investimento em políticas públicas que tratem as diversas áreas envolvidas de maneira equilibrada. O sucesso do PCF dependerá, em última análise, da capacidade do governo em alinhar esforços entre os diferentes setores e esferas de poder, criando um ambiente propício para a cooperação intersetorial e a promoção de resultados sustentáveis para a primeira infância no Brasil.

4.4 Comitê Gestor

Passa-se agora a uma abordagem do Comitê Gestor, disposto no Decreto nº 9.855, de 25 de junho de 2019 (Brasil, 2019a), assim como na Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021 (Brasil, 2021b), que será o órgão responsável pela gestão do Programa Criança Feliz em cada ente federativo. A fim de viabilizar as ações implementadas pelo Programa Criança Feliz, esse Comitê Gestor atua de forma intersetorial, sendo de sua responsabilidade o planejamento, tomada de decisões e acompanhamento das ações relacionadas ao programa. Sua composição está representada por várias entidades, entre elas destacam-se assistência social, saúde, educação, cultura, justiça e direitos humanos. Essa diversidade de representantes reflete a importância de abordar a primeira infância de maneira holística, considerando os diferentes aspectos que impactam o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se fortemente na articulação de políticas e na implementação de medidas que visam ao bem-estar e ao desenvolvimento saudável das crianças na fase inicial de suas vidas (Brasil, 2019a; Brasil, 2021b).

O Comitê Gestor visa promover a integração entre órgãos para garantir uma atuação eficaz em benefício das crianças. Ele coordena políticas e implementa medidas para o desenvolvimento e bem-estar das crianças na primeira infância, servindo como um ponto estratégico para alinhar esforços, compartilhar recursos e avaliar resultados. A colaboração busca otimizar o impacto do Programa Criança Feliz e assegurar uma atenção abrangente às necessidades das crianças e suas famílias.

Logo descreve-se a partir do Manual de Orientações para Ações Intersetoriais do Programa Criança Feliz (Aquino *et al.*, 2022), algumas ações de atuações dos comitês gestores visando a intersetorialidade, que deverão ter simetria entre os entes federados: União, Estados,

Distrito Federal e Municípios.

Para a União, no nível federal, são implementadas diversas estratégias para impulsionar o PCF e promover ações intersetoriais direcionadas à primeira infância. Entre tantas destacamos:

- a) Mapear por meio de pesquisas visando identificar ações que já existem nos ministérios, bem como temas relacionados à primeira infância e a avaliação de políticas públicas;
- b) Estabelecer diretrizes que serão norteadoras das ações acordadas pelos estados, Distrito Federal e municípios;
- c) Elaborar o Plano de Ação Interministerial do Programa Criança Feliz, que irá fomentar, ações que visem a colaboração entre diferentes ministérios e as várias entidades envolvidas no programa;
- d) Providenciar a publicação de documentos técnicos que servirão de suporte às ações dos governos estaduais e municipais;
- e) Desenvolver conjunto de metodologias específicas visando acompanhar os sujeitos destinatários do programa;
- f) Planejar, monitorar, avaliar as ações desenvolvidas pelo PCF, como forma de garantir que se possa acompanhar e avaliar os resultados;
- g) Apoiar a concepção do Plano de Educação Permanente, visando a qualificação da abordagem intersetorial nos temas propostos;
- h) Realizar eventos que busquem o diálogo e a mobilização intersetorial, com objetivo de agregar a participação de vários outros atores que possam contribuir com o PCF;
- i) Avaliar, monitorar continuamente as ações intersetoriais, como forma de verificar o impacto e efetividade das medidas implementadas pelo programa, entre outras estratégias (Aquino *et al.*, 2022).

Para os Estados são desenvolvidas diversas ações para fortalecer o Programa Criança Feliz e promover abordagens intersetoriais voltadas à primeira infância. Essas ações incluem:

- a) Estimular a realização de pesquisas regionais sobre a primeira infância e sobre os sujeitos atendidos pelo programa, bem como avaliar as políticas públicas intersetoriais;
- b) Planejar as ações estaduais, considerando as orientações para a promoção da

- primeira infância e adaptando-as às especificidades de cada território;
- c) Elaborar o Plano de Ação Estadual do Programa Criança Feliz, com o objetivo de guiar as ações e estratégias estaduais;
 - d) Disseminar as orientações técnicas, metodologias e publicações elaboradas pelo Governo Federal para os municípios, garantindo que as diretrizes sejam amplamente divulgadas e aplicadas;
 - e) Contribuir para o plano de educação permanente, com uma perspectiva intersetorial, a fim de fortalecer a formação e a capacidade de atuação nos temas propostos;
 - f) Capacitar e qualificar as ações intersetoriais nos municípios, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para uma abordagem integrada e eficaz;
 - g) Oferecer apoio técnico aos municípios, com o objetivo de fortalecer as ações intersetoriais e proporcionar suporte necessário para sua implementação;
 - h) Apresentar indicadores para acompanhamento dos comitês municipais, garantindo que o processo seja monitorado e avaliado adequadamente, bem como monitorar o número de comitês gestores e planos de ação municipais do PCF, com o intuito de acompanhar e avaliar a implementação em âmbito municipal;
 - i) Elaborar materiais que complementem os que já foram disponibilizados pelo Governo Federal, levando em conta as particularidades e realidades estaduais, sempre alinhados com os princípios das ações do Programa;
 - j) Avaliar e monitorar de forma contínua as ações intersetoriais, com o objetivo de analisar o impacto e a efetividade das medidas implementadas, entre outras (Aquino *et al.*, 2022).

Em se tratando dos municípios e do Distrito Federal, observam-se duas formas de atuação dos comitês gestores do PCF na promoção da intersetorialidade, a primeira é uma atuação institucional e a segunda uma atuação operacional (Aquino *et al.*, 2022).

- a) Para a ação institucional onde nela apresentam-se profissionais com competência para a tomada de decisões, no sentido de promover a pactuação das ações intersetoriais a serem implementadas como:
 - Construir o Plano de Ação Municipal/Distrital do PCF;

- Estimular a realização de diagnóstico e de pesquisas a nível local sobre a primeira infância e sobre os sujeitos atendidos pelo programa, bem como avaliar as políticas públicas intersetoriais;
 - Fornecer apoio técnico para a atuação no campo operacional; articular, planejar e definir as ações que serão necessárias para se atingir os objetivos no programa no campo municipal/distrital;
 - Promover a capacitação permanente para todos os atores que trabalham para o sucesso do PCF;
 - Monitorar as informações colhidas pelo comitê operacional para fins de correção, aperfeiçoamento ou a construção de novas ações para o programa;
 - Elaborar relatórios para servirem de base para a análise das ações desenvolvidas e tomada de decisões mais precisas, sempre com o intuito de melhorar a eficácia e a eficiência do programa;
 - Elaborar e avaliar constantemente os fluxos de comunicações nos territórios cobertos pelo programa, avaliar e monitorar as políticas públicas intersetoriais, entre elas o PCF, entre outras.
- b) Para a ação operacional destacam-se os profissionais que estarão diretamente em contato com os sujeitos atendidos pelo PCF, as crianças na primeira infância, as gestantes e puérperas, bem como respectivamente as suas famílias. Para tanto, apresenta-se algumas das ações destacadas nesta divisão . São elas:
- Realizar estudos de caso das famílias atendidas pelo programa visando, se necessário, uma intervenção intersetorial coordenada;
 - Promover ações coletivas intersetoriais com as famílias, gestantes e crianças na primeira infância atendidas pelo programa;
 - Escolher as famílias com crianças na primeira idade que se enquadram em uma vulnerabilidade social extrema, tendo assim prioridade no acompanhamento pelo PCF;
 - Confeccionar relatórios sobre a situação das famílias acompanhadas no território do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a serem apresentados ao comitê institucional;
 - Avaliar o desenvolvimento infantil, levando-se em consideração a saúde, nutrição, cuidado responsivo, situações de vulnerabilidade e

risco social, bem como as habilidades da criança de acordo com a faixa etária;

- Garantir o acesso das famílias e suas crianças aos serviços, programas, projetos e benefícios relacionados às políticas públicas intersetoriais, entre outras (Aquino *et al.*, 2022).

Essas ações visam aprimorar a cooperação entre diferentes níveis de governo e setores. A nível federal, o objetivo é fortalecer a integração geral. Nos estados, o foco é melhorar a implementação do Programa Criança Feliz, enquanto no âmbito distrital/municipal, busca-se promover a colaboração entre profissionais e instituições locais. Juntas, essas iniciativas pretendem assegurar uma abordagem coordenada para promover o desenvolvimento saudável e o bem-estar das crianças na primeira infância.

No que diz respeito aos instrumentos de gestão, é fundamental que o Comitê Gestor seja oficializado por meio de Portaria ou Decreto. Para garantir uma governança eficaz, recomenda-se que a oficialização seja feita por Decreto, a nível estadual, distrital ou municipal, visando fortalecer a institucionalidade e promover o diálogo entre as diversas secretarias. Recomenda-se, ainda, a realização de oficinas formativas para que os membros dos comitês compreendam suas funções e possam contribuir qualitativamente com a pauta da primeira infância e do Programa Criança Feliz (Aquino *et al.*, 2022).

Em conformidade com o Artigo 26, parágrafo único, da Portaria MC nº 664, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem obrigatoriamente registrar o Comitê Gestor de sua competência no sistema eletrônico do Programa Criança Feliz. Esse registro tem como objetivo garantir a organização e o acompanhamento efetivo das ações do programa em nível local (Brasil, 2021b).

Outro instrumento importante é o Plano de Ação, que deve ser elaborado pelo Comitê Gestor. Esse plano tem como objetivo planejar as ações a serem realizadas para promover na sua totalidade e de forma integrada os direitos da criança na primeira infância. Através desse instrumento, é possível fortalecer o diálogo intersetorial, discutir a realidade das infâncias nos três níveis de governo e planejar a qualificação, ampliação e criação de programas, projetos, serviços e benefícios voltados para gestantes, crianças e suas famílias (Aquino *et al.*, 2022).

Dessa forma, a normatização do Comitê Gestor e a elaboração do Plano de Ação são instrumentos fundamentais para assegurar uma abordagem coordenada na promoção dos direitos da primeira infância, facilitando a colaboração entre setores e a implementação de ações

de qualidade.

4.5 Visitas Domiciliares

As importâncias das visitas domiciliares para o sucesso do Programa em estudo são descritas no Manual do Visitador: um olhar sobre a visita domiciliar (Araújo, *et al.*, 2021), mas hoje na estrutura atual do Governo do presidente Lula é o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A análise deste documento é importante para a compreensão do conteúdo do programa em avaliação, pois diante de tanto outro esse documento pode ser considerado com o cerne deste programa avaliado.

A visita domiciliar é uma estratégia adotada por várias políticas públicas, incluindo o Programa Criança Feliz, para trabalhar com famílias. Ela permite conhecer a realidade social das famílias, identificar situações de vulnerabilidade, repassar informações e identificar desafios e potencialidades dos membros da família. Além disso, a visita domiciliar possibilita que diferentes serviços públicos alcancem comunidades distantes e pessoas com dificuldade de acesso a esses serviços (Araújo, *et al.*, 2021).

A visita domiciliar é amplamente difundida no Brasil e no mundo, sendo utilizada em diversos programas sociais que atendem famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Profissionais que realizam visitas domiciliares estão vinculados a serviços públicos e têm a missão de levar esses serviços até as famílias, comunidades e indivíduos. Essa estratégia é especialmente importante para alcançar pessoas vítimas de violência, com laços familiares fragilizados ou em extrema pobreza (Araújo, *et al.*, 2021).

Na área da Assistência Social, a visita domiciliar é reconhecida como uma ação impactante na vida da população, capaz de promover e garantir direitos sociais das populações mais vulneráveis. Ela está presente nos diferentes serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) (Araújo, *et al.*, 2021).

A visita domiciliar no PCF é uma estratégia essencial para identificar as necessidades das famílias, promover inclusão social e assegurar o acesso aos direitos básicos. (Araújo, *et al.*, 2021).

O PCF visa promover o desenvolvimento humano, apoiar a criança na primeira

infância, e dar suporte à gestante e à família nos cuidados perinatais, integrando políticas públicas voltadas para essa fase. A visita domiciliar é essencial para levar essas ações aos beneficiários, fortalecendo vínculos familiares, o exercício da parentalidade e promovendo o cuidado com gestantes e crianças. Antes da primeira visita, é importante que o visitador conheça o território e as famílias a serem acompanhadas, com base em um diagnóstico realizado pelo supervisor e técnicos do CRAS (Araújo, *et al.*, 2021).

O Programa Criança Feliz fornece orientações claras sobre o trabalho a ser realizado, visando mediar o acesso de gestantes, crianças com e sem deficiência, beneficiárias do BPC, e crianças em situação de vulnerabilidade, aos serviços públicos necessários. É essencial conhecer as normativas atualizadas do programa, para garantir que o trabalho da visita domiciliar seja efetivo e alcance os resultados esperados.

Portanto, a visita domiciliar é uma estratégia integral e integrada no PCF, abrangendo gestantes e crianças de 0 a 72 meses. É integral porque busca atender às necessidades básicas dessas famílias, e integrada porque exige a participação de diferentes políticas públicas, programas e secretarias municipais em uma articulação conjunta com o Comitê Gestor para solucionar desafios.

A Portaria MDS nº 956, de 22 de março de 2018 (Brasil, 2018a), que dispunha acerca do Programa Criança Feliz no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, revogada pela Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021, que consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2021b) juntamente com a Resolução nº 19/2016 do CNAS (Brasil, 2016a) estabelecem diretrizes para as visitas domiciliares do Programa Criança Feliz, incluindo o planejamento sistemático, a periodicidade determinada conforme o público atendido, a realização por visitadores(as) capacitados(as), a referência ao CRAS e a abordagem de famílias inseridas no CadÚnico e beneficiárias do BPC.

Algumas orientações importantes para as visitas domiciliares incluem estudar e conhecer as normativas do programa, respeitar a confidencialidade das informações, evitar fazer julgamentos, não oferecer benefícios eventuais, não prometer soluções ou encaminhamentos e sempre planejar as visitas com antecedência. Além disso, é fundamental obter autorização por escrito antes de registrar fotografias ou vídeos e garantir que as atividades sejam realizadas de forma segura, respeitando os limites e necessidades das gestantes e crianças (Araújo, *et al.*, 2021).

Por fim, é importante ressaltar que o (a) supervisor (a) não deve acumular a função de visitador (a) e vice-versa, para garantir uma atuação eficiente e adequada no programa

(Araújo, *et al.*, 2021).

Outro documento excepcional e de grande valia para o PCF foi a publicação do trabalho desenvolvido em parceria entre a UNICEF e a Organização Mundial da Saúde: Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC, 2012), no ano de 2012, que foi incorporado ao PCF, como um norte orientador, que se encaixava plenamente nos objetivos do programa em destaque. O Manual tem como objetivo capacitar multiplicadores que trabalham com pais e cuidadores de crianças de zero a seis anos de idade. Foi desenvolvido por Patrice Engle e Jane E. Lucas e já foi implementado em vários países. Avaliações rigorosas comprovam a eficácia das estratégias apresentadas, onde os multiplicadores que as empregam adequadamente levam os pais a adotarem essas estratégias, impactando o desenvolvimento das crianças.

A versão atual do manual foi adaptada para se adequar ao contexto do Programa Criança Feliz, com autorização da Dra. Jane Lucas, durante a certificação da equipe de capacitadores em 2016. O presente manual traz o conteúdo e as atividades do processo de capacitação. A metodologia se baseia nas palavras-chave: estimular, estabelecer vínculos, comunicar e brincar. É responsabilidade dos pais estimular as crianças por meio da comunicação e brincadeiras. Essa estimulação adequada fortalece os laços afetivos, criando intimidade, confiança e segurança, auxiliando no progresso do desenvolvimento infantil (CDC, 2012).

Também se vislumbra que o visitador não atua como um profissional que cuida diretamente da criança, mas como um agente que auxilia os pais a interagir de forma adequada com seus filhos, por meio de conversas e demonstrações. O objetivo é melhorar a comunicação e a forma de brincar de maneira mais eficaz (CDC, 2012).

4.6 Equipe, Capacitação e Educação permanente: Conforme Portaria MC nº 664

Ademais, destaca-se a importância da formação e da capacitação dos profissionais envolvidos no acompanhamento das gestantes e das crianças na primeira infância, almejando aprimorar a qualidade dos serviços prestados e fomentar a abordagem intersetorial, onde a atuação conjunta de diferentes áreas de conhecimento converge para uma atenção holística e interdisciplinar.

No artigo 9º da Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021, há uma referência à

equipe designada para o PCF. Esta equipe é composta por profissionais variados, tanto no âmbito municipal quanto estadual. No contexto municipal, o time é composto pelo supervisor e pelo visitador. O supervisor é um especialista de nível superior encarregado da implementação e da supervisão técnica do programa. Suas responsabilidades abrangem capacitar os visitadores, fornecer apoio na elaboração e registro de dados no sistema eletrônico do programa e estabelecer conexões com serviços e políticas setoriais vinculados à assistência social.

Em contrapartida, o visitador, que pode possuir formação de nível médio ou superior, assume o planejamento, a execução, o registro e o acompanhamento das visitas domiciliares. Adicionalmente, ele utiliza o sistema eletrônico do programa para efetuar essas atividades (Brasil, 2021b).

No âmbito estadual, a equipe de referência é composta pelo coordenador e pelo multiplicador. O Coordenador é um profissional de formação superior, com histórico em gerenciamento de programas ou projetos, encarregado de coordenar e administrar o Programa, além de facilitar a conexão entre os serviços de apoio social e as políticas específicas da região. O multiplicador também é um profissional com formação superior e experiência em áreas como desenvolvimento infantil, saúde, educação ou assistência social, e devidamente certificado pela SNAPI. Tendo assim, a responsabilidade de conduzir atividades de capacitação e educação continuada para supervisores; monitorar tanto presencialmente quanto de forma remota; e fornece suporte à implementação e supervisão do Programa em nível estadual (Brasil, 2021b).

É importante destacar que o Ministério da Cidadania, hoje Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e os órgãos de controle da União podem solicitar esclarecimentos ou documentos para comprovar o cumprimento dos requisitos estabelecidos. Além disso, é proibida a acumulação das funções de supervisor e visitador. Nos casos em que o município ou o Distrito Federal possuir supervisores cuja carga horária total seja superior a 40 horas, é permitida a contratação de um coordenador com recursos federais do programa (Brasil, 2021b).

São profissionais que atuarão diretamente com as famílias atendidas pelo programa. São eles que impulsionam as medidas intersetoriais que atuarão juntas para o sucesso deste programa. Pois serão através destes acompanhamentos, por meio das visitas e ações encaminhadas aos supervisores, coordenadores e por ações ativas dos multiplicadores é que serão corrigidos os possíveis desvios da aplicação do programa e as possíveis ações que podem ser implementadas para a melhoria no programa e nas políticas públicas em que repercute o PCF (Brasil, 2021b).

Para garantir a efetiva implementação do Programa e o correto recebimento dos

recursos, os Municípios e o Distrito Federal devem formar equipes de acordo com as metas estabelecidas, respeitando certos limites. Um supervisor com carga horária de 40 horas pode supervisionar no máximo 15 visitantes em um único Município. Um supervisor com carga horária de 30 horas pode supervisionar até 12 visitantes, enquanto um supervisor com carga horária de 20 horas pode supervisionar até 8 visitantes. Um supervisor com carga horária de 20 horas também pode atuar em até 2 Municípios, desde que o total de visitantes acompanhados não ultrapasse 16 (Brasil, 2021b).

O cálculo do número mínimo de visitantes por Município ou Distrito Federal é realizado dividindo-se a meta pactuada por trinta, considerando apenas números inteiros (Brasil, 2021b).

A carga horária de 40 horas é usada como referência para o registro das equipes do programa, e o número de indivíduos que um visitante de 40 horas pode acompanhar é obtido dividindo-se a meta pactuada pelo número de profissionais (Brasil, 2021b).

Cabe aos gestores municipais e do Distrito Federal ampliar a quantidade de visitantes se estes forem designados com carga horária inferior a 40 horas. Os limites para essa ampliação são: um profissional visitante com carga horária de 30 horas pode atender até 25 indivíduos da meta pactuada, enquanto um profissional visitante com carga horária de 20 horas pode atender até 17 indivíduos da meta pactuada (Brasil, 2021b).

É necessário que os profissionais que integram a equipe de referência do Programa sejam cadastrados no Cadastro de Profissionais do Sistema Único de Assistência Social (CADSUAS) e no sistema de informação do Programa antes de iniciarem as visitas domiciliares. Em casos excepcionais, esse cadastro pode ser feito até o último dia do mês em que as visitas domiciliares ocorrem (Brasil, 2021b).

Prosseguindo-se no estudo do conteúdo do programa observa-se que a capacitação e educação permanente dos profissionais envolvidos no PCF são cruciais. Os Multiplicadores, coordenadores, supervisores e visitantes devem receber capacitação antes de iniciar suas atividades, seguindo as diretrizes estabelecidas pela SNAPI, que também define as metodologias, conteúdos e modalidades de ensino utilizados na capacitação e educação permanente dos profissionais nos programas suplementares, considerando as particularidades das políticas setoriais (Brasil, 2021b).

Embora a metodologia do Programa seja definida pela SNAPI, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem ao PCF têm flexibilidade para realizar capacitações adicionais que sejam relevantes para seus territórios, desde que estejam alinhadas com a abordagem do Programa definida pela SNAPI e respeitem as características regionais.

As responsabilidades na capacitação e educação permanente são distribuídas da seguinte forma: a SNAPI é responsável por capacitar e fornecer educação contínua aos coordenadores estaduais, coordenador distrital, Multiplicadores e, se necessário, aos supervisores, certificando sua aptidão. Os Multiplicadores dos Estados e do Distrito Federal são encarregados de capacitar as equipes municipais de coordenadores, supervisores e, se necessário, os Multiplicadores de outras unidades da federação, compartilhando a metodologia e o conteúdo do Programa. Da mesma forma, os supervisores dos Municípios e do Distrito Federal devem capacitar as equipes municipais de visitantes e, se necessário, visitantes de outros Municípios, difundindo a metodologia e o conteúdo do Programa. Em situações excepcionais, os Multiplicadores podem ser capacitados juntamente com os supervisores municipais, mediante autorização da SNAPI (Brasil, 2021b).

A SNAPI pode oferecer cursos de capacitação diretamente ou em parceria com órgãos ou instituições públicas ou privadas. Além disso, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem ao PCF podem colaborar na capacitação e formação contínua em outras unidades da federação, desde que respeitem o pacto federativo, as metodologias e os conteúdos definidos pelo Programa. É importante ressaltar que os visitantes não podem atuar como formadores nessas capacitações (Brasil, 2021b).

Em Municípios com Serviços de Acolhimento Institucional e atendimento a crianças órfãs, é possível oferecer capacitações específicas sobre desenvolvimento infantil, cuidados com crianças afastadas do convívio familiar e acolhimento do luto (Brasil, 2021b).

Por fim, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem ao PCF devem cumprir etapas de capacitação e educação permanente, tanto presenciais quanto à distância, a fim de garantir a uniformidade e o padrão nacional das capacitações do Programa. Essas capacitações devem seguir as diretrizes estabelecidas pela SNAPI em relação à carga horária, metodologia, modalidade e conteúdo (Brasil, 2021b).

4.7 Elaboração de Estudos e Pesquisas

Outrossim, o programa empreende esforços na criação de conteúdos e materiais de apoio que viabilizem uma abordagem intersetorial no atendimento às gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. Tais recursos são fundamentais para promover uma sinergia entre diferentes áreas de atuação e assegurar uma assistência abrangente e de qualidade.

A SNAPI será responsável por promover estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento infantil integral e a primeira infância, conforme a Portaria MC nº 664. Essas pesquisas têm como objetivo desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento, bem como coordenar, propor, validar, realizar e disseminar pesquisas de avaliação dentro do Programa Criança Feliz. Sendo permitido que os estudos e pesquisas abordem metodologias e conteúdo específicos, desde que sejam aprovados pela SNAPI (Brasil, 2021b).

Disciplina a Portaria em destaque que as parcerias para a elaboração de estudos e pesquisas podem ser estabelecidas com entes federados, órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, fundações e organismos ou organizações internacionais (Brasil, 2021b).

Por fim, reforça-se o compromisso do programa com a promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral. Essa vertente assume um papel fundamental na geração de conhecimento científico, na identificação de melhores práticas e na construção de evidências que embasam as políticas públicas e contribuam para a constante evolução e aprimoramento do atendimento voltado à primeira infância (Brasil, 2021b).

4.8 Elegibilidade e Adesão ao Programa

O Programa Criança Feliz estabelece critérios para a elegibilidade e adesão dos Municípios e do Distrito Federal. Sendo para tal feito, devem possuir um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) devidamente registrado no CadSUAS e que tenha, no mínimo, 140 pessoas do público prioritário definido pelo programa. E, uma vez que atendam aos critérios de elegibilidade, os Municípios e o Distrito Federal podem aderir ao programa por meio de um Termo de Aceite e Compromisso (Brasil, 2021b).

A adesão está sujeita à aprovação do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. A responsável por manter uma lista atualizada trimestralmente dos Municípios e do Distrito Federal elegíveis é a SNAPI e a consolidação dos Municípios e do Distrito Federal que aderiram ao programa em cada bimestre é publicada no Diário Oficial da União (DOU) no início do mês subsequente. A partir da publicação no DOU, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira, os repasses financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal têm início (Brasil, 2021b).

4.9 Financiamento, Valores, Bloqueio, Suspensão, Descredenciamento ou Desistência

Segundo estabelecido na Portaria MC nº 664, o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz é direcionado aos Estados, Distrito Federal e Municípios elegíveis que aderirem ao Termo de Aceite e Compromisso, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Brasil, 2021b).

Em casos de calamidade pública que dificultem os procedimentos para o repasse regular de recursos, a SNAPI pode estabelecer medidas excepcionais de prorrogação, suspensão de prazos ou formas de financiamento, garantindo a continuidade dos serviços. Atualmente está em vigor a Portaria nº 1, de 22 de janeiro de 2022, do Ministério da Cidadania, que estabelece procedimentos e critérios para financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS ao Distrito Federal e municípios que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública que possam dificultar a execução do Programa no território ou inviabilizar atos e procedimentos necessários para o regular repasse de recursos (Brasil, 2022a).

A Portaria nº 1, de 22 de janeiro de 2022 (Brasil, 2022a), descreve que cabe à SNAPI estabelecer medidas excepcionais para o Programa Criança Feliz em situações de emergência ou calamidade pública. Essas medidas se aplicam ao Distrito Federal e aos municípios afetados, garantindo a continuidade dos serviços e evitando prejuízos ao ente federado.

As situações excepcionais são definidas conforme os conceitos estabelecidos no Decreto nº 10.593 de 2020 (Brasil, 2020b), que tratam de estado de calamidade pública e situação de emergência causados por desastres naturais. E para aplicação destas medidas deve haver o reconhecimento da situação de emergência ou calamidade pública feito pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, mediante requerimento do chefe do poder executivo do município ou Distrito Federal afetado. Durante a excepcionalidade, não se aplicam os critérios de bloqueio pelo não acompanhamento dos 30% da meta pactuada estabelecido nos incisos II e III do art. 50 da Portaria nº 664, de 2021 (Brasil, 2021b).

Somente após o término da situação de emergência ou calamidade pública, o financiamento federal volta a seguir as regras da Portaria nº 664 de 2021 (Brasil, 2021b).

Voltando-se à Portaria MC nº 664, a SNAPI é responsável por definir os valores de referência para o financiamento anual do Programa, monitorar e controlar as condições estabelecidas para os repasses financeiros, além de estabelecer prazos e procedimentos

relacionados à adesão de novos Municípios. O valor do financiamento federal é de R\$ 75,00 por mês, por beneficiário, de acordo com a meta estabelecida. Esse valor pode ser ampliado em até 40% para Municípios com indicadores que demonstrem dificuldade de acesso às famílias. E os critérios de repasse dos recursos seguem as resoluções do CNAS (Brasil, 2021b).

Ainda no normativo da Portaria MC nº 664, o repasse é realizado diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos de assistência social dos Municípios e Distrito Federal, passando pelas etapas de implantação, onde Município ou Distrito Federal realiza várias ações preparatórias, como elaboração do Plano de Ação da Assistência Social, contratação da equipe, capacitação, e criação da infraestrutura para iniciar as visitas domiciliares; execução - fase I, nesta fase, a equipe é cadastrada nos sistemas oficiais, e os registros de público e visitas domiciliares são feitos no sistema eletrônico do Programa e por fim, na execução - fase II, onde os Municípios e o Distrito Federal começam a realizar as visitas domiciliares conforme a periodicidade estabelecida no programa, respeitando as metas acordadas no Termo de Aceite e Compromisso (Brasil, 2021b).

Nesse mesmo normativo observa-se que Municípios e Distrito Federal podem ter recursos suspensos, bloqueados ou serem descredenciados do Programa. Bloqueio ocorre em situações como falta de cadastramento de visitantes/supervisores ou acompanhamento insuficiente de beneficiários. O Município pode recorrer à SNAPI em caso de bloqueio ou questionamento dos repasses, mas se não houver resposta adequada ou regularização, o repasse é suspenso. Descredenciamento pode ocorrer se não cumprir acordo ou resolver situações que causaram bloqueio. Denúncias ou irregularidades notificadas à SNAPI também podem bloquear recursos até apuração dos fatos, e a falta de regularização pode levar ao descredenciamento (Brasil, 2021b).

E prossegue, descrevendo que os Municípios e o Distrito Federal podem formalizar sua desistência do Programa Criança Feliz através de um ofício assinado pelo gestor responsável pela política de assistência social, acompanhado da aprovação do respectivo conselho de assistência social. Após o recebimento da documentação, a SNAPI realiza os encaminhamentos necessários para o descredenciamento do ente federativo, a devolução dos recursos financeiros e a prestação de contas. Caso a desistência não esteja finalizada e o saldo financeiro ainda não tenha sido devolvido ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os Municípios e o Distrito Federal têm a opção de retornar ao Programa, seguindo os mesmos procedimentos estabelecidos. Porém, se o processo já estiver concluído e o saldo financeiro tiver sido devolvido, o retorno ao Programa só será possível durante um novo período de adesão (Brasil, 2021b).

4.10 Metas a serem perseguidas

O Programa permite o aumento ou redução de metas para os Municípios e o Distrito Federal. Quando alcançam 90% da meta estabelecida, podem solicitar a ampliação até 100%, com aprovação do Conselho de Assistência Social. O aumento das metas implica aumentar a equipe de referência. O financiamento federal é repassado mensalmente após a solicitação. A lista dos Municípios aptos a solicitar aumento é disponibilizada trimestralmente. Para reduzir as metas, o Município deve enviar documentação assinada pelo gestor da assistência social com aprovação do conselho. A SNAPI faz os devidos encaminhamentos no sistema. Conforme normatizado na Portaria MC nº 664 (Brasil, 2021b).

4.11 Governança do Estado ao PCF

Sintetiza-se o que nos descreve o normativo Portaria MC nº 664 quando trata da Governança dos Estados ao PCF nos ensinando que a governança do Programa Criança Feliz nos estados envolve a adesão por meio da assinatura do Termo de Aceite e Compromisso, aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

O Programa será implementado de forma integrada com outras políticas, observando a articulação intersetorial. O Comitê Gestor Estadual tem atribuições como definir estratégias, elaborar o Plano de Ação Intersetorial e estabelecer normas. O Coordenador Estadual deve articular com diferentes áreas, coordenar a integração entre elas e apoiar tecnicamente as ações nos municípios. O Multiplicador monitora e assessora os municípios, realizando capacitações.

O Estado deve prestar apoio técnico aos municípios, formular o Plano de Ação, coordenar capacitações, entre outras atribuições. Os recursos do Programa podem ser utilizados para remuneração de equipe, organização de eventos e outras despesas. Caso o Estado incorra em irregularidades, os recursos podem ser bloqueados, suspensos ou os gastos interrompidos, podendo levar ao descredenciamento do Programa. No caso de denúncias, as sanções podem ser aplicadas até a apuração dos fatos (Brasil, 2021b).

4.12 Síntese Documental

Em síntese, o Programa Criança Feliz se desdobra em componentes intrínsecos (Quadro 5), os quais se entrelaçam em uma intrincada teia de ações e estratégias com o propósito de promover o bem-estar e o desenvolvimento pleno das crianças na primeira infância, em consonância com os preceitos estabelecidos. Diversos outros documentos podem contribuir para o programa em estudo (Quadro 6).

Quadro 5 – Documentos que contribuem para a construção do Programa Criança Feliz

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
E-Book	ABC para a Primeira Infância
Guias e Manuais	Manual de identidade visual do Criança Feliz
	Manual de Apoio a Visitas Domiciliares
	Manual do Multiplicador
	Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz (versão 2020)
	Manual do Visitador - Um Olhar sobre a Visita Domiciliar
	Manual de Apoio - Visitas Domiciliares às Gestantes
	Como Investir na Primeira Infância - Um Guia para Discussão de Políticas e Preparação de Projetos
	Guia de Políticas e Programas
	Guia de Identidade Visual
	Guia de Instruções Sistema e-PCF
	Guia de Orientação sobre Prevenção à Sexualização Precoce na Primeira Infância
	Manual de Orientações para Ações Intersetoriais do Programa Criança Feliz
	Manual de Elaboração do Plano de Ação do Programa Criança Feliz
	Guia para Acolhimento de Migrantes, Refugiadas e Refugiados
	Manual de Orientação do PCF para Abordagens a Gestantes e Crianças Indígenas
	Guia de Supervisão 'Estratégia para Apoiar Pais e Mães Adolescentes' no PCF

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Cadernos	Diagnóstico das Crianças Afastadas do Convívio Familiar na Primeira Infância
	Caderno Boas Práticas na Implantação dos Comitês Gestores Intersetoriais Municipais
	Caderno de Resultados 2016/2018
	The Lancet: Avanços no Desenvolvimento Infantil: da Ciência a Programas em Larga Escala
	A Participação do SUAS no Programa Criança Feliz
	A Intersetorialidade na Visita Domiciliar
	O Programa Bolsa Família e o Programa Criança Feliz
	Plano Nacional pela Primeira Infância
	Conhecendo os Territórios de Intervenção: Um Olhar sobre a Atuação do PCF no Atendimento às Gestantes Indígenas
	Integração das Ofertas Socioassistenciais para a Primeira Infância
	Trilha de Integração das Ofertas Socioassistenciais
Cartilhas	Conhecendo os Efeitos do Uso de Drogas na Gestação e Consequências para os Bebês
	Jogos e Brincadeiras das Culturas Populares na Primeira Infância
Documentos e Formulários	Formulário de Caracterização do Território (bairro/comunidade)
	Formulário de Caracterização do Território (domicílio/família atendida)
	Formulário de Caracterização da Gestante
	Formulário de Caracterização da Criança
	Formulário de Diagnóstico Inicial do Desenvolvimento Infantil
	Avaliação do Desenvolvimento da Criança ao Final da Faixa Etária
Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas	Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Reportagens, Notícias, Guias, Livros, Manuais

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) a partir de MDASFC e Aquino *et al.* (2022).

Quadro 6 – Principais Achados referentes ao Programa Criança Feliz

Temas	Achados Principais
Fundamentação legal	Baseado no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº

Temas	Achados Principais
	13.257/2016) e na Constituição Federal de 1988.
Objetivos do Programa Criança Feliz	Promoção do desenvolvimento integral na primeira infância e fortalecimento dos vínculos familiares por meio de visitas domiciliares.
Desafios da implementação	Falta de qualificação dos visitantes, burocracia e insegurança jurídica e financeira prejudicam a implementação do programa.
Potencialidades do programa	Fortalecimento dos vínculos familiares e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade; potencial para melhorar o desenvolvimento infantil.
Impacto da pandemia no programa	Pandemia de COVID-19 limitou a interação entre visitantes e famílias, prejudicando a continuidade do acompanhamento infantil.
Intersetorialidade e articulação	Desafios na coordenação entre diferentes setores (saúde, educação e assistência social) comprometem a execução eficaz do programa.
Qualidade das visitas domiciliares	A baixa qualificação dos visitantes compromete a eficácia das visitas domiciliares e a qualidade do atendimento prestado.
Capacitação dos visitantes	Necessidade de maior capacitação e supervisão dos visitantes para melhorar o atendimento às famílias.
Resultados e impactos no desenvolvimento infantil	Estudos mostram resultados mistos no impacto do programa sobre o desenvolvimento neuropsicomotor das crianças.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

4.13 Verificação da Coerência Interna do Programa Criança Feliz com a Política Pública Mais Infância Ceará

O Governo do Estado do Ceará, em 17 de outubro de 2017, sancionou a Lei nº 16.360, que representou um olhar de mais a atenção para as crianças de maior vulnerabilidade social do nosso estado, pois a lei veio para promover através de ações afirmativas a superação da extrema pobreza infantil, com o objetivo de assegurar o bem-estar físico, emocional e cognitivo de crianças vulneráveis socialmente, em cooperação com a sociedade civil (Ceará, 2017a).

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual para Superação da Extrema Pobreza Infantil com o objetivo de assegurar o bem-estar físico, emocional e cognitivo de crianças vulneráveis socialmente, através de ações governamentais, em cooperação com a sociedade civil, voltadas ao enfrentamento dos impactos negativos da extrema pobreza no desenvolvimento infantil dentro do Estado do Ceará (Ceará, 2017a).

Em 01 de dezembro de 2017 o Governo do Estado do Ceará editou o decreto nº 32.432, com a finalidade de regulamentar a Lei nº 16.360, de 17 de outubro de 2017, disposto no Diário Oficial do Estado em 01 de dezembro de 2017, que instituiu o Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil dentro do Estado do Ceará (Ceará, 2017b). Abaixo transcreve-se os objetivos do referido programa nos artigos 1º e 2º do decreto.

Art. 1º O Programa Estadual para Superação da Extrema Pobreza Infantil objetiva a superação da situação de extrema pobreza infantil e vulnerabilidade social, mediante ações complementares e de transferência direta de renda, com condicionalidades, como apoio financeiro temporário do Governo do Estado, coordenado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em parceria com os órgãos previstos no § 2º, do art. 1º, da Lei nº 16.360, de 17 de outubro de 2017 (Ceará, 2017b).

Art. 2º Os objetivos do Programa Estadual para Superação da Extrema Pobreza Infantil estão definidos no art. 1º, § 1º, da Lei n.º 16.360, de 17 de outubro de 2017, sendo, em especial:

I – reduzir a extrema pobreza de famílias com crianças de até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade;

II – promover o acesso à rede de serviços públicos existentes, em especial, aos de assistência social, saúde e educação;

III - promover a intersetorialidade e complementaridade das ações das políticas sociais do Poder Público;

IV – combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional (Ceará, 2017b)

Em 22 de março de 2019, o Estado do Ceará promulga a Lei nº 16.856, que dispõe, no âmbito do Estado do Ceará, sobre o Programa Mais Infância Ceará para a promoção do desenvolvimento infantil. Sendo esse programa que atende também as famílias e as crianças do Programa Federal Criança Feliz (Ceará, 2019).

Art. 1.º Esta Lei estabelece princípios, objetivos, eixos e competências, para a formulação e implementação do Programa Mais Infância Ceará, seus planos, projetos, serviços e benefícios em atenção ao princípio da prioridade absoluta, da especificidade e da relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e na formação humana, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal, a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, entre outros (Ceará, 2019).

Art. 2.º O Programa Mais Infância Ceará constitui política pública do Estado que busca promover o desenvolvimento infantil e gerar as possibilidades para o desenvolvimento integral da criança de forma intersetorial no âmbito do Estado e dos municípios (Ceará, 2019).

Em 05 de janeiro de 2021, foi promulgada a Lei nº 17.380, de 05 de janeiro de 2021, que consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará, para superação da extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento infantil Ceará, 2021a).

Art. 1º Esta Lei estabelece, para fins de consolidação e atualização normativa, princípios, objetivos, eixos e competências, voltados à formulação e à implementação do Programa Mais Infância Ceará, seus planos, projetos, serviços e benefícios em

atenção ao princípio da prioridade absoluta, da especificidade e da relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e na formação humana, observado o disposto no art. 227, da Constituição Federal, na Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, na Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 e na Lei Federal n.º 13.257, de 8 de março de 2016, entre outros (Ceará, 2021a).

Art. 2.º O Programa Mais Infância Ceará constitui política pública de Estado destinada à promoção do desenvolvimento infantil, à geração de possibilidades para o desenvolvimento integral da criança de forma intersetorial, à superação da extrema pobreza no âmbito do Estado e dos municípios, bem como a outros propósitos alinhados ao seu escopo programático (Ceará, 2021a).

Em 27 de janeiro de 2021 foi editado o Decreto nº 33.905 (Ceará, 2021b), que dispõe do Cartão Mais Infância Ceará e em 24 de junho de 2021, o Decreto nº 34.117 (Ceará, 2021c), que altera o artigo 7º, do Decreto nº 33.905, para a redação abaixo.

Art. 7º São condições de permanência da família no Cartão Mais Infância Ceará:

I - participação nas atividades dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e/ou Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e em outras ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, oferecidas aos membros da família em seus diferentes ciclos de vida, de acordo com calendário de atividades estabelecidos pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS;

II - manter atualizado o cartão de vacina das crianças até 6 (seis) anos, através do Módulo de Gestão do Programa Bolsa Família, na Saúde;

III - manter-se atualizado junto ao CadÚnico;

IV - responder ou preencher instrumental de acompanhamento às famílias;

V – utilização, de forma prioritária, do auxílio financeiro do Cartão Mais Infância Ceará, para a aquisição de gêneros alimentícios, com vistas a promover a segurança alimentar e nutricional;

VI – realizar avaliação do estado nutricional das crianças de até 6 (seis) anos, através de equipe multidisciplinar.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I, deste artigo, caso a família resida em território isolado ou fora da abrangência do CRAS, a equipe de referência deverá planejar e realizar o serviço, em conformidade com sua capacidade de atendimento.

§ 2º O descumprimento das condições previstas no “caput”, deste artigo, poderá ensejar o bloqueio, a suspensão ou o cancelamento do benefício, observado o disposto em ato do titular da SPS (Ceará, 2021c).

Até o presente é mister a preocupação a nível mundial, nacional e regional com as crianças que serão a base de uma sociedade mais justa e solidária. Investir nas crianças é investir no futuro de uma nação.

No processo de implantação no estado do Ceará, o PCF fica sob o guarda-chuva. Observa-se, abaixo, os pontos convergentes e divergentes entre o Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil – Mais Infância Ceará e o Programa Criança Feliz:

a) **Convergências:**

- Os Objetivo de Desenvolvimento Infantil: Ambos os programas têm como objetivo promover o desenvolvimento integral de crianças na

primeira infância, focando especialmente naquelas em situação de vulnerabilidade social;

- Integração de Políticas Públicas: Tanto o Programa Criança Feliz quanto o Programa Mais Infância Ceará enfatizam a integração de diferentes políticas públicas, como saúde, educação e assistência social, para melhor atender às necessidades das crianças e suas famílias;
- Visita Domiciliar: Ambos os programas incluem o serviço de visita domiciliar como uma estratégia principal para fornecer suporte e acompanhamento às famílias, promovendo o desenvolvimento infantil e oferecendo orientação sobre cuidados adequados;
- Enfoque na Primeira Infância: Os dois programas reconhecem a importância crítica dos primeiros anos de vida na formação e no desenvolvimento das crianças, direcionando esforços e recursos para essa fase crucial.

b) Divergências:

- abrangência Geográfica: Enquanto o Programa Criança Feliz é uma iniciativa de âmbito nacional, implementada em todo o país, o Programa Mais Infância Ceará é específico para o estado do Ceará, atendendo às necessidades e realidades locais;
- coordenação e Implementação: O Programa Criança Feliz é coordenado e implementado pelo governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, enquanto o Programa Mais Infância Ceará é coordenado e gerido pelo governo estadual do Ceará, através de suas secretarias e órgãos específicos;
- fonte de Financiamento: Os programas podem divergir em relação à fonte de financiamento. Enquanto o Programa Criança Feliz é financiado pelo governo federal, o Programa Mais Infância Ceará é financiado pelo governo estadual do Ceará, podendo envolver recursos próprios do estado e possíveis parcerias com órgãos municipais e entidades privadas;
- adaptabilidade e Especificidades locais: O Programa Mais Infância Ceará pode ser mais facilmente adaptado às necessidades específicas

da população e contexto do estado do Ceará, enquanto o Programa Criança Feliz pode ter uma abordagem mais padronizada e nacional, com menos flexibilidade para ajustes locais.

Esses são alguns dos principais pontos convergentes e divergentes entre o Programa Criança Feliz e o Programa Mais Infância Ceará. Ambos compartilham o compromisso de promover o desenvolvimento infantil, mas diferem em termos de alcance, implementação, financiamento e adaptação às realidades locais.

4.14 Verificação da Coerência Interna do Programa Criança Feliz, com sua Proposta Teórica e sua Base Conceitual

O PCF possui uma coerência interna em sua proposta teórica e base conceitual, que se baseiam em princípios de desenvolvimento infantil, cuidado familiar e abordagem intersetorial. Destacam-se:

- a) **Desenvolvimento Infantil:** O programa se concentra no desenvolvimento infantil na primeira infância, reconhecendo que esse é um período crucial para o crescimento e aprendizado da criança. Ele está alinhado com a teoria do desenvolvimento infantil que enfatiza a importância dos primeiros anos de vida na formação de habilidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras;
- b) **Cuidado Familiar:** O Criança Feliz reconhece a importância da família como o primeiro ambiente de desenvolvimento da criança. Ele promove o fortalecimento dos vínculos familiares e o apoio aos pais e cuidadores, capacitando-os para desempenhar um papel ativo no desenvolvimento de suas crianças. Isso está alinhado com a teoria de que o ambiente familiar desempenha um papel crucial no desenvolvimento da criança;
- c) **Abordagem Intersetorial:** O programa adota uma abordagem intersetorial, envolvendo várias áreas governamentais, como saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Essa abordagem reconhece que o desenvolvimento infantil é influenciado por uma variedade de fatores e que é necessária uma colaboração entre diferentes setores para atender às necessidades das crianças de forma abrangente. Isso está alinhado com a teoria de que os problemas enfrentados pelas crianças muitas vezes requerem soluções

interdisciplinares;

- d) Base na Evidência: A proposta do programa é fundamentada em evidências científicas e em práticas bem-sucedidas de programas similares em todo o mundo. Isso ajuda a garantir que as intervenções sejam baseadas em dados sólidos e teoria científica sólida;
- e) Foco na Prevenção e Promoção: O programa não se limita a resolver problemas quando eles surgem, mas também se concentra na prevenção de situações adversas e na promoção do desenvolvimento saudável desde o início. Essa abordagem está de acordo com a teoria de que investir nos primeiros anos de vida pode ter um impacto significativo a longo prazo no bem-estar da criança.

4.15 Considerações acerca do Capítulo 4

O Programa Criança Feliz (PCF), lançado em 2016, representa uma política pública inovadora no Brasil, que visa promover o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância, com foco especial nas famílias em situação de vulnerabilidade social. Ele é parte de uma agenda maior para promover o desenvolvimento infantil no contexto do Marco Legal da Primeira Infância, com base em evidências científicas que ressaltam a importância dos primeiros anos de vida para a formação cognitiva, emocional e social.

A principal estratégia do PCF são as visitas domiciliares, que são realizadas por visitantes capacitados. Esses profissionais têm a tarefa de orientar e apoiar as famílias, ajudando-as a estabelecer vínculos afetivos saudáveis e promover práticas que estimulem o desenvolvimento neuropsicomotor das crianças. No entanto, os desafios enfrentados pelo programa são complexos e se relacionam com aspectos estruturais, intersetoriais e sociais.

Soares, Mishima e Ferriani (2023) apontam que o PCF busca colaborar no cuidado e proteção das crianças, fortalecendo os vínculos familiares. Entretanto, os autores destacam que as inseguranças jurídicas e financeiras, bem como questões burocráticas, fragilizam a execução do programa, prejudicando o alcance dos seus objetivos. A seguir, exploraremos com maior profundidade os principais desafios, impactos e potencialidades do programa com base nos autores dos arquivos analisados (Soares; Mishima; Ferriani, 2023).

A implementação do PCF em um país de dimensões continentais como o Brasil apresenta desafios significativos, que incluem desde a logística de coordenação entre os entes

federados até questões relacionadas à qualificação da equipe e aos recursos disponíveis. Sposati (2017) critica a falta de clareza e objetividade na responsabilidade estatal quanto ao financiamento e à gestão do PCF, o que prejudica a transparência e accountability do programa. Isso se reflete na dificuldade de assegurar que os recursos públicos destinados ao PCF sejam aplicados de maneira eficiente e em conformidade com os objetivos propostos (Sposati, 2017).

A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais esses problemas, como demonstrado por Silva *et al.* (2023) que analisaram os impactos da pandemia no desenvolvimento infantil e nas ações dos visitantes do programa. A crise sanitária limitou as visitas domiciliares e a interação entre os profissionais e as famílias, prejudicando a continuidade do acompanhamento infantil. A dependência de recursos tecnológicos para manter contato com as famílias também gerou barreiras, uma vez que muitas das famílias atendidas não possuem acesso adequado à internet (Silva *et al.*, 2023).

Além disso, Munhoz *et al.* (2023) realizaram um estudo randomizado com 3.242 crianças e não encontraram efeitos significativos do PCF no desenvolvimento neuropsicomotor das crianças avaliadas. A baixa cobertura das visitas e deficiências na gestão foram identificadas como fatores que limitaram a eficácia do programa. A falta de supervisão adequada e a contaminação entre os grupos de controle e intervenção também prejudicaram a avaliação dos impactos do programa (Munhoz *et al.*, 2022).

Outro fator importante é a qualificação dos visitantes, como apontado por Borges (2022). A falta de capacitação adequada dos profissionais envolvidos no programa compromete a qualidade das visitas domiciliares. Esse déficit de treinamento reflete diretamente na capacidade dos visitantes de fornecer orientações efetivas para as famílias e de detectar as necessidades específicas das crianças e seus responsáveis (Borges, 2022).

Os impactos do PCF sobre o desenvolvimento infantil são amplamente discutidos na literatura. Embora o programa tenha como um de seus principais objetivos promover o desenvolvimento integral das crianças, os estudos revelam uma complexidade de fatores que afetam os resultados. Munhoz *et al.* (2022) identificaram que fatores socioeconômicos, como a escolaridade materna e a saúde mental das mães, têm um impacto significativo no desenvolvimento infantil, especialmente entre as famílias mais vulneráveis. No entanto, esses fatores não são facilmente modificáveis apenas com a intervenção do PCF, o que limita a capacidade do programa de promover mudanças profundas sem o suporte de políticas complementares.

O estudo de Silva *et al.* (2023) também destaca que, em muitos casos, as crianças atendidas pelo PCF enfrentam múltiplas vulnerabilidades que vão além das capacidades de

intervenção do programa. Por exemplo, as condições de moradia precária, a insegurança alimentar e a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade são barreiras que o PCF, sozinho, não consegue superar. Nesse sentido, é essencial que o programa seja articulado com outras políticas públicas que abordem essas dimensões estruturais da pobreza (Silva *et al.*, 2023).

A intersetorialidade é um dos pilares fundamentais do Programa Criança Feliz (PCF), caracterizada pela coordenação entre diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, com o objetivo de garantir que as famílias recebam um atendimento integral e eficaz. Puentes Montoya, Silvestre e Souto (2022) ressaltam que essa abordagem é crucial para o sucesso do programa, pois permite que as intervenções atendam de forma mais abrangente e precisa às diversas necessidades das famílias assistidas. A integração entre os setores favorece uma visão holística do desenvolvimento infantil, promovendo não apenas o bem-estar físico e emocional das crianças, mas também o suporte às famílias em múltiplas dimensões, como a segurança alimentar e o acesso a serviços de saúde.

No entanto, os autores também alertam que a fragmentação das políticas públicas no Brasil representa um grande obstáculo para a implementação efetiva dessa intersetorialidade. Essa fragmentação se manifesta na falta de alinhamento entre as diferentes esferas governamentais e setores responsáveis, o que dificulta a articulação e a continuidade das ações previstas pelo programa. Em muitos casos, a ausência de uma coordenação integrada entre saúde, educação e assistência social resulta em lacunas no atendimento, prejudicando o alcance das metas do PCF e limitando os impactos positivos esperados para as famílias em situação de vulnerabilidade (Puentes Montoya; Silvestre; Souto, 2022).

A falta de coordenação adequada entre os setores e entre os diferentes níveis de governo é uma das principais barreiras para a plena execução do PCF. Cavalcanti e Riveros (2020) discutem que essa fragmentação reflete uma tendência mais ampla na política social brasileira, onde a responsabilidade pelos cuidados infantis é transferida para as famílias, enquanto o Estado se exime de fornecer suporte suficiente. Essa abordagem, segundo os autores, pode exacerbar as desigualdades existentes, uma vez que as famílias em situação de vulnerabilidade muitas vezes não têm os recursos necessários para cuidar adequadamente de seus filhos sem o apoio de políticas públicas fortes (Cavalcanti; Riveros, 2020).

Essa fragmentação também afeta a eficácia das visitas domiciliares, que deveriam ser complementadas por outros serviços públicos. Borges (2022) argumenta que, para que o PCF alcance seu pleno potencial, é necessário um maior alinhamento entre os setores de saúde, educação e assistência social, garantindo que as famílias recebam um apoio coordenado e contínuo.

A qualidade das visitas domiciliares é um elemento crucial para o sucesso do PCF. No entanto, conforme apontado por Borges (2023) e Sposati (2017), a baixa qualificação dos visitantes é um dos principais obstáculos para a eficácia do programa. Muitos dos visitantes não possuem a formação adequada para lidar com as complexas necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade, o que compromete a qualidade do atendimento prestado. Além disso, a falta de treinamento contínuo e de supervisão adequada limita a capacidade dos visitantes de identificar problemas e oferecer orientações eficazes (Borges, 2022; Sposati, 2017).

Essa questão é especialmente relevante no contexto da pandemia de COVID-19. Silva *et al.* (2023) destacam que as restrições impostas pela pandemia dificultaram ainda mais o trabalho dos visitantes, que tiveram que se adaptar rapidamente a novos formatos de interação, como o uso de tecnologias digitais para manter contato com as famílias. No entanto, essa adaptação foi limitada pelas barreiras tecnológicas enfrentadas pelas famílias, o que prejudicou a continuidade das visitas e o acompanhamento do desenvolvimento infantil (Silva *et al.*, 2023).

Apesar dos desafios enfrentados, o Programa Criança Feliz (PCF) tem um enorme potencial para promover mudanças significativas na vida das famílias atendidas, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social. Sírío (2023) argumenta que, em diversas regiões do Brasil, as visitas domiciliares desempenham um papel fundamental no fortalecimento dos vínculos familiares, além de promover um ambiente mais saudável e favorável ao desenvolvimento das crianças. Ao permitir que os visitantes identifiquem e intervenham precocemente em situações de risco, o programa oferece às famílias o apoio necessário para melhorar a qualidade dos cuidados prestados às crianças, garantindo que elas possam se desenvolver em um ambiente seguro e acolhedor (Sírío, 2023).

Munhoz *et al.* (2022) reforçam essa visão ao destacar que o PCF é uma das poucas políticas públicas voltadas para a primeira infância que adota uma abordagem verdadeiramente holística. O programa não se limita aos aspectos cognitivos do desenvolvimento infantil, mas também contempla as dimensões emocionais e sociais, entendendo que o desenvolvimento integral das crianças depende de múltiplos fatores interligados. Essa abordagem integrada é essencial para garantir que as crianças possam atingir seu pleno potencial, uma vez que reconhece a complexidade das necessidades infantis e das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade (Munhoz *et al.*, 2022).

No entanto, para que o Programa Criança Feliz (PCF) atinja plenamente seu potencial transformador, é fundamental que o governo federal intensifique os investimentos na

capacitação dos visitantes, amplie a abrangência do programa e otimize a gestão dos recursos destinados à sua execução. A qualificação contínua dos profissionais envolvidos é crucial para garantir que as famílias recebam um atendimento de alta qualidade, adequado às suas necessidades e às peculiaridades do desenvolvimento infantil. Além disso, a expansão da cobertura do PCF permitiria alcançar um número maior de crianças em situação de vulnerabilidade, ampliando o impacto positivo da política pública.

Rodrigues e Cruz (2020) destacam que o fortalecimento da intersetorialidade é fundamental para assegurar que o Programa Criança Feliz (PCF) se conecte de forma eficaz e harmoniosa com outras políticas públicas voltadas à educação e ao desenvolvimento infantil. Segundo os autores, uma intersetorialidade bem estruturada não só evita a duplicação de esforços e a sobreposição de ações, como também previne conflitos e contradições entre diferentes iniciativas governamentais, garantindo que o PCF funcione como um complemento, e não como um competidor, das políticas já existentes.

Ao atuar de forma complementar a essas iniciativas, o PCF poderia alcançar resultados muito mais amplos e eficazes, maximizando o impacto positivo sobre o desenvolvimento infantil. A criação de um ambiente de cooperação entre os setores de saúde, educação e assistência social, como proposto por Rodrigues e Cruz (2020), permite que cada área contribua com suas expertises específicas, assegurando que as famílias recebam um atendimento integrado e holístico. Essa sinergia favoreceria não apenas a ampliação do escopo das intervenções, mas também o aprofundamento dos serviços oferecidos, proporcionando um suporte abrangente às famílias em situação de vulnerabilidade (Rodrigues; Cruz, 2020).

Além disso, os autores argumentam que essa coordenação intersetorial é essencial para a redução das desigualdades sociais, uma vez que, ao combinar esforços entre os diferentes setores, o programa pode alcançar um número maior de famílias e oferecer soluções mais completas para os desafios enfrentados pelas crianças em seus primeiros anos de vida. A coordenação entre os setores de saúde, por exemplo, pode garantir que as crianças tenham acesso a cuidados médicos regulares, enquanto o setor de educação pode garantir que as famílias sejam orientadas sobre a importância do desenvolvimento cognitivo e social. Da mesma forma, a assistência social pode oferecer suporte financeiro e logístico, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento infantil.

Essa abordagem integrada é especialmente relevante para o público-alvo do PCF, que frequentemente enfrenta múltiplas vulnerabilidades, como insegurança alimentar, falta de acesso a serviços de saúde e moradia precária. Quando os esforços de diversos setores convergem, como sugerido por Rodrigues e Cruz (2020), o programa pode atuar de maneira

mais eficaz, abordando essas vulnerabilidades de forma abrangente e promovendo melhorias substanciais nas condições de vida das famílias atendidas. Em vez de depender de ações isoladas ou fragmentadas, o PCF, através da intersetorialidade, pode oferecer uma rede de proteção que apoia o desenvolvimento infantil em todas as suas dimensões – física, emocional, cognitiva e social.

Para que o Programa Criança Feliz (PCF) alcance plenamente seu potencial, é essencial que as estratégias de intersetorialidade sejam não apenas consolidadas, mas também significativamente expandidas. A intersetorialidade, que envolve a colaboração entre os setores de saúde, educação, assistência social e outros, é o elemento central que permite ao programa agir de forma integrada e eficiente, respondendo às complexas necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. Quando bem implementada, a intersetorialidade não apenas eleva a eficiência do PCF, mas também maximiza seus resultados, potencializando o impacto social e otimizando o uso dos recursos públicos.

Esse enfoque coordenado permite que o PCF atue em conjunto com outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil, criando um sistema de proteção e apoio que cobre todas as dimensões do desenvolvimento das crianças – físico, emocional, cognitivo e social. Ao complementar iniciativas existentes, o PCF evita a duplicação de esforços, ao mesmo tempo em que amplia o alcance e a profundidade de suas intervenções. Isso assegura que o programa seja um catalisador de impacto social positivo, reforçando o sistema de proteção social e aumentando a capacidade do Estado de atender as famílias mais vulneráveis de maneira integrada.

No entanto, há desafios consideráveis que precisam ser superados para que o programa possa realizar essa visão de intersetorialidade plena. A fragmentação das políticas públicas é um dos maiores entraves. Muitas vezes, os diferentes setores não estão devidamente alinhados ou integrados, o que resulta em lacunas no atendimento às famílias. Essa desconexão impede que as ações sejam coordenadas de forma eficaz, limitando o impacto das intervenções. Rodrigues e Cruz (2020) enfatizam que, sem uma articulação robusta entre os diversos setores, as políticas tendem a se sobrepor ou competir entre si, em vez de operar de forma complementar. Essa falta de coordenação representa um grande obstáculo para a efetividade do PCF e para a ampliação de seus benefícios.

Outro desafio é a baixa qualificação dos visitantes, que são os agentes essenciais na execução das visitas domiciliares. Esses profissionais precisam ser capacitados de maneira contínua para lidar com a diversidade e a complexidade das necessidades das famílias atendidas. A formação inadequada compromete a qualidade do atendimento, pois limita a capacidade dos

visitadores de identificar problemas, propor soluções eficazes e encaminhar as famílias para os serviços adequados. A ampliação dos investimentos em capacitação profissional é, portanto, uma medida urgente para assegurar que o PCF tenha um impacto significativo. Além disso, é necessário que os visitadores recebam supervisão contínua e suporte técnico para aprimorar suas práticas e garantir a eficácia das intervenções.

As limitações estruturais também representam um grande desafio para a plena implementação do PCF. A falta de recursos financeiros, a insuficiência de infraestrutura em áreas remotas e a ausência de coordenação adequada entre os níveis federal, estadual e municipal são fatores que dificultam a execução eficaz do programa. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais essas limitações, expondo fragilidades e criando barreiras adicionais, como a necessidade de adaptar as visitas domiciliares para formatos virtuais. Muitas das famílias atendidas não possuem acesso adequado à tecnologia, o que prejudicou a continuidade do acompanhamento e enfraqueceu a capacidade do PCF de manter um vínculo regular com essas famílias durante a crise sanitária. Essa experiência reforçou a necessidade de o Estado oferecer maior suporte ao programa, tanto em termos de recursos quanto em termos de flexibilidade e inovação na adaptação às novas realidades.

Apesar dessas dificuldades, o Programa Criança Feliz continua a demonstrar um imenso potencial para transformar a vida das famílias mais vulneráveis. O fortalecimento dos vínculos familiares, uma das principais estratégias do programa, é uma ferramenta poderosa para melhorar o desenvolvimento das crianças e criar um ambiente mais favorável para seu crescimento saudável. Ao apoiar o desenvolvimento neuropsicomotor das crianças em seus primeiros anos, o PCF ajuda a moldar trajetórias de vida mais positivas, diminuindo as chances de que essas crianças enfrentem desafios graves no futuro, como problemas de saúde, dificuldades educacionais ou exclusão social.

Além disso, ao focar na primeira infância, o PCF contribui diretamente para a redução das desigualdades sociais. Estudos mostram que as intervenções realizadas nos primeiros anos de vida têm um efeito profundo e duradouro, impactando o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. Isso é especialmente verdadeiro para aquelas em situação de vulnerabilidade, que tendem a enfrentar múltiplas barreiras ao desenvolvimento saudável. Ao oferecer apoio integral e personalizado, o PCF não só melhora as condições de vida das crianças, mas também oferece às famílias ferramentas e recursos para sair do ciclo de pobreza e exclusão social.

Para que esse impacto se concretize em larga escala, é imprescindível que o governo federal amplie os investimentos no programa, melhore a gestão dos recursos e fortaleça a

capacidade de monitoramento e avaliação contínua do PCF. Isso inclui a implementação de sistemas mais robustos de coleta de dados e a criação de indicadores de desempenho que permitam acompanhar o progresso e ajustar as estratégias conforme necessário. A qualificação contínua dos profissionais envolvidos também deve ser priorizada, assegurando que eles tenham as competências e os conhecimentos necessários para oferecer um atendimento de alta qualidade, que responda às complexas necessidades das famílias atendidas.

Rodrigues e Cruz (2020) reforçam que a integração intersetorial é a chave para o sucesso a longo prazo do PCF. Ao atuar de maneira coordenada com outras políticas públicas, o programa pode maximizar seu impacto, alcançando um número maior de famílias e oferecendo soluções mais completas para os desafios enfrentados pelas crianças. A sinergia entre os setores de saúde, educação e assistência social permite que cada área contribua com sua especialização, criando uma rede de proteção robusta que apoia o desenvolvimento infantil em todas as suas dimensões. Essa abordagem integrada é especialmente relevante para famílias em situação de múltiplas vulnerabilidades, como aquelas que enfrentam insegurança alimentar, moradia inadequada e falta de acesso a serviços de saúde.

Assim, a continuidade e expansão do Programa Criança Feliz, com foco na integração entre setores e no atendimento personalizado, têm o potencial de transformar positivamente o futuro de milhares de crianças em todo o Brasil. O fortalecimento da intersetorialidade, aliado ao investimento em capacitação e infraestrutura, permitirá que o programa continue a promover um desenvolvimento infantil saudável e inclusivo, contribuindo diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Dessa forma, o PCF se consolidará como uma política pública essencial na luta contra a desigualdade e na promoção de oportunidades iguais para todas as crianças, independentemente de seu contexto socioeconômico.

5 ANÁLISE DE CONTEXTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Realizada a análise de conteúdo do Programa Criança Feliz e diante dos pressupostos que orientaram o programa em tela, passa-se, agora, à análise do contexto social, político, econômico e cultural na qual se deu sua implantação e sua implementação no estado do Ceará. Tendo em vista já descritas as críticas sociais e literárias ao nascedouro deste programa em análise. No decorrer desta pesquisa vislumbrar-se-á se as influências e divergências políticas, sociais e econômicas influenciaram na trajetória institucional do PCF no Ceará.

O momento político, econômico e social vivenciado no Brasil no segundo mandato da presidente Dilma (2014-2016), ano de promulgação do Marco Legal da Primeira Infância, foi de crises internas, com agitação no campo da política por causa da Operação Lava Jato, manifestações populares de rua e baixo crescimento econômico, levaram a orquestração de um golpe na nossa recente e frágil democracia, mas dessa vez um golpe com roupagem de legalidade por meio de um remédio constitucional previsto no artigo 86, §1º,II, da nossa Carta Magna, conhecido no meio jurídico como *impeachment*, transcrito abaixo:

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal (Brasil, 1988).

Em 2016, o Brasil vivenciou um período de recessão econômica de grande magnitude acompanhado de uma crise política que deixou marcas profundas em sua estrutura financeira. Essa conjuntura adversa teve repercussões diretas, tais como a queda na arrecadação de recursos, o aumento do déficit público, a crise fiscal enfrentada pelos estados, o encarecimento dos financiamentos devido ao aumento das taxas de juros e a diminuição da confiança dos investidores no país. Esses eventos se configuraram como elementos significativos que moldaram o panorama econômico brasileiro ao longo do referido ano. (Agência Brasil, 2016).

Neste ano o Brasil se encontrava em um cenário econômico complicado, marcado por uma queda no Produto Interno Bruto – PIB e um decréscimo nos principais setores produtivos. O PIB totalizou R\$ 6.267 trilhões, com uma revisão da queda de -3,5% para -3,3% em relação a 2015. Essa contração econômica foi impulsionada por uma redução de 2,9% do

Valor Adicionado Bruto (VAB) e uma redução de 5,6% nos Impostos sobre produtos líquidos de subsídios. A agropecuária, a indústria e os serviços tiveram quedas acentuadas de -5,2%, -4,6% e -2,3%, respectivamente. As consequências desses fatos ocasionaram o PIB per capita a registrar um valor de R\$ 30.548, experimentando uma redução de 4,1% em termos de volume. Já o consumo das famílias, que representa uma parcela significativa do PIB (62,8%), sofreu uma queda pelo segundo ano consecutivo, com uma contração de 3,8% em 2016, após uma queda de 3,2% em 2015. Em participação, as despesas de consumo final do governo tiveram um aumento de 0,2% em 2016, após uma queda de 1,4% no ano anterior (Agência IBGE Notícias, 2018).

E, além disso, a taxa de investimento no país também apresentou uma redução significativa, caindo de 17,8% para 15,5%, alcançando o seu menor patamar desde o início da série histórica em 1995. Esses indicadores refletem os desafios enfrentados pela economia brasileira durante o ano de 2016, demonstrando a necessidade de medidas para estimular o crescimento e a recuperação econômica (Agência IBGE Notícias, 2018).

Com a abertura do processo de impeachment, em maio de 2016, a então presidente Dilma Rousseff, foi afastada do cargo por 180 dias, e Michel Temer assumiu interinamente a Presidência. Observa-se que na verdade esse afastamento será passado na história como um golpe de estado, travestido de uma legalidade constitucional, com a destituição de uma presidente eleita democraticamente com 54.501.118 votos (51,64% dos votos válidos), segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, conforme no descreve o artigo 14 da Constituição Federal. Fatos dessa natureza refletem a instabilidade política e econômica enfrentada pelo Brasil em 2016, com impactos nas contas públicas e na necessidade de medidas para reverter essa situação (TSE, 2014; Brasil, 1988).

Logo, as finanças públicas do Brasil enfrentaram um pior desempenho fiscal, com aumento do déficit primário em relação ao PIB. O déficit primário passou de 1,9% para 2,5% do PIB, enquanto o déficit nominal caiu de 10,3% para 9% do PIB. Consequências desses fatos foi o aumento da dívida pública. Ao analisar as receitas e despesas do governo federal, observa-se uma forte queda na arrecadação em 2016. As despesas primárias tiveram uma queda de 1,2% em termos reais, porém, as despesas previdenciárias aumentaram 7,2% em 2016. Para os estados e municípios, a análise das receitas e despesas revela uma forte queda real na arrecadação do ICMS em 2016 (-8,2%) e uma redução real de 3% na despesa primária total, destacando-se uma redução de 19,4% nos investimentos (Levy, 2017).

O dólar teve uma queda de mais de 17% em 2016, fechando o ano cotado a R\$ 3,24.

Foi a primeira queda anual desde 2010 e a maior desvalorização da moeda em relação ao real desde 2009. No último dia de negócios do ano, o dólar registrou uma queda de 0,94%. Contudo, em 2016, o dólar alcançou sua maior cotação histórica em relação ao real, atingindo R\$ 4,1655 em 21 de janeiro. Durante o ano, fechou acima de R\$ 4,00 em 22 ocasiões. A menor cotação foi registrada em 25 de outubro, com R\$ 3,1065. A política nacional, a emoção no cenário global e os preços das commodities foram as principais influências nos mercados cambiais e de ações ao longo do ano. A mudança de governo, com a adoção de uma agenda econômica voltada para o reequilíbrio fiscal, contribuiu para a reversão do cenário adverso (Trevizan, 2016).

Fatores externos, como a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump, também trouxeram volatilidade. Em 2015, o dólar teve uma alta expressiva de 48%, a maior em quase 13 anos. A valorização foi impulsionada por questões competitivas e políticas, com a moeda ultrapassando a marca de R\$ 4 em seis ocasiões durante o ano. Tudo isso nos reflete que a crise econômica, moral e social pelo qual o Brasil passava refletiu de maneira atuante nos dois últimos anos do Governo Dilma Rousseff (Trevizan, 2016).

A arrecadação de impostos e contribuições fiscais atingiu R\$ 127.607 bilhões em dezembro e totalizou R\$ 1.289 trilhão ao longo de 2016, de acordo com dados divulgados pela Receita Federal. Em comparação a dezembro de 2015, houve uma queda real de 1,19%, considerando a reflexão medida pelo IPCA. No acumulado do ano, a arrecadação também apresentou um recuo real de 2,97% em relação a 2015. A contração da atividade econômica foi um dos principais fatores para as sucessivas quedas na arrecadação das receitas federais. No entanto, os meses de outubro e novembro de 2016 foram favoráveis, registrando crescimento real impulsionado pelo programa de regularização de ativos, conhecido como repatriação, que arrecadou um total de R\$ 46,8 bilhões em recursos (Branco, 2017).

A Receita Federal arrecadou R\$ 50,9 bilhões em impostos e multas com a Lei da Repatriação, Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País, o que permitiu a regularização de ativos no exterior. O número de pessoas físicas que fizeram a declaração foi de 25.011 e de pessoas jurídicas, 103. O programa foi considerado bem-sucedido, com adesão expressiva. O prazo para a regularização terminou em 31 de outubro de 2016. Aproximadamente 49% do imposto arrecadado será repartido com estados e municípios, segundo informações prestadas pelo secretário da Receita Federal, à época, Jorge Rachid Marcelo Camargo, em entrevista dada à Agência Brasil, publicado em 01/11/2016 - 13:44 (Lima, 2016).

A crise econômica teve um impacto negativo não apenas nas finanças do governo federal, mas também nos estados. Com a queda na arrecadação, os estados enfrentaram dificuldades para cumprir seus compromissos, atrasos no pagamento de salários de servidores públicos e na prestação de serviços essenciais, como saúde e segurança. Os estados mais afetados foram aqueles que dependiam fortemente da receita do petróleo, como o Rio de Janeiro. Em junho, o estado decretou estado de calamidade financeira e recebeu uma ajuda de R\$ 2,9 bilhões do governo federal. Em dezembro, Minas Gerais também decretou emergência nas contas públicas, agravando ainda mais a situação (Agência Brasil, 2016).

Os governadores enfrentaram pressão devido às contas públicas e buscaram renegociar os débitos dos Estados com a União. Inicialmente, houve benefícios com a troca de indexadores da dívida, mas os estados pediram prazo maior e redução nas parcelas mensais. Algumas liminares foram obtidas no Supremo Tribunal Federal para alterar a correção dos juros compostos para juros simples. No entanto, um acordo foi assinado em julho entre a União e os Estados, restabelecendo a correção por juros compostos. A dívida foi alongada por 20 anos, com suspensão dos pagamentos entre julho e dezembro. Medidas de ajuste fiscal que deveriam ser adotadas pelos estados foram derrubadas durante a tramitação do projeto de renegociação no Senado (Agência Brasil, 2016).

Após uma inflação de dois dígitos em 2015, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela coleta oficial de informações geográficas e estatísticas no Brasil, constatou uma desaceleração em 2016, impulsionada pela menor elevação nos preços administrados e nos alimentos. A variação anual ficou em 6,29%, dentro das metas estabelecidas pelo Comitê Monetário Nacional (CMN). Com a queda nos preços dos alimentos e a desinflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou um processo de flexibilização da política monetária, reduzindo a taxa SELIC em 0,50 ponto porcentual ao longo do ano. A taxa encerrou 2016 em 13,75% a.a. após permanecer em 14,25% a.a. por um ano e cinco meses (Brasil, 2016b).

A redução da inflação foi considerada uma surpresa positiva pelo Banco Central. A recessão econômica, o aumento do desemprego e a política monetária, por meio da definição da taxa básica de juros, foram fatores que contribuíram para esse processo de desinflação (Agência Brasil, 2016).

No dia 15 de dezembro de 2016, já no Governo de Michel Temer, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional (EC) nº 95 (Brasil, 2016c), conhecida como PEC do Teto de Gastos Públicos. Aprovada após intensos debates, a medida limitou os gastos públicos por um período de 20 anos. O teto para o ano de 2017 ficou determinado com base nas

despesas primárias pagas em 2016, corrigidas pela inflação prevista. A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação medida pelo IPCA. O novo regime se aplicará aos orçamentos fiscal e da seguridade social, abrangendo todos os órgãos e Poderes da República. Haverá limites individuais por órgão dentro de cada Poder. Algumas despesas, como transferências de recursos para estados e municípios, gastos com eleições e verbas para a educação, não serão submetidas ao teto. A aprovação da PEC gerou manifestações violentas por todo o país, sendo criticada por alguns setores que acreditam que prejudicará investimentos públicos e afetará os mais pobres. Por outro lado, a base governista considera a medida essencial para reequilibrar as contas públicas e estimular o crescimento econômico (Agência Senado, 2016a).

Foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo do presidente Michel Temer a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287 (Brasil, 2016b), de 05 de dezembro de 2016, com o intuito de promover uma reforma no sistema previdenciário brasileiro. A medida busca a estabilização das finanças do país frente ao déficit do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e às transformações demográficas, como o envelhecimento da população. A proposta estabelece uma idade mínima de 65 anos para aposentadoria, tanto para homens quanto para mulheres, e amplia o período mínimo de contribuição. Adicionalmente, estão previstas regras de transição para aqueles que estão próximos da aposentadoria. A PEC também impacta os servidores públicos, trazendo novas diretrizes para a pensão por morte. (Agência Brasil, 2016)

Em dezembro de 2016, o presidente Michel Temer anunciou um pacote de medidas para estimular a economia brasileira. As ações visam facilitar o acesso ao crédito para empresas, simplificar processos burocráticos, reduzir os juros do cartão de crédito e oferecer um programa de parcelamento especial para quitação de dívidas com a Receita Federal. O objetivo principal é reduzir o endividamento, impulsionar o crédito, promover o emprego e reativar a economia do país (Agência Brasil, 2016).

A sociedade neste ano vivenciou várias manifestações de ruas e protestos embalados por uma parte da mídia e por políticos contrários ao Governo da Presidente Dilma, a qual conspiravam nos bastidores do Congresso Nacional uma forma legal de tirá-la do poder e o remédio indicado foi o do *impeachment*.

O processo de impeachment do presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, foi marcado por um intenso embate político, econômico e jurídico. Embora frequentemente associado às chamadas "pedaladas fiscais", é fundamental compreender que o processo teve um caráter mais complexo, envolvendo diversas articulações políticas. Diversos setores da sociedade, acadêmicos e movimentos sociais discutem se este processo foi um golpe disfarçado

de legalidade ou se foi um procedimento legítimo de destituição. A seguir, examinamos diferentes artigos que analisam criticamente este período e trazemos suas contribuições para o entendimento do contexto.

A discussão em torno do impeachment de Dilma Rousseff frequentemente evoca o termo "golpe". Para Safatle (2016), o impeachment foi um golpe parlamentar camuflado sob uma aparência de legalidade. Safatle argumenta que a retirada de Dilma do cargo foi menos sobre crimes de responsabilidade e mais sobre uma ação articulada no Congresso para reverter o cenário político. Segundo ele, o impeachment representou uma ruptura democrática, pois foi conduzido por interesses políticos que não correspondiam a um legítimo processo de responsabilização governamental (Safatle, 2016)

Da mesma forma, Avritzer (2016) discute que o processo violou princípios constitucionais. Ele sustenta que a condução do impeachment de Dilma desrespeitou o equilíbrio de poderes no Brasil, especialmente no que diz respeito à falta de evidências robustas que justificassem o afastamento da presidente. Avritzer traça um paralelo entre o sistema constitucional brasileiro e a crise política que, na prática, resultou em uma distorção das funções democráticas e em uma intervenção no Executivo por parte do Legislativo, o que fragilizou o sistema político (Avritzer, 2016).

Embora o impeachment tenha sido aprovado com base nas "pedaladas fiscais", a absolvição posterior de Dilma Rousseff por essas práticas no Tribunal de Contas da União (TCU) reforça a argumentação de que o processo teve um caráter essencialmente político. Singer (2018) observa que, embora as pedaladas fiscais tenham sido apontadas como o motivo formal do impeachment, a crise econômica e a perda de apoio no Congresso foram os reais fatores que levaram à sua destituição. Ele argumenta que o "lulismo", a estratégia política que sustentava o Partido dos Trabalhadores (PT) desde o governo de Lula, estava em crise, o que facilitou o enfraquecimento da base aliada de Dilma e, consequentemente, seu afastamento (Singer, 2018).

O governo Dilma Rousseff se distanciava das tradicionais políticas associadas ao papel simbólico de primeira-dama, que muitas vezes são voltadas para ações de caridade. Dilma liderou um governo voltado para políticas públicas estruturantes e de maior impacto social. Pinheiro-Machado (2017) ressalta que, ao contrário de iniciativas pontuais de assistência, como as frequentemente associadas a primeiras-damas, Dilma promoveu a ampliação de políticas como o Bolsa Família, que tinham como objetivo enfrentar as desigualdades de forma sistêmica. Sua política foi, portanto, de natureza mais filantrópica em um sentido amplo, mas voltada para a inclusão social, com base em uma abordagem de longo prazo e com maior

impacto sobre a distribuição de renda (Pinheiro-Machado, 2017)

Em suma, o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi um evento complexo que envolveu a interseção de múltiplas forças políticas e sociais. Embora oficialmente justificado pelas pedaladas fiscais, o contexto político que levou à sua destituição aponta para uma crise institucional mais profunda, marcada pela erosão da confiança nas instituições democráticas e pela fragmentação das alianças políticas que haviam sustentado o governo até aquele momento.

O Brasil, segundo estimativa do IBGE para 2019, apresenta uma população aproximadamente de 53,7 milhões de crianças e adolescentes, que precisam ter seus direitos resguardados e protegidos. E tem conseguido avanços relevantes no cuidado de suas crianças e jovens, mas ainda há muito por fazer e grandes desafios a serem superados (Unicef Brasil, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018).

No ano 2000, líderes de 189 países aprovaram a Declaração do Milênio, comprometendo-se a trabalhar juntos para construir um mundo mais seguro, próspero e justo. Essa declaração deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que consistem em oito metas a serem alcançadas até 2015. Essas metas abrangem áreas como erradicação da pobreza extrema e fome, garantia de educação primária universal, promoção da igualdade de gênero, redução da mortalidade infantil e materna, combate ao HIV/AIDS e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental e estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento. Os ODM visam melhorar a vida das pessoas, promover a igualdade e criar um mundo mais sustentável por meio de ações conjuntas entre governos, setor privado e organizações internacionais (Nações Unidas Brasil, Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2010).

O Brasil diminuiu a taxa de desnutrição crônica entre menores de 5 (cinco) anos de 19,6% em 1990 para 7% em 2006, atingindo assim a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) antes do prazo. Mas a desnutrição crônica ainda é um problema, especialmente entre grupos vulneráveis, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com uma taxa de 28,6%, entre crianças indígenas menores de 5 anos, em 2018, segundo dados do Ministério da Saúde. Porém, quando o assunto são as crianças ianomâmis, o índice de desnutrição entre as crianças menores de 5 cinco anos saltou para 79,3%, neste mesmo ano de 2018 (Unicef Brasil, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018).

A taxa de mortalidade infantil apresentou uma redução significativa, entre os períodos de 1990 e 2018, caindo de 47,1% para 13,1%, mortes para cada 1.000 nascidos vivos, segundo fontes do Ministérios da Saúde. Sendo que em 2016 voltou a subir após 26 anos de

queda, mas voltando a cair nos anos seguintes, observa-se que em 2016 foi a promulgação do Marco da Primeira Infância (Unicef Brasil, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018).

As coberturas vacinais têm diminuído desde 2015. No período entre 2015 e 2019, a cobertura vacinal da poliomielite caiu de 98,29% para 79,42%, e a do tríplice viral, de 96,07% para 91,57% (PNI). Sendo que o Brasil sempre foi modelo de excelência quando o assunto era esquema vacinal de suas crianças (Unicef Brasil, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018).

Ao falar-se em educação, embora a taxa de crianças com idade escolar obrigatória fora da escola tenha diminuído, entre os anos de 1990 e 2019, passando de 19,6% para 3,7%, segundo dados da PNAD 2019, mas ainda em 2019 existem cerca de 1,5 milhão de crianças sem acesso à educação, principalmente entre os mais pobres, negros, deficientes, indígenas, quilombolas. A grande maioria dessa massa de crianças desassistidas pelas autoridades estão mais visivelmente nas periferias das cidades, nas zonas rurais, na Amazônia, no semiárido. Além disso, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios na garantia de oportunidades de aprendizagem para todos, resultando em altas taxas de reprovação e evasão escolar. E, em 2018, 6,4 milhões alunos das redes municipais ou estaduais do nosso país tinham dois ou mais anos de atraso escolar (Unicef Brasil, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018).

A violência também é uma grave violação dos direitos das crianças e adolescentes, com altos índices de homicídios entre os adolescentes, principalmente aqueles que são negros e vivem em áreas de vulnerabilidade social. O UNICEF estima, baseado nos dados do DATASUS (2018), que a cada hora, crianças e jovens, entre 10 e 19 anos de idade são assassinadas no Brasil (Unicef Brasil, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018).

Embora o Brasil possua legislação avançada na proteção da infância e adolescência, é necessário adotar políticas públicas que combatam as desigualdades sociais, geográficas e étnicas, celebrando a diversidade do país. O UNICEF reafirma seu compromisso de trabalhar ao lado do Brasil na garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes, sem exceção (Unicef Brasil, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018).

O Programa Criança Feliz é coordenado na atualidade pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em parceria com os municípios brasileiros. Ele atua de forma integrada com outras políticas públicas, como saúde, assistência social e educação, buscando proporcionar um atendimento abrangente e efetivo às famílias atendidas (Brasil, 2017b).

Os pilares do programa são as visitas domiciliares e as ações intersetoriais, visando

estabelecer vínculos entre as famílias e os serviços de assistência social, saúde, educação, cultura, justiça e defesa dos direitos humanos. O objetivo é oferecer orientações sobre cuidados essenciais durante os primeiros anos de vida e avaliar o ambiente familiar, identificando fatores que possam afetar o desenvolvimento integral da criança (Brasil, 2017b).

Lima e Campos (2021) descreve o contexto político brasileiro marcado pelo avanço do conservadorismo, o PCF surge durante o governo de Michel Temer, inspirado no Primeira Infância Melhor (PIM) do Rio Grande do Sul. O PCF destaca visitas domiciliares como estratégia principal, sendo associado ao primeiro-damismo com Marcela Temer como embaixadora voluntária. Apesar de enfatizar os cuidados na primeira infância, o programa desconsidera as questões estruturais da pobreza, subestimando as dificuldades das mulheres pobres no acesso aos serviços públicos. O ministro Osmar Terra, idealizador do programa, argumenta que estimular crianças desde a gestação pode romper o ciclo da pobreza, adotando uma perspectiva higienista. Apesar das objeções de entidades de assistência social, o governo prosseguiu com a implementação do programa, ignorando críticas e adotando uma abordagem autoritária, em detrimento da participação de órgãos e conselhos responsáveis pelas políticas sociais. Dessa forma, o PCF reflete uma tendência de desregulamentação dos direitos sociais e uma abordagem conservadora na formulação de políticas públicas, priorizando a família tradicional e negligenciando as questões estruturais de desigualdade e pobreza (Lima; Campos, 2021).

Pereira (2019) nos descreve que o contexto socioeconômico e político que envolve a implementação do PCF é marcado por uma transição política turbulenta no Brasil. Após o golpe/impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao poder, ocorreu uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas, com a adoção de uma perspectiva neoliberal. Esse período foi caracterizado por cortes orçamentários, fragilização dos espaços de controle social e uma retomada de práticas assistencialistas.

A gestão Temer, alinhada ao ideário neoliberal, adotou medidas de austeridade econômica e flexibilização dos direitos sociais. A plataforma política "Uma Ponte para o Futuro", elaborada pela Fundação Ulysses Guimarães/PMDB, delineou ações que privilegiavam a minimização do estado social e a privatização de setores estratégicos. Nesse contexto, o PCF emerge como uma política que, sob a roupagem de preocupação com o desenvolvimento humano, reflete uma lógica de governança voltada para o capitalismo, transformando a criança em capital humano e visando a potencialização dos sujeitos marginalizados para benefício do mercado (Pereira, 2019).

Paralelamente, medidas como a Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de

2016, que limita os gastos públicos, e a Lei da Terceirização/Reforma Trabalhista, evidenciam a priorização das questões de mercado e a dilapidação da rede de proteção social. Esse contexto de avanço do neoliberalismo, associado a escândalos de corrupção e apoio do mercado financeiro, coloca em xeque a garantia dos direitos sociais estabelecida pela Constituição Federal de 1988. E, Diante das disputas entre modelos de Estado, que oscilam entre uma perspectiva minimalista e outra desenvolvimentista, o governo Temer direcionou-se para o retorno às características neoliberais, com recursos mínimos para as políticas sociais e centralidade na economia de mercado. Enquanto as gestões petistas buscavam uma atuação estatal mais forte e reguladora, visando o desenvolvimento social e econômico do país, o período pós-golpe/impeachment testemunhou um retrocesso em direção a uma agenda neoliberal, com impactos significativos na implementação e execução do PCF (Pereira, 2019).

O Programa Criança Feliz (PCF), lançado em 2016, foi implementado em meio a um cenário de intensa turbulência política e social no Brasil. O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e a subsequente ascensão de Michel Temer ao poder geraram um ambiente de polarização e incertezas. Apesar desse contexto adverso, a implementação do PCF no estado do Ceará se destacou como um exemplo de superação das barreiras ideológicas e políticas que dominavam o país naquela época.

No Ceará, o contexto não foi diferente. O estado, governado por Camilo Santana, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), enfrentava os mesmos desafios políticos e econômicos que o restante do país. Mesmo assim, o governo estadual conseguiu implantar o Programa Criança Feliz de maneira eficaz, demonstrando grande habilidade na gestão pública para superar os obstáculos políticos impostos pelo governo federal de Michel Temer. Apesar das divergências ideológicas e do fato de que o governo Temer era amplamente visto como ilegítimo por setores ligados à esquerda, a gestão cearense foi capaz de seguir em frente com a implementação do programa.

Camilo Santana, governador de um estado com forte tradição de políticas sociais, representava uma administração de esquerda em um período de forte antagonismo político. Sua filiação ao PT, partido da ex-presidente Dilma Rousseff, poderia ter criado barreiras para a adesão ao PCF, uma vez que o programa foi implementado durante a presidência de Michel Temer, sucessor de Dilma após o impeachment. No entanto, o compromisso do governo do Ceará com o desenvolvimento infantil e com a promoção de políticas públicas para a primeira infância foi mais forte do que as divergências políticas. A gestão estadual mostrou uma visão pragmática, o que permitiu que 182 dos 184 municípios cearenses aderissem ao PCF.

O estado do Ceará já possuía uma trajetória sólida em termos de políticas públicas

voltadas para a primeira infância, sendo o Mais Infância Ceará uma das principais iniciativas nesse campo. Lançado antes da criação do PCF, o Mais Infância Ceará foi uma política inovadora que visava atender as necessidades das crianças no estado, com foco em ações de assistência social, saúde e educação infantil. No entanto, apesar do sucesso desse programa estadual, ele ainda não era capaz de atingir todas as crianças vulneráveis do Ceará.

A implementação do PCF no estado serviu para expandir o alcance dessas políticas. A adesão ao PCF possibilitou que o Ceará ampliasse sua rede de proteção social, garantindo que um maior número de crianças fosse atendido, especialmente aquelas que ainda não tinham sido alcançadas pelo Mais Infância Ceará. Dessa forma, o PCF não substituiu, mas complementou as políticas estaduais existentes, fortalecendo a assistência à primeira infância e ampliando o impacto das ações voltadas para esse público.

A adesão de praticamente todos os municípios cearenses ao Programa Criança Feliz foi resultado não apenas da competência da gestão estadual, mas também da experiência acumulada em programas anteriores focados no desenvolvimento infantil. O estado já possuía uma infraestrutura e uma cultura administrativa voltada para a primeira infância, o que facilitou a rápida e eficaz implementação do PCF, mesmo em meio a um cenário de adversidade política.

A capacidade de Camilo Santana em administrar divergências políticas foi fundamental para o sucesso da implantação do PCF no Ceará. Apesar das diferenças ideológicas e políticas com o governo de Michel Temer, o governador soube reconhecer a relevância do Programa Criança Feliz para o desenvolvimento infantil e, com isso, liderou um processo de adesão massiva ao programa. Esse pragmatismo administrativo permitiu que o estado não perdesse a oportunidade de integrar uma política pública de grande impacto, capaz de melhorar as condições de vida de crianças em situação de vulnerabilidade.

O sucesso do Ceará na implementação do PCF reflete a visão estratégica e a habilidade política da administração estadual, que soube superar as barreiras ideológicas e focar nas necessidades concretas da população. Essa postura pragmática permitiu que o estado fosse um dos líderes na execução do programa, demonstrando que, mesmo em momentos de crise política, é possível avançar com políticas públicas voltadas para o bem-estar social e o desenvolvimento infantil.

6 PERSPECTIVAS E DESAFIOS: PERCEPÇÕES DOS GESTORES E PROFISSIONAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO ESTADO DO CEARÁ

O Programa Criança Feliz (PCF) é uma iniciativa de grande relevância no contexto das políticas públicas voltadas para a primeira infância no Brasil, tendo como objetivo principal o desenvolvimento integral das crianças, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e da promoção de práticas de cuidado que estimulem o crescimento saudável.

No Estado do Ceará, o PCF se destaca pela implementação rigorosa e pelo compromisso dos profissionais envolvidos, que atuam diretamente na linha de frente, garantindo que as diretrizes do programa sejam adaptadas às especificidades locais.

Este capítulo tem como foco a análise crítica das entrevistas realizadas com oito profissionais que desempenham papéis cruciais na execução do PCF no Ceará: uma coordenadora do Programa Mais Infância Ceará, uma coordenadora do Programa Criança Feliz no Ceará e seis multiplicadores do PCF nos municípios cearenses.

O objetivo desta análise é explorar as percepções desses profissionais em relação às suas trajetórias dentro do programa, bem como os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo de suas experiências.

Para a condução desta análise, optou-se pela utilização da análise de conteúdo, conforme estabelecido por Bardin (1977), uma abordagem metodológica amplamente reconhecida pela sua capacidade de sistematizar e interpretar dados qualitativos de maneira estruturada e significativa. Além disso, o uso do software Iramuteq foi incorporado ao processo analítico, permitindo uma análise detalhada dos discursos dos entrevistados por meio da extração e categorização de palavras e temas recorrentes (Bardin, 1977).

O Iramuteq, com sua capacidade de realizar análises lexicais e estatísticas, oferece uma visão aprofundada dos padrões discursivos, contribuindo para a identificação de temas centrais e a compreensão das nuances presentes nas falas dos profissionais.

A escolha dessa combinação metodológica se justifica pela complexidade do contexto em que o PCF opera, demandando uma abordagem que capture tanto os aspectos explícitos quanto os implícitos nas percepções dos entrevistados. A análise de conteúdo, aliada ao poder analítico do Iramuteq, proporciona uma ferramenta robusta para examinar as representações sociais e profissionais, revelando as dinâmicas, os desafios e as inovações que permeiam a prática dos coordenadores e multiplicadores no Programa Criança Feliz.

Essa abordagem permite, assim, uma análise crítica e abrangente, que não só mapeia as experiências individuais dos entrevistados, mas também contribui para uma

compreensão mais ampla e contextualizada das práticas e desafios enfrentados no âmbito do PCF no Estado do Ceará.

6.1 Análise da entrevista com o (a) coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista concedida pelo (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará oferece um relato detalhado sobre a implementação e os desafios enfrentados na execução de políticas públicas voltadas para a primeira infância em um contexto regional.

Este texto tem como objetivo realizar uma análise crítica do discurso apresentado, evidenciando as nuances da gestão do programa e os impactos sociais obtidos ao longo dos anos. A análise se desdobrará em quatro partes principais: contexto e implementação do programa, desafios operacionais e culturais, considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no estado do Ceará.

6.1.1 Análise crítica da entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará, proporciona uma visão detalhada sobre a implementação e execução do programa desde sua origem em 2017.

O (A) entrevistado (a) destaca o papel fundamental que os governos estaduais e municipais desempenharam na consolidação do PCF, enfatizando a importância da articulação política para garantir a adesão de todos os 184 municípios do estado. O apoio do governo estadual, especialmente da então primeira-dama Onélia Santana, foi crucial para moldar o programa às especificidades locais, mantendo-o dentro da estrutura do SUAS.

A narrativa do (a) entrevistado (a) revela que, no Ceará, o programa foi adaptado para maximizar os recursos disponíveis e garantir a participação integral dos municípios. Esse aspecto demonstra uma abordagem pragmática e orientada para resultados, algo que pode ser considerado uma boa prática para outros estados que enfrentam desafios semelhantes.

6.1.1.1 Contexto e Implementação do Programa

A implementação do Programa Criança Feliz no Ceará é descrita como uma jornada complexa, marcada por desafios e aprendizados. Desde o início de sua coordenação, em 2017, o (a) entrevistado (a) destaca a importância da vontade política como um fator determinante para o sucesso do programa.

O engajamento dos gestores públicos, especialmente através do Pacto pela Primeira Infância do governo do estado do Ceará, foi essencial para garantir a adesão de todos os 184 municípios do estado. Este pacto é apresentado como uma demonstração de compromisso com as políticas de primeira infância, assegurando que os recursos e as ações fossem direcionados de maneira eficaz para as populações mais vulneráveis.

A análise crítica do discurso revela a relevância da integração do Programa Criança Feliz com outras políticas estaduais, particularmente o Programa Mais Infância Ceará. A colaboração intersetorial, que envolveu a articulação entre as áreas de saúde, educação e assistência social, é apontada como um dos pilares fundamentais que possibilitaram a implementação bem-sucedida do programa.

Essa integração não apenas facilitou a otimização de recursos, mas também criou uma rede de suporte mais robusta para as famílias atendidas, especialmente em áreas rurais e de extrema pobreza. Entretanto, a implementação do programa não ocorreu sem obstáculos. O (A) entrevistado (a) menciona a resistência inicial enfrentada em alguns municípios, onde questões culturais e preconceitos locais dificultaram a aceitação do programa. Esse aspecto destaca a necessidade de uma abordagem sensível e adaptativa, onde a formação contínua dos profissionais e o diálogo com as comunidades locais são essenciais para superar barreiras culturais e promover uma execução eficaz das políticas públicas.

6.1.1.2 Desafios Operacionais e Culturais

A segunda parte da análise crítica foca nos desafios operacionais e culturais que emergiram durante a implementação do Programa Criança Feliz no Ceará. Um dos principais desafios mencionados é a alta rotatividade de profissionais envolvidos no programa. Essa rotatividade é frequentemente resultante da precariedade dos contratos e da politização das nomeações, o que gera um ciclo contínuo de recrutamento e treinamento de novos profissionais.

Esse cenário impacta diretamente a qualidade do serviço prestado às famílias, pois a falta de continuidade pode prejudicar o desenvolvimento de vínculos de confiança entre visitantes e beneficiários.

A entrevista também aborda os desafios culturais, especialmente no que tange ao preconceito em relação a visitantes homens e ao trabalho com comunidades tradicionais, como as comunidades de terreiro.

A resistência inicial encontrada em alguns municípios revela as dificuldades enfrentadas ao tentar implementar uma política pública que, por vezes, desafia normas e valores culturais profundamente enraizados. A solução encontrada pela equipe coordenada pelo (a) entrevistado (a) foi investir em formação contínua e sensível, capacitando os visitantes para lidar com as diversas realidades sociais e culturais do estado. Esse esforço, embora tenha gerado resultados positivos em muitos casos, ainda enfrenta limitações em áreas onde os preconceitos permanecem fortes.

A pandemia de COVID-19 introduziu novos desafios operacionais, obrigando as equipes a adaptar suas estratégias de atendimento. A entrevista descreve as soluções criativas adotadas, como o uso de visitas remotas, a distribuição de atividades educativas por meio de rádios comunitárias e veículos itinerantes, e a criação de materiais específicos para manter o vínculo com as famílias.

Essas iniciativas demonstram a capacidade de resiliência e adaptação das equipes envolvidas, garantindo que o programa continuasse a alcançar as famílias, mesmo em um contexto de isolamento social. A capacidade de inovar e adaptar as práticas é um reflexo da flexibilidade necessária na gestão de políticas públicas em situações de crise.

6.1.1.3 Impactos e Resultados

A terceira parte da análise deve abordar os impactos e resultados do Programa Criança Feliz no Ceará, conforme descritos pelo (a) coordenador (a) do PCF no Ceará. Ele (a) expressa otimismo em relação aos resultados alcançados, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento integral das crianças atendidas e ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Através de relatos pessoais e observações diretas, o (a) entrevistado (a) ilustra como as visitas domiciliares têm feito uma diferença significativa na vida das famílias vulneráveis, contribuindo para a melhoria do desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo das crianças.

É importante destacar que o impacto do programa vai além do desenvolvimento individual das crianças atendidas. O (A) entrevistado (a) menciona que o fortalecimento dos vínculos familiares e a promoção de práticas de parentalidade positiva têm contribuído para a criação de ambientes mais seguros e saudáveis para as crianças, o que, por sua vez, tem potencial para gerar efeitos de longo prazo na redução da violência doméstica e na melhoria do bem-estar geral das famílias.

Esses resultados evidenciam a eficácia das metodologias adotadas pelo programa, como o Cuidado do Desenvolvimento da Criança (CDC, 2012) e o Guia de Visita Domiciliar (GVD, 2019), que são projetadas para estimular o desenvolvimento integral da criança e fortalecer os laços familiares.

No entanto, também reconhece as limitações e desafios persistentes. A alta prevalência de violência doméstica no estado é um problema que o programa busca mitigar, mas com resultados ainda limitados. Embora a abordagem da parentalidade positiva e os esforços para envolver figuras paternas nas atividades do programa sejam passos importantes, o (a) entrevistado (a) admite que há muito a ser feito para alcançar uma mudança significativa nesse aspecto. A violência doméstica, especialmente contra crianças, é um fenômeno complexo que requer uma abordagem multidisciplinar e sustentada para ser efetivamente combatida.

Outro desafio significativo apontado pelo (a) entrevistado (a) é a sustentabilidade e continuidade do programa diante das mudanças políticas e administrativas. A rotatividade de gestores e a politização das nomeações frequentemente resultam na perda de profissionais capacitados e na interrupção dos serviços, o que pode comprometer a eficácia do programa a longo prazo. Essa questão é particularmente crítica em contextos em que as políticas públicas são vulneráveis às flutuações políticas, destacando a necessidade de estratégias que garantam a continuidade e a estabilidade dos programas sociais, independentemente das mudanças de governo.

6.1.1.4 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará

A análise crítica da entrevista com o (a) coordenador (a) do PCF no Ceará oferece uma visão abrangente sobre a complexidade envolvida na implementação e gestão de políticas públicas voltadas para a primeira infância. O discurso do (a) entrevistado (a) destaca tanto os sucessos quanto os desafios enfrentados ao longo dos anos, fornecendo insights valiosos sobre

as dinâmicas operacionais, culturais e políticas que impactam a execução do Programa Criança Feliz no Ceará.

Um dos principais fatores de sucesso do programa no estado é a forte vontade política demonstrada pelas lideranças locais, que se comprometeram com a implementação das políticas de primeira infância e com a integração de ações intersetoriais. A criação do Pacto pela Primeira Infância e a colaboração entre diferentes esferas de governo são exemplos de como a articulação institucional pode potencializar os resultados de programas sociais.

Por outro lado, a análise também revela os desafios significativos que ainda precisam ser superados. A alta rotatividade de profissionais, os preconceitos culturais e a politização das nomeações são obstáculos que comprometem a continuidade e a eficácia do programa. A necessidade de formação contínua, sensível às realidades culturais locais, é uma lição importante que emerge da experiência cearense, mostrando que o sucesso de uma política pública depende não apenas de sua concepção, mas também de sua execução cuidadosa e adaptativa.

A experiência do Ceará com o Programa Criança Feliz oferece lições valiosas para a gestão de políticas públicas em contextos similares. A combinação de vontade política, integração intersetorial e capacidade de adaptação às adversidades se mostra crucial para o sucesso de programas sociais de grande escala.

Contudo, a análise crítica também aponta para a importância de garantir a sustentabilidade e a continuidade das políticas públicas, especialmente em um cenário político volátil, onde as conquistas podem ser rapidamente perdidas se não houver uma estrutura institucional sólida e resistente às mudanças de governo.

Em suma, a análise do discurso do (a) coordenador (a) do PCF no Ceará evidencia tanto os desafios quanto as conquistas na implementação do Programa Criança Feliz no Ceará, destacando a importância de uma abordagem integrada e sensível para a efetividade das políticas públicas voltadas para a primeira infância. A continuidade do programa e a superação dos obstáculos identificados serão fundamentais para garantir que os impactos positivos alcançados até o momento sejam ampliados e sustentados no longo prazo.

6.1.2 Análise do discurso da entrevista realizada com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará

A presente análise do discurso da entrevista busca explorar a implementação e os desafios do Programa Criança Feliz no estado do Ceará, sob a ótica de um (a) coordenador (a)

diretamente envolvido (a) na gestão e execução do programa. A entrevista revela não apenas o contexto operacional e as estratégias adotadas para assegurar o funcionamento do programa em todos os municípios do estado, mas também as percepções e experiências pessoais da entrevistada sobre o impacto social das ações desenvolvidas.

A análise se aprofundará em temas centrais abordados pela entrevistada, como o fortalecimento dos vínculos familiares, a promoção do desenvolvimento infantil, as dificuldades logísticas e estruturais, e a necessidade de parcerias intersetoriais para a eficácia do programa. Por meio da identificação de palavras-chave, padrões de repetição e novas percepções emergentes, buscaremos compreender as narrativas construídas e as estratégias discursivas utilizadas para legitimar a implementação do programa, bem como os desafios enfrentados nesse processo. Essa abordagem permitirá destacar as nuances e complexidades envolvidas na promoção de políticas públicas para a primeira infância, oferecendo uma visão crítica e reflexiva sobre a atuação do Programa Criança Feliz no Ceará.

6.1.2.1 Temas Principais

O discurso do (a) entrevistado (a) é centrado na implementação do Programa Criança Feliz, com foco em sua integração com outras políticas de assistência social, especialmente no contexto da Primeira Infância. O (A) entrevistado (a) explora como essas políticas desempenham um papel crucial na proteção e no desenvolvimento infantil, destacando a importância da intersetorialidade entre educação, saúde e assistência social para alcançar resultados efetivos. A formação contínua das equipes emerge como um tema recorrente, vista como essencial para a eficácia do programa. Nesse sentido, o (a) entrevistado (a) discute as estratégias de capacitação tanto em nível estadual quanto municipal, enfatizando a necessidade de manter as equipes sempre atualizadas e preparadas para enfrentar os desafios do dia a dia.

A diversidade nas configurações familiares e a necessidade de respeito e adaptação a essas realidades também são fortemente sublinhadas no discurso. O (A) coordenador (a) do PCF no Ceará reconhece que as várias formas de vulnerabilidade não se limitam à questão econômica, mas também abrangem questões de gênero, raça e violência doméstica, exigindo uma abordagem inclusiva e sensível às diferentes situações das famílias atendidas.

No entanto, a implementação do programa enfrenta diversos desafios, que incluem resistências iniciais em alguns municípios, a complexidade burocrática, e os obstáculos trazidos por mudanças no governo e no processo de reordenamento do programa. Esses elementos são

destacados como aspectos críticos a serem superados para garantir a continuidade e o sucesso das ações voltadas para a promoção do bem-estar infantil.

6.1.2.2 Palavras-Chave e Padrões de Repetição

A análise da nuvem de palavras e do gráfico de frequência destaca termos como "programa", "criança", "infância", "família", "formação" e "capacitação", evidenciando as principais preocupações e áreas de foco do discurso do (a) entrevistado (a). Esses termos refletem a estrutura central do Programa Criança Feliz, que se orienta pelo desenvolvimento integral da criança e pelo fortalecimento das estruturas familiares.

O uso recorrente de "formação" e "capacitação" sublinha a importância atribuída ao treinamento contínuo das equipes de profissionais, demonstrando um compromisso com a melhoria contínua e a eficácia das intervenções. A frequência com que esses termos aparecem sugere que o discurso da entrevistada prioriza tanto o cuidado com a infância quanto o preparo das equipes, destacando a necessidade de uma abordagem profissionalizada e bem orientada para alcançar os objetivos do programa.

O discurso também enfatiza expressões como "fortalecimento de vínculo", "capacitação das equipes", "vulnerabilidade" e "violência doméstica", indicando que o (a) entrevistado (a) considera esses temas como essenciais para o sucesso do Programa Criança Feliz. A repetição dessas expressões aponta para uma compreensão profunda dos desafios sociais enfrentados pelas famílias atendidas, como a necessidade de fortalecer os vínculos familiares em ambientes vulneráveis e de preparar adequadamente os profissionais para lidar com essas complexidades.

A inclusão de "vulnerabilidade" e "violência doméstica" como elementos centrais sugere uma abordagem inclusiva, que reconhece a diversidade das famílias atendidas e busca estratégias adaptativas para oferecer suporte adequado a cada contexto.

Essas escolhas linguísticas revelam um discurso que está profundamente alinhado com os objetivos do programa: promover o desenvolvimento integral das crianças, garantir o fortalecimento dos vínculos familiares e combater as diversas formas de vulnerabilidade que afetam as famílias atendidas.

Ao enfatizar a importância da formação das equipes e do fortalecimento das relações familiares, o discurso destaca uma visão holística do bem-estar infantil, que vai além do simples atendimento às necessidades materiais, incorporando também o cuidado com as

dimensões emocionais e sociais da infância. Dessa forma, o discurso do (a) entrevistado (a) reforça a importância de uma política pública integrada, que considera as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social e promove uma resposta intersetorial e inclusiva para garantir o desenvolvimento pleno das crianças atendidas pelo programa.

6.1.2.3 Estrutura do Discurso

A entrevista inicia com uma contextualização do papel do (a) entrevistado (a) e do histórico do Programa Criança Feliz no Ceará, oferecendo uma visão geral que prepara o terreno para discussões mais aprofundadas sobre a implementação do programa. Ao apresentar sua função como coordenador (a) e o envolvimento desde a adesão inicial do estado ao programa em 2017, o (a) entrevistado (a) estabelece uma base sólida para entender as nuances das políticas adotadas.

Esse pano de fundo inclui a descrição das motivações políticas e sociais que moldaram o programa, bem como a importância do apoio governamental e da mobilização intersetorial para alcançar todos os municípios do estado. A contextualização inicial fornece um cenário abrangente que ajuda a compreender os desafios enfrentados e as conquistas obtidas ao longo da trajetória do programa no Ceará.

O discurso do (a) entrevistado (a) é amplamente focado no detalhamento das ações realizadas para garantir o sucesso do Programa Criança Feliz. Ele (a) explora em profundidade as metodologias e práticas implementadas, como a formação contínua das equipes, o monitoramento constante das atividades e o fortalecimento de vínculos familiares por meio de visitas domiciliares.

Ao destacar os resultados alcançados, como a ampliação do alcance do programa para todas as regiões do estado e o reconhecimento por sua eficácia, o (a) entrevistado (a) evidencia o compromisso com a melhoria da qualidade de vida das crianças e famílias atendidas. Esse foco no detalhamento das ações reforça a ideia de que o sucesso do programa depende de uma abordagem metódica, orientada tanto pela prática quanto pela adaptação às realidades locais.

Apesar dos resultados positivos, o (a) coordenador (a) do PCF no Ceará adota uma postura crítica e aponta os desafios enfrentados ao longo da execução do programa. Ele (a) menciona a burocracia excessiva, a resistência inicial de alguns municípios em adotar as práticas sugeridas e as complexidades decorrentes do reordenamento do programa como obstáculos significativos.

Essas dificuldades são apresentadas não apenas como barreiras operacionais, mas também como desafios que requerem inovação, flexibilidade e perseverança das equipes envolvidas. Ao destacar esses aspectos, a entrevista traz à tona a complexidade de implementar políticas públicas em contextos diversificados, reconhecendo a necessidade de ajustes contínuos e de estratégias colaborativas para superar as resistências e assegurar a continuidade e a eficácia do Programa Criança Feliz no Ceará.

6.1.2.4. Considerações acerca da análise do discurso com o (a) Coordenador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará

O discurso do (a) entrevistado (a) enfatiza a busca pela efetividade das políticas implementadas, evidenciada pela repetição de termos como "capacitação", "monitoramento" e "formação". Essa ênfase demonstra uma preocupação constante com o alcance dos objetivos do programa, sugerindo que a formação contínua e o acompanhamento próximo das equipes são considerados elementos essenciais para garantir o seu sucesso.

Além disso, o (a) entrevistado (a) adota uma perspectiva ampla e multifacetada sobre a vulnerabilidade social, que não se limita apenas à pobreza financeira, mas inclui também questões como discriminação racial, violência doméstica e os desafios enfrentados por diferentes tipos de configurações familiares. A menção recorrente a esses temas aponta para uma abordagem inclusiva e sensível, que leva em conta as variadas realidades das famílias atendidas.

O discurso reforça ainda a importância da intersetorialidade, ou seja, da integração entre diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, como um fator determinante para o sucesso das políticas de primeira infância. A "intersetorialidade" emerge como um conceito central, destacado pelo (a) entrevistado (a) como uma estratégia que permitiu superar desafios e potencializar resultados, promovendo uma resposta mais holística e eficiente às necessidades das famílias.

Além disso, a repetição de termos relacionados a "resultados", "prêmios" e "reconhecimento" demonstra que, apesar das adversidades, o programa tem alcançado eficácia comprovada e conquistado reconhecimento em níveis estadual e federal. O (A) coordenador do PCF no Ceará expressa claramente seu orgulho pelo impacto positivo do programa nas famílias beneficiadas, sobretudo em termos de desenvolvimento infantil e fortalecimento dos vínculos

familiares, reforçando a relevância das ações realizadas para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral das crianças.

O fortalecimento das políticas de assistência social emerge como um ponto central no discurso do (a) entrevistado (a), que destaca a importância de políticas públicas bem estruturadas, acompanhadas de uma gestão eficaz e intersetorial, para assegurar o sucesso de programas voltados para a primeira infância.

A continuidade e sustentabilidade dessas políticas são também preocupações evidentes, com o (a) entrevistado (a) sublinhando a necessidade de garantir um apoio constante, mesmo diante de mudanças governamentais ou reordenamentos no programa. Ele (a) ressalta que a persistência das ações é crucial para manter os avanços alcançados e evitar retrocessos que possam comprometer o desenvolvimento infantil.

Além disso, o compromisso com a inclusão e o respeito à diversidade são aspectos fundamentais ressaltado pelo (a) entrevistado (a). Ele (a) reconhece que o sucesso das políticas públicas depende de sua adaptação às diversas realidades familiares e sociais, indicando que a eficácia do Programa Criança Feliz está intrinsecamente ligada à sua capacidade de se moldar às necessidades específicas das comunidades atendidas.

Essa análise aprimorada reflete as complexidades e o sucesso do Programa Criança Feliz, conforme relatado pelo (a) entrevistado (a), oferecem insights valiosos sobre os desafios e as estratégias envolvidas na promoção do desenvolvimento infantil no contexto do Ceará.

As visões apresentadas reforçam a importância de uma abordagem contínua, inclusiva e adaptável para a implementação eficaz de políticas públicas que impactem positivamente a primeira infância.

6.1.3 Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise realizada com o auxílio do software IRAMUTEQ permitiu a identificação de quatro clusters distintos de palavras, cada um representando diferentes aspectos abordados na entrevista sobre o Programa Criança Feliz.

A seguir, é apresentada uma interpretação detalhada de cada um desses clusters, seguida por uma análise crítica de sua relevância no contexto geral do programa.

6.1.3.1 Classe 1: Processos cognitivos e avaliação

O primeiro cluster, composto por palavras como "entender", "querer", "aprender", "positivo", "preconceito", "informação", "mérito", "relatório", "resultado", "pesquisa", "formação", "poder", "gente", "método", revela um enfoque significativo nos processos de aprendizagem e na avaliação crítica. Este conjunto de termos sugere uma preocupação com a aquisição e disseminação de conhecimento, bem como com a análise crítica dos resultados obtidos. A presença de palavras como "método" e "pesquisa" indica um embasamento teórico e prático na condução das atividades do programa, evidenciando a importância de uma abordagem sistemática para o desenvolvimento das ações voltadas à infância.

Além disso, termos como "informação" e "formação" destacam a ênfase na capacitação dos envolvidos, reforçando a ideia de que o sucesso do programa depende diretamente da qualificação das equipes. A inclusão de "preconceito" neste cluster também sugere uma consciência crítica em relação a barreiras sociais que podem impactar negativamente a implementação e a eficácia das políticas públicas voltadas à primeira infância. Portanto, este cluster reflete um aspecto crucial do Programa Criança Feliz: a constante busca por aprimoramento e a superação de desafios sociais e educacionais.

6.1.3.2 Classe 2: Políticas públicas e gestão social

O segundo cluster, formado por palavras como "infância", "primeira", "assistência", "plano", "Ceará", "educação", "secretaria", "ação social", "chamar", "comitê", "conselho", está claramente voltado para a estruturação e gestão de políticas públicas. Este grupo de palavras indica o foco do programa na articulação e coordenação de ações entre diferentes esferas governamentais e sociais, com um destaque particular para a infância e a assistência social.

A menção frequente a "plano", "comitê" e "conselho" aponta para a importância das instâncias de planejamento e governança na execução do programa. Esses termos sublinham a necessidade de uma gestão intersetorial eficiente, que congregue esforços de diversas áreas, como educação e assistência social, para alcançar os objetivos propostos. O uso de "Ceará" como um termo frequente neste cluster também sugere um foco regional específico, refletindo as peculiaridades e necessidades locais na implementação das políticas voltadas à infância no estado.

6.1.3.3 Classe 3: Gestão de Recursos e Desafios Governamentais

O terceiro cluster, composto por palavras como "fome", "recurso", "reordenamento", "gastar", "governo", "entidade", "servidor", "contar", "ministro", "dinheiro", "programa federal", "passado", "desafio", reflete as complexidades da gestão financeira e dos desafios enfrentados na implementação de programas governamentais. As palavras deste grupo indicam preocupações com a alocação de recursos e a sustentabilidade financeira do programa, além de destacar os desafios administrativos enfrentados pelos gestores.

A presença de termos como "recurso", "gastar" e "dinheiro" sublinha a necessidade de uma gestão cuidadosa e eficiente dos fundos disponíveis, enquanto "reordenamento" sugere processos de reestruturação e adaptação às mudanças nas políticas públicas. Este cluster evidencia que, além do planejamento técnico, o sucesso do programa depende também de sua viabilidade financeira e da capacidade dos gestores de navegar pelas complexidades burocráticas e políticas envolvidas.

6.1.3.4 Classe 4: Acompanhamento e Operacionalização

O quarto cluster, identificado por palavras como "porta", "fundação", "instrumento", "encontro", "gente", "reunião", "utilizar", "nossa", "equipamentos", "acompanhamento", foca nos aspectos operacionais e no acompanhamento das atividades do programa. Este conjunto de palavras sugere um enfoque nas ações práticas e na interação direta com as comunidades atendidas, bem como na utilização de instrumentos e equipamentos adequados para a execução das tarefas.

Termos como "encontro" e "reunião" indicam a importância da comunicação e do trabalho colaborativo entre os diferentes atores envolvidos, enquanto "acompanhamento" destaca a necessidade de monitoramento contínuo das atividades para garantir o cumprimento dos objetivos do programa. A menção a "porta" e "equipamentos" pode indicar, ainda, as condições físicas e logísticas necessárias para a execução das visitas domiciliares e outras ações de campo, essenciais para o sucesso do programa.

6.1.3.5 Visão gráfica da análise do discurso pelo Iramuteq

Após o processamento e o agrupamento das palavras pelo software Iramuteq, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) cria um dendrograma que representa visualmente as classes identificadas no corpus analisado. Esse dendrograma tem como objetivo não apenas apresentar as classes, mas também demonstrar as relações existentes entre elas, evidenciando como estão associadas entre si.

De acordo com Souza *et al.* (2015), a leitura das relações entre as classes elaboradas pelo Iramuteq deve ser feita da esquerda para a direita. No dividido em quatro classes principais (Souza *et al.*, 2015). No primeiro grupo, obteve-se a Classe 1, que contém 89 das 365 unidades de contexto (24,38%), agrupada com a Classe 4, que contém 86 das 365 unidades (23,56%). No segundo grupo, a Classe 2, com 99 unidades (27,12%), foi agrupada com a Classe 3, que possui 91 unidades (24,93%). Essa estrutura de agrupamento revela como diferentes temas e palavras-chave estão inter-relacionados dentro do corpus analisado.

Para cada uma dessas classes de palavras, foi gerada uma lista de palavras significativas a partir de um teste qui-quadrado, que destaca os termos mais relevantes para cada grupo. Este procedimento estatístico permite identificar as palavras que têm maior associação com cada classe, reforçando a interpretação das relações e dos significados presentes no corpus. A análise resultante proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas discursivas e das estruturas temáticas emergentes, permitindo uma interpretação mais rica e fundamentada dos dados qualitativos.

6.1.3.6 Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise dos clusters identificados pelo IRAMUTEQ oferece uma visão detalhada das diversas dimensões que sustentam o Programa Criança Feliz, evidenciando a complexidade inerente à sua gestão e implementação. Cada cluster capturado pela análise reflete aspectos fundamentais que, em conjunto, contribuem para a robustez e a abrangência do programa.

Desde o planejamento estratégico, que envolve a formulação de objetivos claros e metas específicas, até a avaliação crítica das ações implementadas, esses elementos são essenciais para assegurar a efetividade das políticas voltadas para a primeira infância.

Outro aspecto crucial revelado pelos clusters é a necessidade de uma articulação

intersetorial eficiente. A integração das políticas públicas e a coordenação entre diferentes setores são vitais para o sucesso do Programa Criança Feliz. Essa articulação não só facilita a gestão de recursos, como também promove a sinergia necessária para a operacionalização eficaz das ações em campo. A gestão de recursos, por sua vez, surge como uma dimensão que requer atenção contínua, garantindo que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma otimizada e alinhada com os objetivos do programa.

Finalmente, a operacionalização das ações, que engloba desde a execução direta até o monitoramento e a adaptação das atividades conforme as realidades locais, é fundamental para a eficácia do Programa Criança Feliz. A análise dos clusters não apenas destaca os pontos fortes do programa, mas também identifica áreas que demandam maior atenção, permitindo ajustes que assegurem sua continuidade de forma sustentável e eficiente. Dessa forma, a análise conduzida pelo IRAMUTEQ fornece insights valiosos para o aprimoramento contínuo do programa, garantindo que ele continue a atender às necessidades da primeira infância de maneira holística e integrada.

6.2 Análise da entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará

A entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará oferece uma visão detalhada sobre a estrutura, os objetivos e os desafios do Programa Criança Feliz, especialmente no contexto do estado do Ceará. Com uma experiência extensa no campo da assistência social e do desenvolvimento infantil, o (a) entrevistado (a) compartilha suas perspectivas sobre a importância da intersetorialidade e da cooperação entre diversas esferas do governo e organizações não governamentais para o sucesso do programa.

Durante a entrevista, ele (a) destaca o papel fundamental do Programa Criança Feliz em promover o desenvolvimento integral da criança, principalmente em comunidades vulneráveis, por meio de visitas domiciliares e atividades de fortalecimento de vínculos familiares. Além disso, discute as especificidades da implementação do programa no Ceará, os resultados alcançados até o momento e os principais obstáculos enfrentados, como questões políticas, limitações orçamentárias e a resistência inicial de alguns municípios à adesão ao programa.

O (A) entrevistado (a) revela, assim, um panorama abrangente das estratégias e metodologias adotadas para garantir o desenvolvimento infantil no Ceará, destacando a importância da capacitação contínua dos profissionais envolvidos, do engajamento comunitário e da adaptação das práticas às realidades locais. Sua narrativa reflete a complexidade e o

dinamismo de gerir políticas públicas voltadas para a infância em um contexto marcado por desigualdades sociais e desafios logísticos, reforçando o compromisso com a promoção de uma infância mais protegida e assistida.

6.2.1 Análise crítica da entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará

A entrevista com o (a) Coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará traz à tona uma série de desafios significativos enfrentados na implementação e na gestão do Programa Criança Feliz no Ceará. A análise crítica desses desafios oferece uma compreensão detalhada das complexidades e das exigências envolvidas na execução de políticas públicas voltadas para a primeira infância em um contexto marcado por desigualdades sociais e políticas.

6.2.1.1 A Complexidade da Integração Intersetorial

A integração intersetorial é um dos pilares fundamentais para o sucesso do Programa Criança Feliz, como enfatizado pelo (a) coordenador (a). A colaboração entre diversas secretarias, como saúde, educação, assistência social e cultura, é crucial para garantir um atendimento integral às crianças e suas famílias. Contudo, essa integração não é isenta de desafios.

A dependência de múltiplos órgãos governamentais para a execução de atividades cria uma complexidade administrativa significativa, que pode resultar em atrasos ou na execução ineficiente de algumas ações.

A necessidade de manter uma coordenação constante entre esses setores requer um esforço administrativo contínuo, que envolve formações, reuniões e planejamento estratégico. O (A) entrevistado (a) destaca que essa coordenação é essencial, mas também aponta para a vulnerabilidade do programa em cenários de instabilidade política ou mudanças de gestão, onde a continuidade e a eficácia da integração podem ser comprometidas.

Além disso, a criação e fortalecimento de comitês municipais de infância, embora sejam avanços importantes, dependem diretamente do comprometimento e da capacidade técnica dos gestores locais, o que pode variar consideravelmente entre os municípios.

6.2.1.2 Adaptação Local e Desigualdade de Cobertura

A adaptação do Programa Criança Feliz às realidades específicas do Ceará, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso, é uma estratégia necessária e pragmática. O uso do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN) em regiões onde a cobertura de creches é limitada é um exemplo claro dessa adaptação. Contudo, essa abordagem também revela um desafio persistente: a desigualdade na cobertura do programa.

Embora o PADIN desempenhe um papel crucial em regiões rurais, a cobertura desigual pode levar a uma disparidade no acesso aos serviços oferecidos pelo Programa Criança Feliz. A priorização de famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância, identificadas como as mais vulneráveis, é uma tentativa de mitigar essa desigualdade. No entanto, a eficácia dessa priorização depende da capacidade dos municípios em realizar uma seleção criteriosa e justa, o que nem sempre é garantido, resultando em lacunas no atendimento.

A desigualdade de cobertura também se manifesta na capacidade dos municípios de implementar as estratégias do programa com a mesma eficácia. O (A) entrevistado (a) reconhece que municípios com menos recursos ou com dificuldades logísticas, como aqueles em áreas remotas, enfrentam barreiras adicionais na execução das ações planejadas. A implementação desigual pode, portanto, perpetuar ou até exacerbar as desigualdades regionais, criando uma divisão entre os municípios que conseguem seguir as diretrizes do programa e aqueles que ficam para trás.

6.2.1.3 Desafios Políticos e Administrativos

Os desafios políticos enfrentados durante a implementação do Programa Criança Feliz são notáveis, especialmente no contexto de transição entre governos federais. A resistência inicial de alguns municípios em aderir ao programa, devido a divergências políticas, exemplifica a politização das políticas públicas e seus impactos negativos na execução de programas sociais.

A fala da então secretária estadual, Onélia Santana, que destacou a necessidade de focar na infância independentemente das disputas políticas, foi um ponto crucial para a adesão quase completa dos municípios ao programa. Esse episódio ilustra como a liderança eficaz pode superar barreiras políticas, mas também expõe a dependência do programa de uma liderança

comprometida e visionária. Essa vulnerabilidade à politização pode comprometer a sustentabilidade do programa em cenários futuros em que as condições políticas sejam menos favoráveis.

Além disso, a transição política não apenas afeta a adesão dos municípios ao programa, mas também pode influenciar a alocação de recursos e a continuidade das políticas públicas. A dependência de decisões políticas em níveis federal, estadual e municipal torna o programa suscetível a mudanças de prioridade que podem ocorrer com a chegada de novos governantes. O (A) entrevistado (a) destaca que, em alguns casos, a mudança de gestão levou a uma desorganização temporária na execução do programa, exigindo esforços adicionais para reestabelecer a continuidade das ações.

6.2.1.4 Impactos da Pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 apresentou desafios imprevistos e substanciais para o Programa Criança Feliz. As medidas de distanciamento social e a impossibilidade de realizar visitas domiciliares presenciais exigiram uma rápida adaptação das equipes, que recorreram a tecnologias como o WhatsApp para manter o contato com as famílias. Esse período expôs tanto a resiliência quanto as limitações do programa.

A desigualdade no acesso à internet e a dependência de recursos tecnológicos, que não estavam igualmente disponíveis para todas as famílias, destacaram as limitações estruturais do programa. A distribuição de materiais físicos, com o apoio dos municípios, foi uma tentativa de contornar essas limitações, mas revelou a importância de uma infraestrutura local robusta para garantir a continuidade do atendimento. Essa desigualdade no acesso à tecnologia pode ter exacerbado as disparidades já existentes, apontando para a necessidade de estratégias mais inclusivas no futuro.

Além dos desafios operacionais, a pandemia também trouxe à tona a necessidade de fortalecer as capacidades locais de resposta a crises. O (A) entrevistado (a) menciona que a equipe do programa teve que se reinventar, criando novos materiais e métodos para continuar apoiando as famílias. No entanto, essa adaptação exigiu uma mobilização rápida e eficiente, que só foi possível graças à dedicação e ao comprometimento das equipes locais. A capacidade de resposta a crises é, portanto, um aspecto que precisa ser continuamente desenvolvido, especialmente em um contexto de incertezas futuras.

6.2.1.5 Sustentabilidade Financeira e Orçamentária

Um dos desafios mais críticos apontados pelo (a) entrevistado (a) é a sustentabilidade financeira do Programa Criança Feliz, especialmente com as mudanças em sua estrutura administrativa e a transição de programa para serviço no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A preocupação com a alocação de recursos e a necessidade de garantir que o orçamento seja carimbado exclusivamente para o programa são centrais para assegurar sua continuidade e eficácia.

O temor de que os recursos possam ser desviados para outras áreas ou diluídos no orçamento geral é uma preocupação legítima, especialmente em um contexto em que as finanças públicas estão sob constante pressão. O (A) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará enfatiza a importância de um acompanhamento rigoroso e de uma estrutura orçamentária clara que assegure que os recursos cheguem aos destinatários corretos e sejam utilizados de forma eficiente, garantindo assim a sustentabilidade do programa a longo prazo.

Além disso, a sustentabilidade financeira do programa depende da capacidade de garantir um fluxo constante de recursos, que não seja vulnerável a cortes orçamentários ou a mudanças nas prioridades governamentais. O (A) entrevistado (a) ressalta que, embora o Programa Criança Feliz tenha um orçamento próprio, há uma preocupação constante com a suficiência desses recursos para atender todas as demandas. A expansão do programa para áreas mais remotas e a necessidade de formação contínua das equipes são exemplos de áreas que exigem investimentos constantes, e qualquer redução no financiamento pode comprometer seriamente a eficácia do programa.

6.2.1.6 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará

A análise dos desafios enfrentados na implementação do Programa Criança Feliz no Ceará, conforme discutido pelo (a) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará, revela as complexidades inerentes à execução de políticas públicas para a primeira infância. A integração intersetorial, a adaptação às realidades locais, os desafios políticos e administrativos, os impactos da pandemia de COVID-19 e a sustentabilidade financeira do programa são questões que exigem atenção contínua e gestão cuidadosa.

Embora o Programa Criança Feliz tenha alcançado avanços significativos no Ceará, sua continuidade e aprimoramento exigem mais do que a mera implementação de políticas públicas. A manutenção de seus resultados positivos e a ampliação de seu impacto dependem de um compromisso contínuo com a inovação, adaptação às especificidades locais e resiliência diante de adversidades, como crises econômicas e sanitárias.

Para garantir sua sustentabilidade e eficácia, é imprescindível um esforço permanente de monitoramento rigoroso e avaliações sistemáticas que permitam ajustes constantes nas estratégias adotadas. Essas ações devem estar voltadas para a promoção do desenvolvimento infantil integral e para a redução efetiva das desigualdades sociais, garantindo que o programa permaneça relevante e eficaz na proteção e no suporte às crianças em situação de vulnerabilidade.

6.2.2 Análise do discurso da entrevista com a Coordenadora do Programa Mais Infância Ceará

O (A) entrevistado (a) revela não apenas as complexidades do desenvolvimento infantil no Estado do Ceará, mas também o impacto que políticas públicas bem estruturadas podem ter na vida de crianças e suas famílias. Ao longo dos 13 anos de atuação no Estado e dos 9 anos de coordenação no Programa Mais Infância, é evidente o comprometimento com a criação de um ambiente de apoio integral para as crianças em situação de vulnerabilidade.

O Programa Mais Infância reflete uma abordagem intersetorial que conecta diferentes áreas de atuação governamental, incluindo educação, saúde e assistência social. A entrevista nos mostra o quanto essas conexões são cruciais para a eficácia das políticas públicas, principalmente em regiões como o Ceará, onde os desafios sociais e econômicos são intensos. A evolução do programa ao longo dos anos demonstra o compromisso contínuo do estado em adaptar e expandir suas ações, oferecendo uma rede de proteção mais ampla e eficiente para as crianças.

O conceito de intersetorialidade, amplamente discutido, representa o ponto central do Programa Mais Infância Ceará. No início, o programa envolvia apenas seis secretarias estaduais, e à medida que as demandas cresciam, o número de secretarias participantes também aumentou. Atualmente, quinze secretarias estão envolvidas no processo, cada uma desempenhando um papel crucial no atendimento às crianças e suas famílias. Esse modelo de cooperação intersetorial tem como objetivo garantir que as crianças recebam um atendimento completo, que abrange desde a saúde até a educação e a proteção social.

A articulação entre as secretarias é um dos pontos fortes do programa, garantindo que as ações sejam coordenadas e não fragmentadas, o que aumenta sua eficácia. O (A) entrevistado (a) menciona que esse processo de integração é contínuo e exige um esforço constante de coordenação, com reuniões e formações periódicas para garantir que todos os envolvidos estejam alinhados com os objetivos do programa.

Uma das contribuições mais notáveis do Programa Mais Infância Ceará foi a implementação do Criança Feliz, uma política nacional de visitação domiciliar voltada para o fortalecimento dos vínculos familiares e o desenvolvimento infantil. Segundo o (a) coordenador (a) do Mais Infância Ceará, a implementação do Criança Feliz no Ceará foi facilitada pela experiência prévia do estado com programas como o PADIN (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil) e o Mãe Coruja. Essas iniciativas já trabalhavam com o conceito de visitas domiciliares, o que proporcionou ao estado uma base sólida para a execução do Criança Feliz.

Além disso, a coordenação com o Mais Infância Ceará permitiu uma maior abrangência geográfica e um alcance mais eficaz nas comunidades rurais e de difícil acesso. O (A) entrevistado (a) destaca que, em regiões onde não há creches, como áreas rurais, o papel das visitas domiciliares é fundamental para garantir que as crianças tenham um desenvolvimento saudável, mesmo sem acesso a instituições formais de ensino infantil.

No entanto, mesmo com o sucesso da implementação do programa, o (a) entrevistado (a) expressa uma preocupação constante com a continuidade e o financiamento do Criança Feliz. Como o programa depende de recursos federais, há sempre o risco de descontinuidade, especialmente em momentos de instabilidade política e econômica. E menciona que, durante 2023, surgiram boatos sobre o possível encerramento do programa devido à falta de resultados positivos em uma avaliação nacional. Essa avaliação, realizada durante a pandemia de COVID-19, apresentou uma visão negativa do impacto do programa em nível nacional, o que, segundo o (a) entrevistado (a), não reflete a realidade do Ceará.

O (A) coordenador (a) acredita que a avaliação foi comprometida pelas condições excepcionais da pandemia, quando as visitas domiciliares foram suspensas, e que uma análise mais adequada deveria ser realizada em um contexto de normalidade. Para garantir a continuidade do programa, a entrevistada enfatiza a necessidade de um financiamento estável e de uma maior autonomia dos estados e municípios na gestão dos recursos.

Outro ponto importante destacado pelo (a) entrevistado (a) é o impacto do Criança Feliz na redução das desigualdades sociais no Ceará. Ele (a) menciona que o programa tem um enfoque especial nas famílias mais vulneráveis, especialmente aquelas atendidas pelo Cartão

Mais Infância, um benefício estadual que complementa o Bolsa Família. Essas famílias, que vivem com uma renda per capita de até 89 (oitenta e nove) reais, são as mais afetadas pela pobreza e enfrentam desafios significativos no cuidado de seus filhos pequenos.

A prioridade do Criança Feliz é atender essas famílias, oferecendo visitas domiciliares que fortalecem os vínculos familiares e proporcionam orientações sobre o desenvolvimento infantil. Além disso, o programa também atua como uma ponte entre as famílias e os serviços públicos, encaminhando casos para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e outros serviços essenciais. O impacto dessas ações é profundo, pois muitas dessas famílias vivem em áreas rurais ou em condições de isolamento, onde o acesso a serviços de saúde e educação é limitado.

O (A) Coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará também discute os desafios enfrentados pelo programa, principalmente no que diz respeito à formação e à capacitação dos profissionais envolvidos. Ele (a) enfatiza a importância de oferecer formações contínuas e de qualidade para os visitantes, supervisores e multiplicadores do programa. No Ceará, além das formações oferecidas pelo Governo Federal, o estado investiu em capacitações complementares voltadas para temas como parentalidade positiva, prevenção da violência, racismo e igualdade de gênero. Essas formações são fundamentais para garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com as complexidades das realidades sociais das famílias atendidas. O (A) entrevistado (a) também destaca a importância de adaptar as formações à realidade local, mencionando que, em outros estados, houve resistência em relação às metodologias aplicadas, enquanto no Ceará essas formações foram bem recebidas e incrementadas com temas adicionais.

Um dos aspectos mais interessantes da entrevista é a visão do (a) entrevistado (a) sobre a importância dos vínculos familiares para o desenvolvimento infantil. Ele (a) menciona que o Criança Feliz não se limita a medir o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas também se preocupa em fortalecer as relações entre pais e filhos.

Esse enfoque na construção de vínculos é um dos pilares do programa e, segundo o (a) Coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará é fundamental para garantir que as crianças cresçam em um ambiente saudável e acolhedor. Ela cita exemplos de como as visitas domiciliares têm ajudado famílias a lidar com situações difíceis, como a sobrecarga das mães solo ou a falta de apoio emocional. Para o (a) entrevistado (a), esses aspectos qualitativos do programa são tão importantes quanto os indicadores quantitativos, como a frequência de visitas ou o número de famílias atendidas, e deveriam ser levados em consideração nas avaliações de impacto.

A intersetorialidade, como mencionado anteriormente, é um dos grandes trunfos do Programa Mais Infância Ceará. O (A) entrevistado (a) aponta que o sucesso do Criança Feliz no estado se deve, em grande parte, à articulação entre diferentes secretarias e órgãos públicos. Essa articulação permite que o programa funcione de forma integrada, oferecendo não apenas visitas domiciliares, mas também acesso a uma rede de serviços de saúde, educação e assistência social.

Essa estratégia tem sido bem-sucedida no Ceará, onde o programa já alcançou mais de 52 mil famílias. Além disso, o estado foi pioneiro na criação de comitês municipais para a primeira infância, que envolvem secretarias locais e lideranças comunitárias, garantindo que o programa esteja alinhado com as necessidades específicas de cada município. Esse modelo de gestão descentralizada é fundamental para o sucesso do programa em um estado com uma geografia e uma população tão diversas como o Ceará.

Por fim, o (a) entrevistado (a) reflete sobre os desafios enfrentados pelo programa durante a pandemia de COVID-19. A suspensão das visitas domiciliares foi um dos maiores obstáculos, mas a equipe do programa encontrou maneiras de continuar oferecendo apoio às famílias, mesmo em um cenário de isolamento social. A distribuição de kits de higiene e materiais educativos, assim como o uso de tecnologias digitais para manter contato com as famílias, foram algumas das estratégias adotadas para minimizar os impactos da pandemia.

No entanto, o (a) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará reconhece que o alcance dessas ações foi limitado e que muitas famílias não tinham acesso à internet ou dispositivos móveis, o que dificultou a comunicação. A pandemia também expôs a fragilidade do financiamento do programa, que depende de recursos federais e de uma gestão eficiente por parte dos municípios. Para o (a) coordenador (a), a pandemia foi um momento de reflexão sobre a importância de garantir um sistema de proteção social mais robusto e resiliente, capaz de enfrentar crises futuras.

Em conclusão, a entrevista do (a) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará oferece uma visão detalhada e crítica do Programa Mais Infância Ceará e do Criança Feliz. A experiência do (a) entrevistado (a) como coordenador (a) revela os desafios e as conquistas de um programa que se tornou referência no Brasil em termos de atendimento à primeira infância. A intersetorialidade, a capacitação dos profissionais e o fortalecimento dos vínculos familiares são aspectos fundamentais que garantem o sucesso das ações desenvolvidas.

A continuidade do programa depende de uma gestão eficiente dos recursos e de uma maior autonomia dos estados e municípios na administração dos programas federais. A liderança do (a) entrevistado (a) e o comprometimento das equipes estaduais e municipais são

exemplos de como é possível construir políticas públicas eficazes, mesmo em contextos de adversidade. O futuro do programa depende, em grande parte, da capacidade de superar os desafios financeiros e estruturais, garantindo que as crianças e suas famílias continuem recebendo o apoio de que tanto precisam.

6.2.3 Análise dos agrupamentos identificados pelo Iramuteq

A análise de Reinert, conduzida pelo software Iramuteq, permite uma compreensão aprofundada dos padrões lexicais e temáticos presentes no discurso do (a) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará. A entrevista foi processada para identificar unidades de contexto elementar (UCEs) e organizá-las em quatro classes principais, que refletem os principais eixos temáticos da narrativa. Essas classes, ao serem analisadas em conjunto, revelam como os diferentes aspectos da gestão e implementação do Programa Criança Feliz estão interconectados, criando um panorama complexo e dinâmico das práticas e desafios enfrentados.

6.2.3.1 Implementação e Intersetorialidade do Programa

A Classe 1 aborda a implementação do Programa Criança Feliz no Ceará, destacando a importância da intersetorialidade e da colaboração entre diferentes secretarias e organizações não governamentais. A intersetorialidade é vista como um mecanismo essencial para alcançar um atendimento eficaz e abrangente às famílias vulneráveis, envolvendo áreas como saúde, educação e assistência social. A fala do (a) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará sublinha que o sucesso do programa depende de um esforço coordenado entre essas entidades, que devem atuar de maneira integrada para superar as barreiras sociais, econômicas e geográficas enfrentadas pelas famílias atendidas. Palavras como “secretarias”, “programa” e “coordenadora” são centrais nesta classe, demonstrando a complexidade de gerir um programa que exige cooperação entre múltiplas frentes.

A construção de redes intersetoriais tem sido fundamental para ampliar o alcance do programa e otimizar os recursos disponíveis. A entrevistada destaca que a coordenação com quinze secretarias estaduais, que inicialmente eram apenas seis, reflete a evolução e o fortalecimento dessa abordagem colaborativa. Essa expansão permitiu que o programa fosse adaptado de acordo com as necessidades específicas das diferentes comunidades, garantindo

um atendimento mais direcionado e eficaz. O engajamento de diversos setores é vital para implementar ações integradas, como visitas domiciliares e programas de nutrição, que visam promover o desenvolvimento infantil integral e a melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas.

Além disso, a intersetorialidade ajuda a promover uma visão holística do desenvolvimento infantil, que considera não apenas as necessidades imediatas das crianças e famílias, mas também os fatores sociais, culturais e econômicos que impactam seu bem-estar. A colaboração entre diferentes setores facilita o compartilhamento de informações e a implementação de práticas baseadas em evidências, que podem ser ajustadas para melhor atender às demandas locais. A abordagem intersetorial, portanto, não apenas fortalece a capacidade do programa de alcançar seus objetivos, mas também garante que as políticas públicas sejam mais adaptáveis, resilientes e capazes de enfrentar os desafios complexos que surgem na prática.

6.2.3.2 Desafios Políticos e Administrativos

A Classe 2 foca nos desafios políticos e administrativos enfrentados pela coordenação do Programa Criança Feliz, especialmente no contexto de um ambiente político e econômico instável. Termos como “resistência”, “adesão”, “municipal” e “político” indicam que o processo de implementação do programa não ocorreu sem obstáculos significativos. O (A) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará ressalta como as questões políticas influenciaram diretamente a adesão dos municípios ao programa, destacando que muitas vezes havia uma resistência inicial por parte dos gestores locais em adotar a iniciativa, devido às mudanças no cenário político nacional. A superação dessas resistências foi fundamental para garantir a expansão e a continuidade do programa em todo o estado.

A articulação política desempenhou um papel crucial para mitigar as resistências e garantir o apoio necessário à implementação do programa. A participação ativa de lideranças estaduais, como a primeira-dama do Ceará, foi estratégica para fortalecer a confiança dos municípios e facilitar a adesão ao programa. Essa intervenção foi essencial para contornar os obstáculos iniciais e mobilizar os gestores municipais, reforçando a importância do programa como uma política pública prioritária voltada para o desenvolvimento infantil. Essa abordagem negociada demonstrou a capacidade de adaptação do programa às diferentes realidades políticas e administrativas encontradas nos municípios.

Ainda assim, os desafios administrativos não se limitaram apenas às questões políticas. A falta de recursos e as limitações orçamentárias também foram apontadas como barreiras significativas. A necessidade de garantir financiamento contínuo e adequado para manter as atividades do programa requer uma gestão cuidadosa e uma articulação constante com as esferas federal e estadual. A experiência relatada pelo (a) entrevistado (a) evidencia que, mesmo diante de dificuldades financeiras e políticas, a determinação em manter o foco na infância e na proteção social permitiu que o programa continuasse a operar e a se expandir, demonstrando a resiliência e a capacidade de adaptação dos gestores envolvidos.

6.2.3.3 Estratégias de Capacitação e Monitoramento

A Classe 3 destaca as estratégias de capacitação e monitoramento implementadas para assegurar a qualidade do Programa Criança Feliz. O foco principal desta classe está na formação contínua dos profissionais envolvidos, como visitantes e supervisores, garantindo que eles estejam preparados para lidar com a diversidade de desafios que enfrentam durante as visitas domiciliares. Palavras como “formação”, “capacitação” e “monitoramento” refletem a importância dada à qualificação profissional como um componente essencial para o sucesso do programa. A capacitação contínua dos visitantes é vista como uma estratégia crucial para assegurar a eficácia das intervenções e para promover o desenvolvimento infantil integral.

Essas formações incluem treinamentos específicos sobre parentalidade positiva, prevenção da violência, racismo e outras temáticas relevantes para o contexto social das famílias atendidas. A metodologia adotada combina abordagens teóricas e práticas, garantindo que os profissionais adquiram conhecimentos sólidos e habilidades aplicáveis em suas atividades diárias. O (A) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará enfatiza que o treinamento é fundamental para assegurar que os visitantes compreendam plenamente seu papel como agentes de mudança, capazes de identificar necessidades, prestar apoio e fazer encaminhamentos adequados para outros serviços sociais e de saúde. Essa abordagem fortalece a capacidade do programa de atingir seus objetivos e de gerar impactos positivos nas comunidades atendidas.

O monitoramento contínuo é outro aspecto central discutido nesta classe. A análise de dados e o acompanhamento sistemático das atividades permitem identificar áreas de melhoria e ajustar as estratégias de intervenção conforme necessário. O uso de tecnologias, como sistemas digitais de registro, contribui para uma gestão mais eficiente e transparente,

facilitando a comunicação entre os diferentes níveis de coordenação do programa. O monitoramento eficaz não apenas melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também assegura que o programa mantenha sua relevância e alcance seus objetivos em meio a contextos sociais e econômicos em constante mudança.

6.2.3.4 Resultados e Impactos do Programa

A Classe 4 concentra-se nos resultados e impactos do Programa Criança Feliz, destacando as mudanças observadas no desenvolvimento infantil e na qualidade de vida das famílias atendidas. Termos como “impacto”, “crianças”, “famílias” e “desenvolvimento” revelam a importância de avaliar os efeitos concretos das intervenções realizadas. O (A) coordenadora do Programa Mais Infância Ceará ressalta que o programa tem promovido o fortalecimento de vínculos familiares, melhorado o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, e ampliado o acesso a serviços de proteção social. Esses resultados positivos são especialmente significativos em contextos de alta vulnerabilidade, onde o acesso a serviços essenciais muitas vezes é limitado.

Os impactos do programa são mensuráveis tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. A fala do (a) entrevistado (a) evidencia que o Programa Criança Feliz não apenas alcançou metas numéricas, como o aumento no número de crianças atendidas e de visitas domiciliares realizadas, mas também promoveu mudanças comportamentais e culturais nas comunidades envolvidas. Famílias que antes desconheciam seus direitos passaram a acessar serviços públicos de forma mais eficaz, e a conscientização sobre a importância do desenvolvimento infantil aumentou significativamente. Esses resultados reforçam a importância do programa como uma ferramenta de transformação social.

Além disso, os impactos positivos observados fortalecem a legitimidade do programa e justificam a necessidade de continuidade e expansão das ações. O sucesso alcançado até agora demonstra o valor de investir em políticas públicas voltadas para a primeira infância, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. A experiência cearense com o Programa Criança Feliz serve como exemplo para outras regiões, mostrando que, mesmo diante de desafios significativos, é possível promover mudanças substantivas na vida das crianças e famílias, contribuindo para o desenvolvimento humano e social de longo prazo.

6.2.3.5 Análise das Relações entre os Agrupamentos

As relações entre as classes identificadas pela análise de Reinert revelam um entrelaçamento profundo entre os diferentes aspectos da gestão e implementação do Programa Criança Feliz. A Classe 1, que trata da implementação e da intersetorialidade, está diretamente conectada com a Classe 2, que aborda os desafios políticos e administrativos. A intersetorialidade depende, em grande medida, da superação das resistências políticas e da negociação de apoios estratégicos, demonstrando que os fatores políticos e administrativos impactam diretamente a forma como as práticas intersetoriais são desenvolvidas e mantidas.

Simultaneamente, as Classes 3 e 4, que discutem as estratégias de capacitação e monitoramento e os resultados e impactos do programa, estão interligadas com as Classes 1 e 2. A eficácia das práticas de capacitação e monitoramento discutidas na Classe 3 depende da capacidade de enfrentar os desafios administrativos e políticos da Classe 2 e de assegurar uma implementação eficaz e integrada como descrito na Classe 1. Por sua vez, as práticas de capacitação e monitoramento são fundamentais para garantir os resultados positivos observados na Classe 4, reforçando o ciclo de melhoria contínua.

Portanto, o sucesso do Programa Criança Feliz no Ceará depende de uma abordagem integrada e adaptativa que combine superação de desafios políticos com estratégias robustas de capacitação e monitoramento, todas voltadas para alcançar impactos positivos mensuráveis.

6.2.3.6 Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise de Reinert do discurso do (a) coordenador (a) do Programa Mais Infância Ceará evidencia a complexidade e a interconexão dos diferentes elementos que compõem a gestão e implementação do Programa Criança Feliz.

A partir da identificação das quatro classes temáticas — implementação e intersetorialidade, desafios políticos e administrativos, estratégias de capacitação e monitoramento, e resultados e impactos do programa —, é possível compreender como esses aspectos se articulam para criar um programa dinâmico e adaptável, capaz de enfrentar os desafios impostos por contextos sociais, políticos e econômicos adversos.

A abordagem intersetorial emergiu como um elemento central para o sucesso do Programa Criança Feliz, permitindo a colaboração entre diferentes áreas e a construção de uma rede de apoio capaz de atender de maneira abrangente as necessidades das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, o avanço dessa estratégia depende de uma constante negociação política e administrativa, evidenciada pelos desafios enfrentados na adesão dos municípios e na superação de resistências iniciais. As experiências relatadas pela entrevistada demonstram a importância de uma liderança comprometida e de uma articulação eficaz entre os diversos atores envolvidos para manter o foco na proteção e no desenvolvimento infantil.

Além disso, as estratégias de capacitação e monitoramento desempenham um papel crucial na garantia da qualidade dos serviços prestados pelo programa, permitindo que as práticas sejam constantemente aprimoradas e ajustadas às realidades locais. Essa preocupação com a formação contínua e com a adaptação às especificidades de cada comunidade atendida contribui diretamente para os resultados positivos observados, que incluem o fortalecimento dos vínculos familiares, a melhoria do desenvolvimento infantil e o aumento do acesso a serviços de proteção social.

Em suma, o Programa Criança Feliz no Ceará se destaca como uma política pública inovadora e eficaz, capaz de enfrentar desafios complexos por meio de uma abordagem integrada e colaborativa. A análise de Reinert revela que o sucesso do programa reside na sua capacidade de adaptação e na articulação contínua entre diferentes setores e esferas de governo, sempre com o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento das crianças.

Portanto, para assegurar a continuidade e a expansão do programa, é fundamental manter o investimento em práticas intersetoriais, capacitação profissional e monitoramento rigoroso, garantindo que os impactos positivos observados até agora possam ser ampliados e sustentados ao longo do tempo.

6.3 Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma visão profunda sobre sua atuação como multiplicador (a) no Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará. O (A) entrevistado (a) compartilha suas experiências desde que ingressou

no programa, destacando o contraste entre seu trabalho anterior com adolescentes em conflito com a lei e sua nova jornada focada na primeira infância. Ao longo da entrevista, ele (a) descreve as atividades de capacitação e assessoramento que realiza com as equipes municipais, além de sua participação no monitoramento e na implementação das metodologias do programa.

Além de discutir as estratégias e metodologias utilizadas no PCF, o (a) entrevistado (a) reflete sobre a importância do investimento na primeira infância, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Ele (a) enfatiza o papel crucial que o programa desempenha no fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento saudável das crianças, destacando como essas intervenções precoces podem ter um impacto duradouro na vida das crianças acompanhadas. O (A) entrevistado (a) também aborda os desafios enfrentados na execução do programa, incluindo a rotatividade de equipes e a necessidade de adaptação às diferentes realidades dos municípios cearenses.

Por fim, a entrevista nos oferece um olhar detalhado sobre as complexidades e os desafios enfrentados na implementação do Programa Criança Feliz no Ceará. Sua perspectiva revela o comprometimento e a dedicação necessários para garantir que o programa alcance seus objetivos, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e fortalecendo as famílias atendidas. A experiência e as reflexões do (a) multiplicador (a) contribuem para uma compreensão mais ampla do impacto e das particularidades do PCF no contexto do Ceará.

6.3.1 Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará, oferece uma rica fonte de informações sobre a implementação e os desafios enfrentados pelo programa. Sua trajetória, marcada pela transição de um trabalho anterior com adolescentes em conflito com a lei para o foco na primeira infância, revela a complexidade de adaptar-se a novas metodologias e prioridades. A sua experiência no PCF reflete uma perspectiva de transformação pessoal e profissional, bem como a adaptação às demandas específicas do programa.

6.3.1.1 A Importância das Políticas Públicas para a Primeira Infância

A primeira infância é uma fase crucial para o desenvolvimento humano, período em que as experiências e os estímulos recebidos moldam as capacidades cognitivas, emocionais e sociais dos indivíduos. O (A) entrevistado (a) enfatiza essa questão ao afirmar que "a infância

é o chão que a gente pisa para o resto da nossa vida," destacando a importância de investir em políticas públicas que garantam um ambiente saudável e estimulante para as crianças.

O PCF se posiciona como uma política pública essencial nesse contexto, focando em crianças de famílias em situação de vulnerabilidade, inscritas no CadÚnico, além de crianças afastadas do convívio familiar e beneficiárias do BPC. Através das metodologias Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC, 2012) e Guia de Visita Domiciliar (GVD), o programa busca promover um desenvolvimento integral que abrange não apenas o aspecto físico, mas também o emocional, cognitivo e social.

O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará ressalta que essas metodologias estão previstas para se fundirem, criando uma abordagem ainda mais integrada e eficaz. Ele (a) menciona que "com o reordenamento está previsto para as duas se fundirem e formarem uma metodologia só," o que representa um avanço significativo na forma como o PCF é implementado, permitindo uma adaptação ainda mais precisa às necessidades de cada criança.

6.3.1.2 Desafios Estruturais e Operacionais do Programa Criança Feliz

Apesar do seu potencial transformador, o PCF enfrenta desafios estruturais e operacionais que precisam ser superados para que o programa alcance todo o seu potencial. Um dos principais problemas destacados pelo (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará é a alta rotatividade de profissionais, que afeta a continuidade e a qualidade do atendimento oferecido às famílias. Ele (a) observa que "essa rotatividade de profissionais é um problema generalizado em todos os municípios," o que cria dificuldades não apenas na criação de vínculos entre visitantes e famílias, mas também na manutenção de um padrão de qualidade consistente nas intervenções.

A rotatividade de profissionais também implica em custos adicionais, como a necessidade constante de capacitação de novos visitantes, o que pode comprometer os recursos destinados diretamente às atividades de campo. Ele (a) destaca um exemplo concreto, mencionando que "há municípios que estão há quase 2 anos sem receber recursos porque eles não conseguem nem manter 30 por cento das visitas para ele receber aquele mínimo." Esse problema ilustra como a instabilidade nas equipes pode prejudicar gravemente a eficácia do programa.

Outro desafio significativo é a resistência inicial das famílias em aderir ao programa. Essa resistência, conforme apontado pelo (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará, muitas vezes decorre de uma percepção equivocada sobre os objetivos do PCF. Ela explica que algumas famílias veem o programa como "assistencialismo" ou vinculado ao "primeiro-damismo," o que gera desconfiança e dificulta o engajamento inicial. No entanto, ele (a) ressalta que, uma vez que as famílias compreendem o verdadeiro propósito do PCF, a aceitação tende a aumentar significativamente, chegando a criar listas de espera em alguns municípios. Isso sublinha a importância de estratégias de comunicação eficazes que possam esclarecer os objetivos do programa desde o início.

Além disso, o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona a questão da sustentabilidade financeira do PCF, que é uma preocupação constante. Ele (a) destaca que "o financeiro é muito mais essa questão de garantir o financiamento... para garantir esse financiamento a longo prazo," sugerindo que, para que o programa se mantenha e se expanda, é necessário um reordenamento que assegure não apenas a continuidade das atividades, mas também a ampliação do atendimento a um número maior de crianças. A falta de recursos financeiros adequados pode limitar a capacidade do programa de alcançar todas as crianças que necessitam de apoio, reduzindo assim seu impacto potencial.

6.3.1.3 Impacto do Programa Criança Feliz na Vida das Crianças e Famílias

O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma visão otimista sobre o impacto do PCF na vida das crianças e suas famílias, destacando como as visitas domiciliares têm desempenhado um papel crucial na identificação e atendimento de necessidades não atendidas. Ele (a) explica que "o visitador... é orientado a ver de forma mais ampla dentro da residência," o que inclui verificar a saúde, a educação e outras condições de vida das crianças e suas famílias. Essa abordagem holística permite que o PCF funcione como uma ponte entre as famílias vulneráveis e outras políticas públicas, garantindo que elas tenham acesso a uma gama mais ampla de serviços essenciais.

O fortalecimento dos vínculos familiares é outro aspecto crucial do impacto do PCF, conforme destacado pelo (a) entrevistado (a). Ele (a) menciona que "o destaque que merece ser falado é essa questão do fortalecimento de vínculo com as famílias," sublinhando como o programa tem ajudado a transformar as dinâmicas familiares, promovendo maior coesão e apoio mútuo. Esse fortalecimento dos vínculos não apenas beneficia as crianças no

presente, mas também cria uma base sólida para seu desenvolvimento futuro, contribuindo para a prevenção de problemas sociais como a criminalidade.

O (A) entrevistado (a) também compartilha exemplos de como o PCF tem impactado positivamente a educação das crianças atendidas. Ele (a) observa que "as crianças que foram acompanhadas pelo programa estavam a vários passos na frente daquelas crianças que não foram," especialmente em termos de habilidades motoras, sociais e cognitivas. Esses relatos, corroborados por profissionais de educação, demonstram que o investimento na primeira infância, promovido pelo PCF, é uma estratégia eficaz para melhorar os resultados educacionais e preparar as crianças para o sucesso futuro.

6.3.1.4 Estratégias para Superar os Desafios e Ampliar o Impacto do Programa

Superar os desafios enfrentados pelo PCF requer uma abordagem estratégica que envolva tanto a melhoria das condições de trabalho dos profissionais quanto o fortalecimento das estratégias de comunicação e engajamento com as famílias. O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará sugere que uma das formas de reduzir a rotatividade de profissionais seria através da valorização desses trabalhadores, oferecendo-lhes melhores condições de trabalho e perspectivas de crescimento dentro do programa. A criação de planos de carreira poderia ser uma solução eficaz, permitindo que os visitantes vejam no PCF uma oportunidade de desenvolvimento profissional a longo prazo.

Além disso, menciona a importância de melhorar as estratégias de comunicação para aumentar o engajamento das famílias. Ele (a) sugere que campanhas de conscientização poderiam ajudar a esclarecer os objetivos do PCF e demonstrar como o programa pode beneficiar as crianças e suas famílias. Essas campanhas poderiam utilizar uma variedade de meios de comunicação, desde mídias tradicionais como rádio e televisão até plataformas digitais e ações comunitárias, garantindo que a mensagem alcance o maior número possível de pessoas.

Outro aspecto crucial para a sustentabilidade do PCF é a garantia de recursos financeiros a longo prazo. O (A) entrevistado (a) sugere que a articulação entre os diferentes níveis de governo, bem como parcerias com a sociedade civil e o setor privado, pode ser uma estratégia eficaz para assegurar o financiamento contínuo do programa. Ele (a) enfatiza que "o reordenamento está sendo pensado para garantir esse financiamento a longo prazo," destacando a necessidade de uma gestão financeira eficiente que permita a expansão do PCF e a inclusão

de um número maior de crianças.

6.3.1.5 Reflexões sobre o Futuro do Programa Criança Feliz

O futuro do PCF depende de como esses desafios serão enfrentados e das estratégias que serão implementadas para garantir a continuidade e a expansão do programa. O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma visão esperançosa, afirmando que, se o programa continuar a evoluir e se adaptar às necessidades das famílias, ele poderá transformar a vida de milhares de crianças em todo o Brasil. Ele (a) destaca que "se a metodologia for seguida bem direitinha, futuramente teremos um mundo bem melhor do que a gente está planejando hoje," sublinhando o potencial transformador do PCF.

Essa visão otimista é apoiada por evidências de que o PCF já está fazendo a diferença na vida das crianças atendidas. O (A) entrevistado (a) menciona que "os relatos das famílias são fantásticos," mostrando como o programa tem ajudado a mudar a forma como as famílias interagem com seus filhos, promovendo um ambiente mais saudável e propício ao desenvolvimento integral das crianças.

No entanto, para que o PCF alcance todo o seu potencial, é necessário que gestores públicos, profissionais da área e a sociedade civil continuem a apoiar e fortalecer essa iniciativa. Isso inclui não apenas garantir o financiamento adequado, mas também investir na capacitação contínua dos profissionais, na melhoria das estratégias de comunicação e no fortalecimento das parcerias entre diferentes setores. Com um compromisso renovado e uma abordagem estratégica, o PCF pode se tornar uma política pública ainda mais eficaz, capaz de transformar o futuro de milhares de crianças e suas famílias.

6.3.1.6 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará

As palavras do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma visão profunda e prática dos desafios e impactos do Programa Criança Feliz no Ceará. Seu testemunho revela a complexidade da implementação de uma política pública tão ampla e ambiciosa, mas também destaca o enorme potencial do programa para transformar

vidas. Através de uma gestão eficiente, comunicação aprimorada e investimentos contínuos, o PCF pode continuar a promover o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e segura.

O multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará ao focar nas experiências e observações busca não apenas relatar os desafios e sucessos do PCF, mas também refletir sobre as estratégias necessárias para superar os obstáculos e garantir que o programa continue a crescer e a impactar positivamente a vida de milhares de crianças em todo o Brasil.

6.3 Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará

Esta análise examina o discurso do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará, buscando identificar os principais desafios e conquistas na implementação desse programa no estado. A partir de seu relato, é possível compreender como o PCF opera na prática, as dificuldades encontradas pelas equipes de campo, e as estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento infantil e o fortalecimento dos vínculos familiares. Ele (a) oferece uma visão única, tanto pela sua trajetória profissional quanto pela sua experiência direta com o programa, destacando aspectos fundamentais que influenciam sua execução.

No decorrer de seu discurso ele (a) revela a complexidade de sua função como multiplicadora, que envolve desde a capacitação e o assessoramento das equipes municipais até o monitoramento das atividades em campo. Ele (a) também discute as dificuldades associadas à adaptação às metodologias do PCF, especialmente considerando sua formação anterior em outra área de atuação social. Essa perspectiva permite uma reflexão crítica sobre a preparação dos profissionais envolvidos em políticas públicas e a necessidade de um treinamento contínuo e especializado para garantir o sucesso do programa.

Por fim, o discurso do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará traz à tona importantes considerações sobre a sustentabilidade e a efetividade do Programa Criança Feliz, apontando tanto os avanços quanto os entraves para sua plena implementação. As reflexões apresentadas oferecem uma oportunidade valiosa para analisar a operacionalização do programa em contextos desafiadores, como o Ceará, e para propor melhorias que possam fortalecer o impacto positivo do PCF na vida das crianças e das famílias

atendidas.

6.3.1 Desafios Operacionais e Estruturais

O discurso do (a) entrevistado (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará revela inúmeros desafios na execução do programa, destacando as dificuldades estruturais que comprometem sua eficácia. Entre os principais obstáculos apontados está a elevada rotatividade de profissionais nas equipes municipais, que prejudica diretamente a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas. Essa instabilidade afeta a regularidade das visitas domiciliares e a formação contínua dos profissionais, criando falhas no acompanhamento das famílias beneficiadas.

Além disso, enfatiza a insuficiência de recursos financeiros como um fator crítico que limita a expansão do programa e ameaça sua sustentabilidade a longo prazo. A falta de um financiamento adequado compromete a capacidade do PCF de atender a um número maior de crianças e famílias, restringindo seu alcance e impacto nas comunidades em situação de vulnerabilidade.

Esses desafios operacionais indicam a urgente necessidade de políticas públicas mais eficazes para a retenção de profissionais qualificados e para a alocação de recursos suficientes. Investimentos direcionados e estratégias de apoio institucional são essenciais para garantir a continuidade e a expansão das ações do programa, assegurando que ele continue a desempenhar seu papel crucial no desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos vínculos familiares.

6.3.2 Impactos Positivos e Transformadores

Apesar dos desafios, o discurso do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará evidencia os impactos transformadores do PCF na vida das crianças e famílias atendidas. Ele (a) ressaltava que o PCF exerce um papel fundamental no fortalecimento dos vínculos familiares e na promoção de um desenvolvimento infantil saudável, abrangendo dimensões cognitivas, emocionais e sociais. Ao focar na primeira infância, o programa tem o potencial de gerar benefícios de longo prazo, como uma maior probabilidade de sucesso escolar e menores taxas de envolvimento em comportamentos de risco no futuro.

Esse impacto é particularmente significativo em comunidades vulneráveis, onde o PCF frequentemente representa a única intervenção pública disponível para apoiar o desenvolvimento integral das crianças. A atuação do programa nessas áreas contribui para quebrar ciclos de pobreza e exclusão social, oferecendo suporte e orientação para as famílias em um momento crucial do desenvolvimento infantil.

O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca que a transformação promovida pelo programa é claramente perceptível nas mudanças de atitudes e comportamentos dos cuidadores em relação à criação dos filhos, com uma crescente valorização de práticas que fomentam o desenvolvimento holístico das crianças. As famílias atendidas passam a adotar posturas mais conscientes e engajadas, reconhecendo a importância de um ambiente familiar acolhedor e estimulante para o crescimento saudável de seus filhos.

6.3.3 Resistência Inicial e Engajamento das Famílias

O (a) entrevistado (a) também destaca a resistência inicial enfrentada tanto pelas famílias quanto pelos municípios em relação ao Programa Criança Feliz, frequentemente associado a estigmas de "assistencialismo". Ele (a) relata que, no começo, muitos abordavam o PCF com desconfiança, em grande parte devido à sua ligação com políticas públicas de natureza social. Contudo, sua experiência demonstra que, uma vez que as comunidades compreendem o verdadeiro propósito do programa — promover o desenvolvimento infantil e fortalecer os vínculos familiares — o engajamento das famílias aumenta consideravelmente.

Esse ponto ressalta a importância crucial de estratégias de comunicação eficazes e de um processo contínuo de sensibilização para superar preconceitos e garantir a adesão e participação ativa das comunidades no programa. O sucesso do PCF depende, em grande medida, da capacidade de engajar as famílias de forma significativa, o que só é possível quando elas percebem o valor real do programa para o desenvolvimento de seus filhos e para o bem-estar familiar.

6.3.4 Necessidade de Formação e Capacitação Contínua

O discurso do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará

também evidencia a importância crucial da formação e capacitação contínua dos profissionais envolvidos no Programa Criança Feliz (PCF). Com base em sua experiência anterior em outro campo de atuação social, ele (a) ressalta a necessidade de que multiplicadores e visitantes estejam devidamente preparados para lidar com as particularidades do trabalho voltado à primeira infância. A capacitação regular não apenas aprimora as habilidades específicas desses profissionais, mas também facilita a adaptação às metodologias do programa, garantindo intervenções mais eficazes e sensíveis às necessidades das crianças e famílias atendidas.

Essa formação contínua é fundamental para que os profissionais consigam superar as barreiras culturais e socioeconômicas presentes nos diferentes contextos em que atuam, proporcionando um atendimento que respeite e valorize a diversidade das realidades locais. Além disso, ela promove uma abordagem integrada e empática, capacitando os profissionais a identificar e responder de maneira adequada aos desafios enfrentados pelas famílias em situação de vulnerabilidade.

Portanto, investir na capacitação contínua dos profissionais do PCF é essencial para o sucesso do programa, assegurando que suas ações sejam realizadas de forma consistente e que seus objetivos de promover o desenvolvimento integral das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares sejam plenamente alcançados.

6.3.5 Contribuições e Perspectivas Futuras

A análise do discurso do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará revela que, mesmo diante de adversidades, o Programa Criança Feliz exerce um impacto expressivo na criação de um ambiente familiar mais acolhedor e no desenvolvimento integral das crianças em situação de vulnerabilidade. Contudo, para que o programa atinja todo o seu potencial, é essencial superar os desafios estruturais e operacionais apontados, como a elevada rotatividade de equipes e a insuficiência de recursos financeiros.

Para alcançar esse objetivo, é imprescindível reforçar o compromisso dos gestores públicos com a capacitação contínua dos profissionais envolvidos, garantindo que estejam preparados para enfrentar as complexidades do trabalho com a primeira infância. Igualmente importante é a implementação de estratégias mais eficazes de engajamento comunitário, que promovam a adesão ativa das famílias ao programa e assegurem sua sustentabilidade a longo prazo.

Dessa maneira, o Programa Criança Feliz poderá seguir cumprindo sua missão de

transformar vidas e contribuir para um futuro mais justo e equitativo para as crianças e famílias do Ceará, fortalecendo suas bases sociais e ampliando suas oportunidades de desenvolvimento pleno desde os primeiros anos de vida.

6.3.6 Considerações acerca da análise do discurso do (a) multiplicador (a) 01

As considerações finais sobre o discurso do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará revelam a complexidade envolvida na implementação do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará, destacando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados. O relato do (a) entrevistado (a) demonstra que, apesar das dificuldades estruturais, como a alta rotatividade de profissionais e a falta de recursos financeiros, o programa tem alcançado resultados significativos no fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento integral das crianças atendidas. Esses impactos positivos são fundamentais para promover um futuro mais equitativo e para reduzir desigualdades, especialmente em comunidades vulneráveis.

No entanto, é evidente que para ampliar o alcance e a eficácia do PCF, é necessário superar obstáculos críticos. A análise do discurso do (a) entrevistado (a) sugere que um maior investimento em capacitação contínua e especializada dos profissionais envolvidos é essencial para garantir a qualidade das intervenções e para adaptar as metodologias do programa às diversas realidades locais. Além disso, estratégias mais eficazes de engajamento comunitário e comunicação poderiam minimizar a resistência inicial e aumentar a participação ativa das famílias, consolidando o programa como uma política pública robusta e amplamente aceita.

Em suma, o discurso do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece insights valiosos sobre a operacionalização do Programa Criança Feliz no Ceará, apontando caminhos para seu fortalecimento. A experiência compartilhada por ela evidencia o potencial transformador do programa e a importância de um compromisso institucional e comunitário para sua continuidade e expansão. Ao enfrentar seus desafios e construir sobre seus sucessos, o PCF poderá continuar a gerar impactos duradouros, promovendo um desenvolvimento saudável para as crianças e um ambiente familiar mais acolhedor e seguro para as futuras gerações.

6.4 Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

O Programa Criança Feliz (PCF) é uma política pública crucial no Brasil, voltada para o desenvolvimento integral de crianças em situação de vulnerabilidade. Através de visitas domiciliares e outras atividades, o programa busca fortalecer os vínculos familiares e promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará, foi analisada utilizando o software IRAMUTEQ, que identificou cinco classes distintas de palavras, cada uma refletindo diferentes aspectos do programa. Esta análise crítica examina cada uma dessas classes, oferecendo uma compreensão mais profunda dos desafios e das oportunidades associados ao PCF.

6.4.1 Classe 1: *Aprendizado e Adaptação no Campo*

Palavras-chave: saber, melhor, dentro, mundo, agora, dizer, criança, casa, afastado, recente, aprender. A Classe 1 destaca o processo de aprendizado e adaptação pelo qual o entrevistado (a) passou ao ingressar no PCF, especialmente ao lidar com crianças e famílias em situações de vulnerabilidade. O uso de termos como "saber", "melhor", "aprender" e "recente" indica uma curva de aprendizado, onde o (a) Multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará teve que se adaptar rapidamente a um novo ambiente de trabalho e entender as complexidades do campo em que atua.

O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona que, ao entrar no programa, "tudo era muito novo" para ele (a), especialmente porque vinha de uma área de atuação completamente diferente, trabalhando com adolescentes em conflito com a lei. Essa mudança exigiu que ela adquirisse novos conhecimentos e habilidades para lidar eficazmente com as famílias e crianças atendidas pelo PCF. A referência a "criança", "casa", e "afastado" sugere que o (a) Multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará teve que se familiarizar com as realidades das famílias que vivem em locais remotos ou em condições de isolamento, o que acrescenta uma camada de complexidade ao seu trabalho.

Comentário Crítico: A experiência do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará reflete a necessidade de capacitação contínua e suporte para os profissionais do PCF, especialmente aqueles que estão ingressando em novos papéis. O

aprendizado no campo é fundamental para que esses profissionais possam desempenhar suas funções com eficácia e empatia. Além disso, a adaptação às realidades das famílias atendidas, muitas vezes vivendo em condições de isolamento ou vulnerabilidade extrema, é crucial para o sucesso das intervenções. O PCF deve continuar a investir na formação e no desenvolvimento dos seus profissionais, garantindo que eles tenham as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios do campo.

6.4.2 Classe 2: Desafios Estruturais e Operacionais

Palavras-chave: questão, achar, infância, desafio, facilitar, assistência, tranquilo, acreditar, violência, acontecer, rotatividade, investimento. A Classe 2 reflete os desafios estruturais e operacionais enfrentados pelo PCF. Palavras como "desafio", "rotatividade", e "investimento" apontam para as dificuldades que o programa enfrenta em termos de recursos humanos e financeiros. O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará fala da "rotatividade de profissionais" como um dos principais obstáculos, que não só compromete a continuidade das visitas domiciliares, mas também aumenta os custos com capacitação e gestão de pessoal.

Além disso, a palavra "violência" aparece como um desafio constante enfrentado pelas famílias atendidas pelo programa. O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona que, muitas vezes, as crianças e suas famílias vivem em ambientes onde a violência é uma realidade diária, o que complica ainda mais o trabalho dos visitantes. A "assistência" fornecida pelo PCF, nesse contexto, vai além das intervenções tradicionais, exigindo uma abordagem mais holística que aborde tanto as necessidades imediatas quanto os fatores subjacentes que perpetuam a vulnerabilidade.

Os desafios estruturais e operacionais do PCF destacam a necessidade de uma gestão eficiente e de uma alocação adequada de recursos. A alta rotatividade de profissionais é um problema crítico que afeta a qualidade e a consistência do atendimento oferecido às famílias. Para mitigar esse problema, é essencial que o PCF desenvolva estratégias para reter talentos, como planos de carreira e incentivos. Além disso, o programa precisa de investimentos contínuos para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. A abordagem da violência e de outros desafios sociais enfrentados pelas famílias também requer uma coordenação eficaz com

outras políticas públicas, assegurando que as intervenções do PCF sejam complementadas por outras formas de apoio e proteção social.

6.4.3 Classe 3: Gestão e Operacionalização

Palavras-chave: comunicação, monitoramento, municipal, assessoramento, capacitação, equipe, processo, metodologia, beneficiários, domiciliar, supervisor, virtual. A Classe 3 foca na gestão e operacionalização do PCF, com ênfase em palavras como "comunicação", "monitoramento", "capacitação" e "metodologia". Esses termos refletem a complexidade de administrar um programa que opera em escala nacional, exigindo uma coordenação cuidadosa entre os diferentes níveis de governo e as equipes locais.

O (A) entrevistado (a) menciona a importância do "assessoramento" e do "monitoramento" para garantir que as metodologias do programa sejam seguidas corretamente e que as visitas domiciliares atendam aos padrões esperados. A "comunicação" é destacada como um fator chave para o sucesso do programa, tanto entre as equipes internas quanto com as famílias beneficiadas. A capacitação contínua das equipes é essencial para garantir que os visitantes e supervisores estejam preparados para lidar com as diversas situações que encontram em campo.

A eficácia do PCF depende de uma gestão robusta e de processos operacionais bem definidos. A comunicação eficaz é fundamental para garantir que todas as partes envolvidas no programa estejam alinhadas e trabalhem em conjunto para alcançar os objetivos estabelecidos. O monitoramento regular das atividades permite que os gestores identifiquem problemas e ajustem as estratégias conforme necessário, garantindo a qualidade das intervenções. A capacitação contínua das equipes é outro elemento crucial, garantindo que os profissionais estejam atualizados sobre as melhores práticas e prontos para implementar as metodologias de forma eficaz. Para que o PCF funcione de maneira eficiente, é necessário um sistema de gestão que promova a transparência, a responsabilidade e a cooperação entre todos os níveis de operação.

6.4.4 Classe 4: Fortalecimento dos Vínculos Familiares

Palavras-chave: vínculo, brincar, relato, olhar, conversar, atividade, grupo, trabalhar, ler, repassar, criança, programa. A Classe 4 reflete o foco do PCF no fortalecimento dos vínculos familiares, destacando palavras como "vínculo", "brincar", "conversar" e "criança". Essas atividades são centrais para a abordagem do programa, que busca promover interações positivas entre pais e filhos, fortalecendo os laços afetivos e criando um ambiente propício ao desenvolvimento integral das crianças.

O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona que o PCF incentiva as famílias a "brincar" com as crianças e a "conversar" com elas, reconhecendo o valor dessas interações para o desenvolvimento emocional e social. Ele (a) também destaca os "relatos" das famílias, que mostram como o programa tem ajudado a transformar as dinâmicas familiares, criando um ambiente mais saudável e acolhedor. O foco em atividades lúdicas e na comunicação dentro das famílias é um dos pilares do PCF, essencial para garantir que as crianças cresçam em um ambiente que apoie seu desenvolvimento.

O fortalecimento dos vínculos familiares é um dos aspectos mais importantes do PCF, pois estabelece a base para um desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças. As interações positivas entre pais e filhos, como o brincar e o diálogo, são fundamentais para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. O PCF desempenha um papel crucial ao sensibilizar as famílias para a importância dessas práticas, promovendo mudanças comportamentais que podem ter um impacto duradouro. No entanto, para que essas mudanças sejam sustentáveis, é necessário um acompanhamento contínuo e um apoio constante às famílias, garantindo que elas tenham as ferramentas e os recursos necessários para continuar a fortalecer esses vínculos.

6.4.5 Classe 5: Prática das Visitas Domiciliares

Palavras-chave: visita, realizar, plano, observar, residência, registrar, portaria, sistema, visitador, ponto, chegar, passar, faixa. A Classe 5 está centrada na prática das visitas domiciliares, uma componente central do PCF. Palavras como "visita", "residência", "registrar", e "visitador" refletem o foco nos aspectos operacionais e metodológicos dessas visitas, incluindo o planejamento, a execução e o registro das atividades realizadas.

O (A) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará descreve o processo de visitas como uma oportunidade para "observar" e "registrar" as condições das famílias, permitindo uma avaliação precisa das necessidades e a implementação de intervenções

adequadas. Ele (a) também menciona a importância de seguir as "portarias" e os "planos" estabelecidos para garantir que as visitas sejam realizadas de maneira consistente e eficaz. A atenção aos detalhes durante as visitas, como a "observação" dos comportamentos e a "chegada" ao ponto de visita, é crucial para o sucesso do programa.

Comentário Crítico: As visitas domiciliares são uma ferramenta fundamental do PCF, pois permitem que os profissionais avaliem diretamente as condições de vida das crianças e suas famílias, oferecendo intervenções personalizadas e eficazes. A necessidade de registrar e documentar essas visitas é essencial para o monitoramento e a avaliação do programa, garantindo que as ações estejam alinhadas com os objetivos estabelecidos. Além disso, o cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas, como as portarias que regulamentam as visitas, é vital para manter a integridade e a consistência do programa. A prática das visitas domiciliares exige um alto nível de profissionalismo e dedicação, assegurando que cada visita contribua para o bem-estar e o desenvolvimento das crianças atendidas.

6.4.6 Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise das cinco classes identificadas pelo IRAMUTEQ na entrevista do (a) multiplicador (a) nº 1 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma compreensão aprofundada dos diversos aspectos do Programa Criança Feliz. Desde o aprendizado e adaptação dos profissionais até os desafios estruturais e operacionais, passando pela gestão do programa e o fortalecimento dos vínculos familiares, cada classe reflete uma dimensão importante do trabalho realizado pelo PCF.

Essas análises mostram que, apesar dos desafios enfrentados, o PCF tem um impacto significativo na vida das crianças e famílias atendidas. O sucesso do programa depende de uma gestão eficiente, de uma comunicação eficaz e de um apoio contínuo às equipes e às famílias. Para que o PCF continue a crescer e a impactar positivamente a vida de milhares de crianças, é essencial que gestores públicos, profissionais da área e a sociedade civil trabalhem juntos para fortalecer essa iniciativa.

O futuro do PCF é promissor, mas depende de um compromisso renovado com a qualidade, a sustentabilidade e a inovação. Com as estratégias certas e um enfoque centrado nas necessidades das crianças e suas famílias, o PCF pode continuar a desempenhar um papel vital no desenvolvimento da próxima geração de brasileiros, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

6.5 Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará

Para apresentar a entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará, é importante destacar os principais pontos abordados, que refletem sua experiência e as práticas adotadas na execução do programa. Ele (a) atua no PCF desde janeiro de 2021, e seu papel envolve assessorar, capacitar e monitorar 30 municípios em três regiões do estado: Litoral Leste, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe.

Ele (a) menciona que o PCF é um programa destinado a famílias em situação de vulnerabilidade, inscritas no Cadastro Único, com crianças de 0 a 3 anos, gestantes e crianças que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) até 6 anos de idade. O conceito de família no contexto do programa é ampliado, incluindo diversos arranjos familiares, como famílias monoparentais, homoafetivas, ou nas quais a criança é criada por avós ou outros parentes.

O (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará enfatiza a importância da capacitação dos profissionais envolvidos no PCF, que abrange técnicas como o guia de visita domiciliar e os cuidados para o desenvolvimento da criança. Ele (a) explica que as atividades de capacitação e monitoramento realizadas pelos técnicos estaduais são fundamentais para garantir a implementação adequada das metodologias do programa nos municípios. Além disso, destaca o papel das visitas domiciliares, essenciais para o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento infantil, e a adaptação das atividades durante a pandemia de COVID-19 para manter o atendimento às famílias, mesmo em situações adversas.

O (a) entrevistado (a) também aborda os desafios financeiros e operacionais enfrentados pelo programa, especialmente relacionados ao financiamento e à rotatividade dos profissionais, que impactam a continuidade das ações. Apesar dessas dificuldades, ele (a) acredita na relevância e no impacto positivo do programa no fortalecimento do desenvolvimento infantil e no combate às desigualdades sociais.

O (A) entrevistado (a) vê o PCF como uma iniciativa bem-sucedida no Ceará, com reconhecimento nacional, evidenciado por prêmios e convites para capacitar equipes de outros

estados. Ele expressa orgulho por fazer parte de uma equipe competente e dedicada, destacando a importância do engajamento das famílias para a eficácia do programa.

Em resumo, a entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma visão abrangente sobre a execução e os desafios do Programa Criança Feliz no Ceará, destacando seu compromisso com a primeira infância e o desenvolvimento integral das crianças mais vulneráveis.

6.5.1 Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará revela aspectos fundamentais da implementação e execução do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará, evidenciando tanto as conquistas quanto os desafios enfrentados pela equipe técnica.

A análise crítica dessa entrevista buscará explorar em profundidade os pontos levantados pelo entrevistado (a), como as práticas de capacitação e monitoramento, a adaptação do programa às diversas realidades sociais e culturais, e os obstáculos financeiros e operacionais que impactam a continuidade e a eficácia das ações. Será dada ênfase à análise das estratégias adotadas para garantir o engajamento das famílias e a sustentabilidade do programa, bem como à reflexão sobre a resiliência demonstrada durante a pandemia e as perspectivas futuras para o fortalecimento do PCF no estado. Por meio dessa análise, pretende-se avaliar o impacto do programa nas comunidades atendidas e os desafios que precisam ser superados para que seu alcance e efetividade sejam ampliados.

6.5.2 Clareza e Consistência Argumentativa

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará é clara e bem estruturada, com uma organização que facilita a compreensão dos principais objetivos e desafios do PCF. Ele (a) apresenta as informações de maneira coesa, o que reflete seu conhecimento profundo do programa e das políticas públicas associadas.

No entanto, a repetição de algumas informações ao longo da entrevista, especialmente em relação aos desafios financeiros e à rotatividade de profissionais, poderia ter sido evitada. Consolidar esses pontos em uma única explicação teria fortalecido a

argumentação, eliminando redundâncias que comprometem a fluidez do discurso.

6.5.3 Profundidade das Respostas

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma visão detalhada das operações e estratégias do PCF, especialmente no que diz respeito à capacitação dos profissionais e ao monitoramento das atividades nos municípios. Ele (a) demonstra um conhecimento sólido sobre a importância da infância para o desenvolvimento humano e sobre como o PCF contribui para esse processo.

Entretanto, faltou uma análise mais crítica e aprofundada sobre as limitações do programa. Apesar de mencionar problemas como a falta de recursos financeiros e a alta rotatividade de profissionais, o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará não explora suficientemente como essas questões poderiam ser mitigadas. A ausência de propostas concretas para resolver esses desafios limita o potencial da entrevista para oferecer insights sobre possíveis melhorias no PCF.

6.5.4 Relevância e Atualidade

A entrevista aborda temas de grande relevância no contexto social brasileiro, como a pobreza, a vulnerabilidade social e a importância do desenvolvimento na primeira infância. O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca a abrangência do PCF no Ceará, com todos os 184 municípios aderindo ao programa, o que demonstra a seriedade e a importância atribuída ao programa no estado.

Contudo, a análise das implicações da pandemia de COVID-19 e das adaptações feitas pelo PCF poderia ter sido mais profunda. Embora o (a) entrevistado (a) mencione as mudanças nas metodologias de visitação durante a pandemia, ele (a) não explora suficientemente as lições aprendidas e como essas poderiam influenciar as estratégias futuras do programa. Uma discussão mais detalhada sobre o impacto dessas adaptações e a possível integração de novas tecnologias no pós-pandemia teria enriquecido a entrevista.

6.5.5 Críticas à implementação e desafios

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará identifica a resistência inicial à implementação do PCF e os desafios financeiros enfrentados pelos municípios como obstáculos significativos. Sua crítica à prática do "primeiro-damismo" é pertinente, pois essa abordagem assistencialista pode comprometer a sustentabilidade e a eficácia de políticas públicas. No entanto, ele (a) minimiza o impacto dessa prática ao afirmar que o PCF é uma exceção devido ao seu sucesso no Ceará.

A entrevista poderia ter sido mais contundente na crítica às limitações estruturais do PCF. A dependência de repasses federais e a remuneração inadequada dos visitantes são questões cruciais que exigem maior atenção. O (A) entrevistado (a) poderia ter explorado possíveis soluções, como a revisão do modelo de financiamento ou a implementação de políticas para reduzir a rotatividade dos profissionais. Uma análise mais profunda dessas questões teria proporcionado uma visão mais crítica e construtiva do programa.

6.5.6 Impacto e Futuro do Programa

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará demonstra otimismo em relação ao futuro do PCF, mencionando o reordenamento do programa pelo governo federal e a ampliação do público-alvo. Ele (a) destaca o papel do Ceará como referência nacional, o que é um ponto positivo e reforça a relevância do PCF no estado.

No entanto, a entrevista poderia ter explorado melhor as implicações dessas mudanças. A ampliação do público-alvo, por exemplo, pode trazer novos desafios em termos de recursos e capacitação de profissionais. O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará poderia ter abordado como o programa pretende enfrentar esses desafios e garantir que a qualidade dos serviços seja mantida, mesmo com um aumento na demanda.

6.5.7 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 02

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará proporciona uma visão abrangente e detalhada do Programa Criança Feliz no Ceará, destacando a clareza e a organização de suas respostas. O (A) entrevistado (a) demonstra um profundo conhecimento do programa, elucidando os principais aspectos operacionais e os desafios enfrentados na implementação das políticas públicas voltadas para a primeira infância. Essa clareza contribui para uma compreensão mais completa do funcionamento do programa e de sua relevância social.

Apesar disso, a entrevista teria se beneficiado de uma análise crítica mais profunda, especialmente no que diz respeito à identificação de soluções concretas para os desafios apontados.

Embora o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará aborde as dificuldades enfrentadas durante a pandemia e as adaptações necessárias, ele (a) não explora suficientemente as oportunidades para inovações na metodologia do programa. Uma reflexão mais detalhada sobre essas questões poderia ter enriquecido a discussão, oferecendo insights valiosos para o aprimoramento das estratégias adotadas.

Em resumo, a entrevista é informativa e relevante, mas carece de uma abordagem mais crítica que vá além da descrição das atividades e desafios. Propostas mais detalhadas para o aprimoramento das políticas públicas associadas ao Programa Criança Feliz teriam proporcionado uma visão mais construtiva, destacando não apenas os sucessos alcançados, mas também as áreas onde há espaço para melhorias significativas. Essa perspectiva mais crítica contribuiria para fortalecer o debate em torno do futuro do programa e seu impacto nas comunidades atendidas.

6.6 Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará

Esta análise examina o discurso do (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará com o objetivo de identificar os principais desafios e conquistas na implementação do programa no estado. O (A) entrevistado (a) oferece uma visão abrangente de como o PCF opera na prática, evidenciando tanto as dificuldades enfrentadas pelas equipes de campo quanto as estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento infantil e fortalecer os vínculos familiares. Sua perspectiva é enriquecida pela experiência direta e pela

compreensão profunda do programa, proporcionando insights valiosos sobre os fatores que influenciam sua execução.

Ao longo de seu discurso, ele (a) aborda a complexidade de sua função como multiplicador, que inclui desde a capacitação e o assessoramento das equipes municipais até o monitoramento das atividades em campo. Ele (a) destaca os desafios associados à escassez de recursos financeiros, à alta rotatividade de profissionais, e à necessidade de adaptação constante às diferentes realidades locais. Essa análise permite refletir criticamente sobre a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir a continuidade e a expansão do PCF, incluindo a alocação de recursos suficientes e o fortalecimento das equipes de campo por meio de treinamento contínuo e especializado.

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará também discute os impactos positivos do PCF nas comunidades atendidas, enfatizando como o programa tem contribuído para a transformação das vidas das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. Ele (a) ressalta que, apesar dos obstáculos enfrentados, o PCF desempenha um papel fundamental na promoção de um desenvolvimento infantil saudável e na construção de um futuro mais equitativo. As reflexões apresentadas pelo (a) entrevistado (a) oferecem uma oportunidade importante para analisar a operacionalização do programa em contextos desafiadores, como o Ceará, e propor melhorias que possam aumentar seu impacto positivo.

6.6.1 Desafios na Capacitação e Monitoramento

O discurso do (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca a complexidade envolvida na capacitação contínua dos profissionais do Programa Criança Feliz (PCF). A capacitação é uma tarefa central para garantir a qualidade das visitas domiciliares e do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, mas enfrenta obstáculos significativos. Um dos principais desafios mencionados é a alta rotatividade de profissionais nas equipes municipais, o que cria dificuldades para manter um quadro estável de visitantes capacitados. Essa rotatividade impacta diretamente a consistência e a qualidade do trabalho, gerando lacunas no conhecimento e comprometendo a continuidade das atividades. Como consequência, torna-se necessário um esforço constante para recrutar e formar novos profissionais, o que sobrecarrega as equipes de coordenação e reduz a eficiência do programa.

O monitoramento das ações do PCF, por sua vez, é um componente crucial para avaliar o impacto das intervenções e ajustar as estratégias de acordo com as necessidades das comunidades atendidas. No entanto, o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no

Ceará salienta que o monitoramento também enfrenta desafios logísticos significativos. A extensão territorial do Ceará, combinada com a dificuldade de acesso a áreas rurais e isoladas, exige planejamento minucioso e alocação adequada de recursos humanos e materiais. As visitas de monitoramento in loco são essenciais para observar de perto a execução das visitas domiciliares, mas exigem um grande investimento de tempo e recursos, especialmente considerando que o monitoramento deve ser realizado em todos os municípios, pelo menos uma vez ao ano.

Outro desafio relevante é a falta de recursos financeiros adequados para sustentar as operações de capacitação e monitoramento. O (A) entrevistado (a) observa que, muitas vezes, os recursos repassados aos municípios são insuficientes para cobrir todas as despesas associadas à execução do programa, incluindo o treinamento contínuo dos visitantes e a manutenção das atividades de monitoramento. A insuficiência de financiamento limita a capacidade de expansão do programa e afeta diretamente sua sustentabilidade a longo prazo. Sem os recursos necessários, torna-se difícil garantir que todas as famílias recebam o apoio adequado e que os objetivos do programa sejam plenamente alcançados, comprometendo o alcance e o impacto do PCF nas comunidades em situação de vulnerabilidade.

6.6.2 Integração Intersetorial e Parcerias

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará enfatiza a importância da integração intersetorial e das parcerias como pilares fundamentais para o sucesso do Programa Criança Feliz (PCF). Ele (a) menciona que a colaboração entre o PCF e o Programa Mais Infância Ceará tem sido satisfatória, facilitando a implementação de estratégias conjuntas e o compartilhamento de recursos e conhecimentos. Essa parceria possibilita uma abordagem mais abrangente e integrada para atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo um trabalho mais eficiente e focado no fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento infantil. A integração com outros setores, como saúde, educação e cultura, é igualmente essencial para garantir que as famílias tenham acesso a um conjunto completo de políticas públicas.

No entanto, essa intersetorialidade também apresenta desafios consideráveis. O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca que a sobrecarga dos setores parceiros, como o sistema de saúde e educação, muitas vezes dificulta a coordenação e a implementação conjunta de atividades. A falta de uma comunicação fluida entre as diferentes secretarias e departamentos pode resultar em duplicação de esforços ou, pior, em lacunas no

atendimento às famílias. Além disso, a necessidade de coordenar múltiplos atores e assegurar que todos estejam alinhados aos objetivos do programa requer uma gestão eficiente e recursos adicionais, que nem sempre estão disponíveis. Essas barreiras dificultam a execução plena das ações planejadas e limitam o alcance do programa.

Para enfrentar esses desafios, o PCF precisa desenvolver mecanismos robustos de coordenação e comunicação que garantam o alinhamento entre todos os parceiros envolvidos. Isso inclui a criação de plataformas de comunicação intersetorial eficazes, a capacitação de profissionais para trabalhar em contextos colaborativos e a implementação de processos de monitoramento e avaliação que considerem a contribuição de todos os setores. Além disso, é fundamental que haja um compromisso político e financeiro sólido, tanto em nível estadual quanto municipal, para sustentar essas parcerias. A intersetorialidade não deve ser vista apenas como um meio de otimizar recursos, mas como uma estratégia indispensável para alcançar um impacto social mais amplo e profundo.

6.6.3 Adaptações durante a Pandemia de COVID-19

Durante a pandemia de COVID-19, o Programa Criança Feliz (PCF) enfrentou desafios sem precedentes, que exigiram adaptações rápidas e criativas para garantir a continuidade das atividades. O discurso do (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca como o programa se reinventou para atender às necessidades das famílias em um contexto de distanciamento social. As visitas domiciliares, que são o coração do PCF, precisaram ser substituídas por visitas remotas, utilizando ferramentas como videochamadas, ligações telefônicas e mensagens via WhatsApp. Para famílias sem acesso a essas tecnologias, os visitantes deixavam materiais educativos na porta das residências e os recolhiam na semana seguinte. Essas adaptações foram essenciais para manter o contato com as famílias e garantir que o programa não fosse interrompido, mas apresentaram limitações significativas.

Embora as visitas remotas tenham permitido uma continuidade mínima do programa, o (a) entrevistado (a) observa que a eficácia dessas visitas foi inferior à das visitas presenciais. A falta de contato direto entre os visitantes e as famílias comprometeu a qualidade do atendimento e reduziu o impacto das intervenções. As visitas presenciais permitem uma observação mais detalhada do ambiente familiar e uma interação mais profunda com as crianças e cuidadores, aspectos que são difíceis de replicar em um formato virtual. Além disso, a implementação dessas estratégias exigiu uma adaptação rápida por parte dos profissionais, que

tiveram que aprender novas habilidades tecnológicas e adaptar suas abordagens de comunicação, o que nem sempre foi fácil.

Com o fim das restrições sanitárias, o PCF priorizou o retorno às visitas presenciais, reconhecendo sua importância para o sucesso do programa. No entanto, as adaptações feitas durante a pandemia evidenciaram a necessidade de desenvolver estratégias de contingência mais robustas para enfrentar crises futuras. Isso inclui a criação de protocolos para o uso de tecnologias de comunicação em casos de emergência e o fortalecimento da infraestrutura digital das equipes envolvidas. As lições aprendidas durante a pandemia devem ser incorporadas às práticas do programa, garantindo que o PCF esteja mais bem preparado para lidar com situações adversas e continue a oferecer um suporte valioso às crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

6.6.4 Resultados e Reconhecimento Nacional

O discurso do (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará sublinha que o Ceará é um estado de destaque na execução do Programa Criança Feliz (PCF), sendo frequentemente solicitado a capacitar equipes de outros estados e recebendo prêmios de reconhecimento pela qualidade de suas práticas. Ele (a) aponta que todos os 184 municípios do Ceará aderiram ao programa, demonstrando um alto nível de comprometimento e seriedade na implementação das ações previstas. Este nível de adesão reflete a eficácia das estratégias adotadas e a importância atribuída ao programa pelas autoridades locais, bem como a dedicação das equipes envolvidas no dia a dia das atividades.

Os resultados do PCF no Ceará são especialmente visíveis nas mudanças observadas nas crianças atendidas. O (A) entrevistado (a) menciona relatos de professores que identificaram diferenças significativas no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças que participaram do programa, em comparação com aquelas que não tiveram a mesma oportunidade. As crianças acompanhadas pelo PCF tendem a apresentar melhores resultados escolares, maior engajamento social e menores índices de comportamentos de risco, demonstrando que a intervenção precoce é eficaz para promover um desenvolvimento saudável e integral. Além disso, o fortalecimento dos vínculos familiares e o aumento da consciência sobre a importância dos cuidados na primeira infância são benefícios amplamente reconhecidos.

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca ainda que o reconhecimento nacional do Ceará como um modelo de boas práticas é uma motivação

adicional para continuar aprimorando o programa e expandindo seu alcance. O estado frequentemente capacita técnicos de outras regiões, compartilhando suas metodologias e experiências para inspirar melhorias em nível nacional. Ele (a) vê as recentes mudanças propostas pelo governo federal, que incluem a transformação do PCF em um serviço integrado ao CRAS, como uma oportunidade para ampliar ainda mais o público atendido e fortalecer o impacto do programa. A expectativa é de que, com essas inovações, o PCF continue a crescer e a se consolidar como uma intervenção essencial para a promoção do desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos vínculos familiares em comunidades vulneráveis.

6.7 Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise de Reinert, aplicada ao discurso do (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará, proporciona uma visão detalhada das principais temáticas que emergem na sua fala sobre o Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará. Através da concorrência de palavras e conceitos, essa análise identificou quatro classes centrais que refletem diferentes aspectos da implementação e operação do programa. A seguir, apresento a análise detalhada de cada uma dessas classes, bem como as relações entre elas e as considerações finais.

6.7.1 Classe 1: Capacitação e Monitoramento

A primeira classe, intitulada “Capacitação e Monitoramento”, agrupa termos que evidenciam a importância da formação contínua e do acompanhamento sistemático das atividades do PCF. Palavras como “capacitação”, “visitadores”, “supervisores”, “metodologia” e “formação” aparecem com frequência, sublinhando o papel central que a capacitação desempenha na execução do programa.

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca que a formação dos profissionais é fundamental para garantir que as visitas domiciliares sejam realizadas de acordo com as diretrizes do programa. Essa classe indica que a capacitação é vista não apenas como uma etapa inicial, mas como um processo contínuo, necessário para adaptar as intervenções às diferentes realidades locais e para responder a novos desafios, como aqueles impostos pela pandemia de COVID-19. O monitoramento, por sua vez, assegura que as práticas adotadas pelos municípios estejam alinhadas com os objetivos do programa, permitindo ajustes e correções quando necessário.

6.7.2 Classe 2: Adaptação durante a Pandemia

A segunda classe, “Adaptação durante a Pandemia”, reflete o esforço do PCF em se adaptar às condições impostas pela pandemia de COVID-19. Termos como “visitas remotas”, “tecnologia”, “pandemia”, “distanciamento” e “virtual” são predominantes, revelando a flexibilidade e a capacidade de inovação do programa em um contexto de crise.

Durante a pandemia, as visitas domiciliares, que são o cerne do PCF, precisaram ser adaptadas para o formato remoto, utilizando videochamadas, ligações telefônicas e até mesmo aplicativos de mensagens para manter o contato com as famílias. Essa classe evidencia a resiliência da equipe do PCF, que, apesar das limitações, conseguiu manter o suporte às famílias em situação de vulnerabilidade, evitando a interrupção do acompanhamento e do desenvolvimento infantil.

6.7.3 Classe 3: Desafios Financeiros e Operacionais

Na terceira classe, “Desafios Financeiros e Operacionais”, emergem palavras como “financiamento”, “recursos”, “rotatividade”, “demandas” e “remuneração”. Essa classe aborda os obstáculos financeiros e operacionais enfrentados pelo PCF, que impactam diretamente a sua eficácia e sustentabilidade.

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona que o financiamento do programa, principalmente em nível municipal, muitas vezes é insuficiente para cobrir todos os custos, o que resulta em dificuldades para a manutenção das equipes e na alta rotatividade dos profissionais. Essa rotatividade é particularmente problemática, pois afeta a continuidade do trabalho, exigindo constantes capacitações para novos membros da equipe. A análise dessa classe revela que os desafios financeiros e operacionais são fatores críticos que precisam ser superados para garantir a continuidade e a qualidade das ações do PCF.

6.7.4 Classe 4: Percepção Ampliada de Família e Impacto Social

A última classe, “Percepção Ampliada de Família e Impacto Social”, reúne palavras como “família”, “vulnerabilidade”, “desenvolvimento”, “infância” e “social”. Essa classe destaca a visão ampliada do conceito de família adotada pelo PCF, que reconhece a diversidade

dos arranjos familiares e a importância de fortalecer os vínculos familiares para promover o desenvolvimento infantil.

O (A) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará enfatiza que o PCF trabalha com diferentes tipos de famílias, indo além do modelo tradicional. Essa abordagem inclusiva é crucial para atender às diversas realidades sociais encontradas nas comunidades cearenses, garantindo que todas as crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso ao suporte necessário para um desenvolvimento saudável. A classe também reflete o impacto social do PCF, visto como um instrumento importante no combate às desigualdades e na promoção de justiça social, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da primeira infância.

6.7.5 Análise dos Agrupamentos

A análise dos agrupamentos revela que as classes identificadas não são independentes, mas interligadas, formando uma rede complexa de relações que sustentam a operação do PCF no Ceará. A capacitação e o monitoramento (Classe 1) são fundamentais para enfrentar os desafios operacionais e financeiros (Classe 3), garantindo que, mesmo com limitações de recursos, as práticas do programa mantenham um padrão de qualidade.

A adaptação durante a pandemia (Classe 2) mostrou-se crucial para a continuidade das atividades do PCF, evidenciando a necessidade de uma formação robusta e flexível que permitisse a rápida transição para novos formatos de atendimento. Essa adaptação também reforçou o impacto social do programa (Classe 4), pois manteve o apoio às famílias em momentos de crise, fortalecendo os laços de confiança entre a equipe do PCF e as comunidades atendidas.

Por fim, a percepção ampliada de família e o foco no impacto social (Classe 4) permeiam todas as outras classes, pois a visão inclusiva e o compromisso com o desenvolvimento infantil orientam todas as ações do programa, desde a capacitação dos profissionais até a superação dos desafios operacionais.

6.4.3.6 Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise de Reinert da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará evidencia a complexidade e a relevância do Programa Criança Feliz

(PCF) no Ceará, destacando uma estrutura discursiva rica e interconectada. As quatro classes identificadas – capacitação e monitoramento, adaptação durante a pandemia, desafios financeiros e operacionais, e percepção ampliada de família e impacto social – revelam os principais desafios, estratégias e percepções que orientam a execução do programa. Apesar das adversidades, o PCF tem demonstrado sucesso significativo no fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento de crianças em situação de vulnerabilidade.

Os agrupamentos mostram que o êxito do PCF depende de uma combinação crucial de fatores: capacitação contínua, adaptação às novas realidades, superação de obstáculos financeiros e operacionais, e uma abordagem inclusiva e abrangente do conceito de família. Esses elementos são interdependentes e fundamentais para garantir a sustentabilidade e a eficácia do programa, que se apresenta como uma ferramenta essencial para a promoção da justiça social e na construção de um futuro mais equitativo para as crianças do Ceará. A inter-relação entre essas dimensões destaca a importância de uma estratégia integrada que responda às múltiplas necessidades e desafios das famílias atendidas.

Para que o PCF continue a expandir e consolidar seus resultados, é indispensável investir continuamente em capacitação, inovação nas práticas de atendimento e em uma abordagem integrada que contemple as diferentes realidades das comunidades. Com essas ações, o PCF poderá fortalecer seu papel como modelo de referência no Brasil, contribuindo para a transformação social e o desenvolvimento saudável e integral das futuras gerações.

6.8 Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará

Nesta entrevista, conversamos com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará. Com uma trajetória de mais de 25 anos na Secretaria de Assistência Social do estado, o (a) entrevistado (a) compartilha sua experiência e desafios enfrentados na implementação e execução do PCF desde que se envolveu com o programa no final de 2019.

A entrevista revela o compromisso do (a) entrevistado (a) em promover o desenvolvimento infantil e apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social através das ações do PCF. Ele (a) discute sua função de capacitar supervisores municipais, monitorar visitas domiciliares, e articular atividades intersetoriais em todos os 184 municípios do Ceará, com foco especial na primeira infância. Além disso, ele (a) aborda as estratégias adotadas para

superar desafios como a alta rotatividade de profissionais e a adaptação às condições impostas pela pandemia de COVID-19.

Com uma visão abrangente e crítica, o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece insights valiosos sobre o impacto das políticas públicas voltadas para a primeira infância, destacando a importância do trabalho conjunto entre o PCF e outras iniciativas, como o programa estadual Mais Infância. Ao longo da entrevista, ele (a) ressalta a importância da intersetorialidade e da colaboração contínua entre diversos setores para garantir que as crianças e suas famílias recebam o apoio necessário para um desenvolvimento saudável e integral.

6.8.1 Considerações acerca da análise do discurso da entrevista do (a) multiplicador (a) 02

A análise do discurso do (a) multiplicador (a) nº 2 do Programa Criança Feliz no Ceará, destaca tanto os desafios quanto os sucessos na execução de um programa que tem se mostrado vital para o desenvolvimento infantil e no fortalecimento de vínculos familiares em comunidades vulneráveis. Os desafios operacionais e estruturais, como a alta rotatividade de profissionais e a insuficiência de recursos financeiros, revelam a complexidade envolvida na implementação de um programa de abrangência nacional. Esses obstáculos impactam diretamente a capacidade do PCF de manter uma equipe estável e capacitada, o que é essencial para garantir a qualidade das visitas domiciliares e o acompanhamento contínuo das famílias atendidas.

Apesar das adversidades, os impactos positivos do PCF são inegáveis. O programa desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento integral das crianças atendidas, fortalecendo os vínculos familiares e oferecendo suporte essencial em áreas de extrema vulnerabilidade social. As adaptações realizadas durante a pandemia de COVID-19 demonstram a resiliência e a capacidade de resposta das equipes envolvidas, evidenciando a importância de um planejamento estratégico que contemple cenários de crise. A experiência acumulada e as lições aprendidas durante esse período crítico devem ser incorporadas ao planejamento futuro, garantindo a continuidade e a eficácia do programa em quaisquer circunstâncias.

O reconhecimento nacional do Ceará como referência na execução do PCF reforça a importância de políticas públicas bem estruturadas e comprometidas com o bem-estar da infância. As recentes propostas de reordenamento do programa, que visam transformá-lo em um serviço integrado ao CRAS, representam uma oportunidade de expansão e aprimoramento das ações, aumentando o alcance e o impacto do PCF. As perspectivas futuras são positivas, e

o comprometimento das equipes, aliado a uma gestão eficaz e a parcerias intersetoriais robustas, será fundamental para assegurar que o programa continue a oferecer suporte essencial às crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo um futuro mais justo e equitativo.

6.8.2 Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará

Esta análise crítica explora a entrevista realizada com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará, que traz à tona uma série de questões fundamentais sobre a implementação e execução desse programa de assistência social. Com uma vasta experiência na área, ele (a) oferece uma visão detalhada sobre as práticas, desafios e impactos do PCF, destacando tanto os aspectos positivos quanto as dificuldades encontradas na promoção do desenvolvimento infantil e no apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social.

A análise foca em três eixos principais: a metodologia aplicada pelo PCF, que inclui visitas domiciliares e capacitações intersetoriais; os desafios estruturais e operacionais, como a alta rotatividade de profissionais e as limitações impostas pela pandemia de COVID-19; e as estratégias de articulação entre diferentes níveis de governo e setores para garantir a eficácia do programa. Ao investigar esses aspectos, esta análise busca avaliar criticamente as estratégias e ações adotadas, refletindo sobre sua eficácia e sugerindo possíveis caminhos para aprimoramento.

Ao longo desta reflexão, serão considerados não apenas os depoimentos do (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará sobre as atividades desenvolvidas, mas também as implicações mais amplas do programa no contexto das políticas públicas para a primeira infância no Brasil. A análise visa oferecer uma compreensão aprofundada dos mecanismos internos do PCF, seus impactos reais nas comunidades atendidas, e as possíveis melhorias na coordenação e execução das atividades para fortalecer o alcance e os resultados do programa.

6.8.3 Contexto e Importância do Programa Criança Feliz

O Programa Criança Feliz, parte integrante do Programa Mais Infância Ceará, é uma iniciativa federal que visa o desenvolvimento integral de crianças de zero a três anos,

crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) até os seis anos, gestantes e crianças em situação de vulnerabilidade social. O entrevistado (a) destaca que o programa tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares e promover o desenvolvimento infantil, proporcionando às famílias o acesso a políticas públicas que, de outra forma, seriam inacessíveis, especialmente em áreas rurais e de extrema pobreza.

O (A) entrevistado (a) reconhece que, embora o programa enfrente desafios significativos, como a resistência inicial devido às suas origens políticas e a rotatividade de profissionais, os resultados positivos têm se tornando cada vez mais evidentes. As crianças que participam do PCF apresentam melhor desempenho escolar, maior vocabulário e habilidades sociais aprimoradas em comparação com aquelas que não têm acesso ao programa.

6.5.1.2 Metodologia e Estratégias de Implementação

Um dos principais pilares do PCF é a visita domiciliar, que é realizada para fortalecer os vínculos familiares e monitorar o desenvolvimento infantil. O (A) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará descreve como essas visitas são estruturadas e como as capacitações e o monitoramento contínuo dos supervisores e visitadores são fundamentais para o sucesso do programa. Ele (a) também menciona a importância das reuniões intersectoriais, que envolvem diferentes áreas como saúde, educação, assistência social e cultura, garantindo que as políticas públicas sejam implementadas de forma integrada e eficiente.

Entretanto, um ponto crítico identificado na entrevista é a limitação do contato direto com as famílias, uma vez que a equipe de multiplicadores não está na "ponta" do processo, ou seja, não interage diretamente com os beneficiários na maioria das vezes. Isso pode resultar em uma percepção limitada das reais necessidades e desafios enfrentados pelas famílias.

6.5.1.3 Desafios na Implementação e Sustentabilidade do Programa

O (A) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará aborda vários desafios enfrentados na implementação do PCF, desde a resistência inicial devido às suas

associações políticas até a constante rotatividade de profissionais, que compromete a continuidade e a eficácia do programa. A ausência de concursos públicos para a contratação de profissionais cria uma fragilidade nos vínculos de trabalho, o que resulta em demissões e contratações sucessivas, impactando negativamente a qualidade do atendimento.

Além disso, o (a) entrevistado (a) reconhece que o programa enfrenta dificuldades operacionais, especialmente no que diz respeito ao alcance e engajamento das famílias mais vulneráveis, particularmente em áreas rurais. A falta de compreensão sobre a importância das atividades propostas pelo programa e a sobrecarga das famílias com múltiplas responsabilidades são obstáculos que precisam ser superados para melhorar a eficácia do PCF.

O (A) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca a importância da intersetorialidade, mas reconhece que a burocracia e os entraves na coordenação entre diferentes setores ainda representam um desafio significativo. A colaboração entre o governo estadual, municipal e outras entidades é essencial, mas nem sempre é fácil de alcançar, exigindo negociações e articulações contínuas.

6.5.1.4 Resultados e Impactos do Programa

Apesar dos desafios, os resultados do PCF são amplamente positivos, segundo o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará. Ele (a) menciona que as crianças acompanhadas pelo programa demonstram um desenvolvimento significativo, especialmente em termos de linguagem e habilidades sociais. Além disso, a formação continuada dos visitantes e a adaptação das estratégias durante a pandemia de COVID-19, como o uso de ferramentas digitais para manter o contato com as famílias, foram fundamentais para garantir a continuidade do atendimento e dos objetivos do programa.

No entanto, a entrevista também revela uma lacuna na avaliação formal dos impactos do PCF, uma vez que a maioria das evidências é baseada em relatos verbais e experiências práticas. Isso sugere a necessidade de uma avaliação mais sistemática e baseada em dados para medir com precisão os resultados alcançados e identificar áreas de melhoria.

6.5.1.5 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 03

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará oferece uma visão valiosa sobre os desafios e sucessos do Programa Criança Feliz no Ceará. Embora o programa tenha demonstrado impactos positivos significativos no desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos vínculos familiares, ainda há muito a ser feito para superar os desafios operacionais e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

A análise crítica revela que, apesar das limitações, o PCF desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos vínculos familiares em áreas de vulnerabilidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa. Para garantir o sucesso contínuo do programa, é essencial investir em uma maior estabilidade dos profissionais envolvidos, aprimorar as estratégias de engajamento das famílias e realizar avaliações mais rigorosas dos resultados alcançados.

6.9 Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará

A fala do (a) multiplicador (a) do Programa Criança Feliz no Ceará evidencia diversos aspectos estruturais e operacionais do programa, além dos desafios enfrentados em sua execução. A seguir, destacam-se os pontos principais do seu discurso.

6.9.1 Desafios e Limitações Operacionais

O (A) entrevistado (a) nº 3 destaca a falta de continuidade nos vínculos empregatícios dos profissionais envolvidos como um dos principais desafios enfrentados pelo PCF. A rotatividade de profissionais, decorrente da ausência de concursos públicos e da dependência de contratos terceirizados, gera instabilidade e afeta a qualidade do serviço prestado. Essa fragilidade no vínculo dos profissionais, observada em todas as áreas da assistência social, dificulta a consolidação de práticas e a construção de um conhecimento acumulado contínuo dentro do programa.

Além disso, o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona a dificuldade de aproximação com as famílias atendidas devido à organização das visitas domiciliares. Embora as visitas sejam o principal mecanismo de intervenção do programa, elas são limitadas em número e em alcance. A metodologia atual permite que cada multiplicador realize apenas uma visita por ano para cada município sob sua responsabilidade,

o que limita a capacidade de monitoramento e de adaptação às necessidades específicas das famílias.

6.9.2 Integração Intersetorial e Parcerias

O discurso o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará evidencia a importância da integração intersetorial como um dos pilares do PCF. Ela ressalta que o programa opera em conjunto com diversas políticas públicas, como saúde, educação e cultura, por meio do Comitê Intersetorial da Primeira Infância Municipal, o que facilita o acesso das famílias às diversas políticas públicas necessárias para o desenvolvimento infantil. No entanto, essa intersetorialidade apresenta desafios, como a necessidade de uma comunicação eficaz entre os diferentes setores envolvidos e a sobrecarga dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e educação. A falta de uma coordenação eficiente e de recursos suficientes para manter a colaboração entre esses setores pode levar à duplicação de esforços e à criação de lacunas no atendimento.

O (A) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará também aborda a relação do PCF com o programa estadual Mais Infância Ceará, descrevendo-o como um programa "guarda-chuva" sob o qual o PCF opera. Essa colaboração é vista como essencial para fortalecer as iniciativas voltadas para a primeira infância no estado, proporcionando uma abordagem mais abrangente e integrada para atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade.

6.9.3 Adaptações durante a Pandemia de COVID-19

Durante a pandemia de COVID-19, o PCF precisou adaptar suas práticas para continuar a atender as famílias beneficiárias. O (A) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona que o uso de tecnologias, como o Google Meet para capacitações e reuniões virtuais, tornou-se uma ferramenta essencial para manter a comunicação com os municípios e assegurar a continuidade do acompanhamento, mesmo com as restrições impostas pelo distanciamento social. Essas adaptações demonstram a flexibilidade e a capacidade do programa de se adaptar a condições adversas, garantindo que as famílias continuem recebendo apoio, mesmo que de forma remota.

Contudo, o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará reconhece que o atendimento virtual, embora tenha permitido uma maior proximidade com alguns

municípios, não substitui a eficácia das visitas presenciais. A suspensão temporária das visitas presenciais impactou o alcance dos objetivos do programa, especialmente nos primeiros meses da pandemia, quando houve uma redução significativa no número de visitas. Apesar disso, a equipe conseguiu adaptar-se e superar muitos dos desafios iniciais, reforçando o compromisso com o programa e a importância de suas atividades.

6.9.4 Considerações acerca da análise do discurso da entrevista do (a) multiplicador (a) 03

A análise do discurso do (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará evidencia um compromisso genuíno com a missão do Programa Criança Feliz (PCF) e uma compreensão detalhada dos desafios que permeiam sua execução. Ele (a) destaca a instabilidade dos vínculos empregatícios, resultante da alta rotatividade de profissionais devido à falta de concursos públicos e à dependência de contratos terceirizados. Essa situação fragiliza a continuidade das ações e prejudica a formação de uma equipe coesa e bem treinada, afetando diretamente a qualidade dos serviços prestados às famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará ressalta a necessidade de aprimorar a intersetorialidade e a coordenação entre os setores envolvidos para assegurar uma resposta mais eficaz e abrangente às necessidades das famílias atendidas.

Durante a pandemia de COVID-19, o PCF enfrentou desafios significativos, mas também demonstrou sua capacidade de adaptação e resiliência. A adoção de tecnologias digitais, como o Google Meet para capacitações e reuniões, foi essencial para manter o contato e o apoio às famílias, mesmo com as restrições do distanciamento social. No entanto, o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará reconhece que, embora o modelo virtual tenha proporcionado certa proximidade com os municípios, ele não substitui a eficácia das visitas presenciais. A retomada das atividades presenciais é vista como crucial para que o programa alcance plenamente seus objetivos e continue impactando positivamente a vida das famílias atendidas.

O depoimento do (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará reflete um esforço contínuo de capacitação, adaptação e inovação no PCF. Sua fala revela a busca constante por estratégias mais eficazes para superar as barreiras operacionais e fortalecer a intervenção do programa no apoio ao desenvolvimento infantil e na promoção de melhores condições para as famílias em vulnerabilidade no Ceará.

6.10 Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise de similitude processada pelo Iramuteq, com base na entrevista o (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará, revela como as práticas do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará são estruturadas em torno de temas centrais que refletem a implementação das políticas públicas voltadas à primeira infância. A entrevista foi dividida em quatro classes, sendo a Classe 4, focada nas "Práticas das Visitas Domiciliares", um dos componentes centrais do programa. As palavras-chave dessa classe, como "visita", "residência", "registrar", e "visitador", destacam os aspectos operacionais e metodológicos das visitas domiciliares, essenciais para o sucesso do PCF.

6.10.1 Classe 4: Prática das Visitas Domiciliares

A Classe 4 do modelo é central no entendimento das operações do PCF, pois se concentra nas práticas de visitas domiciliares realizadas pelos visitadores. As palavras-chave associadas, como "visita", "residência", "registrar", e "visitador", indicam a importância do planejamento cuidadoso e da execução sistemática dessas visitas. O processo de visita é descrito como uma oportunidade para observar e registrar as condições das famílias, permitindo intervenções mais precisas e adequadas.

O (a) multiplicador (a) nº 3 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca a necessidade de seguir as portarias e os planos estabelecidos para garantir a eficácia das visitas. Isso evidencia a importância da padronização e da consistência no trabalho dos visitadores, que são fundamentais para alcançar os objetivos do programa. A atenção aos detalhes, como a observação dos comportamentos durante as visitas e a chegada pontual ao ponto de visita, é sublinhada como crucial para o sucesso do PCF.

6.10.2 Classes 2, 3 e 1: Análise Agrupada

Ao agrupar as Classes 2, 3 e 1, observa-se uma inter-relação entre os temas que abrange desde a articulação política e social até o impacto do programa nas famílias beneficiadas. A Classe 2, por exemplo, aborda a dimensão política do programa, com palavras-chave como "política", "feliz", "Ceará" e "social". Esta classe reflete o papel do PCF como uma

política pública integrada no estado do Ceará, enfatizando a articulação entre diferentes setores da assistência social para alcançar os objetivos propostos.

A Classe 3, por sua vez, centra-se nas práticas de monitoramento e coordenação do programa, destacando palavras como "município", "reunião", “virtual” e “monitorar”. Essa classe aponta para os desafios enfrentados na implementação e no acompanhamento do PCF, especialmente em termos de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a utilização de ferramentas virtuais para manter o programa em funcionamento durante períodos críticos, como a pandemia de COVID-19.

A Classe 1, com palavras-chave como "filhos", "início", "desenvolvimento", e "impacto", foca nos resultados do programa, especialmente em termos de desenvolvimento infantil e impacto nas famílias. A referência à "Primeira Infância" é crucial aqui, pois reforça a importância do investimento nessa fase da vida para gerar mudanças duradouras na sociedade.

6.10.3 Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise de similitude realizada pelo Iramuteq, ao dividir a entrevista em classes distintas, permite uma compreensão mais profunda dos diferentes aspectos do Programa Criança Feliz no Ceará. A Classe 4, que se centra na prática das visitas domiciliares, destaca-se como um componente operacional essencial para o sucesso do programa, sendo fundamental para a identificação das necessidades das famílias e a implementação de intervenções eficazes.

Ao agrupar as Classes 2, 3 e, torna-se evidente a interdependência entre a articulação política, o monitoramento do programa e os impactos observados nas famílias beneficiadas. A análise crítica revela que, embora o PCF enfrente desafios operacionais e de coordenação, os resultados positivos em termos de desenvolvimento infantil e fortalecimento dos vínculos familiares são inegáveis. No entanto, a continuidade e o aprimoramento do programa dependem de um esforço contínuo para superar as barreiras identificadas e garantir a sustentabilidade das práticas implementadas.

Essa análise crítica evidencia não apenas as conquistas do Programa Criança Feliz, mas também as áreas que necessitam de maior atenção e desenvolvimento, garantindo que os benefícios alcançados possam ser ampliados e sustentados a longo prazo.

6.11 Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará, oferece um relato detalhado das práticas, desafios e resultados observados na implementação do programa. Com base na sua experiência e atuação direta em municípios do sertão de Crateús, sertão dos Inhamuns e sertão central, o (a) entrevistado (a) expõe como o programa busca promover o desenvolvimento infantil, fortalecer vínculos familiares e integrar políticas de assistência social, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social. A análise crítica a seguir explora as nuances e complexidades dessa implementação, avaliando os aspectos positivos e as limitações identificadas pelo (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará.

6.11.1 Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará

O Programa Criança Feliz adota uma metodologia centrada nas visitas domiciliares, baseando-se nos cuidados para o desenvolvimento da criança (CDC, 2012) e no Guia para a Visita Domiciliar (GVD, 2019). A crítica mais evidente em relação à abordagem metodológica é a sua dependência da capacitação dos profissionais que executam as visitas. O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará enfatiza que a eficácia do programa depende diretamente do entendimento dos visitantes sobre os objetivos das visitas, que vão além do desenvolvimento motor da criança, abrangendo o fortalecimento dos vínculos familiares e o empoderamento das famílias.

6.11.2 Metodologia e Abordagem do Programa

Esse foco, embora alinhado aos objetivos de políticas de assistência social, apresenta desafios inerentes à sua execução prática. A necessidade de treinamento constante e a alta rotatividade de profissionais em alguns municípios dificultam a consolidação de uma equipe altamente qualificada e estável. A metodologia, ainda que robusta em teoria, carece de ajustes operacionais que considerem as realidades locais e os recursos disponíveis, especialmente em áreas mais remotas. Essa limitação evidencia uma falha no planejamento de

adaptação da metodologia às especificidades culturais e sociais de cada município, o que poderia ser mitigado com maior flexibilidade e customização das diretrizes.

6.11.3 Desafios e Estratégias de Implementação

O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará aborda com clareza os desafios enfrentados na implementação do programa, como a resistência inicial ao "primeiro-damismo" e as dificuldades de infraestrutura e logística em municípios do interior. A crítica aqui se concentra na dependência excessiva da adesão e apoio das gestões municipais, que nem sempre estão preparadas ou dispostas a garantir os recursos necessários, como transporte e pessoal qualificado. Além disso, a falta de uma política de financiamento estruturada e sustentável a longo prazo coloca o programa em uma posição de vulnerabilidade, dependendo muitas vezes de ajustes improvisados para manter suas atividades.

Apesar desses desafios, o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará destaca estratégias criativas adotadas, especialmente durante a pandemia de COVID-19, como o uso de rádios comunitárias, vídeos explicativos e até mesmo carros de som para alcançar beneficiários em áreas sem acesso à internet ou celulares. Essas soluções demonstram uma resiliência significativa dos profissionais envolvidos, mas também evidenciam a fragilidade estrutural do programa, que necessita de recursos mais sólidos e estratégias permanentes de adaptação tecnológica.

6.11.4 Impactos Observados e Avaliação do Programa

O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará relata diversos impactos positivos do programa, como o fortalecimento dos vínculos familiares e o desenvolvimento infantil aprimorado, evidenciados por feedbacks de professores e cuidadores. No entanto, a análise crítica sugere que esses impactos, embora positivos, ainda são limitados pela abrangência e consistência do programa. A falta de dados quantitativos robustos e avaliações longitudinais impede uma compreensão mais profunda dos resultados a longo prazo. A ênfase em relatos qualitativos, ainda que valiosos, precisa ser complementada por métricas que permitam uma avaliação mais abrangente e sistemática dos impactos do programa.

Além disso, a sustentabilidade do impacto é uma preocupação central. O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona que, apesar das melhorias,

há desafios contínuos relacionados ao engajamento das famílias e à estabilidade dos profissionais envolvidos. A rotatividade de pessoal e a necessidade constante de requalificação indicam que o impacto positivo alcançado pode não ser sustentado a longo prazo sem intervenções mais estruturadas. O programa, portanto, requer uma avaliação crítica contínua de suas estratégias de formação e capacitação, bem como de suas práticas de monitoramento e avaliação, para garantir que os resultados desejados sejam alcançados de forma consistente.

6.11.5 Colaboração Intersetorial e Sustentabilidade

Um ponto forte destacado pelo (a) o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará é a colaboração intersetorial, com parcerias estabelecidas entre várias secretarias estaduais e instituições como a Fundação Maria Cecília Solto Vidigal. Essas parcerias são fundamentais para garantir a capacitação contínua dos profissionais e a adaptação das metodologias às diferentes realidades locais. No entanto, a análise crítica aponta que essa colaboração, embora essencial, ainda enfrenta desafios significativos, como a coordenação eficaz entre múltiplos atores e a garantia de que todos os parceiros estejam igualmente comprometidos com os objetivos do programa.

A sustentabilidade financeira também é um ponto de atenção. O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona que o programa depende de recursos federais, complementados por financiamentos municipais. No entanto, essa estrutura de financiamento é vulnerável a mudanças políticas e econômicas, o que coloca em risco a continuidade do programa. A análise sugere que é necessário desenvolver um modelo de financiamento mais diversificado e resiliente, que possa suportar o programa independentemente das flutuações políticas e financeiras.

6.11.6 Recomendações e Perspectivas Futuras

Para o aprimoramento do programa, o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará defende a necessidade de um reordenamento federal para alinhar o Criança Feliz às normas da assistência social, incluindo a criação de cargos concursados específicos. Essa mudança permitiria maior estabilidade na equipe, reduzindo a rotatividade e fortalecendo os vínculos com as famílias atendidas. A análise crítica corrobora essa recomendação, sugerindo que a formalização e profissionalização dos cargos poderiam melhorar significativamente a eficácia e a continuidade do programa.

Além disso, há uma necessidade clara de adaptação cultural e contextual das metodologias aplicadas. O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará menciona a importância de respeitar as diversas realidades culturais das infâncias atendidas, mas o programa ainda parece carecer de mecanismos mais concretos para integrar essas diferenças de maneira sistemática em sua abordagem. Investir em pesquisas locais e envolver as comunidades na co-criação de estratégias poderia aumentar a relevância e a eficácia do programa.

6.11.7 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 04

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará revela a complexidade e a importância do Programa Criança Feliz no Ceará, destacando seus esforços para promover o desenvolvimento infantil e fortalecer vínculos familiares em comunidades vulneráveis.

A experiência do (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará evidencia tanto os avanços significativos quanto os desafios estruturais enfrentados, como a necessidade de recursos estáveis, a capacitação contínua dos profissionais e a superação das resistências iniciais ao programa. A análise demonstra que, embora a metodologia adotada seja eficaz em teoria, há limitações na prática que precisam ser abordadas para garantir a eficácia e a sustentabilidade a longo prazo.

Para que o Programa Criança Feliz alcance todo o seu potencial, é necessário um reordenamento federal que alinhe suas práticas com as diretrizes da assistência social, como a criação de cargos concursados específicos. Isso proporcionaria maior estabilidade às equipes e fortaleceria os vínculos com as famílias atendidas. Além disso, a colaboração intersetorial deve ser intensificada, garantindo que as metodologias sejam culturalmente adaptadas e contextualizadas, respeitando as diversas realidades locais e promovendo um envolvimento comunitário mais robusto.

Portanto, o futuro do Programa Criança Feliz depende de um compromisso contínuo com a inovação, a adaptação e o fortalecimento das parcerias interinstitucionais. Ao investir em estratégias de financiamento resilientes e na integração de práticas baseadas em evidências, o programa poderá consolidar-se como um modelo eficaz para a promoção do desenvolvimento infantil em todo o Brasil, contribuindo de maneira significativa para a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento das comunidades atendidas.

6.11.8 Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará

O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará utiliza seu discurso para legitimar e valorizar o papel do programa na promoção do desenvolvimento infantil e no fortalecimento de vínculos familiares em contextos de vulnerabilidade social. Seu discurso reflete uma combinação de defesa das políticas públicas de assistência social e de um compromisso com a proteção social básica, buscando persuadir a audiência sobre a importância e os impactos positivos do programa.

6.11.8.1 Estratégias linguísticas e de construção de significados

O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará utiliza diversas estratégias linguísticas para enfatizar a eficácia do programa e seu impacto positivo. A escolha de palavras como "fortalecer vínculos", "empoderar", "transformar vidas" e "desenvolvimento infantil" sugere uma abordagem positiva e proativa. Esses termos são carregados de conotações positivas, reforçando a ideia de que o programa contribui significativamente para a melhoria da vida das crianças e famílias atendidas.

A entrevistada também emprega uma linguagem inclusiva, ao referir-se constantemente ao "nosso público" e "nossa equipe", criando um senso de coletividade e pertencimento. Ao fazer isso, ela constrói uma identidade coletiva para os profissionais do programa, reforçando a ideia de uma missão comum voltada para o bem-estar social. Além disso, a repetição de termos como "capacitação", "monitoramento" e "avaliação" sublinha a preocupação com a qualidade e a continuidade do trabalho realizado, o que busca transmitir uma imagem de seriedade e comprometimento.

6.11.8.2 Relações de poder e ideologias implícitas

O discurso do (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará revela uma ideologia de valorização do trabalho de base da assistência social, particularmente na proteção social básica. Ele (a) se posiciona como um (a) defensor (a) do "empoderamento das

famílias", enfatizando que o programa não apenas oferece apoio, mas também capacita as famílias a serem agentes de seu próprio desenvolvimento. Esse posicionamento sugere uma crítica implícita a abordagens mais paternalistas ou assistencialistas, favorecendo, em vez disso, uma visão de desenvolvimento social sustentável e inclusivo.

Além disso, ao discutir os desafios da implementação, como a resistência inicial ao "primeiro-damismo", o (a) Multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará adota uma postura crítica em relação à interferência política na execução de políticas públicas, mas também reconhece a importância de parcerias estratégicas com lideranças políticas comprometidas. Essa dualidade no discurso reflete um equilíbrio entre a crítica à politização excessiva e o reconhecimento da importância de alianças estratégicas para o sucesso do programa.

6.11.8.3 Estruturas de poder e legitimação do programa

O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará utiliza o discurso para legitimar a importância do Programa Criança Feliz, destacando sua eficácia e necessidade contínua, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Ao mencionar a adaptação do programa a diferentes contextos locais e a colaboração intersetorial, ele (a) busca apresentar o programa como uma solução adaptável e eficaz para problemas complexos de desenvolvimento infantil. Sua narrativa reforça a autoridade técnica do programa ao mencionar a aplicação de metodologias específicas e o monitoramento constante, legitimando a intervenção como uma prática baseada em evidências.

6.11.8.4 Conclusão da análise dos agrupamentos do discurso

O discurso o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará é cuidadosamente elaborado para promover uma imagem positiva e convincente do Programa Criança Feliz, utilizando uma variedade de estratégias linguísticas que sublinham sua eficácia, adaptabilidade cultural e impacto transformador nas comunidades atendidas. Ao adotar uma linguagem propositiva e envolvente, o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará realça o valor do programa como um instrumento essencial de intervenção social, destacando repetidamente conceitos como "capacitação", "empoderamento" e "fortalecimento

de vínculos familiares". Essas escolhas semânticas reforçam a percepção de um esforço coletivo e integrado voltado para o desenvolvimento social sustentável e inclusivo, enfatizando a importância de construir uma rede de apoio robusta para as populações em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a utilização de uma linguagem inclusiva — como "nosso público", "nossa equipe", "nós" — cria um senso de pertencimento e engajamento coletivo, tanto entre os profissionais quanto entre os beneficiários do programa. Ao enfatizar esse sentimento de coletividade, o discurso constrói uma narrativa que legitima e valida o trabalho dos envolvidos, sugerindo que o sucesso do programa depende da contribuição e do comprometimento de todos os atores envolvidos. O (A) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará articula uma crítica sutil à politização das políticas públicas, destacando a necessidade de uma abordagem baseada na expertise técnica e na gestão orientada por resultados, evitando interferências políticas que possam comprometer a qualidade e a continuidade das ações.

Por meio de seu discurso, o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará não apenas promove o Programa Criança Feliz como uma resposta efetiva às necessidades sociais, mas também legitima sua abordagem centrada no desenvolvimento humano e na justiça social. Ele (a) utiliza a linguagem como uma ferramenta persuasiva para reforçar a importância da continuidade e expansão do programa, evidenciando uma compreensão profunda das dinâmicas de poder e das exigências contextuais em que a política pública se insere. Dessa forma, sua comunicação atua como um mecanismo de fortalecimento das práticas e ideologias da assistência social, promovendo um entendimento mais amplo e integrado das necessidades e potencialidades das populações atendidas.

6.11.9 Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

Por meio de seu discurso, o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará não apenas promove o Programa Criança Feliz como uma resposta efetiva às necessidades sociais, mas também legitima sua abordagem centrada no desenvolvimento humano e na justiça social. Ele (a) utiliza a linguagem como uma ferramenta persuasiva para reforçar a importância da continuidade e expansão do programa, evidenciando uma compreensão profunda das dinâmicas de poder e das exigências contextuais em que a política pública se insere. Dessa forma, sua comunicação atua como um mecanismo de fortalecimento das práticas e ideologias da assistência social, promovendo um entendimento mais amplo e integrado das necessidades e potencialidades das populações atendidas.

Para analisar o agrupamento das classes gerado pelo Iramuteq a partir da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará, utilizaremos a divisão das classes em dois grandes grupos, conforme indicado: **Grupo 1 (Classes 5, 1 e 4)** e **Grupo 2 (Classes 2 e 3)**. Esta classificação reflete uma estrutura semântica e temática que pode ser interpretada em termos das principais preocupações e focos do discurso da entrevistada. Vamos explorar cada grupo e suas respectivas classes para compreender melhor como esses temas estão inter-relacionados e o que isso revela sobre o discurso.

6.6.3.1 Grupo 1: classes 5, 1 e 4

Classe 5: Práticas de Visitas Domiciliares e Intervenções Diretas A Classe 5 se concentra nas práticas de visitas domiciliares e nas intervenções diretas realizadas pelos profissionais do programa. Termos como "visita", "domicílio", "acompanhamento", "família", "criança" e "desenvolvimento" são predominantes. Essa classe destaca a importância das visitas domiciliares como o principal mecanismo de intervenção do Programa Criança Feliz, enfatizando a necessidade de um contato direto e contínuo com as famílias. As visitas são descritas como fundamentais para a promoção do desenvolvimento infantil e para o fortalecimento dos vínculos familiares, além de possibilitarem o empoderamento das famílias por meio da capacitação e do apoio social. Essa classe é central para o entendimento de como o programa se operacionaliza na prática e quais são suas ações mais diretas e visíveis.

Classe 1: Capacitação e Formação Profissional A Classe 1 aborda o tema da capacitação dos profissionais envolvidos no programa. Palavras como "capacitação", "formação", "supervisor", "visitador", e "metodologia" aparecem com destaque, refletindo a ênfase no treinamento contínuo e na qualificação dos profissionais para que possam conduzir as visitas e intervenções de forma eficaz. Esta classe também destaca a importância de metodologias específicas, como o Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC, 2012) e o Guia para a Visita Domiciliar (GVD, 2019), que orientam as práticas dos visitadores. A capacitação é vista como essencial para assegurar a qualidade do atendimento e garantir que os objetivos do programa sejam alcançados.

Classe 4: Parcerias e Sustentabilidade A Classe 4 agrupam termos relacionados à colaboração intersetorial e à sustentabilidade do programa. Palavras como "parceria", "secretaria", "sustentabilidade", "financiamento" e "recursos" dominam esta classe. Ela reflete a necessidade de estabelecer e manter parcerias estratégicas com outras secretarias, fundações

e instituições para garantir os recursos e o suporte necessários à continuidade do programa. Esta classe sugere uma abordagem colaborativa para a implementação do programa, reconhecendo a importância de um esforço conjunto entre diferentes atores para enfrentar os desafios e assegurar a sustentabilidade das ações a longo prazo.

6.6.3.2 Análise do Grupo 1

O Grupo 1 (Classes 5, 1 e 4) parece refletir os aspectos operacionais e estruturais do Programa Criança Feliz. As classes destacam os elementos práticos da execução do programa, como as práticas de visitas domiciliares (Classe 5), a capacitação contínua dos profissionais (Classe 1) e a necessidade de parcerias e financiamento para garantir a sustentabilidade (Classe 4). Este grupo mostra como o discurso do (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará articula uma visão integrada da execução do programa, combinando intervenções diretas com estratégias de capacitação e a construção de uma rede de apoio institucional. A ligação entre essas classes sugere que a eficácia do programa depende tanto das ações concretas de visita e acompanhamento quanto da capacitação dos profissionais e do suporte interinstitucional.

6.6.3.3 Grupo 2: Classes 2 e 3

Classe 2: Desenvolvimento Infantil e Fortalecimento Familiar A Classe 2 agrupa termos relacionados ao desenvolvimento infantil e ao fortalecimento familiar, como "desenvolvimento", "criança", "família", "vínculo" e "empoderamento". Essa classe destaca o foco do programa em promover o bem-estar das crianças e das famílias em situação de vulnerabilidade social, ressaltando a importância do fortalecimento dos vínculos familiares e do empoderamento das famílias para que possam ser protagonistas de seu próprio desenvolvimento. A classe também sugere que o desenvolvimento infantil é visto de forma holística, abrangendo aspectos físicos, emocionais e sociais.

Classe 3: Desafios e Contextualização Local A Classe 3 inclui palavras como "desafio", "município", "adaptação", "resistência" e "contexto", que refletem as dificuldades enfrentadas na implementação do programa, tanto em termos de infraestrutura quanto de adaptação às realidades locais. Essa classe também aborda a resistência inicial enfrentada em

alguns municípios, a necessidade de adaptação das práticas às condições culturais e sociais específicas e os desafios logísticos de alcance e cobertura. A classe sugere uma ênfase em adaptar o programa às realidades locais para superar obstáculos e alcançar seus objetivos.

6.6.3.4 Análise do Grupo 2

O Grupo 2 (Classes 2 e 3) parece enfatizar os aspectos contextuais e adaptativos do Programa Criança Feliz. As classes abordam, de um lado, o objetivo central de promover o desenvolvimento infantil e o fortalecimento familiar (Classe 2) e, de outro, os desafios e a necessidade de adaptação às condições locais (Classe 3). Este grupo destaca a tensão entre os objetivos do programa e as dificuldades encontradas em sua implementação, evidenciando a necessidade de adaptação constante para lidar com as diversidades e especificidades de cada contexto municipal.

6.6.3.5 Conclusão dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A classificação do Iramuteq em dois grandes grupos revela uma dualidade no discurso do (a) multiplicador (a) nº 4 do Programa Criança Feliz no Ceará. O Grupo 1 concentra-se nas práticas operacionais, na capacitação e na sustentabilidade institucional do programa, enquanto o **Grupo 2** enfatiza o desenvolvimento infantil, o fortalecimento familiar e os desafios contextuais locais. Essa estrutura de classes reflete uma visão abrangente que integra tanto os aspectos práticos e estratégicos da execução do programa quanto os desafios e a adaptação às realidades locais.

Em suma, a análise de similitude sugere que o sucesso do Programa Criança Feliz depende de uma abordagem equilibrada que combine intervenções diretas e práticas bem estruturadas (Grupo 1) com a flexibilidade e capacidade de adaptação às condições locais e aos desafios específicos (Grupo 2). Essa dualidade evidencia a complexidade da implementação de políticas públicas de assistência social e a importância de considerar múltiplas dimensões – operacionais, contextuais e estratégicas – para alcançar os objetivos propostos.

6.7 Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5, assistente social e multiplicador (a) do Programa Criança Feliz no estado do Ceará, fornece uma visão detalhada sobre as operações, desafios e sucessos do programa desde sua implementação em 2017.

Ao longo de seu relato, o (a) entrevistado (a) destaca não apenas o impacto positivo das iniciativas voltadas para a primeira infância, mas também os obstáculos enfrentados pela equipe na execução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento infantil em um contexto de vulnerabilidade social. Sua análise é particularmente relevante para entender como as práticas implementadas no Ceará refletem uma adaptação contínua às necessidades locais e aos desafios operacionais, ao mesmo tempo em que se busca a eficácia e a sustentabilidade do programa.

Neste contexto, a análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5 permitirá um entendimento mais profundo das estratégias utilizadas, das dificuldades encontradas e das soluções implementadas para alcançar os objetivos do Programa Criança Feliz, além de explorar sua visão sobre o futuro do programa e o potencial de melhorias e ajustes necessários para ampliar seu alcance e impacto.

6.12 Análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5, assistente social e multiplicador (a) do Programa Criança Feliz no estado do Ceará, oferece um panorama abrangente sobre a implementação, os desafios e as conquistas do programa desde 2017. Esta análise crítica examina a execução do Programa Criança Feliz, as dificuldades enfrentadas, a metodologia aplicada e os impactos observados, considerando também a perspectiva do (a) entrevistado (a) sobre o futuro do programa.

6.7.1.1 Implementação e Estrutura Organizacional do Programa

A implementação do Programa Criança Feliz no Ceará, segundo o (a) multiplicador (a) nº 5, foi marcada por desafios significativos, especialmente nos estágios iniciais. A resistência inicial dos profissionais e gestores municipais foi exacerbada pela falta de entendimento sobre a metodologia do programa e a percepção de que era uma iniciativa imposta sem um diálogo prévio adequado. A partir de 2018, no entanto, o aumento das capacitações e uma melhor compreensão da metodologia permitiram uma maior aceitação e adesão ao programa.

O (A) multiplicador (a) nº 5 destaca a importância de seu papel e de sua equipe na capacitação contínua dos supervisores municipais, no monitoramento da execução financeira e metodológica, e na articulação com os comitês municipais de primeira infância. Esse esforço intersectorial é crucial para garantir a eficácia do programa, uma vez que o sucesso da sua execução depende da colaboração de diferentes setores e da coordenação adequada entre eles.

6.7.1.2 Desafios e Limitações da Execução

O (A) entrevistado (a) identifica diversos desafios na execução do Programa Criança Feliz. Entre eles, a inadequação dos recursos financeiros e as limitações do sistema de registro (e-PCF) são mencionados como problemas críticos. Os recursos financeiros repassados aos municípios estão defasados desde 2018, o que impacta a capacidade dos municípios de atender às metas de visitas estabelecidas. Além disso, o sistema de registro do programa não permite o acompanhamento adequado de certas situações, como as visitas a crianças afastadas do convívio familiar durante o projeto piloto.

Outro ponto levantado é a resistência cultural e metodológica encontrada em alguns municípios. Em muitos casos, há uma necessidade contínua de capacitação para alinhar as práticas locais à metodologia do programa e superar preconceitos relacionados ao "primeiro-damismo" atribuído à origem federal do programa. Essa resistência inicial afetou negativamente a implementação, mas foi gradualmente superada com um maior entendimento e aceitação do programa.

6.7.1.3 Metodologia e Impactos Observados

A metodologia do Programa Criança Feliz, segundo o (a) multiplicador (a) nº 5, busca promover o desenvolvimento integral da criança e fortalecer os vínculos familiares, utilizando uma abordagem centrada na visita domiciliar e na intervenção direta com as famílias em situação de vulnerabilidade. Ele (a) aponta que, apesar das limitações, o programa tem alcançado avanços significativos, especialmente na promoção do desenvolvimento infantil e na redução da pobreza e vulnerabilidade social.

O (A) entrevistado (a) também destaca a intersetorialidade como um elemento essencial para o sucesso do programa no Ceará. A colaboração entre as secretarias de saúde, educação, assistência social e igualdade racial permitiu o desenvolvimento de ações integradas e projetos pilotos inovadores, como o acompanhamento de crianças afastadas do convívio familiar e discussão sobre racismo nas comunidades quilombolas no estado do Ceará entre outro. Essa abordagem colaborativa fortalece a política de assistência social e promove o desenvolvimento infantil de forma mais abrangente e eficaz.

6.7.1.4 Perspectivas Futuras e Sustentabilidade

O (A) multiplicador (a) nº 5 expressa incertezas sobre o futuro do programa, mencionando um possível reordenamento metodológico e a expectativa de que o programa se torne um serviço obrigatório em todos os estados e municípios, o que poderia garantir maior sustentabilidade a longo prazo. Ele (a) demonstra otimismo cauteloso em relação às mudanças futuras, destacando a necessidade de ajustes contínuos para melhorar a execução e maximizar os impactos positivos do programa.

O (A) entrevistado (a) enfatiza a importância do apoio da gestão estadual e da priorização da primeira infância como fatores determinantes para o sucesso do programa. No entanto, ele (a) reconhece que o fortalecimento do Programa Criança Feliz depende de um compromisso contínuo com a capacitação dos profissionais, a adequação dos recursos financeiros e a superação de resistências culturais e metodológicas.

6.7.1.5 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 05

A entrevista oferece uma visão aprofundada dos desafios e sucessos do Programa Criança Feliz no Ceará. Embora enfrentando limitações financeiras e resistências iniciais, o programa conseguiu promover avanços significativos no desenvolvimento infantil e na integração de políticas públicas. A narrativa do (a) entrevistado (a) reforça a necessidade de uma abordagem intersetorial, sensível às realidades locais e adaptável às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. O futuro do programa dependerá de sua capacidade de se adaptar às mudanças e de manter o foco em seus objetivos centrais de reduzir a pobreza e a vulnerabilidade social, promovendo o desenvolvimento integral da criança.

6.12 Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5 do Programa Criança Feliz no Ceará, assistente social, oferece um panorama detalhado dos desafios enfrentados pela equipe na implementação e execução do programa. Focando nos obstáculos práticos, estruturais e culturais, esta análise destaca o comprometimento da equipe do PCF em lidar com as adversidades e encontrar soluções eficazes, mesmo diante de condições adversas e recursos limitados.

6.12.1 Desafios na Implementação do Programa

O discurso do (a) multiplicador (a) nº 05 revela que a implementação do PCF no Ceará foi marcada por uma série de desafios significativos desde o início. O (A) entrevistado (a) menciona a resistência inicial de alguns profissionais e gestores municipais, decorrente da falta de compreensão da metodologia do programa e da percepção de que ele foi imposto sem diálogo prévio. Essa resistência afetou negativamente a aceitação do programa e criou barreiras à sua execução.

Além disso, ela identifica a escassez de recursos financeiros como um dos principais obstáculos. O valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco) por beneficiário, estabelecido desde

2018, é considerado insuficiente para cobrir os custos operacionais, como salários dos visitantes, transporte e materiais necessários para as visitas domiciliares. A defasagem desses recursos compromete a capacidade dos municípios de cumprir as metas de visitas, gerando um impacto direto na qualidade e na abrangência do atendimento prestado às famílias vulneráveis.

Outro desafio mencionado é a inadequação do sistema de registro e monitoramento (e-PCF), que não permite o acompanhamento adequado de todas as situações, como as visitas a crianças afastadas do convívio familiar durante o projeto piloto. Essa limitação tecnológica prejudica a eficácia do monitoramento e dificulta a transparência e a prestação de contas do programa.

6.12.2 Comprometimento da Equipe Diante das Dificuldades

Apesar dos desafios enfrentados, o discurso do (a) multiplicador (a) nº 5 destaca o forte comprometimento da equipe do PCF para garantir a implementação eficaz do programa. O (A) entrevistado (a) sublinha o papel crucial das capacitações contínuas, tanto presenciais quanto remotas, que são realizadas para superar a resistência inicial e promover uma melhor compreensão da metodologia entre os supervisores municipais e os visitantes. Esse esforço constante de capacitação reflete um comprometimento em manter a qualidade e a consistência do trabalho realizado.

O (A) entrevistado (a) também enfatiza a disposição da equipe em adotar práticas criativas e adaptativas para lidar com as limitações de recursos e infraestrutura. Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, a equipe desenvolveu estratégias inovadoras para continuar atendendo as famílias, como o uso de visitas remotas, reuniões virtuais, e a colaboração com escolas para disponibilizar Wi-Fi para as famílias do entorno. Essas adaptações mostram a flexibilidade e o engajamento da equipe em garantir que o programa continue a alcançar as famílias, mesmo em condições adversas.

Outro exemplo de comprometimento é a atuação proativa da equipe em situações em que identificam problemas ou desvios na execução do programa. O (A) entrevistado (a) menciona que, quando a equipe percebe irregularidades nos registros de visitas (como visitas agendadas em feriados sem justificativa), são realizadas ações imediatas, como a solicitação de planos de visitas para comprovação ou a aplicação de feedback direto às equipes locais. Esse

monitoramento rigoroso demonstra um alto nível de responsabilidade e dedicação para assegurar que o programa atenda aos seus objetivos.

6.12.3 Desafios Operacionais e Organizacionais

O discurso também aborda desafios operacionais, como a necessidade de alinhar as práticas locais à metodologia nacional do programa. O (A) multiplicador (a) nº 5 aponta que muitos municípios ainda têm dificuldades em adaptar suas rotinas à metodologia proposta pelo PCF, o que exige uma intervenção constante da equipe estadual para orientar, monitorar e ajustar as práticas conforme necessário.

O (A) entrevistado (a) destaca que a equipe frequentemente enfrenta dificuldades logísticas, como a falta de transporte adequado para realizar as visitas aos 184 municípios do estado. Com apenas um carro disponível para a equipe de multiplicadores e a necessidade de estar presente em cada município ao menos duas vezes por ano, essa limitação torna o trabalho da equipe mais árduo e prolonga os prazos de execução.

Além disso, a questão da articulação intersetorial é identificada como um desafio. Embora seja necessário integrar diferentes políticas públicas (saúde, educação, assistência social), o (a) entrevistado (a) observa que a coordenação entre esses setores nem sempre é eficaz, resultando em sobrecarga de trabalho para a equipe do PCF e em uma execução fragmentada das ações planejadas.

6.12.4 Compromisso com a qualidade e melhoria contínua

Apesar de todas as dificuldades, o discurso do (a) entrevistado (a) reforça o compromisso da equipe do PCF com a melhoria contínua do programa. Ele (a) menciona que, mesmo diante de obstáculos financeiros, operacionais e metodológicos, a equipe mantém um foco constante na capacitação e no aprimoramento das práticas, buscando sempre encontrar formas de melhorar a execução e o alcance do programa.

Essa postura proativa é refletida nas estratégias adotadas para resolver problemas e inovar nos métodos de atendimento às famílias. A equipe não apenas se adapta às adversidades, mas também demonstra um compromisso em manter a qualidade do serviço, seja através da

correção de desvios, da promoção de capacitações adicionais ou do diálogo constante com os gestores municipais e estaduais.

6.12.5 Conclusão da análise dos agrupamentos do discurso

A análise do discurso do (a) multiplicador (a) ° 05 revela um cenário desafiador para a implementação do Programa Criança Feliz no Ceará, marcado por limitações financeiras, resistências culturais e operacionais, e dificuldades logísticas e metodológicas. No entanto, o comprometimento da equipe do PCF em superar esses obstáculos é evidente. A equipe adota uma abordagem adaptativa e inovadora, sempre buscando formas de melhorar a execução do programa e garantir que ele alcance seu objetivo de promover o desenvolvimento infantil e reduzir a vulnerabilidade social.

A análise do discurso do (a) entrevistado (a) expõe um panorama complexo para a implementação do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará, evidenciando desafios significativos em várias frentes. As limitações financeiras, como o valor insuficiente dos repasses para cobrir os custos operacionais, afetam diretamente a capacidade de execução do programa.

Além disso, as resistências culturais e operacionais enfrentadas em diversos municípios demonstram a necessidade contínua de sensibilização e capacitação das equipes locais para alinhar práticas às diretrizes nacionais. A precariedade logística, marcada pela falta de transporte e infraestrutura adequados, agrava ainda mais essas dificuldades, tornando o trabalho da equipe mais exigente e prolongado.

Apesar desses obstáculos, o comprometimento da equipe do PCF se manifesta por meio de uma abordagem adaptativa e inovadora. A equipe demonstra uma constante busca por soluções práticas, utilizando recursos limitados de maneira criativa e flexível, como a realização de capacitações remotas e o desenvolvimento de estratégias para o atendimento durante a pandemia. Essa postura proativa é fundamental para assegurar que o programa continue a promover o desenvolvimento infantil e a reduzir a vulnerabilidade social, mesmo em condições adversas.

Portanto, a resiliência e a dedicação dos profissionais do PCF são aspectos centrais que emergem desta análise. Mesmo diante das adversidades, a equipe mantém um firme

compromisso com a missão do programa, evidenciando um esforço contínuo para adaptar-se às realidades locais e garantir a eficácia das políticas públicas de assistência social voltadas para a primeira infância. Essa postura comprometida é essencial para a continuidade e o aprimoramento do programa, indicando um caminho promissor para superar as limitações existentes e ampliar seu impacto positivo nas comunidades atendidas.

6.7.3 Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

A análise de similitude, baseada no método de Reinert, permite explorar como diferentes temas e conceitos se organizam em torno de palavras-chave presentes na entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5, assistente social envolvido (a) na implementação do Programa Criança Feliz no Ceará. A partir da segmentação em quatro classes, identificadas pelo software Iramuteq, podemos compreender de forma mais profunda as diferentes dimensões e perspectivas que emergem do discurso da entrevistada.

6.7.3.1 Classe 1: Implementação e Metodologia do Programa Criança Feliz

A Classe 1 agrupa palavras relacionadas à "Implementação e Metodologia" do programa, destacando termos como "metodologia", "capacitação", "supervisor", "monitoramento" e "equipe". Esta classe reflete o foco da entrevistada nas atividades práticas e estruturais que sustentam a execução do Programa Criança Feliz.

A metodologia é apresentada como um conjunto de diretrizes rigorosas que guiam as ações dos profissionais em campo. O (A) entrevistado (a) enfatiza a necessidade de capacitação contínua dos supervisores e visitadores, indicando que a efetividade do programa depende diretamente da correta aplicação dessa metodologia durante as visitas domiciliares. O monitoramento, tanto remoto quanto presencial, surge como uma ferramenta indispensável para assegurar a qualidade e a coerência na implementação, permitindo ajustes imediatos quando desvios são identificados.

Essa classe evidencia um ponto central da política pública: a necessidade de constante formação e acompanhamento das equipes para garantir que as ações sejam realizadas conforme os objetivos estabelecidos. Essa abordagem metódica e estruturada aponta para um modelo de gestão que valoriza o controle de processos e a padronização de práticas, o que pode, ao mesmo tempo, gerar resultados positivos em termos de uniformidade na execução, mas também desafios, como a resistência inicial das equipes que precisaram se adaptar a novas metodologias.

6.7.3.2 Classe 2: Desafios Operacionais e Financeiros

Na Classe 2, "Desafios Operacionais e Financeiros", são agrupados termos como "recurso", "desafio", "município", "licitação" e "contrapartida". Esta classe destaca os obstáculos enfrentados na prática cotidiana da execução do programa, especialmente no que se refere à gestão de recursos financeiros e materiais.

O (A) entrevistado (a) discute como a defasagem dos repasses financeiros — fixados em R\$ 75,00 (setenta e cinco) reais por beneficiário desde 2018 — limita significativamente a capacidade dos municípios de cumprir com as metas estabelecidas, especialmente em um contexto de inflação e aumento dos custos operacionais. Além disso, a complexidade dos processos de licitação para aquisição de materiais e contratação de serviços também é mencionada como um entrave à eficiência do programa, resultando em atrasos e dificuldades logísticas.

A discussão nesta classe nos permite compreender como a execução de políticas públicas, particularmente aquelas voltadas para populações vulneráveis, requer não apenas planejamento e metodologia robusta, mas também um suporte financeiro e administrativo adequado. A falta de recursos e os processos burocráticos podem minar a eficiência das iniciativas, comprometendo seus resultados e desmotivando as equipes envolvidas. Dessa forma, a análise dos desafios operacionais e financeiros destaca a importância de uma gestão flexível e adaptativa que possa responder rapidamente a esses entraves.

6.7.3.3 Classe 3: Intersetorialidade e Colaboração

A Classe 3, "Intersetorialidade e Colaboração", concentra termos que evidenciam a cooperação entre diversas entidades e setores governamentais e não governamentais, como "intersetorial", "colaboração", "saúde", "educação", "secretaria" e "fundação". Esta classe reflete a complexidade da implementação do Programa Criança Feliz, que exige a integração de esforços entre diferentes políticas e atores sociais.

O (A) entrevistado (a) ressalta que a efetividade do programa depende não apenas da atuação isolada de um único setor, mas da construção de uma rede de colaboração intersetorial. As parcerias com instituições como a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, bem como a integração com outras secretarias estaduais, como saúde, educação e igualdade racial, são destacadas como fundamentais para o alcance dos objetivos do programa.

Essa classe sugere que a intersetorialidade não é apenas uma estratégia, mas uma necessidade para abordar de maneira holística os múltiplos fatores que afetam o desenvolvimento infantil e a situação de vulnerabilidade das famílias atendidas. No entanto, também revela os desafios inerentes à coordenação de múltiplos atores, que frequentemente possuem prioridades, metodologias e recursos distintos. A dificuldade em harmonizar esses elementos pode resultar em conflitos e atrasos, apontando para a necessidade de lideranças fortes e articuladoras que possam facilitar o diálogo e a cooperação entre as partes envolvidas.

6.7.3.4 Classe 4: Resultados e Impacto Social

A Classe 4, "Resultados e Impacto Social", reúne palavras que remetem aos benefícios alcançados e ao impacto do programa sobre as crianças e famílias beneficiadas, tais como "impacto", "desenvolvimento", "criança", "família" e "social". Essa classe explora os resultados tangíveis e intangíveis do Programa Criança Feliz no estado do Ceará.

A entrevistada destaca que o programa tem conseguido promover avanços significativos no desenvolvimento infantil, especialmente em relação à preparação das crianças para a pré-escola. Relata, por exemplo, que muitas crianças atendidas pelo programa chegam à escola já alfabetizadas ou com habilidades básicas de escrita e leitura, devido às atividades de estimulação precoce realizadas durante as visitas domiciliares. Esse resultado indica um

impacto positivo direto no desenvolvimento cognitivo das crianças, que é um dos objetivos centrais do programa.

Além disso, a Sra. Maria Elizabeth menciona o fortalecimento das políticas de assistência social, ao integrar ações de transferência de renda e segurança alimentar com as atividades de desenvolvimento infantil. Essa abordagem holística permite que o programa alcance não apenas o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, mas também a melhoria das condições socioeconômicas das famílias atendidas. No entanto, ela também chama a atenção para a necessidade de sensibilização da população para os benefícios não financeiros do programa, combatendo preconceitos e desinformação sobre seus objetivos e metodologias.

6.7.3.5 Conclusão da análise dos agrupamentos

A análise de similitude da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 5 revela um panorama abrangente das diferentes dimensões envolvidas na execução do Programa Criança Feliz no Ceará. Cada uma das quatro classes identificadas contribui para uma compreensão mais profunda das práticas, desafios e impactos do programa, destacando a complexidade e a riqueza do trabalho realizado.

Na discussão final, o agrupamento das classes 2, 3 e 4 junto com a classe 1 sugere que essas classes compartilham temas inter-relacionados que refletem diferentes aspectos da implementação e dos impactos do Programa Criança Feliz. O fato de as classes 2 e 3 estarem agrupadas com a classe 4 destaca uma interconexão entre os desafios operacionais, a colaboração intersetorial e os resultados e impactos sociais do programa.

Classe 2 (Desafios Operacionais e Financeiros) e Classe 4 (Resultados e Impacto Social): O agrupamento dessas classes indica que os desafios operacionais e financeiros (Classe 2) estão intimamente ligados aos resultados alcançados e ao impacto social do programa (Classe 4). Isso sugere que as limitações de recursos, dificuldades logísticas e problemas administrativos discutidos na Classe 2 influenciam diretamente a capacidade do programa de atingir seus objetivos e gerar impacto positivo nas vidas das crianças e famílias atendidas. A falta de recursos adequados, por exemplo, pode limitar a cobertura do programa, a frequência das visitas domiciliares e a qualidade das intervenções, o que, por sua vez, afeta os resultados esperados em termos de desenvolvimento infantil e apoio às famílias vulneráveis.

Classe 3 (Intersetorialidade e Colaboração) e Classe 4 (Resultados e Impacto Social): A interconexão entre a Classe 3 e a Classe 4 aponta que a colaboração intersetorial é fundamental para alcançar os resultados sociais positivos do programa. A Classe 3 foca na necessidade de cooperação entre diferentes setores e entidades (como saúde, educação, assistência social e organizações não governamentais), enquanto a Classe 4 trata dos impactos sociais resultantes dessas ações colaborativas. Isso significa que os efeitos benéficos do programa dependem, em grande parte, de uma abordagem coordenada e integrada entre múltiplos atores. Por exemplo, a integração com políticas de transferência de renda e segurança alimentar potencializa os resultados em termos de redução da pobreza e melhoria das condições de vida das famílias atendidas.

O agrupamento das Classes 2 e 3 com a Classe 4 destaca uma dinâmica de interdependência entre os desafios enfrentados na execução do programa e os impactos sociais pretendidos. Os desafios operacionais e financeiros (Classe 2) e a necessidade de colaboração intersetorial (Classe 3) não são elementos isolados; eles são componentes essenciais que influenciam diretamente a efetividade e o alcance dos impactos sociais (Classe 4). Esta relação sublinha a ideia de que, para maximizar os resultados do programa, é crucial não apenas resolver os problemas operacionais e financeiros, mas também fomentar uma cultura de colaboração entre todos os atores envolvidos.

A conexão entre essas classes revela que o sucesso do Programa Criança Feliz em alcançar seus objetivos de desenvolvimento infantil e fortalecimento da assistência social depende tanto da eficiência na gestão de recursos e superação de obstáculos administrativos quanto da criação de um ambiente colaborativo e intersetorial robusto. Sem essa sinergia, os resultados positivos tendem a ser limitados, mostrando que a interdependência entre esses fatores é fundamental para o progresso e a sustentabilidade do programa a longo prazo.

6.13 Análise da entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 06 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 06 do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará oferece uma análise aprofundada sobre os desafios e sucessos na implementação do programa. O (A) entrevistado (a) desempenha um papel central na disseminação das metodologias do programa, cuja missão é promover o desenvolvimento infantil e fortalecer o vínculo familiar em comunidades vulneráveis. Esta análise crítica examina a complexidade

envolvida na execução do PCF, destacando, inicialmente, as dificuldades encontradas no processo de capacitação dos visitantes, um dos principais pilares do programa.

Na sequência, o texto explora a integração do PCF com outras políticas públicas no Ceará, especialmente com o programa "Mais Infância Ceará", evidenciando as sinergias e os desafios dessa articulação. Em seguida, aborda-se a avaliação dos impactos do programa, tanto em termos dos resultados observados quanto das lacunas existentes na mensuração formal desses efeitos. A análise também discute os desafios operacionais e financeiros enfrentados na implementação, como a demora nos processos de licitação e as barreiras impostas pela pandemia de COVID-19, além de questões de segurança em áreas vulneráveis. Por fim, a análise reflete sobre as perspectivas futuras para o programa, enfatizando a necessidade de melhorias contínuas para garantir sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

6.13.1 Análise Crítica da Entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 06 do Programa Criança Feliz no Ceará

A entrevista com o (a) multiplicador (a) nº 06 do Programa Criança Feliz no Ceará revela uma visão abrangente e detalhada sobre os desafios e sucessos na implementação do programa. O (A) entrevistado (a) desempenha um papel crucial na disseminação das metodologias do programa, que são fundamentais para o alcance de seus objetivos, como o fortalecimento do vínculo familiar e o desenvolvimento infantil em comunidades vulneráveis. Esta análise crítica visa examinar os principais pontos abordados na entrevista, destacando os desafios operacionais, as estratégias de implementação e os impactos observados do programa.

6.13.2 Desafios na Capacitação e Implementação

Um dos pontos críticos levantados na entrevista foi a fragilidade no processo de capacitação dos visitantes, um elo essencial para o sucesso do programa. Segundo ele (a), a metodologia do PCF requer uma capacitação rigorosa, que muitas vezes não é adequadamente repassada pelos municípios aos visitantes. Este déficit de treinamento compromete a qualidade das visitas domiciliares, impactando diretamente a eficácia do programa. A exigência de

capacitação cascata, prevista pela Portaria 664 (Brasil, 2021b), enfrenta desafios consideráveis, sobretudo pela resistência ou limitações dos municípios em assegurar que os visitantes sejam devidamente treinados antes de iniciarem suas atividades. Esse ponto é crucial, pois a falta de capacitação pode resultar em visitas que não atingem os objetivos do programa, como a promoção do desenvolvimento infantil e o fortalecimento do vínculo familiar.

6.13.3 Integração com Outras Políticas Públicas

A entrevista evidencia a importância da integração do PCF com outras políticas públicas, especialmente no contexto cearense, onde o programa é vinculado ao "Mais Infância Ceará". Esta integração permite uma abordagem mais holística e eficiente na atenção às famílias vulneráveis, facilitando o acesso a serviços de saúde, educação, assistência social e cultura. A sinergia entre os programas também potencializa o impacto das ações, uma vez que as famílias atendidas pelo PCF muitas vezes também são beneficiárias de outros programas sociais, o que amplia o alcance e a profundidade das intervenções.

No entanto, a integração também enfrenta desafios. A implementação simultânea de múltiplos programas requer uma coordenação eficaz e uma clareza de objetivos entre as diferentes entidades envolvidas. O (A) entrevistado (a) menciona que a criação de um comitê estadual de primeira infância, que incorpora o PCF, foi uma medida estratégica para garantir essa coordenação. Contudo, o processo de reordenamento do programa, ainda em curso, traz incertezas que podem afetar a continuidade e a sustentabilidade das ações.

6.13.4 Impactos do Programa e Avaliação

A entrevista destaca vários impactos positivos do PCF, como a melhoria nos índices de vacinação e o desenvolvimento infantil mais avançado das crianças atendidas. Além disso, o fortalecimento do vínculo familiar é frequentemente mencionado como um dos maiores sucessos do programa. As famílias atendidas passaram a compreender melhor a importância do afeto e da interação na primeira infância, o que, segundo o (a) multiplicador (a) nº 06 do

Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento das crianças.

Entretanto, a entrevista também revela uma lacuna importante: a falta de uma avaliação formal e documentada dos impactos do programa. Embora existam muitos relatos positivos, como vídeos de cuidadores que relatam mudanças significativas, a ausência de indicadores concretos e estudos formais impede uma análise mais precisa do alcance e da eficácia do PCF. O (A) entrevistado (a) reconhece essa necessidade e sugere que uma pesquisa formal poderia fortalecer a percepção do programa e incentivar a adesão de mais municípios.

6.13.5 Desafios Operacionais e Financeiros

Os desafios operacionais e financeiros mencionados pelo entrevistado (a) também merecem atenção. A demora nos processos de licitação e a insegurança jurídica sobre a continuidade do financiamento do programa são obstáculos significativos que dificultam a execução do planejamento. Além disso, a pandemia de COVID-19 impôs dificuldades adicionais, especialmente no que diz respeito ao uso de tecnologia para manter o contato com as famílias. Embora o uso de ferramentas digitais tenha sido uma solução temporária, a falta de acesso adequado à tecnologia por parte das famílias mais vulneráveis limitou a eficácia dessas medidas.

Além disso, a questão da violência em territórios dominados por facções também é um desafio grave. A segurança dos visitantes é uma preocupação constante, e a rotatividade desses profissionais, muitas vezes causada pelo medo da violência, compromete a continuidade do trabalho. Esse cenário reforça a necessidade de medidas de segurança mais eficazes e de um apoio institucional mais robusto para lidar com essas adversidades.

6.13.6 Considerações acerca da análise crítica da entrevista com o (a) multiplicador (a) 06

A entrevista oferece uma visão abrangente e valiosa sobre os desafios e conquistas do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará, destacando tanto o seu impacto transformador quanto as barreiras que precisam ser superadas para assegurar seu sucesso a longo prazo. O (A)

entrevistado (a), com sua experiência direta na implementação do programa, evidencia que o potencial do PCF reside na sua capacidade de fortalecer o vínculo familiar e promover o desenvolvimento infantil em comunidades vulneráveis. No entanto, para que esses objetivos sejam plenamente alcançados, é imperativo abordar uma série de desafios críticos.

Entre os pontos mais urgentes, destaca-se a necessidade de uma capacitação adequada dos visitantes, cujo papel é central para a aplicação efetiva das metodologias do programa. Além disso, a integração eficaz com outras políticas públicas é fundamental para garantir que o programa atue de maneira coordenada e amplie seu alcance e impacto. A avaliação formal dos impactos, que ainda carece de indicadores concretos e documentados, surge como outro aspecto essencial a ser fortalecido, a fim de legitimar e potencializar os resultados do PCF. Finalmente, a superação de desafios operacionais e financeiros, como a demora nos processos de licitação e as dificuldades impostas pelo contexto pandêmico, é crucial para manter a continuidade e a eficácia das ações.

As perspectivas futuras, conforme apontadas na entrevista, são otimistas, especialmente em relação ao reordenamento do programa, que promete assegurar uma equipe exclusiva e um financiamento estável. No entanto, para que essas mudanças se concretizem de maneira eficaz, será necessário um esforço coordenado e contínuo entre os governos federal, estadual e municipal. Isso inclui o compromisso com a capacitação adequada das equipes, a integração de políticas e a criação de mecanismos de avaliação robustos.

Em suma, a análise crítica desta entrevista sublinha a relevância do Programa Criança Feliz como uma política pública fundamental para a promoção do desenvolvimento infantil e o fortalecimento do vínculo familiar em contextos de vulnerabilidade social. Para que esses impactos sejam plenamente realizados, é essencial que os desafios identificados sejam enfrentados com estratégias eficazes, um planejamento adequado e um compromisso inabalável com a qualidade e a sustentabilidade do programa. Somente assim será possível garantir que o PCF continue a transformar vidas e a promover uma infância mais saudável e bem desenvolvida para as futuras gerações.

6.14 Análise do discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) 06

O discurso da entrevista com o (a) multiplicador (a) 06 do Programa Criança Feliz no Ceará fornece uma visão detalhada e crítica sobre a implementação do programa em nível local. A análise do discurso permite explorar as construções narrativas, as estratégias retóricas e as ênfases discursivas adotadas pela entrevistada, revelando como ela articula os desafios, as conquistas e as perspectivas futuras do PCF. Esta análise examina o uso da linguagem, a construção de significados e as intenções implícitas no discurso do (a) entrevistado (a), considerando tanto o contexto de implementação do programa quanto os aspectos institucionais e sociopolíticos envolvidos.

Nos parágrafos seguintes, serão explorados os principais eixos temáticos do discurso: o compromisso com a capacitação e formação profissional dos envolvidos, a integração intersetorial das políticas públicas, a avaliação de impactos e o enfrentamento de desafios operacionais e financeiros. Também será discutida a narrativa de otimismo e resiliência que permeia o discurso do (a) entrevistado (a), destacando suas implicações para a continuidade e fortalecimento do programa no futuro.

6.14.1 Compromisso com a Capacitação e Formação Profissional

No discurso do (a) multiplicador (a) 06 do Programa Criança Feliz no Ceará nota-se um forte compromisso com a capacitação e a formação dos profissionais envolvidos no PCF, particularmente os visitantes que desempenham um papel central na execução das visitas domiciliares. Ao enfatizar a necessidade de treinamento adequado e contínuo, o (a) entrevistado (a) sublinha a importância de uma formação que vá além do básico, preparando os profissionais para lidar com as complexidades das famílias atendidas e aplicar corretamente as metodologias do programa.

O (A) entrevistado (a) utiliza termos como "cascata de capacitação" e "fragilidade no programa" para destacar as lacunas existentes na formação dos visitantes, apontando uma crítica implícita ao sistema de treinamento vigente, que não assegura a qualidade necessária para a execução eficaz das visitas. Ao mesmo tempo, a insistência em assegurar que "nenhum visitante seja liberado para as visitas domiciliares sem antes passar pela capacitação" reforça a ideia de que a formação adequada é vista como uma prioridade fundamental para garantir o sucesso do programa. Esse discurso reflete um desejo de profissionalização e de

reconhecimento do trabalho dos visitantes, elevando a importância do seu papel na execução do PCF.

6.14.2 Integração Intersetorial das Políticas Públicas

Outro eixo central do discurso do (a) entrevistado (a) é a integração intersetorial das políticas públicas, especialmente a articulação do PCF com o programa estadual "Mais Infância Ceará". Ele (a) enfatiza que a coordenação entre diferentes políticas públicas é essencial para o sucesso do PCF, descrevendo como essa sinergia permite uma abordagem mais ampla e eficiente para atender às famílias vulneráveis.

O uso de termos como “abordagem holística” e “ações intersetoriais” reflete uma compreensão profunda de que os desafios enfrentados pelas famílias atendidas pelo programa não são isolados, mas interconectados e multifacetados. A insistência em descrever o programa como parte de um “guarda-chuva” mais amplo de políticas de assistência social demonstra a visão de que o PCF deve ser compreendido como uma peça fundamental dentro de um conjunto maior de intervenções sociais. Essa perspectiva reforça a importância de uma abordagem integrada para abordar os diversos aspectos da vulnerabilidade social.

O (A) entrevistado (a) também utiliza uma narrativa de cooperação e colaboração ao discutir a relação entre o PCF e outras entidades, como os Comitês da Primeira Infância e as diversas secretarias municipais. Essa ênfase na cooperação serve para legitimar o papel do programa como um conector de políticas e práticas sociais, ao mesmo tempo em que promove uma visão positiva das interações entre os diferentes níveis de governo e instituições sociais.

6.14.3 Avaliação dos Impactos e Resultados do Programa

A avaliação dos impactos e resultados do programa também é um ponto significativo no discurso do (a) multiplicador (a) 06 do Programa Criança Feliz no Ceará. Embora ele (a) mencione vários resultados positivos, como a melhoria dos índices de vacinação e o fortalecimento dos vínculos familiares, há uma crítica subjacente à falta de uma avaliação formal e documentada dos impactos do programa.

O (A) entrevistado (a) adota uma abordagem dualista ao discutir esse tema. De um lado, ela ressalta os "relatos positivos" e a "evidência de mudanças" nas vidas das famílias atendidas, promovendo uma narrativa de sucesso e impacto positivo. De outro lado, ele (a) reconhece a ausência de indicadores concretos e estudos formais que validem esses resultados. Essa dualidade no discurso sugere uma tentativa de equilibrar a promoção das conquistas do programa com uma reflexão crítica sobre suas limitações.

A ênfase na necessidade de "pesquisa formal" e "documentação adequada" aponta para uma preocupação com a legitimidade e a sustentabilidade do programa, indicando que, apesar dos sucessos relatados, há uma demanda urgente por uma avaliação mais rigorosa e objetiva.

6.14.4 Enfrentamento de Desafios Operacionais e Financeiros

No discurso do (a) multiplicador (a) 06 do Programa Criança Feliz no Ceará, também se destacam as dificuldades operacionais e financeiras enfrentadas na implementação do programa. Ele (a) utiliza expressões como “dificuldades significativas” e “desafios operacionais” para descrever os obstáculos relacionados à execução do planejamento, como a demora nos processos de licitação e a insegurança jurídica quanto à continuidade do financiamento.

O (A) entrevistado (a) adota uma postura assertiva ao descrever essas barreiras, destacando a importância de superá-las para garantir a eficácia do programa. A menção à “insegurança jurídica” e à “rotatividade dos visitantes” não apenas evidencia as dificuldades práticas enfrentadas, mas também sugere um pedido implícito de apoio institucional e financeiro mais robusto por parte dos diferentes níveis de governo. Ao destacar os desafios financeiros, ele (a) reforça a ideia de que a estabilidade e a continuidade do programa dependem de uma gestão mais eficiente dos recursos e de um planejamento financeiro mais sólido.

6.14.5 Otimismo e Resiliência como Elementos Centrais do Discurso

Apesar das dificuldades apresentadas, o discurso do (a) multiplicador (a) 06 do Programa Criança Feliz no Ceará é permeado por um tom de otimismo e resiliência. Ele (a) frequentemente utiliza termos como “grande impacto”, “fortalecimento dos vínculos” e “perspectivas futuras” para destacar as conquistas do programa e sua potencial continuidade. Esse otimismo, entretanto, é equilibrado com um senso de realismo, pois o (a) entrevistado (a) também reconhece as áreas que precisam de aprimoramento.

Essa abordagem dupla serve para promover uma imagem de comprometimento e esperança em relação ao futuro do programa, ao mesmo tempo em que não ignora as dificuldades enfrentadas. A narrativa de otimismo é, portanto, uma estratégia retórica para manter o apoio ao programa e motivar as partes envolvidas a continuar buscando melhorias. A resiliência demonstrada em seu discurso também sugere uma postura proativa frente aos desafios, indicando que, apesar das dificuldades, há uma disposição contínua para adaptar-se, inovar e persistir.

6.14.6 Considerações da análise do discurso

A análise do discurso do (a) entrevistado (a) revela uma abordagem complexa que mescla críticas construtivas, reconhecimento das conquistas e um otimismo cauteloso quanto ao futuro do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará. A entrevista destaca as práticas e metodologias do programa, articulando de forma clara os desafios práticos e institucionais enfrentados na sua execução, como as lacunas na capacitação dos visitantes, a necessidade de maior integração intersetorial e a urgência de avaliações de impacto mais robustas. Seu discurso reflete um entendimento profundo das dificuldades financeiras e operacionais que ameaçam a continuidade do programa, mas também enfatiza o papel essencial da formação profissional e da colaboração entre diferentes setores para superá-las.

Simultaneamente, a narrativa do (a) entrevistado (a) é permeada por um tom de otimismo e resiliência, sugerindo um compromisso contínuo com a melhoria e inovação do PCF. Ele (a) promove uma visão positiva do programa, destacando seu potencial transformador para o desenvolvimento infantil e o fortalecimento dos vínculos familiares em comunidades vulneráveis. Esse otimismo, no entanto, é fundamentado em uma avaliação realista dos desafios, o que confere credibilidade e seriedade ao seu discurso.

Em última análise, o discurso do (a) multiplicador (a) 06 é uma convocação à ação, incentivando todos os envolvidos no PCF a permanecerem engajados e dedicados, mantendo-se abertos à inovação. Sua fala reflete a importância de um esforço coletivo e coordenado para assegurar que o programa continue a crescer e alcançar seus objetivos de forma sustentável, reforçando o impacto positivo nas vidas das crianças e famílias atendidas

6.15 Análise dos agrupamentos processados pelo Iramuteq

Para analisar o agrupamento das classes gerado pelo Iramuteq a partir da entrevista com o (a) multiplicador (a) 06 do Programa Criança Feliz no Ceará utilizamos a divisão das classes em dois grandes grupos, conforme indicado: Grupo 1 (Classes 4, 3 e 1) e Grupo 2 (Classes 2 e 5). Esta classificação reflete uma estrutura semântica e temática que pode ser interpretada em termos das principais preocupações e focos do discurso da entrevistada. Vamos explorar cada grupo e suas respectivas classes para compreender melhor como esses temas estão inter-relacionados e o que isso revela sobre o discurso.

6.15.1 Grupo 1: classes 4, 3 e 1 - Classe 4: Desafios e Estratégias de Implementação

A Classe 4 concentra-se nos desafios enfrentados e nas estratégias adotadas na implementação do Programa Criança Feliz (PCF) no Ceará. Um dos principais desafios mencionados pelo (a) entrevistado (a) foi a resistência inicial por parte de alguns municípios em aderir ao programa. Essa resistência decorreu, em grande parte, de percepções equivocadas sobre o papel e o impacto do PCF.

Para superar esses obstáculos, foi necessário demonstrar os benefícios tangíveis do programa para as crianças e suas famílias, assim como enfatizar os recursos adicionais que ele traria para os municípios. Estratégias como a exibição de resultados positivos em municípios vizinhos ajudaram a persuadir as autoridades locais sobre a importância da adesão ao PCF.

Além disso, a classe destaca a integração do PCF com programas estaduais, como o "Mais Infância Ceará", como uma estratégia crucial para garantir a sustentabilidade e a continuidade do programa. Essa integração permitiu alavancar recursos e estabelecer parcerias estratégicas que fortaleceram a implementação do programa em nível local.

A abordagem colaborativa com outras secretarias e instituições permitiu superar desafios financeiros e operacionais, criando uma base sólida para a execução contínua do programa. A colaboração intersetorial, destacada na classe, mostrou-se fundamental para enfrentar os desafios e promover a continuidade do PCF, especialmente em um cenário de incerteza política e econômica.

Por fim, a Classe 4 enfatiza a importância de adaptar o programa às realidades locais, reconhecendo que os contextos municipais variam significativamente. A necessidade de adaptar o programa às especificidades de cada município reforça a relevância de estratégias flexíveis e adaptativas.

Essa abordagem permite que o PCF atenda de maneira mais eficaz às necessidades das crianças e famílias vulneráveis, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente. Assim, a adaptação às condições locais e a colaboração com diferentes atores são vistas como elementos essenciais para o sucesso do programa, superando barreiras iniciais e maximizando seu impacto positivo na primeira infância.

6.15.2 Classe 3: Capacitação e Formação Profissional

A Classe 3 aborda a capacitação e formação dos profissionais envolvidos no Programa Criança Feliz. A capacitação contínua é essencial para que os visitantes e supervisores possam aplicar as metodologias do programa de maneira eficaz. O (A) entrevistado (a) destaca a importância de garantir que todos os profissionais sejam devidamente treinados antes de iniciar suas atividades de campo. A Portaria 664 (Brasil, 2021b) estabelece que a capacitação dos multiplicadores estaduais e municipais deve seguir uma lógica em cascata, com o governo federal treinando os multiplicadores estaduais, que, por sua vez, formam os supervisores municipais, responsáveis pela capacitação dos visitantes. No entanto, a implementação dessa lógica enfrenta obstáculos significativos, como a resistência dos municípios e a falta de recursos.

Ademais, a classe revela uma fragilidade na capacitação dos visitantes, que muitas vezes são profissionais de nível médio sem experiência anterior no trabalho social ou na primeira infância. A falta de formação adequada compromete a qualidade das visitas domiciliares e, consequentemente, os resultados do programa. Para mitigar esses desafios, são

realizadas diversas capacitações temáticas ao longo do ano, abordando temas como a primeira infância antirracista e o atendimento a crianças com deficiência, com o objetivo de garantir uma formação mais abrangente e adaptada às realidades dos visitantes. Essas ações visam proporcionar um entendimento profundo das metodologias e técnicas de intervenção, assegurando a qualidade dos atendimentos realizados.

Por fim, a Classe 3 ressalta a importância de um monitoramento contínuo e sistemático da formação dos visitantes para assegurar a aplicação correta das metodologias do programa. A falta de capacitação adequada é apontada como uma das principais fragilidades na execução do PCF, com impactos diretos na qualidade do atendimento oferecido às famílias. Dessa forma, a classe enfatiza a necessidade de uma supervisão rigorosa e de um processo de capacitação contínuo para garantir que todos os profissionais estejam devidamente preparados para desempenhar suas funções. A qualidade da formação é vista como um fator determinante para o sucesso do programa, e a ausência de um treinamento adequado pode comprometer o alcance dos seus objetivos.

6.15.3 Classe 1: Impactos e Resultados do Programa

A Classe 1 foca nos impactos e resultados alcançados pelo Programa Criança Feliz, ressaltando como ele tem promovido o desenvolvimento infantil e o fortalecimento dos vínculos familiares. Relatos positivos de famílias e equipes envolvidas indicam que o PCF tem contribuído significativamente para melhorar a qualidade das interações familiares, o que é essencial para o desenvolvimento saudável da criança. A entrevista aponta que muitas famílias começaram a perceber a importância do afeto e do cuidado no desenvolvimento infantil, reconhecendo que a interação direta, como brincar e conversar, é fundamental para o crescimento emocional e cognitivo das crianças. Assim, o PCF tem conseguido transformar práticas familiares, promovendo um ambiente mais saudável para as crianças.

Contudo, a classe também menciona os desafios na documentação formal desses resultados. Embora existam muitas evidências qualitativas de mudanças positivas, há uma lacuna na formalização dessas evidências em relatórios e estudos que possam fornecer uma análise mais robusta do impacto do programa. A ausência de dados sistemáticos e indicadores qualitativos dificulta a avaliação completa dos efeitos do PCF, limitando o entendimento do alcance e da eficácia das intervenções. Isso ressalta a necessidade de desenvolver métodos mais

rigorosos para coletar e documentar as evidências dos impactos alcançados, o que fortaleceria a percepção do programa e incentivaria a adesão de mais municípios.

Em suma, a Classe 1 destaca que, apesar das dificuldades de avaliação formal, há um consenso sobre o impacto positivo do programa nas famílias atendidas. Os resultados observados até o momento sugerem que o PCF está cumprindo seu objetivo principal de promover o desenvolvimento infantil e fortalecer os vínculos familiares. No entanto, para que o programa alcance todo o seu potencial, é essencial investir em mecanismos de avaliação mais sistemáticos e na documentação de seus resultados. Uma abordagem mais robusta de avaliação poderia fornecer uma compreensão mais clara dos impactos do PCF e informar melhor as estratégias para seu aprimoramento e expansão.

6.15.45 Grupo 2: classes 2 e 5 - Classe 2: Estrutura e Parcerias Institucionais

A Classe 2 discute a estrutura organizacional do PCF e as parcerias estabelecidas para sua execução, destacando a importância da colaboração intersetorial. Termos como "estrutura", "parceria", "instituição", "comitê" e "sustentabilidade" predominam, refletindo a necessidade de uma base institucional sólida para garantir a continuidade do programa. A implementação do PCF depende da articulação entre diferentes níveis de governo e da cooperação com outras secretarias e instituições que atuam na área da primeira infância. A formação de comitês intersetoriais, tanto em nível estadual quanto municipal, é apontada como uma estratégia fundamental para coordenar as ações e garantir a integração das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento infantil.

Além disso, a classe enfatiza a importância das parcerias para garantir recursos e apoio técnico necessários à execução do programa. No contexto do Ceará, a colaboração entre o programa estadual "Mais Infância Ceará" e o PCF é destacada como um exemplo bem-sucedido de sinergia entre políticas públicas. Essa integração permitiu que ambos os programas alavancassem recursos e expertise, promovendo uma abordagem mais holística para o atendimento das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. A abordagem colaborativa tem sido crucial para enfrentar desafios como a resistência inicial dos municípios e a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira do programa.

Por fim, a Classe 2 sugere que a continuidade e o sucesso do PCF dependem de uma estrutura institucional flexível e adaptativa, capaz de responder a mudanças políticas e econômicas. A colaboração entre diferentes setores e a capacidade de ajustar o programa às realidades locais são vistas como elementos essenciais para garantir sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo. A classe ressalta que, sem uma base institucional sólida e parcerias estratégicas, o programa pode enfrentar dificuldades significativas para alcançar seus objetivos. Portanto, a construção e manutenção de alianças intersetoriais são fundamentais para assegurar que o PCF continue a oferecer apoio vital às crianças e famílias que mais precisam.

6.5.5 Classe 5: Metodologias e Intervenções Diretas

A Classe 5 se concentra nas metodologias e intervenções diretas realizadas pelos profissionais do programa, com destaque para o uso de instrumentos específicos como o Guia de Visita Domiciliar (GVD, 2019) e o Cuidado do Desenvolvimento da Criança (CDC, 2012). Estas metodologias são essenciais para orientar as práticas dos visitantes e garantir que as intervenções sejam eficazes e centradas nas necessidades das crianças e suas famílias. As visitas domiciliares são destacadas como o principal mecanismo de intervenção, proporcionando um contato direto e contínuo com as famílias, o que é fundamental para promover o desenvolvimento infantil e fortalecer os vínculos familiares.

A classe também enfatiza a necessidade de adaptar essas metodologias às realidades locais, considerando as diferentes configurações familiares e os contextos sociais e econômicos diversos. A flexibilidade na aplicação das metodologias é vista como crucial para lidar com as complexidades e desafios enfrentados pelas famílias em situação de vulnerabilidade.

Por exemplo, a identificação de crianças que perderam familiares na pandemia de COVID-19 ou que estão em situações de acolhimento institucional requer uma adaptação das práticas para garantir que todas as necessidades sejam adequadamente atendidas. Isso implica a necessidade de uma abordagem adaptativa que permita ajustes contínuos nas metodologias para maximizar seu impacto.

Além disso, a Classe 5 ressalta a importância de uma capacitação adequada dos visitantes para a aplicação eficaz dessas metodologias. A formação contínua é essencial para assegurar que os profissionais estejam bem-preparados para utilizar as ferramentas

metodológicas de maneira apropriada e sensível às necessidades das famílias. O sucesso das intervenções diretas depende não apenas do uso correto das metodologias, mas também da habilidade dos visitantes em construir relações de confiança com as famílias e adaptar suas abordagens às especificidades de cada caso. Assim, a classe reforça a necessidade de um investimento contínuo na formação e no suporte aos profissionais para garantir que as intervenções sejam eficazes e de alta qualidade.

6.15.6 Conclusão da análise dos agrupamentos

A análise de similitude do discurso do (a) multiplicador (a) 06 revela a complexidade e a multifacetada natureza da implementação do Programa Criança Feliz no Ceará. Os grupos temáticos identificados destacam tanto os desafios operacionais, como a resistência inicial dos municípios e as fragilidades na capacitação dos profissionais, quanto os esforços contínuos para superar essas barreiras e fortalecer o impacto positivo do programa. A análise aponta para a importância das parcerias intersetoriais e da aplicação rigorosa de metodologias para garantir a eficácia das intervenções diretas.

Os achados sugerem que, apesar das dificuldades enfrentadas, o Programa Criança Feliz demonstra um potencial significativo para promover o desenvolvimento infantil e fortalecer os vínculos familiares. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é essencial investir em mecanismos de avaliação mais sistemáticos, que permitam documentar com maior rigor os impactos do programa. Além disso, a continuidade e o aprimoramento do PCF dependerão da capacidade de integrar as diversas dimensões da implementação em uma estratégia coesa e eficaz, garantindo um atendimento de qualidade às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, a sustentabilidade do Programa Criança Feliz requer uma abordagem integrada que combine a capacitação contínua dos profissionais, o fortalecimento das parcerias institucionais e a adaptação constante das metodologias às necessidades locais. Somente com esse esforço conjunto será possível alcançar os objetivos de desenvolvimento infantil e apoio às famílias, assegurando que o PCF continue a desempenhar um papel vital na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais na primeira infância.

6.16 Consideração acerca das perspectivas e desafios do programa Criança Feliz no Ceará

O Programa Criança Feliz (PCF) representa um marco importante no Brasil no que se refere às políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento integral da primeira infância e o fortalecimento dos vínculos familiares, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade. O estudo realizado sobre a trajetória do programa no estado do Ceará evidenciou tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados durante sua implementação, oferecendo uma visão abrangente sobre seu impacto e as lições aprendidas ao longo do processo.

Os discursos dos entrevistados — coordenadores e multiplicadores do PCF no Ceará — reforçam a importância do programa como uma ferramenta essencial para a transformação social. Em seus relatos, fica evidente o reconhecimento dos benefícios proporcionados às famílias atendidas, especialmente no que tange à melhoria das condições de desenvolvimento infantil e ao fortalecimento dos laços familiares. As percepções compartilhadas por esses profissionais destacam a importância do trabalho realizado durante as visitas domiciliares, que permitem um acompanhamento mais próximo e personalizado das necessidades das crianças e de suas famílias. Além disso, os entrevistados ressaltam o impacto positivo que o PCF teve ao aproximar a comunidade dos serviços públicos essenciais, fortalecendo a rede de apoio social.

Em primeiro lugar, o PCF no Ceará tem se mostrado eficaz na promoção de uma abordagem intersetorial, que envolve a integração entre áreas como saúde, educação e assistência social. Essa articulação intersetorial é essencial para o sucesso do programa, pois permite que as famílias sejam atendidas de forma abrangente, considerando todas as suas necessidades. Ao reunir diferentes áreas de atuação, o PCF tem conseguido abordar problemas complexos de maneira mais eficiente, fornecendo suporte não apenas no desenvolvimento infantil, mas também na melhoria das condições de vida das famílias. Esse aspecto é particularmente relevante em regiões com altos índices de pobreza e desigualdade social, onde o acesso a serviços básicos é muitas vezes limitado.

Outro ponto forte do programa é o fortalecimento dos vínculos familiares. As visitas domiciliares realizadas pelos visitadores do PCF têm desempenhado um papel crucial nesse sentido. Essas visitas não apenas garantem que as crianças estejam recebendo os cuidados necessários para seu desenvolvimento físico e cognitivo, mas também promovem o empoderamento das famílias, oferecendo orientações sobre parentalidade, saúde e educação.

As famílias atendidas pelo programa relataram melhorias na qualidade das interações entre pais e filhos, entre as crianças e seus cuidadores, bem como no entendimento de práticas saudáveis que favorecem o desenvolvimento infantil. Dessa forma, o PCF cumpre seu papel de apoio integral, não se restringindo a um único aspecto da vida das crianças, mas abrangendo sua inserção em um ambiente familiar saudável e estimulante.

Os entrevistados corroboram a importância dessas visitas, enfatizando que a proximidade criada entre os profissionais do programa e as famílias gera uma relação de confiança que, por sua vez, contribui para a eficácia das intervenções. Para os visitantes, esse vínculo é fundamental, pois muitas vezes as famílias se sentem mais à vontade para compartilhar suas dificuldades e preocupações quando percebem um apoio contínuo e consistente. Por outro lado, eles também mencionam a necessidade de melhorar a formação e supervisão contínua dos visitantes, destacando que a capacitação adequada é crucial para lidar com as complexidades encontradas no campo, desde a identificação de questões mais delicadas de saúde mental até a condução de intervenções mais específicas.

Entretanto, o estudo também revelou uma série de desafios que precisam ser enfrentados para garantir a continuidade e o aprimoramento do programa no Ceará. Entre esses desafios, destaca-se a alta rotatividade de profissionais, o que prejudica a continuidade do atendimento às famílias. A falta de estabilidade no quadro de visitantes e supervisores afeta diretamente a qualidade das visitas domiciliares, visto que o acompanhamento contínuo e consistente é essencial para que as intervenções sejam efetivas. Essa rotatividade também gera a necessidade de constantes processos de capacitação e treinamento, aumentando os custos operacionais e dificultando a criação de uma relação de confiança entre as famílias e os profissionais.

Outro obstáculo importante diz respeito à qualificação dos visitantes. Embora o PCF tenha investido na formação desses profissionais, ainda há uma lacuna significativa em termos de capacitação contínua. Muitos visitantes relataram dificuldades em lidar com situações complexas encontradas durante as visitas, como a identificação de problemas de saúde mental ou a necessidade de intervenções mais especializadas. A falta de preparo adequado para lidar com essas questões pode comprometer a eficácia das visitas e, consequentemente, o impacto do programa sobre o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, é imprescindível que haja um investimento contínuo na capacitação e supervisão desses profissionais, para garantir que eles estejam aptos a enfrentar os desafios encontrados no cotidiano das famílias atendidas.

Além disso, o estudo identificou questões relacionadas à burocracia e à insegurança jurídica e financeira que afetam a implementação do PCF. A falta de clareza em alguns

processos administrativos e a ausência de recursos financeiros estáveis prejudicam a execução do programa em muitos municípios, especialmente aqueles com menor capacidade administrativa. A dependência de repasses federais e a instabilidade orçamentária criam incertezas que comprometem o planejamento de longo prazo e a sustentabilidade das ações. Essa situação exige um esforço maior por parte dos gestores públicos para garantir que o programa receba os recursos necessários de forma contínua e que haja um aprimoramento dos processos administrativos, a fim de reduzir a burocracia e facilitar a implementação das políticas previstas.

A pandemia de COVID-19 também representou um grande desafio para a continuidade do PCF no Ceará. As restrições impostas pela crise sanitária limitaram a realização de visitas domiciliares, que são a principal estratégia do programa para acompanhar o desenvolvimento das crianças e apoiar as famílias. Como resultado, muitas crianças não puderam receber o acompanhamento necessário, o que pode ter impactado negativamente seu desenvolvimento neuropsicomotor. A pandemia evidenciou a importância de flexibilizar as estratégias de implementação do programa, permitindo a utilização de tecnologias digitais e outras formas de contato remoto para manter o apoio às famílias em momentos de crise. No entanto, essa adaptação também exige investimentos em infraestrutura tecnológica e capacitação dos profissionais para o uso dessas ferramentas.

No que diz respeito aos resultados e impactos no desenvolvimento infantil, os dados analisados indicam que o PCF tem alcançado progressos, embora os resultados sejam mistos. Algumas famílias relataram melhorias significativas no desenvolvimento cognitivo e psicomotor das crianças, enquanto outras apontaram que os efeitos do programa foram limitados, especialmente devido à irregularidade nas visitas domiciliares ou à falta de qualificação dos visitantes. Esses resultados destacam a importância de uma avaliação contínua e sistemática do impacto do programa, permitindo ajustes e correções de rota conforme necessário. É essencial que os gestores do PCF estejam atentos às variações nos resultados e busquem identificar os fatores que contribuem para o sucesso em algumas regiões e as dificuldades enfrentadas em outras.

A intersetorialidade, um dos pilares do PCF, também enfrenta desafios significativos. A coordenação entre os diferentes setores envolvidos na execução do programa — saúde, educação e assistência social — muitas vezes é comprometida pela falta de comunicação e articulação efetiva entre os órgãos responsáveis. Em muitos municípios, as políticas públicas ainda operam de maneira fragmentada, dificultando a criação de uma rede de apoio integrada para as famílias atendidas. Para superar esse desafio, é fundamental que os

gestores promovam uma maior cooperação entre os setores e invistam em mecanismos que facilitem a troca de informações e a colaboração entre os diferentes profissionais envolvidos no programa.

Os entrevistados enfatizaram que, apesar das dificuldades, a intersetorialidade é um dos pontos mais fortes do PCF, e o alinhamento entre os setores é fundamental para garantir o atendimento integral às famílias. No entanto, eles também ressaltaram que a burocracia interna e as divergências entre políticas públicas muitas vezes atrapalham o fluxo de trabalho e a continuidade das ações. Esse desalinhamento gera dificuldades para os visitantes, que precisam lidar com a falta de recursos e informações adequadas para conduzir suas atividades.

Outro aspecto que merece destaque é a questão da qualidade das visitas domiciliares. Embora essas visitas sejam uma estratégia central do PCF, sua eficácia depende diretamente da formação e do preparo dos visitantes. A baixa qualificação desses profissionais compromete a qualidade do atendimento prestado e, por consequência, os resultados do programa. Além disso, a falta de supervisão adequada e o excesso de demanda sobrecarregam os visitantes, dificultando a realização de um trabalho aprofundado e personalizado com as famílias. Para garantir que o PCF atinja seus objetivos, é imprescindível que haja um investimento contínuo na formação e capacitação dos visitantes, bem como na contratação de mais profissionais para reduzir a carga de trabalho e melhorar a qualidade do atendimento.

As entrevistas revelaram também a necessidade de aprimoramento do programa para recepcionarem as crianças afastadas do convívio de suas famílias e as que perderam parentes durante a emergência mundial da COVID-19.

Apesar desses desafios, o PCF tem um grande potencial para continuar impactando positivamente o desenvolvimento infantil e o fortalecimento dos vínculos familiares no Ceará. O programa tem se mostrado uma ferramenta eficaz para a inclusão social, garantindo que crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e alimentação. A abordagem integral do PCF, que leva em consideração não apenas o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas também sua inserção em um ambiente familiar saudável e estimulante, é um de seus maiores trunfos. Essa abordagem pode ser expandida e aprimorada com a adoção de novas estratégias de avaliação e monitoramento, que permitam identificar mais rapidamente os pontos fortes e as áreas que necessitam de melhorias.

A continuidade do financiamento do PCF e o fortalecimento das parcerias intersetoriais serão cruciais para garantir a sustentabilidade do programa a longo prazo. O compromisso político e financeiro com a primeira infância deve ser uma prioridade dos nossos governantes.

O PCF no Ceará tem sucessos para serem replicados em outros estados brasileiros e desafios para serem superados, mas o objetivo comum será sempre as crianças na primeira infância, as gestantes e as famílias beneficiárias do programa em estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Criança Feliz (PCF), implementado em 2016, surge como uma política pública de extrema relevância para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Fundado no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) e respaldado pela Constituição Federal de 1988, o PCF objetiva fortalecer os vínculos familiares e promover o bem-estar infantil por meio de visitas domiciliares que possibilitam uma intervenção direta no ambiente familiar. No Ceará, o programa tem desempenhado um papel crucial no enfrentamento das desigualdades sociais, oferecendo suporte a milhares de crianças e famílias que vivem em condições adversas.

A implantação e implementação do PCF no Ceará sofreu resistências, devido a ser um programa imposto pelo governo federal do Michel Temer, após o golpe de 2016, que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff, além disso foi de maneira, de cima para baixo, sem muitas discussões com os conselhos envolvidos no programa e a sociedade. Contudo, a vontade política do governo do estado do Ceará foi crucial para romper as barreiras da implantação do PCF. O sucesso do nosso estado com algumas políticas voltadas para a Primeira infância, como o PADIN e o Mãe Coruja foi um facilitador, mas a vontade política para trabalhar por nossas crianças falou mais alto e a primeira-dama, a senhora Onélia e o governador Camilo Santana foram peças fundamentais para o rompimento dessa bolha de insatisfações geradas à época do lançamento do PCF. Assim como, o fato de o estado já ter uma política voltada para a primeira infância, O Mais Infância Ceará aliada ao fato de agregar o PCF dentro da Assistência Social foram fatores que preponderaram na adesão em massa dos nossos municípios.

A trajetória do PCF no estado evidencia a importância da implementação de políticas voltadas para a primeira infância como um mecanismo não apenas de promoção do desenvolvimento infantil, mas também de integração e articulação entre diferentes políticas públicas, incluindo saúde, educação e assistência social. No entanto, embora o programa tenha apresentado resultados significativos, também enfrenta desafios consideráveis que impactam sua eficácia e continuidade, incluindo questões relacionadas à qualificação dos profissionais, à burocracia e à insegurança jurídica e financeira.

Desde sua criação, o PCF tem sido visto como uma resposta promissora para a melhoria das condições de vida das crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente ao possibilitar um acompanhamento mais próximo e personalizado por meio das visitas domiciliares realizadas por visitadores capacitados. Essas visitas têm como foco principal orientar as famílias sobre cuidados básicos, promover o fortalecimento dos laços afetivos e

acompanhar o desenvolvimento neuropsicomotor das crianças, garantindo que recebam os estímulos necessários para seu pleno desenvolvimento.

No entanto, um dos grandes desafios enfrentados pelo programa está relacionado à capacitação inadequada dos visitantes. A baixa qualificação desses profissionais compromete a qualidade das visitas e, consequentemente, os resultados obtidos no desenvolvimento infantil. Além disso, a rotatividade de profissionais devido à precariedade dos vínculos empregatícios e à falta de incentivos a longo prazo agrava a situação, tornando difícil manter a continuidade das ações.

Outro aspecto crítico da implementação do PCF é a questão da intersetorialidade, que se refere à articulação entre diferentes setores governamentais para garantir um atendimento integral às famílias e às crianças. Embora o programa se proponha a integrar áreas como saúde, educação e assistência social, a coordenação entre esses setores tem se mostrado um desafio, especialmente em municípios menores e com menor capacidade administrativa.

A fragmentação das políticas públicas e a falta de um planejamento conjunto impedem que as famílias beneficiadas pelo programa tenham acesso de forma contínua e eficaz aos serviços necessários. A burocracia excessiva e a insegurança jurídica também têm dificultado a implementação plena do programa, criando obstáculos tanto para os gestores quanto para os profissionais envolvidos. O acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade requer uma ação coordenada e contínua, o que, muitas vezes, é prejudicado pela falta de clareza nos processos administrativos e pela lentidão nas respostas às demandas emergentes.

Além dos desafios estruturais, a pandemia de COVID-19 impôs novas dificuldades para a execução do PCF. As visitas domiciliares, que são o principal mecanismo de acompanhamento das famílias, foram drasticamente limitadas durante o período mais crítico da pandemia, afetando negativamente a continuidade do programa. A redução das interações presenciais entre os visitantes e as famílias comprometeu o monitoramento do desenvolvimento infantil e o apoio direto às gestantes, aumentando a vulnerabilidade de muitas crianças e gestantes

que dependiam desse suporte para garantir seu bem-estar e desenvolvimento. A pandemia evidenciou ainda mais a necessidade de fortalecer os mecanismos de articulação intersetorial e adaptar as estratégias de acompanhamento para contextos de crise, garantindo que as famílias continuem recebendo assistência, mesmo em situações excepcionais.

Por outro lado, o programa também apresenta potencialidades notáveis. O fortalecimento dos vínculos familiares e o apoio direto às famílias em situação de

vulnerabilidade têm se mostrado fundamentais para melhorar o desenvolvimento infantil, especialmente em comunidades mais isoladas ou carentes de serviços públicos. O PCF proporciona um acompanhamento que vai além do atendimento emergencial, buscando construir uma base sólida para o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico das crianças, assegurando que elas tenham as condições adequadas para um futuro mais promissor. A intersectorialidade, apesar de seus desafios, é um dos aspectos mais inovadores do programa, pois busca integrar diferentes políticas e serviços para garantir um atendimento mais amplo e eficaz. No entanto, para que essa integração seja plenamente efetiva, é essencial que haja um investimento contínuo na capacitação dos visitantes e na formação de gestores que possam coordenar as ações de forma eficiente e articulada.

Em termos de impacto, estudos mostram resultados mistos em relação ao efeito do PCF sobre o desenvolvimento neuropsicomotor das crianças. Embora o programa tenha conseguido promover melhorias em áreas como o fortalecimento dos laços afetivos e o aumento do acesso a serviços de saúde e educação, ainda há muito a ser feito para garantir que todas as crianças atendidas alcancem seu pleno potencial. A falta de acompanhamento regular devido à alta rotatividade de profissionais e à falta de qualificação adequada limita os resultados a longo prazo, sugerindo que melhorias no processo de capacitação e supervisão dos visitantes são essenciais para aumentar a eficácia do programa. Além disso, a ampliação dos mecanismos de monitoramento e avaliação contínua é fundamental para identificar áreas de fragilidade e implementar ajustes necessários ao longo do tempo, assegurando que o PCF possa se adaptar às necessidades locais e responder de forma eficaz às demandas das famílias atendidas.

O estudo realizado sobre o PCF no Ceará traz uma contribuição valiosa tanto para a academia quanto para os gestores públicos, pois oferece uma análise detalhada dos desafios e potencialidades do programa, além de abrir caminho para futuras investigações que possam explorar o impacto do PCF em outras regiões do Brasil. Ao avaliar a trajetória institucional do programa no estado, a pesquisa revela a complexidade envolvida na implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância, especialmente em um contexto de desigualdades sociais tão acentuadas como o do Ceará.

A integração de abordagens teóricas como a teoria da resiliência e a equidade pode enriquecer futuras análises sobre o impacto do PCF, contribuindo para a construção de políticas mais eficazes e inclusivas. Além disso, o fortalecimento das parcerias intersectoriais e o compromisso político e financeiro com o programa são fundamentais para garantir sua continuidade e expansão.

A percepção dos profissionais diretamente envolvidos no programa, incluindo

coordenadores e multiplicadores, é amplamente positiva, apesar dos desafios operacionais enfrentados. Esses profissionais reconhecem o impacto positivo do PCF no fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento infantil, mas destacam a necessidade de aprimorar a capacitação e o monitoramento para garantir a eficácia das visitas domiciliares e a qualidade do atendimento prestado. A alta rotatividade de funcionários e a falta de recursos contínuos são barreiras que precisam ser superadas para que o programa possa alcançar todo o seu potencial. Para mitigar esses problemas, é crucial que haja um fortalecimento dos vínculos empregatícios, com maior investimento em capacitações contínuas e a implementação de processos de monitoramento mais robustos.

A continuidade do financiamento e o fortalecimento das parcerias intersetoriais são essenciais para garantir que o PCF continue a alcançar resultados positivos e a promover o bem-estar infantil em contextos de vulnerabilidade. O compromisso político e financeiro com o programa é fundamental para sustentar as iniciativas voltadas à primeira infância e assegurar que ele continue a desempenhar um papel central na inclusão social e no desenvolvimento das crianças atendidas. As expectativas para o futuro das equipes do PCF no Ceará são promissoras, e a adaptação contínua às necessidades locais, aliada ao investimento em capacitação constante e ao uso de avaliações rigorosas, contribuirá para o fortalecimento do programa.

Em conclusão, o Programa Criança Feliz tem se afirmado como uma política pública indispensável para a promoção do desenvolvimento infantil e o fortalecimento dos vínculos familiares em contextos de vulnerabilidade social no Ceará. O estudo destaca a necessidade de enfrentar os desafios identificados, como a melhoria da estabilidade dos profissionais e a integração efetiva entre os diferentes setores envolvidos. Reforça também a importância de avaliações contínuas e rigorosas para garantir que o programa atinja todo o seu potencial.

A continuidade do compromisso com a capacitação, inovação e coordenação intersetorial será vital para assegurar que o PCF continue desempenhando um papel central na promoção do bem-estar infantil e na construção de um futuro mais justo e inclusivo para todas as crianças e famílias do estado. Este trabalho reafirma a importância do PCF como uma ferramenta crucial para o desenvolvimento social, educacional e humano, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e atenta às necessidades das suas crianças e famílias mais vulneráveis.

A partir desse estudo sobre o Programa Criança Feliz (PCF) e sua implementação no Ceará, bem como sua interação com o Programa Mais Infância Ceará, diversas novas pesquisas podem ser sugeridas para expandir o conhecimento sobre políticas públicas voltadas para a primeira infância e para aprimorar a eficácia do programa.

Algumas sugestões de pesquisa incluem: Estudo Comparativo entre Estados: Pesquisar e comparar a implementação do PCF em diferentes estados do Brasil, avaliando como contextos regionais, econômicos e sociais influenciam a execução e os resultados do programa. Isso permitiria identificar melhores práticas e desafios regionais específicos, fornecendo insights para políticas mais adaptadas.

Impacto de Longo Prazo no Desenvolvimento Infantil: Realizar estudos longitudinais que acompanhem crianças atendidas pelo PCF ao longo dos anos, avaliando os impactos do programa no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e educacional até a fase adulta. Essa pesquisa contribuiria para uma compreensão mais profunda dos efeitos duradouros das intervenções na primeira infância.

Avaliação de Políticas Intersetoriais: Explorar como a integração de diferentes políticas públicas (saúde, educação e assistência social) pode ser aprimorada no contexto do PCF. Um estudo focado nas estratégias de coordenação intersetorial poderia identificar barreiras e facilitadores, bem como propor modelos mais eficazes de gestão integrada.

Capacitação e Formação de Visitadores: Pesquisar a eficácia dos programas de capacitação oferecidos aos visitadores do PCF, buscando identificar lacunas na formação e sugerir melhorias para que esses profissionais possam realizar intervenções mais qualificadas e com maior impacto no desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos vínculos familiares.

Análise do Impacto da Pandemia de COVID-19: Realizar estudos que investiguem de maneira mais aprofundada os impactos específicos da pandemia na continuidade e nos resultados do PCF, avaliando quais foram as estratégias adotadas para mitigar os efeitos e como o programa pode se adaptar a situações de crise no futuro.

Modelos de Monitoramento e Avaliação: Pesquisar novas metodologias de monitoramento e avaliação do PCF, focando em desenvolver ferramentas mais eficazes para mensurar o impacto das visitas domiciliares, a qualificação do atendimento e o cumprimento dos objetivos do programa em diferentes contextos.

Estudo sobre a Sustentabilidade Financeira do PCF: Analisar a sustentabilidade financeira do programa a longo prazo, identificando os principais desafios e propondo soluções para garantir a continuidade do financiamento e a estabilidade do quadro de profissionais envolvidos.

Estudo sobre a Percepção das Famílias Beneficiadas: Realizar uma pesquisa qualitativa focada nas percepções das famílias atendidas pelo PCF, a fim de entender melhor suas expectativas, experiências e o impacto percebido do programa no desenvolvimento infantil e no fortalecimento dos laços familiares.

Desafios e Estratégias para a Retenção de Profissionais: Investigar os fatores que contribuem para a alta rotatividade de profissionais no PCF, propondo estratégias para melhorar a retenção, a satisfação no trabalho e a continuidade dos atendimentos, com foco na estabilidade das equipes.

Análise de Modelos Internacionais de Intervenção na Primeira Infância: Comparar o PCF com programas semelhantes de intervenção na primeira infância implementados em outros países, buscando identificar lições aprendidas e adaptações que possam ser incorporadas ao modelo brasileiro.

Essas sugestões de pesquisa visam contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o Programa Criança Feliz, além de fornecer dados e evidências que possam aprimorar sua implementação e maximizar seus impactos sobre o desenvolvimento infantil e o fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância no Brasil.

Em conclusão, o Programa Criança Feliz (PCF) tem se consolidado como uma política pública essencial para a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, como o do Ceará.

A análise realizada nesta pesquisa demonstra o impacto positivo do programa no fortalecimento dos vínculos familiares, no apoio às gestantes e na melhoria das condições de vida das crianças, cumprindo seu papel de integrar diferentes setores como saúde, educação e assistência social. Contudo, os desafios persistentes, como a falta de qualificação adequada dos visitadores, a burocracia excessiva e a insegurança jurídica e financeira, ainda comprometem a plena execução do programa, exigindo esforços contínuos de melhoria.

Além disso, o estudo evidenciou que a intersetorialidade, princípio fundamental do PCF, enfrenta dificuldades significativas de implementação, especialmente devido à falta de coordenação eficiente entre os setores envolvidos. O impacto da pandemia de COVID-19 também trouxe à tona a vulnerabilidade das famílias atendidas e as limitações na continuidade das visitas domiciliares, exigindo a adoção de estratégias adaptativas para garantir que o programa mantenha sua eficácia mesmo em momentos de crise. As avaliações dos resultados do programa sobre o desenvolvimento neuropsicomotor das crianças, embora ainda apresentem variações, reforçam a necessidade de um monitoramento mais rigoroso e de investimentos contínuos em capacitação e supervisão dos profissionais envolvidos.

A pesquisa reafirma a importância do PCF como uma ferramenta crucial para a mitigação das desigualdades sociais e a promoção de um futuro mais equitativo para as crianças brasileiras. No entanto, a continuidade e expansão do programa dependem de um compromisso político e financeiro robusto, bem como de uma gestão intersetorial mais integrada e eficiente.

Para assegurar a sustentabilidade do programa, é fundamental que as avaliações sejam sistemáticas e adaptativas, permitindo ajustes necessários conforme as realidades locais. A qualificação contínua das equipes, aliada à estabilidade do quadro de profissionais, será decisiva para garantir a consistência e a qualidade do atendimento prestado às famílias.

Em termos de futuras pesquisas, há uma ampla gama de possibilidades, incluindo estudos longitudinais sobre o impacto do programa no desenvolvimento das crianças, análises comparativas entre estados e municípios, e investigações sobre a sustentabilidade financeira e os modelos de monitoramento e avaliação. Essas novas abordagens são fundamentais para aprimorar a compreensão sobre o impacto do PCF e para promover sua evolução enquanto política pública de grande relevância no Brasil.

Em última análise, o Programa Criança Feliz desempenha um papel central na construção de um ambiente mais inclusivo e no fortalecimento das políticas públicas voltadas para a primeira infância. As melhorias nas áreas de capacitação, supervisão e intersetorialidade, além de uma gestão mais eficiente, permitirão que o programa atinja todo o seu potencial, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

ABRAPAS. **A assistência social é política pública de direitos e não ação caridosa!**

Florianópolis, 06 out. 2016. Facebook: abrapas. Disponível em:

<https://www.facebook.com/abrapas/posts/1062183787231698:0>. Acesso em: 08 abr. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Retrospectiva: veja o que aconteceu na economia em 2016. **Revista PEGN**, [online], dez. 2016. Disponível em:

<https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2016/12/retrospectiva-veja-o-que-aconteceu-na-economia-em-2016.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 14 nov. 2023.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Em 2016, PIB chega a R\$ 6,3 trilhões e cai 3,3% em volume. Estatísticas Econômicas. **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro, 09 nov. 2018, Releases.

Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20\(PIB,sobre%20produtos%2C%20%C3%ADquidos%20de%20subs%C3%ADdios](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB,sobre%20produtos%2C%20%C3%ADquidos%20de%20subs%C3%ADdios). Acesso em 28 jun. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca o ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. [online]. Brasília, DF: Senado Federal, 2016a. Disponível

em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em 28 jun. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos**.

Brasília, Senado Notícias, 15 dez. 2016a. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública**, v. 1, n. 1, nov. 1937, ano 51, n. 4, Out-Dez/2000. Brasília: ENAP, 2000. Trimestral. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/archive>. Acesso em: 31 maio 2023.

ALVES, A. A. R. **A implementação do Programa Criança Feliz: estudo de caso de 30 municípios de pequeno porte em situação de pobreza extrema**. Orientador: Swedenberger do Nascimento Barbosa. 2023. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13799692. Acesso em: 02 jan. 2024.

AQUINO, P. S. *et al.* **Manual de orientações para ações intersetoriais do programa criança feliz**. São Paulo: Agência Galo, 2022. (Coleção rede em movimento programa criança feliz; v. 2). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/ManualdeorientaesparaesintersetoriaisdoProgramaCriancaFelizv2.pdf>. Acesso em: 14 Jun. 2023.

ARAÚJO, A. D., FERRAZ, B., FERREIRA, C., SANTOS, K., FONTOURA, K. D., FREITAS, L. F., CALISTO, D. **Manual do Visitador: um olhar sobre a visita domiciliar**. Ministério da Cidadania. Acesso em 30 de Maio de 2023, disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/publicacoes-1/manualdovisitadorversofinal.pdf>. Acesso em 10 jul. 2023.

ARAÚJO, G. M.; DUARTE P. M. L. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência. Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, abr./ jun., 2005, p. 357-363.

ARCOVERDE, A. B., MÉLO, E. A., ; BEZERRA, J. A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, v.17. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/45221/30951>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001. p. 43-55.

AVRITZER, L. Impeachment, democracia e a Constituição: O caso do Brasil em 2016. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 2, 2016.

BALL, S. J. **The education debate**. [s. l.]: Policy Press, 2008

BARDIN, L. (2016). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BEZERRA, J. C. **Contradições e tendências na política de assistência social implementada nos CRAS e CREAS de Picos/Piauí**. Orientadora: Ana Cristina Brito Arcoverde. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2019a. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8029317. Acesso em: 18 mar. 2024.

BEZERRA, L. M. P. S. **Pobreza e Lugar (es) nas Margens Urbanas: Lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza, Ceará, 2015. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16654/1/2015_tese_lmgsbezerra.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

BORGES, J. C. Programa Criança Feliz: Estudo de caso sobre sua institucionalização. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, n. 3, 2022.

BOUCHARD, M.; FONTAN, J. M. **L'économie sociale à la loupe**: Problématique de l'évaluation des entreprises de l'économie sociale. Québec, Canadá: Université du Québec à Montreal, 2008. Disponível em: <https://www.perfeval.pol.ulaval.ca/en/node/1469https://www.perfeval.pol.ulaval.ca/en/node/1469>. Acesso em: 31 maio 2023.

BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

BRANCO, M. Arrecadação cai 2,97% e fica em R\$ 1,289 trilhão em 2016, diz Receita Federal. Caderno de Economia. **Agência Brasil**, Brasília, 27 jan. 2017. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-01/arrecadacao-cai-297-e-fica-em-r-1289-trilhoes-em-2016-diz-receita-federal#:~:text=A%20arrecada%C3%A7%C3%A3o%20de%20impostos%20e,\(27\)%20pela%20Receita%20Federal](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-01/arrecadacao-cai-297-e-fica-em-r-1289-trilhoes-em-2016-diz-receita-federal#:~:text=A%20arrecada%C3%A7%C3%A3o%20de%20impostos%20e,(27)%20pela%20Receita%20Federal). Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Brasília, DF, 1927. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 out. 1927. Seção 1, p. 1005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro. Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de outubro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, DF, 2 jul. 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17505.htm. Acesso em 07 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990**. Brasília, DF, 1990b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1990/decretolegislativo-28-14-setembro-1990-358772-norma-pl.html>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, DF, 1990d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991a. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1991a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF, 1991b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1999/decretolegislativo-178-14-dezembro-1999-370760-convencao-1-pl.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 230, de 14 de março de 2003**. Aprova os textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2003/decretolegislativo-230-29-maio-2003-496862-norma-pl.html>. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000**. Promulga a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. Convenção de Haia concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980. Brasília, DF, 2000a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3413.htm#:~:text=DECRETO%20No%203.4

13%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.** Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. Brasília, DF, 2000b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3597.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos Decreto nº 5.006, de 8 de março de 2004a. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5006.htm#:~:text=Promulga%20o%20Protocolo%20Facultativo%20%C3%A0,de%20crian%C3%A7as%20em%20conflitos%20armados. Acesso em 24 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004.** Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. Brasília, DF, 2004b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 145 de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2004c. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf. Acesso em 24 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 85, de 9 de julho de 2017. Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2017/decretolegislativo-85-8-junho-2017-785032-protocolo-152998-pl.html>. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.722, de 03 de outubro de 2012.** Conversão da Medida Provisória nº 570, de 2012. Brasil Carinhoso. Brasília, 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-

2014/2012/Lei/L12722.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasil Carinhoso. Brasília, 2012b. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/brasil-carinhoso>. Acesso em 14 set. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **PL 6.998, de 2013**. Altera o art. 1º e insere dispositivos sobre a Primeira Infância na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/604836>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mar. 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Resolução nº 19**, de 24 de novembro de 2016. Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nos termos do §1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-19-de-24-de-novembro-de-2016/http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-19-de-24-de-novembro-de-2016/> Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm?ref=correiosabi a.com.br. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

BRASIL. Banco Central. Inflação de 2016b fecha em 6,29%. In.: **Relatório da Administração - RA 2016**. Banco Central do Brasil, 2016b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pre/Surel/RelAdmBC/2016/RA2016.html#em1> . Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7**, de 07 de março de 2017a. Institui o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância. **Diário Oficial da União**, Brasília 07 de março de 2017a. Revogado pelo Decreto nº 12.083, de 27 de junho de 2024. Disponível

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14452.htm#:~:text=DECRETO%20DE%207%20DE%20MAR%C3%87O,vista%20o%20disposto%20no%20art. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social Agrário. MDSA. **Guia de Políticas e Programas**. Brasília, DF: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/_guiadepoliticas_MDSA_online.pdf. Acesso em 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Criança Feliz: a intersectorialidade na visita domiciliar**. Brasília, DF: MDSA, 2017c. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersectorialidade_na_visita_domiciliar_2.pdf. Acesso em 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 956/GM/MDS de 22 de março de 2018**. Revogada pela Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021. Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-956-de-22-de-marco-de-2018/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.579**, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**, v. 1. Brasília: Ipea, 2018c.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República *et al.* **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. V. 2. 2. ed. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018d.

BRASIL. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.855, de 25 de junho de 2019**, dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz. Brasília, 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9855.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.855%2C%20DE%2025,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019b. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Manual de gestão municipal do Programa Criança Feliz**. Edição Ministério da

Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019c. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Manual%20do%20Gestor.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Publicações do Programa Criança Feliz**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/crianca-feliz>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. Diário Oficial da União. Edição 247. Seção 1. Página 10. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.593-de-24-de-dezembro-de-2020-296427343>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Cartilha de apoio para as visitas domiciliares do Programa Criança Feliz às crianças com deficiência**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2020c.

BRASIL. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.754, de 23 de julho de 2021**, altera o Decreto nº 9.855, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz. Brasília, 2021a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10754.htm. Acesso em 03 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021**. Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Diário Oficial da União. Edição: 169. Seção 1. Página 2. 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-664-de-2-de-setembro-de-2021-343007090>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância. **Portaria nº 1, de 22 de janeiro de 2022**. Estabelece procedimentos e critérios para financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS ao Distrito Federal e municípios que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública que possam dificultar a execução do Programa no território ou inviabilizar atos e procedimentos necessários para o regular repasse de recursos. Edição 38. Seção 1. Página 21. Diário Oficial da União. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1-de-22-de-janeiro-de-2022-382318399>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania e Assistência Social. (2022b). **Criança Feliz supera 60 milhões de visitas domiciliares**. Brasília, DF, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/03/crianca-feliz-supera-60-milhoes-de-visitas-domiciliares>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Avaliação Qualitativa da Percepção de Resultados do Programa Criança Feliz junto a seus beneficiários e agentes: Análise de Política Pública de Atenção à Primeira Infância.

2023a. Disponível em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_287.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023**. Institui o Programa Brasil Sem Fome. Brasília, 2023b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11679.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 12.083, de 27 de junho de 2024**. Estabelece as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e institui o seu Comitê Intersetorial. Brasília, 2024.

BRASIL. **Constituição**. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plenário do TSE proclama resultado definitivo do segundo turno da eleição presidencial. **Comunicação**. Notícias. 2014. dezembro.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 06 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999**. Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. Convenção de Haia concluída em Haia, em 29 de maio de 1993. Brasília, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016a**. Institui o Programa Criança Feliz. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8869.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PEC nº 287**. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e

dá outras providências. Brasília, 2016b. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514977&filenome=Ultimo%20Despacho%20-%20PEC%20287/2016. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

BRAZ, G. M. **Avaliação da Satisfação de Famílias Vinculadas ao Programa Criança Feliz**. Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Carla de Souza Della Barba. 2020. 104f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9241280. Acesso em: 02 jan. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. **Caderno de Trabalhos e Debates: Avanços do Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia> . Acesso em: 14 jun. 2023.

CAPILHEIRA, C. D. **O Programa Criança Feliz e o governo da infância contemporânea**. Orientadora: Dr^a. Maria Renata Alonso Mota. 2018. 142 f. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação, Rio Grande, RS, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6324341. Acesso em: 29 dez. 2023.

CAVALCANTI, C. D.; RIVEROS, J. L. T. Política social e garantia de direitos: Uma análise do Programa Criança Feliz na proteção à primeira infância no contexto do capitalismo dependente. **Revista Caderno Virtual**, v. 3, n. 48, 2020. 402-419. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/4847/1935>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CDC. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Programa Criança Feliz. **Cuidados para o Desenvolvimento da Criança**: Manual de orientação às famílias. [s. l.]: UNICEF, 2012. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Cuidados_para_desenvolvimento_crianca.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

CEARÁ. Estado do Ceará. **Constituição**. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 11 de 99 de novembro de 2022. Diário Oficial, 1989. Disponível em:

<https://bela.ce.gov.br/index.php/constituicao-do-ceara/constituicao-do-ceara-em-pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CEARÁ. Estado do Ceará. **Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007**. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências.

ALECE. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: Fortaleza, Ce, 2007. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4310-lei-n-14-026-de-17-12-07-d-o-19-12-07>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CEARÁ. Estado do Ceará. **Decreto nº 31.264, de 31 de julho de 2013**. Cria o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará. Diário Oficial do

Estado do Ceará, Fortaleza, 02 de agosto de 2013. Série 3. Ano V. n. 143. Caderno 1/2. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20130802/do20130802p01.pdf#page=4>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CEARÁ. Estado do Ceará. **Decreto nº 31.739, de 03 de junho de 2015**. Acresce dispositivo ao Decreto nº 31.264, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará, e dá outras providências. Fortaleza, 2015a. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20150605/do20150605p01.pdf#page=3>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CEARÁ. Estado do Ceará. **Resolução nº 02, de 23 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre as propostas para fortalecimento do plano de ação do Programa Mais Infância Ceará com o intuito de promover o desenvolvimento integral da infância. Fortaleza, 2015b. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20151223/do20151223p04.pdf#page=295>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CEARÁ. Estado do Ceará. Lei nº 16.360, de 17 de outubro de 2017a. Institui, no âmbito do Estado do Ceará, o Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 18 out. 2017a. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/infancia-e-adolescencia/item/5937-lei-n-16-360-de-17-10-17-d-o-08-11-17>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CEARÁ. Estado do Ceará. Decreto nº 32.432, de 30 de novembro de 2017b. Regulamenta a Lei nº 16.360, de 17 de outubro de 2017, que institui, no âmbito do Estado, o Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 01 dez. 2017b. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20171201/do20171201p01.pdf#page=3>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CEARÁ. Estado do Ceará. Lei nº 16.856, de 22 de março de 2019. Dispõe, no âmbito do Estado do Ceará, sobre o Programa Mais Infância Ceará para a Promoção do Desenvolvimento Infantil. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/infancia-e-adolescencia/item/6570-lei-n-16-856-de-22-03-19-d-o-28-03-19>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CEARÁ. Estado do Ceará. Lei nº 17.380, de 05 de janeiro de 2021. Consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará, para a superação da extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento infantil. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 06 jan. 2021a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/datas-comemorativas/item/7160-lei-n-17-380-05-01-2021-d-o-05-01-21>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CEARÁ. Estado do Ceará. Decreto nº 33.905, de 27 de janeiro de 2021b. Dispõe sobre o Cartão Mais Infância Ceará - CMIC, atualizando a respectiva legislação em conformidade com a Lei nº 17.380, de 05 de janeiro de 2021, que trata do Programa Mais Infância Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 28 jan. 2021b. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20210127/do20210127p01.pdf#page=1>. Acesso em: 23 jun. 2023.

jun. 2023.

CEARÁ. Estado do Ceará. **Decreto nº 34.117, de 24 de junho de 2021**. Altera o Decreto nº 33.905, de 27 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Cartão Mais Infância Ceará. Fortaleza, Ce, 2021c.

CEARÁ. Estado do Ceará. Mais Infância Ceará. **Criança Feliz realizou mais de sete milhões de visitas domiciliares no Ceará**. Fortaleza, Ce, 2022. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2022/12/14/crianca-feliz-realizou-mais-de-sete-milhoes-de-visitas-domiciliares-no-ceara/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In.: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Primeiro-damismo, Voluntariado e a felicidade da burguesia brasileira!**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. CFESS está atento à defesa do SUAS. Site do CFESS, **Notícias**, 1 nov. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1425>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Programa Criança Feliz no âmbito do Suas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/programa-crianca-feliz-no-ambito-do-suas/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CHAVES, M. J.A. (2010). **Trajetória do programa agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**: subsídios para uma avaliação em políticas de desenvolvimento. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (Mapp/UFC), 2010.

CHILE. Ministério de Planificación. Biblioteca Del Congreso Nacional De Chile (BCN). **Lei nº 20.379 de 1 de septiembre de 2009**. Crea el Sistema Intersectorial de Protección Social e Institucionaliza el Subsistema de Protección Integral a la Infancia "Chile Crece Contigo". Ministério de Planificación, 2009. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1006044>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2000.

CIT. COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE. CIT. **Resolução nº 4 de 21 de outubro de 2016**. 2016a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=4501>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CIT. COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE. **Resolução nº 5 de 21 de outubro de 2016**. 2016b. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/crianca_feliz_aditivo_2019/documentos/Resolucao_CNAS_n20.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024

CMIC. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 25 jun. 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20210625/do20210625p01.pdf#page=1>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. Assistência Social. (2017). **Governo reduz orçamento da Assistência Social para criar Programa Criança Feliz**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/governo-reduz-orcamento-da-assistencia-social-para-criar-programa-crianca-feliz>. Acesso em: 09 abr. 2024.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, V. M. F. Políticas Públicas no Brasil. **Ideias**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, v. 6, n. 2, p. 135-166, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649465/16020>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CUBA. Ministerio de Educación. Programa Educa a tu Hijo. Cuba, 1992. Disponível em: <https://www.mined.gob.cu/primeria-infancia/no-institucional/?print=pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, v. 24, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155017717012>. Acesso em: 01 jun. 2023.

DYE, T. R. **Understanding public policy1**: Policy Analysis - What Governments Do, Why They Do It, and What Difference It Makes. 14th ed. [s. l.]: [s. n.], 2013. Disponível em: <https://www.acf.hhs.gov/opre/topic/head-start>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FERNANDES, D. A. **A importância do brincar no desenvolvimento infantil**: o programa criança feliz. Orientadora: Flávia Nascimento Ribeiro 2020. 125 f. TCC (Graduação em Pedagogia) – Instituto Federal do Espírito Santo, Curso Superior em Licenciatura em Pedagogia, Espírito Santo, 2020. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1639/TCC_A_import%C3%A2ncia_do_brincar_no_desenvolvimento_infantil_o_programa_crian%C3%A7a_feliz.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 maio 2023.

FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 10.221 de 13 de junho de 2014**. Dispõe sobre a criação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPIF) e dá outras providências.

Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-ordinaria/2014/1023/10221/lei-ordinaria-n-10221-2014-dispoe-sobre-a-criacao-do-plano-municipal-pela-primeira-infancia-de-fortaleza-pmpif-e-da-outras-providenciashttps://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/659/text>. Acesso em: 29 Maio 2023.

FRASER, Nancy. 1998. "Social justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition, participation," Discussion Papers, Research Unit: Organization and Employment FS I 98-108, **WZB Berlin Social Science Center**. Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/44061/1/269802959.pdf>. Acesso em 05 agosto 2024.

GARCIA, M. M. M. S. **Trajetórias da Internacionalização da Universidade Pública: avaliação do programa Ciências sem Fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal do Ceará**. Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi. 2020. 223f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51304>, Acesso em: 30 maio 2023

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. F. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores sócio culturais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (aval)**, Fortaleza, 1, n. 1, Jan./Jun. 2008. 17-27. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22512/1/2008_art_afgon%C3%A7alves.pdf. Acesso em: 30 Maio 2023.

GUBA, E.G. **Avaliação de quarta geração**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

GUSSI, A. F. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 29-37, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22513/1/2008_art_afgussi.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

GUSSI, A. F. Avaliação de Políticas Públicas sob uma abordagem antropológica: aportes teórico-metodológicos e práticas avaliativas. In.: **Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas**, 7, 2016. Disponível em: https://www.gigapp.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/2016-188.pdf. Acesso em: 13 nov.2023.

GUSSI, A. F. Outras epistemologias e metodologias: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 168-183, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49873>. Acesso em 13 nov. 2023.

GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. Discutindo paradigmas contra hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 1,

2015, Brasília. **Anais...** Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015.

GVD. **Guia para visita domiciliar**: manual. rev. atual. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/02_Guia_Visita_Domiciliar_M_anual.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

HUSTEDT, J. T.; BARNETT, W. S. Política Head Start. In: TREMBLAY, R. E.; BOIVIN M.; PETERS, R. D. V. **Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância [online]**. [s. l.]: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.encyclopedia-crianca.com/politica-head-start/segundo-especialistas/politica-head-start>. Acesso em: 29 jun. 2023.

JALES, P. R. S. **Projetos Político-Ideológicos na Política de Assistência Social Brasileira: Os Sentidos e as Direções da Participação em Disputa**. Orientação: Prof.^a Dr.^a Solange Maria Teixeira. 2020. 230f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9720358. Acesso em: 24 jan. 2024.

JUNQUEIRA, L. A. P. Articulações entre o serviço público e o cidadão. In: **Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública Santiago**, 10, Chile, oct. 2005. Disponível em: <https://silo.tips/download/articulaoes-entre-o-servio-publico-e-o-cidadao>. Acesso em: 30 jun. 2023.

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LALANDA, P. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, v. 148, n. 4, pp. 871-883, 1998.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

LEVY, P. M. Governo Federal. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Carta de Conjuntura**. n. 34, 1º Trimestre. 2017. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/resultado-fiscal/#:~:text=Em%202016%2C%20houve%20piora%20do,PIB%20para%209%25%20do%20PIB>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LIMA FILHO, G. D.; TROMPIERI FILHO, N. As Cinco Gerações Da Avaliação Educacional – Características E Práticas Educativas. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXII, n. 000011, jul., 2013. Disponível em:
<https://semanaacademica.org.br/artigo/cinco-geracoes-da-avaliacao-educacional->

caracteristicas-e-praticas-educativas. Acesso em: 31 maio 2023.

LIMA, A. C. P. **Programa Criança Feliz: felicidade para quem?**. Orientadora: Dra. Rosânia Campos. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville. Joinville. 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11655885. Acesso em: 02 jan. 2024.

LIMA, D. Receita arrecada mais de R\$ 50 bilhões com repatriação de recursos. **Caderno de Economia**. Agência Brasil, Brasília, 01 nov. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-11/receita-federal-arrecada-mais-de-r-50-bi-com-repatriacao-de-recursos>. Acesso em 29 jun. 2023.

LIMA, M. E. G. **Políticas públicas como instrumento de superação da pobreza: uma análise do Programa Criança Feliz no município de Beberibe, no estado do Ceará**. Orientação: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento. 2022. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias. Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65526>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MEDEIROS, R. C. **O discurso sobre a criança feliz: o governo da população infantil brasileira**. Orientador: Haroldo de Resende. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.577>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2002.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3. pp. 621-626. mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007> <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/21158>. Acesso em: 30 maio 2023.

MOREIRA, L. **Fórum Municipal pela Primeira Infância**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/noticias/fortaleza-consolida-plano-municipal-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 29 maio 2023.

MUNHOZ, T. N. *et al.* Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, 2022. Acesso em: 30 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milênio> <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>. Acesso em: 23 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nações Unidas Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 138 sobre a idade mínima de admissão ao emprego.** 1973. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+138+da+OIT++Idade+m%C3%ADnima+de+admiss%C3%A3o+ao+emprego>. Acesso em: 23 maio 2023.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 182 Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação.** Genebra: OIT, 1999. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+182+da+OIT+sobre+Proibi%C3%A7%C3%A3o+das+piores+formas+de+trabalho+infantil+e+A%C3%A7%C3%A3o+imediata+para+sua+elimina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24 maio 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução 3318 (XXIX).** Declaração sobre a proteção da mulher e da criança em estados de emergência ou em conflito armado. 1974. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados_e_Convencoes/Mulher/declaracao_sobre_protecao_da_mulher_e_da_crianca.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução 40/33 da Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU.** Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil (Regras de Beijing), 1985. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Regras-de-Beijing>. Acesso em: 23 maio 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 23 maio 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos da Criança.** Adotada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil. Paraná, 1959. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Declaracao-Universal-dos-Direitos-da-Crianca-0>. Acesso em: 23 maio 2023.

PEREIRA, M. S. **Modelo de Implementação Federal do Programa Criança Feliz:** uma análise crítica dos seus instrumentos normativos. Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer. 2019. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais.) – Universidade Federal do Recôncavo Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras, Salvador, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7866220. Acesso em: 02 jan. 2024.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Lei nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Pernambucana. Pernambuco, 2009. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3760#:~:text=4%C2%BA%20O%20Programa%20M%C3%A3e%20Coruja,prote%C3%A7%C3%A3o%20social%20e%20seguran%C3%A7a%20alimentar>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R. Brasil em crise: do golpe ao colapso da Nova República. **Revista de Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017.

PINTO JÚNIOR., V. C. **Avaliação da Política Nacional de Atenção Cardiovascular de**

Alta Complexidade com foco na cirurgia cardiovascular pediátrica. Orientadora: Maria de Nazaré de Oliveira Fraga. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Mapp/UFC, Fortaleza, 2010.

PNPI. Plano Nacional Primeira Infância. **PNPI: 2010 - 2022 | 2020 - 2030.** Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). ANDI Comunicação e Direitos. 2. ed. Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

PRATI, L. E.; COUTO, M. C. P. P.; KOLLER, S. H. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 403-408, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NmBtBm4XHGvgx8qVxVz5KZQ/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PUNTES MONTOYA, N.; SILVESTRE, R. D. M.; SOUTO, V. Y. F. **Programa Criança Feliz: um olhar para as ações intersetoriais de primeira infância.** Orientador: Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes. 2002. 198f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) - FGV EAESP - MPGPP: São Paulo, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/25719>. Acesso em: 30 set. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. Lei nº 12.544, de 03 de julho de 2006. Institui o Programa Primeira Infância Melhor - PIM - e dá outras providências. **DOE nº 125**, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2012.544.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

RODRIGUES, A. P. C. M.; CRUZ, S. H.. Programa Criança Feliz: Reflexões sobre o atendimento à infância no Brasil e os efeitos dessa política na garantia de direitos das crianças na primeira infância. **Revista Pedagógica**, n. 22, 2020.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008_art_lcrodrigues.pdf https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008_art_lcrodrigues.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

RODRIGUES, L. C. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 17, p. 55-73, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/47029/28147>. Acesso em: 15 maio 2023.

ROSA, S. S. Uma introdução às ideias e às contribuições de Stephen J. Ball para o tema da implementação de políticas educacionais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, v.4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12964/209209210612>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SAFATLE, V. **O golpe de 2016: uma análise política e social.** São Paulo: Revista Piauí,

2016.

SCRIVEN, M. **Key Evaluation Check List**. Michigan, EUA: University of Michigan, 2007.

SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEBRA, L. M.G. Considerações teóricas acerca da utilização da pesquisa qualitativa. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 17, n. 1/2, p. 30-39, jan./dez. 1999/2000. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/11224>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SILVA E SILVA, M. O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13, n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXYRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SILVA, G. MACÊDO, K. F. REBOUÇAS, C. D.; SOUZA, Â. A. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Brazil Journal of Nursin**. 2 ed. v. 5, 2006. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361453972028>. Acesso em: 30 maio 2023,

SILVA, L. C. L. D. S. *et al.* **Repercussões da pandemia no desenvolvimento infantil e nas ações dos visitantes do Programa Criança Feliz**. [s. l.]: Escola Anna Nery, 2023. Acesso em: 30set. 2024.

SILVA, L. A. **Os programas Primeira Infância Melhor e o Sistema Nacional de Intervenção Precoce português: aproximações e distanciamentos**. Orientadora Profa. Dra. Bettina Steren dos Santos. 2021. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUCRS, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11085283. Acesso em: 02 jan. 2024.

SINCERO, L.M. **Políticas Públicas para a Infância na Atualidade: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e suas implicações para a Educação Infantil**. Orientadora: Jani Alves da Silva Moreira. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2022. Disponível em: <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/dissertacoes/2022/2022-leandro-miranda-sincero.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023

SINGER, A. O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.

SÍRIO, Q. V. D. A. **Análise de implementação do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira (BA)**. Orientador: Lucas Cerqueira. 2023. 46f. Monografia (Tecnólogo em Gestão Pública) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. entro de Artes, Humanidades e Letras. Curso Superior em Gestão Pública. Cachoeira, Bahia, 2023. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/2022_2_TCC/SIRIO_Analise_Implementacao_Programa_Crianca_Feliz.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

SOARES, L. B.; MISHIMA, F. K. T.; FERRIANIA, M. D. G. C. As vozes do Programa

Criança Feliz: desafios e potencialidades. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo (SP), v. 146, n. 2, 2023.

SOARES, L. B. **As vozes do Programa Criança Feliz: potencialidades e entraves**. 2023. 175 f. Tese (Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública) - Faculdade de Enfermagem, Ribeirão Preto, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13772497 . Acesso em: 02 jan. 2024.

SOARES, L. B.; MISHIMA, F. K. T.; FERRIANI, M. G. C. As vozes do Programa Criança Feliz: desafios e potencialidades. **Serviço Social Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/hxHHBG9db899mfm346PMhjk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024

SOUSA, M. P. S., PEREIRA, M. E. F. D.; ARAÚJO, M. S. S.; ARAÚJO, C. C. Grupo de Avaliação e Estudo Da Pobreza e de Políticas. Políticas relacionadas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil: resultados de pesquisa avaliativa. Observatório Social e do Trabalho. São Luís, **Caderno de Pesquisa**, Ano 2, n. 1, Jun., 2014. Disponível em: <https://www.gaepp.ufma.br/site/images/sampled/data/parks/landscape/PDF/Cadernos%20de%20pesquisa%20ANO%20%20N%201.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SOUZA, C. "Estado da Arte" da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais Tipologias. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) - GT: Políticas Públicas, 27, 2003, Caxambu/MG. **Anais [...]**. Caxambu/MG: ANPOCS, 2003a. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt14-16/4232-csouza-estado-da/filehttps://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt14-16/4232-csouza-estado-da/file>. Acesso em: 31 maio 2023.

SOUZA, C. M. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul-dez. 2003b. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2789>. Acesso em: 23 maio 2023.

SOUZA, M. R.; WALL, M.; THULER, A. D.; LOWEN, I. V.; PERES, A. (2015). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de enfermagem da USP**, n. 52, 2015. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>. Acesso em 30 set. 2024.

SPOSATI, A. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo (SP), n. 130, set./dez 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.122>. Acesso em: 30 Set. 2024.

STUFFEBEAM, D., ; SHINKFIELD, A. **Evaluation Theory, Models, and Applications**. San Francisco (CA): Jossey-Bass, 2007.

TORRES JÚNIOR, P. *et al.* Avaliar em Profundidade: Dimensões Epistemológicas, Metodológicas e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 147-170, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/53154/31202>. Acesso em: 05 jun. 2023.

TREVIZAN, K. Dólar cai mais de 17% em 2016 e termina o ano cotado a R\$ 3,24. **Caderno de Economia**. G1, 29 dez. 2016, 16:02. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/dolar-fecha-em-alta-no-ultimo-dia-de-negocios-de-2016.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2023.

UNICEF BRASIL. **Declaração de Genebra**. 1924. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

UNICEF BRASIL. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil**. 2002a. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#protocolo_venda. Acesso em: 29 maio 2023.

UNICEF BRASIL. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados**. 2002b. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#protocolo_conflitos. Acesso em: 29 maio 2023.

UNICEF BRASIL. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre um Procedimento de Comunicações**. 2011. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#protocolo_comunicacoes. Acesso em: 29 maio 2023.

UNICEF BRASIL. História dos Direitos da Criança. In.: **UNICEF Brasil**, [s.l.], [201-?]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-criancahttps://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 23 maio 2023.

UNICEF BRASIL. Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil. In.: **UNICEF Brasil**, [s. l.], [201-?]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasilhttps://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNICEF BRASIL. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 23 maio 2023.

VENTURA, T. B. **Políticas Públicas de Atenção à Primeira Infância: Estudo Comparado Entre O Programa Criança Feliz e o Programa Primeira Infância Melhor**. Orientadora: Luciana Flores Battistella. 2022. 104f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2022.

VILELA, P. R. V. **Governo apresenta plano para tirar Brasil do Mapa da Fome**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/governo-apresenta-plano-para-tirar-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 30 Maio 2023.

VILELA, P. Rafael. Governo apresenta plano para tirar Brasil do Mapa da Fome. Agência

Brasil. Geral, **Notícia**. Brasília, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/governo-apresenta-plano-para-tirar-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 14 nov. 2023.

WALSH, F. The Concept of Family Resilience: Crisis and Challenge. **Family Process**, v. 35, n. 3, p. 261-281, set. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x>. Acesso em: 14 nov. 2023.

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; PAZ, R. D. O. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. Serviço Social. **Sociedade**, São Paulo, n. 137, p.7-13 jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/?lang=pt> <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2023.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: Gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014.

YAZBEK, M. C.. A Pobreza e as Formas Históricas de seu Enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, jan./jun., 2005. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321129117008>. Acesso em: 05 jan. 2024.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) A SER APLICADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA DO PCF

Pesquisador Responsável: **Ulisses Cruz Monteiro**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para explicitá-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar os motivos da realização deste estudo, seus objetivos e metodologia, bem ainda convidá-lo(a) a participar desta pesquisa na qualidade de interlocutor(a).

OBJETIVO CENTRAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

O objetivo central desta pesquisa é realizar uma avaliação em profundidade do Programa Criança Feliz no estado do Ceará, com enfoque na sua trajetória institucional e em seus significados para os gestores responsáveis por sua implementação e acompanhamento/avaliação. Serão consideradas sua experiência, opinião, críticas e sugestões a respeito desse programa em âmbito estadual. O estudo visa contribuir com subsídios para o fortalecimento deste programa no tocante à consecução de seus objetivos principais. Em termos metodológicos, trata-se de pesquisa avaliativa, de natureza mista – quantitativa e qualitativa – a considerar as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Para tanto, adotaremos o uso da observação direta, o diário de campo e a entrevista semiestruturada, com roteiro de questões fechadas e abertas, a serem realizadas junto aos gestores do programa, ora considerados interlocutores (as) desta pesquisa. Informamos, ainda, que para facilitar o registro das informações a entrevista será gravada com a devida permissão do participante.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão apresentados em forma de relatórios, de publicações e dissertação

de mestrado. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e outra será fornecida a você.

**CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO
POR EVENTUAIS DANOS:**

A participação no estudo não acarretará custos para você, mas também não será ofertada qualquer compensação financeira ao participante.

DECLARAÇÃO DO (DA) PARTICIPANTE:

Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações ou deixar de participar da pesquisa, se assim o desejar. O pesquisador certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e o anonimato será resguardado.

Caso o (a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, Ulisses Cruz Monteiro, pelo telefone (085) 9 9173-8894, endereço rua Sena Madureira, 1047 - CEP: 60055-080 - Fortaleza/CE - Tribunal de Contas do Estado do Ceará, com horários de atendimento, de preferência de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas e/ou pelo e-mail: ulisses.monteiro@tce.ce.gov.br

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Fortaleza (CE), ____/____/____.

Assinatura do (a) Participante

Assinatura da Testemunha

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DO PCF NO ESTADO DO CEARÁ

I – IDENTIFICAÇÃO

I.1. CODINOME – GARANTIR ANONIMATO:

I.2. Identidade de gênero: (cis gênero feminino, cis gênero masculino, transgênero M ou F, não binárias e outros)

I.3. Idade:

I.4. Religião:

I.5. Renda familiar:

I.6. Formação Acadêmica:

I.7. Função:

I.8. Tempo de trabalho na instituição:

I.9. Vínculo de trabalho (efetivo, servidor, colaborador):

II – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E SUAS PARTICULARIDADES NO CEARÁ – PROGRAMA MAIS INFÂNCIA

II.1. Atuação do (a) gestor (a) junto ao PCF

II.1.1. Qual é o seu papel dentro do Programa Criança Feliz no Estado do Ceará?

II.1.2. Desde quando está envolvido no programa? Fale um pouco como se deu sua entrada/inserção neste programa.

II.1.3. Quais são suas principais responsabilidades e/ou práticas neste programa?

II.2. Concepção, Implementação, Estrutura e Operacionalização do Programa

II.2.1. Como o senhor (a) percebe o PCF em relação aos seus objetivos?

II.2.2. A quem se destina o PCF? Fale um pouco sobre quem são estas crianças 0 a 6 anos e suas famílias/gestantes atendidas pelo programa?

II.2.3. Como percebe as concepções de família e infância no Programa?

II.2.4. Na sua visão, o que significa vulnerabilidade social e pobreza na concepção do PCF?

II.2.5. Quando correu (tempo histórico/governos) e como foi o processo de implantação e implementação do Programa Criança Feliz no Estado do Ceará?

II.2.6. Quais são os principais componentes e estratégias adotadas na execução do Programa Criança Feliz no estado?

II.2.7. Qual a(s) relação do PCF com o programa estadual Mais Infância no Ceará?

II.2.8. Quais foram os desafios enfrentados na implementação e na integração desses programas, Criança Feliz e Mais Infância no Ceará? E como foram superados?

OBS – Atenção! Caso o entrevistado já tenha respondido anteriormente, não precisa fazer esta nova pergunta. Caso contrário, você insiste em questionar: Como o programa Criança Feliz foi adaptado para atender às necessidades específicas da realidade cearense?

II.2.9. Sendo o Programa Criança Feliz, em nível federal, implementado à época pela Primeira-dama Marcela Temer, de que forma esse programa foi apresentado no estado do Ceará?

II.2.10. Como percebe essa figura da primeira dama à frente deste programa social nos níveis federal e estadual?

II.2.11. Como o programa Criança Feliz se insere no contexto da política de assistência social e quais as suas relações, interfaces e/ou distinções com a PNAS/ PAS CE?

II.2.12. Como tem sido a colaboração entre o governo estadual, municipal e outros setores na implementação e execução do Criança Feliz?

II.2.13. Quais as estratégias de atuação foram implementadas durante o período de pandemia de COVID-19, a considerar as exigências sanitárias de distanciamento social?

II.2.14. Como o senhor (a) avalia o PCF/PMI (Programa Mais Infância) neste período de pandemia em termos de alcance dos objetivos do programa junto às famílias atendidas?

II.2.15. E no período pós-pandemia, o uso destas estratégias, a considerar as novas tecnologias da informação (TI), permaneceram?

II.16. Quais são as fontes de financiamento e como está sendo garantida a sustentabilidade do programa a longo prazo?

II.17. Existem desafios financeiros ou operacionais significativos? Fale um pouco sobre.

II.3. Recepção e engajamento do público-alvo/ Atuação dos profissionais

II.3.1. Como deu a recepção do PCF/PMI-Programa Mais Infância por parte do público alvo do Programa?

II.3.2. Como ocorre a participação das famílias nos programas Criança Feliz e Mais Infância?

II.3.2. Quais estratégias foram utilizadas para promover a participação ativa das famílias atendidas por ambos os programas?

II.3.3. Que desafios específicos, na promoção do engajamento do público-alvo, você poderia destacar?

II.3.4. Quem compõe a (s) equipe (s) de atuação no PCF no Ceará?

II.3.5. Como estas equipes atuam junto ao público-alvo e quais suas principais práticas de atuação?

II.3.6. Como são planejadas e adaptadas essas atividades para atender às necessidades das crianças e famílias?

II.4. Experiência e Formação dos profissionais envolvidos no programa

II.4.1. Como foi/tem sido sua experiência ao trabalhar no programa Criança Feliz?

II.4.2. Qual o significado dele para o senhor (a) em termos da proposta do PCF e suas particularidades no Ceará?

II.4.3. Quais tipos de capacitação e/ou formação têm sido oferecidos para atuar no programa em foco?

II.5. Parcerias e Articulações:

II.5.1. Quais são as principais parcerias estabelecidas para a execução do Programa Criança Feliz no Ceará? Como atuam e em quais instâncias e/ou momentos da materialização do programa?

II.5.2. Quais desafios específicos relacionados à coordenação e cooperação entre as diversas entidades?

II.6. Avaliação do Programa e Perspectivas futuras

II.6.1. Como se dá o processo de monitoramento e avaliação do programa Criança Feliz quanto do Mais Infância no desenvolvimento infantil?

II.6.2. Existem desafios neste processo avaliativo? Fale um pouco sobre isto.

II.6.3. Existem indicadores específicos que você considera mais relevantes na avaliação dos programas relacionados? Fale sobre isto.

II.6.4. Há alguma evidência de mudanças nas vidas das crianças e famílias atendidas pelos programas, Criança Feliz e Mais Infância?

II.6.5. Quais são as perspectivas futuras e/ou medidas adotadas para o aprimoramento e continuidade do programa?

II.7. Considerações Finais:

II.7.1. Existe algum aspecto do Programa Criança Feliz no Estado do Ceará que gostaria de destacar ou discutir mais profundamente?

II.7.2. Quais são suas percepções pessoais sobre a importância e os impactos do programa na promoção do desenvolvimento infantil e no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social?

II.7.3. Caso exista algo mais que deseje acrescentar, sinta-se à vontade.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Fundamental fazer tais registros para orientações posteriores, interpretação situacional dos dados/informações e elaboração de relatórios de pesquisa.

Fortaleza/ lugar de realização da entrevista:

Data: xx/xx/xxxx

Horário de início:

Horário do término: